

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 8 • Número 1 • Janeiro - Julho 2016

Latinidade – Janeiro-Julho 2016



DOSSIÊ

Estratégias identitárias. Festas e rituais latinoamericanos – México:

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

RESENHA

Seda, Paulo Roberto Gomes

Rio 450 Anos - Povos horticultores pré-coloniais da cidade do Rio de Janeiro. Tradição tupiguarani:

Andre Luis T. Dantas

ISSN 1983-5086

Latinidade

Revista do Núcleo de Estudos das Américas

Volume 8 • Número 1 • Janeiro - Julho 2016

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Ruy Garcia Marques

Vice-reitora

Maria Georgina Muniz Washington

Sub-reitora de Graduação – SR1

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-reitor de Pós-graduação e Pesquisa – SR2

Egberto Gaspar de Moura

Sub-reitora de Extensão e Cultura – SR3

Elaine Ferreira Torres

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - CCS

Diretor

Léo da Rocha Ferreira

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH

Diretora

Dirce Eleonora Nigro Solis

FACULDADE DE DIREITO DIRETOR

Carlos Eduardo Guerra de Moraes

NÚCLEO DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS - NUCLEAS

Coordenadores

Maria Teresa Toribio B. Lemos

Alexis T. Dantas

Paulo Roberto Gomes Seda



CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

L357 Latinidade. – Janeiro-Julho 2016 - Rio de Janeiro : UERJ. IFCH.
Nucleas, 2016.
v. ; il.
230p.

Semestral.
Inclui bibliografia.
ISSN 1983-5086

1. América Latina - Periódicos. 2. Ciências sociais Periódicos.
I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. Núcleo de Estudos das Américas.

CDU 3(05)

Linha Editorial

A Revista *Latinidade* se norteia para os estudos das sociedades americanas, priorizando as linhas de pesquisa *Política e Cultura*, *Política e Sociedade*, *Economia e Relações Internacionais*, além de *Saúde e Educação*. Os estudos sobre cultura política atendem aos Grupos de trabalho/ GT do Núcleo de Estudos das Américas/NUCLEAS e dos latinoamericanistas do país e do exterior.

A Revista *Latinidade* é assessorada por pareceristas, professores da UERJ/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro e colaboradores brasileiros e estrangeiros. Destacam-se entre os pareceristas brasileiros , professores da UFRJ/Universidade Federal do Rio de Janeiro; UNIRIO/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e UFSM/Universidade Federal de Santa Maria, entre outras instituições de ensino superior e, do exterior da TEC Monterrey, México; Universidad Nacional Autónoma do México/ UNAM; Universidad Nacional Autónoma da Costa Rica/ UNA; Institute for Intercultural and Comparative Research/ IDEAZ , Viena/Áustria e Universidad de Córdoba.

As datas de recebimento e aprovação dos textos encontram-se no final dos artigos entregues para publicar.

Os volumes da Revista *Latinidade* publicados a partir de 2012 apresentam alterações em sua estrutura. Foram acrescentados à publicação: dossiê, resenha, comunicações e estudos de caso, além do Sistema de Editoração Eletrônica.

Editor Responsável:

Maria Teresa Toribio Brites Lemos

Conselho Editorial:

Alexis T. Dantas – UERJ/BR

Carlos Juárez Centeno – UNC/AR

Dejan Mihailovic – TEC/Monterrey/MX

Katarzyna Dembicz – CESLA/UV/PL

Lená Medeiros de Menezes – UERJ/BR

Maria Luzia Landim – UESB/BR

Mauricio Mota – UERJ/BR

Nilson Alves de Moraes – UNIRIO/BR

Tatyana de A. Maia – USS/BR

Zdzislaw Malczewskis – Scr. – Paraná/BR

Conselho Consultivo:

Raimundo Lopes Matos – UESB/BR

Paulo Roberto Gomes Seda – UERJ/BR

Andre Luis Toribio Dantas – UERJ/FAETEC/BR

Eduardo Antonio Parga – UGF/BR

Fernando Rodrigues – USS/BR

Alexandre Dumans – UCAM/BR

Maria Medianeira Padoin – UFSM/BR

Marianna Abramova – Academia Financeira/Gov.Moscou/RU

Sergey V. Ryazantsev – ISPR/RAS/Moscou/RU

Adalberto Santana – UNAM/MX

Irina Vershinina – Academia Financeira/Gov.Moscou/RU

Hennque Shaw – UNC/AR

Editoração Eletrônica:

Rogério Mota – UERJ/BR

Revisão:

A revisão dos textos é de responsabilidade dos autores.



CAPES

**Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior**

Beneficiário de
auxílio financeiro da CAPES - Brasil.
Programa de Apoio a Projetos Institu-
cionais com a participação
de Recém-Doutores (PRODOC)



FAPERJ

**Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro**

Sumário

Apresentação 7

DOSSIÊ

Grdggv Nsdd Tiiusnvbnn Kionfcnn 9

Loij7cbtouy Iutrcubi (Ubun7bpotukyp9iil/IUTM)

RESENHA

GUBERMAN, Mariluci da Cunha (org.)

Provocações da Amazônia – dos rios voadores aos voos imaginários 37

Andre Luis T. Dantas (Instituição Acadêmica/UERJ?)

ARTIGOS

**Análisis de la política pública para el sector
agropecuário de Costa Rica: 2006-2018 39**

Phd. Alvaro Martín Parada Gómez (Instituição Acadêmica/País)

Doctor. Jorge Eduardo Loaiza Cárdenas (Instituição Acadêmica/País)

Doctora. Shirley Benavides Vindas (Instituição Acadêmica/País)

Cemitério dos Pretos Novos: delimitar e conhecer para poder proteger 69

Prof. Reinaldo Bernardes Tavares (Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ)

As cidades, os discursos, a circulação e a ordenação de sentidos 91

Prof. Dr. Luiz C. Borges (Universidade o Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

**Ciência Sem Fronteiras, revolução científico-técnica e
inserção brasileira no mundo globalizado 117**

Prof. Roberto Santana Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

Cosmovisões e narrativas – O poder do Mito nas sociedades tradicionais 137

Prof^a Dr^a Maria Teresa Toribio B. Lemos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

**Democracia y paz en un contexto de extrema conflictividad:
Centroamérica en la segunda mitad del siglo XX y primeras
dos décadas del siglo XXI 147**

Víctor M. Vargas González (Universidad Nacional/UN/CR)

**Dos asterismos en el cielo de los toba del oeste formoseño.
Cambios y permanencias 161**

Prof^a Dr^a Cecilia Paula Gómez (Universidad de Buenos Aires/AR)

**Japanese-Brazilian relations in the context of contemporary
foreign trade strategy of Japan 185**

Subbotina Ksenia (Saint-Petersburg State University/RU)

Matrizes culturais brasileiras: a busca por uma identidade nacional 199

Prof. Ms. José Severino da Silva (Universidade do Grande Rio/Unigranrio)

**Modern emigration from Russia: information sources
and approaches to the assessment 217**

Sergey V. Ryazantsev (Russian Academy of Sciences/RU)

Marina N. Khramova (Russian Academy of Sciences/RU)

Artem S. Lukyanets (Russian Academy of Sciences/RU)

Notas sobre desenvolvimento sustentável 241

Prof. Dr. Alexis Toribio Dantas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

Prof. Dr. Elias Jabbour (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

Racismo e acesso ao Ensino Superior no Brasil 253

Prof. Gabriel Pinheiro de S. Gomes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ)

Apresentação







Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:





Dossier:



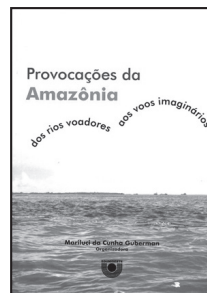


Dossier:



RESENHA

GUBERMAN, Mariluci da Cunha (org.). *Provocações da Amazônia – dos rios voadores aos voos imaginários*. Cascavel: Edunioeste, 2015.



(Prof?)Andre Luis T. Dantas
Instituição Acadêmica/Rio de Janeiro/BR

O livro *Provocações da Amazônia – dos rios voadores aos voos imaginários* resulta das investigações realizadas entre os grupos e pesquisas do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná –Unioeste e o Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas da Faculdade de Letras da UFRJ.

A publicação organizada em três partes. A primeira intitulada Os rios Voadores e Voos Imaginários na Amazônia, de autoria de Mariluci, apresenta estudos e reflexões sobre o território e a história da Amazônia, além da análise crítica de obras expressivas da literatura latino-americana.

A segunda parte desenvolve-se a partir de análise críticas de obras sobre literatura latino-americana, destacando-se os estudos sobre o Imaginário Amazônico e os Diálogos Simbólicos, como *De Jibaros a Shuares os povos da floresta e sua representação em Cumandá* de autoria de Cláudia Luna; o texto de Lourdes Kaminski Alves *Imagens da Amazônia em Cobra Norato, de Raúl Bopp*. As pesquisas de Ximena Antonia Diaz Merino *Imagens da Amazônia peruana em la Narrativa de Ciro Alegria Bazán*, assim como os demais trabalhos que se seguem completam as reflexões sobre as relações entre os imaginários e os diálogos simbólicos.

A terceira parte Reflexões sobre a Amazônia trata da exuberância da região, a presença dos primeiros italianos, os enigmas, as lendas que envolvem os mistérios do Eldorado e as expedições científicas, além da saga dos rios voadores e dos homens predadores.



Essas três partes tratam da grande preocupação dos estudiosos em recuperar o imaginário da região e construir identidades regionais. O rio Amazonas e seus afluentes banham a Amazônia, a maior biodiversidade do planeta, desde os Andes ao Atlântico. A selva Amazônica, uma *natureza anfíbia*.

Prof. Andre Luis T. Dantas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/BR

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Análisis de la política pública para el sector agropecuario de Costa Rica: 2006-2018

Phd. Alvaro Martín Parada Gómez
Instituição Acadêmica que representa/País

Doctor. Jorge Eduardo Loaiza Cárdenas
Instituição Acadêmica que representa/País

Doctora. Shirley Benavides Vindas
Instituição Acadêmica que representa/País

Resumo [traduzir o resumo para o português]

La política pública es un conjunto de medidas que son formuladas por el gobierno y que es ejecutada por el marco institucional público. El sector productivo dinamizado por pequeñas y medianas empresas y productores es afectado por este conjunto de políticas. El propósito del siguiente documento es presentar una reflexión sobre la incidencia o impacto de las políticas que han sido formuladas en Costa Rica y ofrecer lineamientos que tiendan a fortalecer la política pública sectorial. Sin duda alguna, uno de los sectores que menos se han visto favorecidos de la política pública en los últimos 20 años ha sido el sector de los pequeños y medianos productores del sector agropecuario, por lo que se requiere de políticas que sean efectivas en sus resultados para poder afectar positivamente la producción, valor agregado, el empleo y la inversión así como el bienestar social y económico en su conjunto.

Palavras chaves:
.....

Resumen

La política pública es un conjunto de medidas que son formuladas por el gobierno y que es ejecutada por el marco institucional público. El sector productivo dinamizado por pequeñas y medianas empresas y productores es afectado por este conjunto de políticas. El propósito del siguiente



documento es presentar una reflexión sobre la incidencia o impacto de las políticas que han sido formuladas en Costa Rica y ofrecer lineamientos que tiendan a fortalecer la política pública sectorial. Sin duda alguna, uno de los sectores que menos se han visto favorecidos de la política pública en los últimos 20 años ha sido el sector de los pequeños y medianos productores del sector agropecuario, por lo que se requiere de políticas que sean efectivas en sus resultados para poder afectar positivamente la producción, valor agregado, el empleo y la inversión así como el bienestar social y económico en su conjunto.

Palabras claves:

Abstract

Public policy is one setting of measures that government design and implement for institutional framework. The agricultural sector is dinamized for small and medium sized enterprises and small producers who are affected for the public policy. The purpose of next article explain the incidence of public policies and offer some lines to improve it. The general perception is that public policy has not supported to small agricultural producers in the last 20 years. Therefore, it requires more effectiveness to increase the agricultural production, value added, employment rate, domestic investment as well as social and economic welfare.

Keywords: agricultural policy, local development, small producers, social and economic welfare.

1. Introducción

La política pública de Costa Rica ha sido formulada y ejecutada a través de planes nacionales de desarrollo y operativamente en planes operativos en cada institución que asumen distintas funciones. Las políticas y medidas



ejecutadas causan efectos relativos en los sectores productivos. Estas políticas son ampliamente cuestionadas por distintos actores que operan en el sector productivo agropecuario desde la posición de los productores, comercializadores y hacedores de la política. Una interrogante que surge es Cuál es la incidencia de la política pública para los pequeños y medianos productores en el sector agropecuario. El propósito es analizar la política pública agrícola en los últimos 20 años en Costa Rica para sugerir lineamientos de política que impulsen la producción, el valor agregado, el empleo y la inversión. La estructura del presente artículo es la siguiente: En la segunda sección, se explica el comportamiento del marco legal internacional. En sección tercera, se explica la política económica en su forma general. En la sección cuarta, la política para el sector agropecuario en los últimos tres periodos de gobierno. En la sección quinta, marco institucional de apoyo a al sector agropecuario. En la sección sexta, se definen lineamientos de política pública para el sector agrícola. En la sección siete se analiza la política crediticia. En la sección octava, se analiza la Ley de banca de desarrollo y acceso al crédito a través de la Ley 8634. En la sección novena se explica la política de apoyo a la pequeña y mediana empresa establecida en la Ley 8182.

2. Marco legal internacional

Costa Rica en el ámbito multilateral ha adquirido una serie de compromisos con organismos internacionales, unos a través de tratados internacionales y otros mediante convenio. Entre los compromisos de mayor importancia para el sector agropecuario tenemos: con la Organización Mundial del Comercio (OMC), la Organización de Naciones Unidas (ONU), la Convención Internacional de Protección Fitosanitaria (CIPF), los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM), el Codex Alimentarius (CA), cuyas normas son referencia internacional de los reglamentos alimentarios nacionales; la Organización Mundial de Sanidad Animal (OIE) y la Organización Internacional del Trabajo (OIT), entre otros.



De igual manera ha firmado compromisos a nivel de la región de Centroamérica tales como: la agenda hemisférica Plan Agro 2003-2015 para la Agricultura y la Vida Rural en las Américas, la Política Agrícola Centroamericana 2008 – 2017 (PACA), la Estrategia Regional Agroambiental y de Salud (ERAS) y la Estrategia Centroamericana de Desarrollo Rural Territorial 2010-2030 (Ecadert), son instrumentos que tienen como fin común el desarrollo sostenible de la agricultura y de las comunidades rurales, en condiciones de equidad e inclusión social. Estos compromisos refuerzan o incorporan nuevos elementos que deben ser considerados en las políticas públicas nacionales y, en este caso, en la agropecuaria y el desarrollo de los territorios rurales (SEPSA/MAG, 2014).

Este marco institucional no puede ser obviado porque Costa Rica ha ampliado las relaciones comerciales con el resto del mundo y las normas y reglamentaciones afectan las exportaciones e importaciones a realizar por parte de los sectores productivos. Las áreas de influencia son muy variadas, estas versan sobre aspectos fitosanitarios, propiedad intelectual, regulación ambiental, entre otras. Por lo tanto, la buena definición y aplicación del marco legal internacional es recomendable para evitar afectaciones negativas a los sectores productivos y a los productores agrícolas en particular.

3. La política económica

La política económica es la acción deliberada de la autoridad (o gobierno) de modificar variables instrumento para alcanzar objetivos deseados (Tinbergen, 1956). Los objetivos puros de la política económica son: el crecimiento económico, el pleno empleo, la estabilidad de precios, el equilibrio de la balanza de pagos, y una distribución equitativa de la renta (J. Cuadrado, 2006). Adicionalmente las políticas económicas pueden ser agrupadas en función del carácter de los instrumentos, su nivel de actuación y en su dimensión temporal; es decir, política fiscal o monetaria, microeconómica



o macroeconómica, y de corto o largo plazo. Estos instrumentos se pueden clasificar dentro de la política monetaria, política fiscal, y política pública.

Para alcanzar los objetivos, la política económica, cuenta con distintos instrumentos ya sean monetarios y crediticios, instrumentos tributarios y de gasto público, instrumentos comerciales y de tipo de cambio, controles o regulaciones directas, y cambios institucionales. En este sentido el gobierno hace uso el marco institucional existente para ejercer las modificaciones a los instrumentos, la política monetaria se encuentra a cargo del Banco Central y hace uso de los instrumentos monetarios, crediticios y Cambiarios.

La política fiscal, por otra parte, se encuentra a cargo del Ministerio de Hacienda y hace uso de instrumentos tributarios, de gasto público y recauda ingresos por instrumentos comerciales (aranceles). Típicamente, el resultado fiscal es importante porque los sectores productivos como el agrícola permanentemente requiere de recursos públicos para enfrentar adversidades de plagas que dañan los cultivos o inclemencias en el clima que afectan la producción en general. Esto es relevante porque los países en desarrollo como Costa Rica típicamente muestra déficit fiscal, el cual ha sido entre el año 2000 y 2015 un 6% del producto interno bruto (PIB).

La política pública a cargo de distintas instituciones o ministerios se encargan de formular y ejecutar la política según prioridades y disponibilidad de recursos. Operativamente, la política es definida en planes operativos institucionales que contienen objetivos, metas e indicadores. Anualmente, las instituciones son evaluadas por la Contraloría General de la República anualmente y se emiten indicaciones de mejora según los resultados alcanzados. Sin embargo, se carece de una evaluación de efectos e impactos de esta política pública en el país.



4. La política agropecuario 2000-2015

En la administración Solís Rivera, se definió la Política para el Sector de Desarrollo Agropecuario y Rural Territorial 2015-2018, la cual será operativizada, mediante dos instrumentos: el componente agropecuario del Plan Nacional de Desarrollo 2015-2018 y el Plan Sectorial de Desarrollo Agropecuario y Rural 2015-2018. Esta política se encuentra articulada con los dos objetivos nacionales y sectoriales, a saber: 1. Reducir la pobreza en general y particularmente la pobreza extrema y disminuir la desigualdad social y territorial y 2. Generar mayor crecimiento económico, caracterizado por más y mejores empleos; como dos de los objetivos del Plan Nacional de Desarrollo 2015 - 2018 (PND).

La política en su base de formulación está fundamentada en cinco pilares:

1. Seguridad y soberanía alimentaria y nutricional
2. Oportunidades para la juventud del agro y de los territorios rurales
Pilar
3. Desarrollo rural territorial
4. Adaptación y mitigación de la agricultura al cambio climático
5. Fortalecimiento del sector agroexportador; y presenta objetivos, áreas y acciones estratégicas.

El primer objetivo indica que es necesario mejorar la productividad, la comercialización y la generación de valor agregado de los principales productos agroalimentarios de consumo básico de la población y de otras actividades del agro, mediante el suministro articulado de bienes y servicios oportunos y eficaces, para mejorar las condiciones de vida de los pequeños y medianos productores y productoras y cuyas áreas estratégicas definidas son: El aumento de la producción y la productividad con valor agregado,



para garantizar una alimentación nutritiva y saludable; las cuales se ejecutarán en condiciones de equidad, con responsabilidad social y ambiental.

El esfuerzo operativo de este objetivo ha radicado en la constitución de centros de valor agregado en algunas regiones del país como la Región Huetar Norte (San Carlos) en el año 2016. Esto ha requerido la participación de instituciones como el Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), El Ministerio de Planificación y Política Económica (MIDEPLAN), El Instituto Tecnológico de Costa Rica (TEC), Consejo Nacional de la Producción (CNP) y el Centro de Tecnologías de Alimentos (CITA).

Las acciones estratégicas formuladas son:

- a) Elaboración y ejecución de un programa nacional de seguridad y soberanía alimentaria y nutricional, en coordinación con el Ministerio de Salud y otras instancias, que contribuya al incremento de la producción y la productividad de los principales rubros, y a diversificar la dieta de la población con productos nutritivos y nutraceuticos.
- b) Fomento de la producción diversificada de productos agrícolas y pecuarios proveniente de la agricultura familiar que contribuyan a satisfacer las necesidades básicas alimentarias de la población (SEPSA/MAG 2014).

En el Plan de Gobierno 2010-2014 de la Administración Chinchilla Miranda se presentó la Política de Estado para el Sector Agroalimentario y el Desarrollo Rural Costarricense 2010-2021, en concordancia con los lineamientos y las prioridades definidas para el sector agroalimentario. Tiene como propósito servir de marco orientador para la toma de decisiones, hacia la creación de condiciones que permitieran la transformación de la producción agroalimentaria actual en una moderna, competitiva, responsable ambientalmente, inclusiva e integrada, con igualdad de oportunidades para la generación de desarrollo y de bienestar.



Esta Política de Estado se sustentó en cuatro ejes temáticos o pilares de la política a saber:

- a) competitividad
- b) innovación y desarrollo tecnológico
- c) gestión de los territorios rurales y agricultura familiar
- d) cambio climático y gestión agroambiental.

Cada uno de los cuatro pilares estuvo conformado por áreas estratégicas con estrategias específicas e instrumentos que constituyen las herramientas de trabajo y los mecanismos de intervención (SEPSA/MAG 2011).

En el plan de gobierno de la segunda administración Arias Sánchez se presentó el Plan Nacional de Desarrollo 2006-2010. Este PND siguió la misma estructura básica del Programa de Gobierno, articulada alrededor de cinco grandes ejes de la política pública: Política Social; Política Productiva; Política Ambiental, Energética y de Telecomunicaciones; Reforma Institucional; y Política Exterior.

Así pues, los cinco grandes ejes de política pública fueron divididos internamente en 16 sectores institucionales: 1. Sector social y de lucha contra la pobreza; 2. Sector productivo, 3. Sector educativo; 4. Sector salud; 5. Sector ambiente, energía y telecomunicaciones; 6. Sector financiero; 7. Sector cultural; 8. Sector Seguridad Ciudadana y Prevención de la Violencia; 9. Sector infraestructura y transportes; 10. Sector ciencia y tecnología; 11. Sector trabajo y seguridad social; 12. Sector de coordinación gubernamental; 13. Sector comercio exterior; 14. Sector política exterior; 15. Sector política monetaria y Supervisión financiera; y 16. Sector turismo.

El abordaje de esta política se planteó en diferentes niveles, a saber:

Metas nacionales: como resultado del conjunto de la acción pública durante su gobierno: 1. Combatir la corrupción en todo el ámbito de la



acción del sector público; 2. La reducción de la pobreza y la desigualdad; 3. Incrementar el crecimiento de la economía y el empleo; 4. Mejorar la calidad y ampliar la cobertura del sistema educativo, 5. Detener las tasas de crecimiento de la criminalidad, el tráfico de drogas y la drogadicción y revertir la sensación de creciente inseguridad por parte de todos los ciudadanos; 6. Fortalecer las instituciones públicas y ordenar las prioridades del Estado; 7. Recuperar y ampliar la infraestructura de transporte del país; 8. Ennoblecen la política exterior y recuperar el papel de Costa Rica en el mundo.

Visión del Eje: Constituyen la síntesis de los resultados esperados de la acción de cada Eje visto en su conjunto a saber: 1: Eje de Política Social; 2: Eje de Política Productiva; 3: Eje de Política Ambiental, Energética y de Telecomunicaciones; 4: Eje de Reforma Institucional; 5: Eje de Política Exterior.

Metas sectoriales: Son metas de un mayor nivel de detalle: corresponden a cada uno de los sectores que conforman un Eje. Para el eje de política productiva se definió la política de comercio exterior; las políticas de estímulo a la productividad y al desarrollo turístico; la infraestructura necesaria para el crecimiento; el papel de la ciencia y la tecnología en el proceso productivo; y el cómo mejorar el empleo, los ingresos y reducir la pobreza.

Metas por acción estratégica: Este es el nivel de mayor desagregación que se contempla en el PND. Cada uno de los sectores propone un conjunto de Acciones Estratégicas (como regla general, diez acciones estratégicas por sector) y a cada una de ellas corresponden una o, más frecuentemente, varias metas (MIDEPLAN, 2007).

5. Marco institucional de apoyo al sector agropecuario

En el desarrollo del sector agroalimentario participan diferentes entidades cuya meta común es el bienestar de los diversos agentes productivos y la población en general.



La institucionalidad del sector, está determinada por la intervención de entidades del sector público (instituciones de gobierno); oficinas especializadas; instituciones financieras); sector privado (cámaras empresariales, asociaciones, cooperativas, sindicatos, uniones, federaciones, corporaciones); sector académico (Universidades públicas y privadas); organismos internacionales de cooperación; organismos no gubernamentales, ONGs; y, entes público-privados (Foro Nacional Organizaciones-Sector Público Agropecuario, Centros Agrícolas Cantonales, Mesa Nacional Campesina).

En el sector público, entre las instituciones de gobierno, por disposición legal (artículo 30, la Ley 7064, FODEA), se establece que el sector agropecuario lo constituyen todas las entidades o programas que realizan actividades en áreas específicas de la agricultura, la ganadería y la pesca marina, tales como investigación, transferencia tecnológica, capacitación; producción, certificación y distribución de insumos, financiamiento y crédito, transformación de productos agroalimentarios, precios y comercialización, sanidad animal y vegetal, riego y avenamiento, titulación y otras acciones orientadas al ordenamiento y distribución de tierras, seguros, empleo y desarrollo rural, educación, ingeniería agrícola y otras actividades similares.

De esa misma Ley, el Artículo 31, establece que el Ministro de Agricultura y Ganadería es el Rector del Sector; el Artículo 33, dispone que contará con un cuerpo asesor denominado Consejo Nacional Sectorial Agroalimentario, CAN, que será un organismo de coordinación, consulta e información; y, el Artículo 34, indica que contará con una Secretaría Ejecutiva de Planificación Sectorial, a la que le corresponderá, en lo que se refiere al Sector, asesorar, elaborar y evaluar los planes, programas, proyectos y propuestas, de conformidad con los lineamientos contenidos en el marco de referencia política establecido por el propio Ministro de Agricultura y Ganadería, y de acuerdo con la Ley de Planificación Nacional y Política Económica; y, otras disposiciones legales.



Con fundamento en la citada Ley, el Sector Público Agropecuario, está integrado por las siguientes instituciones públicas: el Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG), en lo que corresponde a extensión y sanidad agropecuaria; el Instituto de Desarrollo Agrario (IDA), en lo que respecta a dotación de tierras y desarrollo rural; el Consejo Nacional de Producción (CNP), en aspectos de transformación, mercadeo y seguridad alimentaria; el Servicio Nacional de Aguas Subterráneas, Riego y Avenamiento (SENARA), en lo concerniente a riego, drenaje y aguas subterráneas; el Instituto Nacional de Innovación y Transferencia en Tecnología Agroalimentario (INTA), en desarrollo tecnológico e innovación; el Instituto Costarricense de Pesca y Acuicultura (INCOPESCA), en el fomento y regulación de la pesca y la acuicultura; la Oficina Nacional de Semillas (ONS), que se encarga del registro de semillas de calidad; y, el Programa Integral de Mercadeo Agroalimentario (PIMA), encargado de la comercialización de productos agrícolas, la administración del CENADA y el desarrollo de nuevos mercados mayoristas.

Estas instituciones están vinculadas con el desarrollo del agro nacional, coordinando y ejecutando acciones, planes y programas con otras del sector privado, sector académico, organismos no gubernamentales, entes público-privados y organismos internacionales.

El desempeño de esta institucionalidad ha sido afectado por una serie de problemas de índole diversa, que constituyen una situación desafiante de cara a alcanzar los objetivos de desarrollo del sector agroalimentario. El desafío que enfrenta la institucionalidad pública y privada, es adecuarla a la nueva perspectiva del desarrollo nacional y fortalecerla para que garantice orientación, articulación y cohesión sectorial y tenga la capacidad de accionar con la agilidad de respuesta que exigen las circunstancias del entorno y al ritmo de los cambios del sector productivo.

En el contexto de la política agrícola se hace énfasis en lo crediticio porque el financiamiento es un determinante de crecimiento de la producción. Adicionalmente, esta política ha sido abordada en función de la Ley de Banca



para el Desarrollo la cual es explicada en este apartado. Además, se explica la política de apoyo directo a las micro, pequeñas y medianas empresas debido a que el parque empresarial de Costa Rica es mayoritariamente dinamizado por este tipo de unidades productivas. Estas políticas se exponen en seguida.

a) La política crediticia

La política crediticia es un instrumento esencial para el desarrollo económico en el sector agroempresarial. La variable precio, determinante de esta política es la tasa de interés la cual es orientada por los Bancos Centrales, en el caso de Costa Rica es manejada por el Banco Central. No obstante, el crédito no implica estrictamente la determinación de la tasa de interés sino que la banca comercial pública y privada ha diseñado y utilizado una serie de instrumentos financieros en paralelo al crédito para apoyar el desarrollo de los productores de este sector.

El acceso al crédito ha sido un obstáculo para alcanzar el desarrollo empresarial porque los productores no cuentan con garantías reales que respalden las solicitudes crediticias. Además, la falta de cultura en el registro de los costos e ingresos afecta el establecimiento de evidencias que resguarden el ordenamiento financiero de la producción, aspecto que los bancos requieren. Sin embargo, la banca comercial ha hecho esfuerzos a través de procesos centrados en las micros finanzas para apoyar a pequeños productores que emprenden proyectos agrícolas o aquellos que ya tienen producciones en marcha. A pesar de los esfuerzos en una gran mayoría de ocasiones los productores no logran calificar para la consecución del crédito.

El crédito se constituye en un instrumento indispensable para alcanzar el desarrollo. Si el productor agrícola accede a este con una entidad financiera o una persona informal (prestamista), el agricultor se compromete moralmente y económicamente a hacer el pago total de manera gradual (meses) en un plazo determinado. El costo de este crédito lo representa la tasa de interés pasiva la cual es normalmente variable y ajustable según el comportamiento



o dinámica del mercado financiero. Por lo tanto, el productor debe estar atento a los movimientos y evolución que está tenga en el corto, mediano y largo plazo. Mal haría un productor ignorando este comportamiento.

El productor agrícola se enfrenta en la realidad a una disyuntiva: crece con el apoyo de un crédito o renuncia a un permanente progreso. Se indica esto porque el crédito ayuda sustancialmente al productor acceder a dinero para inversión en maquinaria y equipo, adquisición de tierra y capital de operación. Liquidez que no tendría si no asume la formalización del crédito y por tanto no podría ejecutar las inversiones presentes si asume una posición de futuro cuando la liquidez sea una situación real a través del autofinanciamiento. Por lo tanto, el crédito impulsa el desarrollo económico y social de los productores.

En la realidad y dinámica del mercado financiero costarricense dos tipos de créditos se imponen: el crédito hipotecario y el comercial. El primero, representa una barrera fuerte para el productor el cual ha hecho un gran esfuerzo por ser propietario de su finca, parcela o distinta denominación de tierra y normalmente no quiere arriesgar su posesión, esta actitud debe entenderse. No obstante, debe prepararse a los productores para que cambien de cultura y adquieran seguridad y sostenibilidad financiera para asumir créditos para el desarrollo productivo. El productor que con seguridad fracasa es aquel que adquiere el crédito que tenía un fin productivo y lo asigna a la compra de un bien comercial o bien de consumo suntuario, porque el colón adquirido no tendrá nunca un retorno productivo sino que causará un efecto superfluo en el bienestar del productor. Por lo tanto, es crucial identificar entre un crédito cuyo fin sea comercial y/o hipotecario, sin duda alguna, si es hipotecario deberá hacer siempre la devolución al banco con la garantía de la hipoteca si no se cumple con el pago respectivo. El crédito comercial es aquel que satisface necesidades y tienen plazos cortos que definen las entidades financieras (uno a tres años). Este último es incentivado



por los bancos por cuanto son relativamente fáciles de colocar en el mercado financiero y son créditos que seducen a los consumidores.

Un ejemplo de esta situación, la presenta los productores agrícolas de Rio Cuarto de Grecia, los cuales han asumido créditos hipotecarios para financiar las actividades productivas. La principal preocupación ha sido el no garantizar el pago de las cuotas ante la presencia de plagas y enfermedades, de periodos fuertes de sequía o por exceso de precipitación, que han amenazado los cultivos de papa china, pimienta y plátano. Sin embargo, todos han entendido el riesgo que existe al formalizar los créditos con entidades financieras. Desde la perspectiva de desarrollo a pesar de existir la Ley de Banca de Desarrollo, siempre ha sido difícil y complicado para este grupo de productores el acceso a recursos financieros que están en este fondo de capitalización. En este caso en concreto, es evidente que una ley de apoyo a los productores no ha causado impacto alguno dentro de este grupo de agricultores. Lo anterior no quiere decir que la Ley como tal no tenga buenas intenciones (más adelante se analizará el marco general de esta ley).

En el nivel microeconómico cada productor requiere hacer una lectura correcta del comportamiento del crédito y de las normas y reglas establecidas por el sistema bancario. Fundamentalmente, los agricultores requerirán conocer lo siguiente:



Tabla No.1 Variables a considerar en la solicitud crediticia y sugerencias al productor agrícola. 2014.

VARIABLE	Descripción	Sugerencia al productor agrícola
Cuota	Es el monto en dinero a pagar por el crédito solicitado.	Evaluar la capacidad de pago, es recomendable que este no represente más del 30% de los ingresos totales.
Ahorro	Disponibilidad de ahorro de respaldo al crédito?	Ahorrar el 15% mensual del ingreso total percibido.
Morosidad	Es el porcentaje de personas que dejan de pagar el crédito en un período que transita de uno a tres meses.	Mantener liquidez financiera para asumir el pago respectivo. Conocer los pagos adicionales que deben hacerse para normalizar el crédito y superar la condición de mora.
Tasa de interés	La tasa de interés activa es el premio recibido por ahorrar y la tasa pasiva o el costo asumir por pedir prestado con fines de inversión.	Conocer y determinar la tendencia a la alza o baja de la tasa de interés
Tipo de moneda asumir el crédito	El crédito se puede asumir en dos monedas: colones o dólares	Valorar el comportamiento del tipo de cambio (devaluación o revaluación). Si hay riesgo de devaluación y los ingresos percibidos son en colones es conveniente asumir el crédito en colones. Si la tendencia es hacia la revaluación y los ingresos son en colones o dólares es conveniente asumir el crédito en dólares.
Condiciones del crédito	Solicitud de crédito	Valorar el plazo del crédito y la moneda en la cual se asume (dólares o colones).
Garantía	Respaldo que debe ofrecer el productor como respaldo al crédito solicitado.	Ofrecer en garantía aquellos bienes que financieramente estén bien respaldados en el flujo de caja del proyecto productivo.



b) Ley de banca de desarrollo y acceso al crédito (Ley 8634)

El Sistema de Banca de Desarrollo (SBD) es un mecanismo creado para financiar e impulsar proyectos productivos, acordes con el modelo de desarrollo del país en lo referente a la movilidad social de los grupos objeto de esta ley. Sus objetivos son: establecer las políticas crediticias aplicables al SBD, que promuevan el desarrollo, la productividad y la competitividad de los sectores productivos, tomando en consideración el Plan Nacional de Desarrollo; financiar proyectos viables y factibles técnica, económica, legal, financiera y ambientalmente, mediante la implementación de mecanismos crediticios, avales, garantías y servicios no financieros y de desarrollo empresarial; establecer condiciones financieras de acuerdo con las características específicas, así como los requerimientos del proyecto y de la actividad productiva; promover y facilitar la participación de entes públicos y privados que brinden servicios no financieros y de desarrollo empresarial, con el propósito de establecer el desarrollo y la competitividad de los beneficiarios de esta ley; y fomentar la innovación y adaptación tecnológica orientada a la competitividad de los proyectos considerados de desarrollo productivo. Los sujetos beneficiarios de las operaciones del SBD serán las personas físicas o jurídicas de las micro y pequeñas unidades productivas de distintos sectores (industriales, comerciales y de servicios), que no sean sujetos de los servicios de crédito de los bancos públicos por los parámetros que dictan estas instituciones para medir y calificar el riesgo del deudor en su gestión ordinaria, así como por los criterios y las disposiciones de la SUGEF. Tendrán prioridad y tratamiento preferencial los proyectos promovidos por mujeres, minorías étnicas, personas con discapacidad, jóvenes emprendedores, asociaciones de desarrollo, cooperativas etc. y/ o los proyectos que incorporen o promuevan el concepto de producción más limpia. Los recursos que formarán parte del SBD serán los fondos del Fideicomiso Nacional para el Desarrollo (FINADE); los fondos de financiamiento para el desarrollo y los fondos del crédito para el desarrollo. Del financiamiento total que otorgue el SBD, al



menos el 40 % se destinará a proyectos agropecuarios, acuícolas, agroindustriales o comerciales asociados.

Todas las operaciones que se realicen al amparo de esta ley estarán exentas del tributo que pesa sobre la inscripción de documentos o garantías en el Registro Público. Se declara como colaboradores del SBD al Instituto Nacional de Aprendizaje (INA), Instituto Mixto de Ayuda Social (IMAS), CONAPE entre otras.

La aplicación de esa ley obliga reformas de otras leyes entre las cuales están: modificación de la ley de fortalecimiento de las pequeñas y medianas empresas Ley No. 8262; modificación a la ley de asociaciones cooperativas y creación del Instituto Nacional de Fomento Cooperativo, No. 4179; modificación de la ley orgánica del Sistema Bancario Nacional No. 1644; reforma a la Ley orgánica del Banco central de Costa Rica, No. 7558; reforma al Código Notarial, Ley No. 7764 y la adición al código de comercio. (Publicada en el diario oficial “La Gaceta” del 78 de mayo del 2008)

c) La política para la pequeña y mediana empresa (Ley 8182)

La política de apoyo a la pequeña y mediana empresa tiene como propósito fomentar el emprendedurismo y fortalecer la competitividad de las micro, pequeñas y medianas empresas costarricenses, considerando las particularidades y características regionales en cada zona para que se integren a la red productiva nacional y así puedan aprovechar las oportunidades que ofrecen el mercado local y la apertura comercial. De manera particular pretende lo siguiente:

- Considerar el componente PYME como parte de la estrategia de mejora en la competitividad de Costa Rica y como uno de los receptores primordiales de las acciones que se desarrollen en este campo.
- Consolidar la institucionalidad de la Red de Apoyo PYME como un mecanismo eficiente para establecer y ejecutar instrumentos de



fomento a la PYME, así como fortalecer el liderazgo de la DIGEPYME en la definición de estrategias e implementación de programas, como parte de la institucionalidad del apoyo a la PYME.

- Desarrollar programas que complementen diversos instrumentos de apoyo a PYME, como enfoque de encadenamientos en torno a sectores o actividades que a partir del logro de mejoras competitivas, desarrollen su potencial para consolidarse como actores productivo suficientes en el contexto de la competencia internacional actual.
- Impulsar la PYME y el emprendedurismo en zonas estratégicas del país vinculadas a sectores y áreas prioritarias que favorezcan el desarrollo de encadenamientos productivos.

Esta política se base en los siguientes principios:

- a) Integración
- b) Sostenibilidad
- c) Flexibilidad
- d) Participación

Las cinco áreas que guiarán la política PYME son las siguientes:

- 1) Acceso a mercados
- 2) Articulación productiva
- 3) Emprendedurismo
- 4) Acceso a Servicios de Desarrollo Empresarial
- 5) Acceso a recursos financiero.

La ley pretende fortalecer la articulación pública de soporte a las pequeñas y medianas empresas. El papel de cada una de las instituciones



relacionadas con la Red PYME, es un factor determinante para el éxito de la aplicación de la presente Política PYME, destacándose cada institución por aportar de la siguiente manera:

- a) INA: Complemento de la definición de programas flexibles para PYME considerando la experiencia en instrucción y asistencia técnica, así como los programas que ha implementado en este segmento. Importante su compromiso con programas de incubación y formación empresarial.
- b) MICIT: Aliado estratégico en el aprovechamiento de los fondos de PROPYME, así como en la instauración de soluciones que permitan el acceso a la tecnología por parte de las PYME.
- c) PROCOMER: Complemento de programas de información y acceso a mercados, así como la internacionalización y encadenamientos con empresas exportadoras.
- d) FODEMIPYME: Mayor profundización del uso del Fondo de Garantías, sobre todo en la misión de garantías de participación y cumplimiento que apoyen el programa de compras del estado
- e) Entidades Financieras: Generando más opciones, productos y servicios para el financiamiento de micros, pequeñas y medianas empresas.
- f) Universidades: Conjunción de la necesidad empresarial y la investigación aplicada con tiempos de ejecución acordes a las urgencias de las empresas. En este sentido, el papel del Observatorio de Mipymes a cargo de las cuatro universidades estatales es fundamental como fuente de información primaria, exacta y confiable sobre las micro, pequeñas y medianas empresas costarricenses. Este programa es manejado por la Universidad Estatal a Distancia (EUNED). Además,



de la presencia de programas y proyectos específicos que a nivel de cada una de las universidades públicas se están implementando, tal el caso en la Universidad Nacional de Costa Rica (UNA), del proyecto FOCO-MIPYME implementado en la escuela de Economía, cuyo objetivo es desarrollar las capacidades competitivas de las personas dueñas de las micro, pequeña y medianas empresas costarricenses. En el caso de la Universidad de Costa Rica (UCR).

6. Factores críticos de afectación a la política agropecuaria

Los lineamientos gubernamentales de apoyo al sector de pequeña empresa y pequeños productores costarricenses son esenciales para fortalecer la capacidad competitiva del sector ante la fuerte competencia que se experimenta en el mercado local e internacional. La definición de política pública trasciende la política económica centrada en los aspectos macroeconómicos como el manejo de inflación, tipos de cambio, tasas de interés, déficit comercial y fiscal, entre otros propósitos. La política gubernamental también implica la política sectorial, en este caso el ámbito industrial, reconociéndose que las señales de mercado son necesarias pero no suficientes para orientar las decisiones de los agentes económicos. En el análisis sectorial se reconoce la función de la política macroeconómica (entorno) pero fundamentalmente el estudio de los sectores productivos genera información sectorial de la dinámica y racionalidad en el funcionamiento de los distintos eslabones, lo cual permite aproximarse a la definición de la política sectorial desde el Estado (Monge 1996).

El bajo valor agregado generado en la agricultura y otros sectores obedece al escaso desarrollo tecnológico, así como el mejoramiento en lo relativo a actividades en el mercadeo y comercialización. En esencia, el esfuerzo se ha centrado en el impulso de la manufactura (maquila) a través de la aplicación de políticas horizontales como exoneraciones fiscales a la inversión extranjera directa, mini devaluación del tipo de cambio, manejo de



tasas de interés para la consecución de la competitividad. El resultado ha sido estabilidad macroeconómica y un adecuado clima de negocios. No obstante, la política sectorial orientada hacia el mejoramiento endógeno de las empresas ha sido parcial y de corto plazo, lo cual no ha permitido la consecución de un tejido agro empresarial donde el objetivo primordial debería ser la generación de valor agregado a través del fomento de encadenamientos productivos y la definición de procesos tecnológicos que permitan transformar materias primas en bienes finales. Si este es el propósito último, al menos habría que considerar los siguientes aspectos:

- a) Innovación y adopción tecnológica: La innovación está asociada a los procesos de aprendizaje para la creación de productos y procesos productivos en las empresas. La política de apoyo a la innovación debe ser integral porque la empresa requiere formación continua, asesoría técnica para la aplicación de la tecnología, financiamiento para acceder a moderno equipamiento y apoyo de institutos de investigación. Por lo tanto, la adopción tecnológica no es responsabilidad absoluta de la empresa sino del marco institucional de soporte y supone un horizonte de trabajo de largo plazo. Particularmente, el sector productivo costarricense requiere del fortalecimiento tecnológico en el diseño tanto de la adopción de hardware como software. Al respecto, el Instituto Nacional de Aprendizaje ha hecho un esfuerzo por apoyar la consecución de nuevas tecnologías así como el Centro Nacional de Ciencia y Tecnología de Alimentos (CITA), pero la asignación de recursos prioritariamente a la masa salarial ha consolidado estructuras burocráticas causantes de ineficiencias que frenan la transferencia de conocimiento y tecnología al sector empresarial y agrícola. Por parte del esfuerzo privado, es decir, desde el lado de las iniciativas de las empresas se ha observado escasos avances debido al limitado aprendizaje y educación en materia tecnológica y a la falta de condiciones favorables para la consecución de financiamiento que permita



hacer la función empresarial y llevar a cabo los prototipos de negocios de alto valor agregado. Como resultado, las empresas no han podido avanzar en la diferenciación de productos, criterio que marca la pauta en la competición que experimentan en los distintos mercados. Sin duda alguna, este es un aspecto fundamental a mejorar.

- b) Encadenamientos productivos: Los encadenamientos productivos son un mecanismo sugerido por Hirshman (1958) para el mejoramiento de la eficiencia colectiva. La pertinencia de estos es relevante porque refuerza el funcionamiento de la cadena tanto hacia atrás (apropiación de materias primas) como hacia delante (consumo final), sugiriéndose la necesidad de hacer bien las cosas en cada uno de los eslabones de la cadena para garantizar eficiencia, productividad y calidad. Por lo tanto, la cooperación entre las empresas a lo largo del encadenamiento productivo permite la integración de las empresas y la participación en la distribución del valor agregado. Además, es posible la consecución de mayores niveles de eficiencia a lo largo del tejido productivo. Esta tarea no es fácil porque el empresariado en los distintos sectores muestra desarticulación y poca cooperación. Sin embargo, el Estado puede generar una política de incentivos a la cooperación así como una política selectiva que incluya instrumentos claros para la conformación de agrupamientos que apunten a ventajas comparativas dinámicas como lo es los beneficios por proximidad y superar aquellas más estáticas como lo es competir con bajos costos de mano de obra. Este tipo de política ayudará a superar las desigualdades en el bienestar originadas por la brecha existente entre las empresas rezagadas y las de punta. Por ahora, las grandes empresas integran poco a las pequeñas y medianas dentro de la dinámica de crecimiento, si el encadenamiento opera las segundas podrán apoyar los procesos de producción y servicios y se apropiarán de los beneficios generados en la cadena, ayudando a superar relativamente las desigualdades (Parada 2016).



- c) Acceso a mercados: Persisten serias dificultades que las empresas y productores para acceder a mercados. Las empresas operan en mercados caracterizados por imperfecciones explicadas por la presencia de economías de escala e integración vertical, básicamente. Estos mercados se caracterizan por una organización industrial donde los grupos corporativos basados en un método de producción masivo compiten con precios medios y bajos, estableciendo un orden jerárquico vertical donde los procesos de subcontratación de estos grupos subordina a las empresas pequeñas quienes abastecen la producción. La participación en los distintos mercados que forman parte de esta cadena se dificulta por la presencia de una estructura de poder alimentada por procesos agresivos de mercadeo a escala mundial que posiciona marcas con atributos reconocidos globalmente que instituyen la moda como los son el estatus social, éxito competitivo, la posición profesional, el confort, entre otros. Ante esta condición, las empresas pequeñas de países en desarrollo asumen desventajas para posicionarse en estos mercados. Por lo tanto, la política sectorial debe ser el establecimiento de programas de mercadeo (promoción y publicidad) con apoyo de la institucionalidad pública en materia de capacitación, asesoría técnica, sistemas de información, entre otros requerimientos. Esto debe ser así porque las empresas y productores tienen poca experiencia y conocimiento para avanzar hacia delante en la cadena desde la manufactura hasta el consumidor final dado el desconocimiento del ámbito de consumo final por falta de investigación de mercados. En términos de mejoramiento de las empresas el esfuerzo estará puesto en la búsqueda y posicionamiento de nichos de mercado donde sea factible enfrentar la competencia, es decir, hay mercados muy atractivos pero pueden representar riesgo de exclusión si las grandes empresas perciben amenaza relativa. Por lo tanto, una política centrada en la consecución de nichos de mercado puede garantizar la participación de las empresas. En materia de acceso a mercados el país asumió la orientación hacia



la promoción de exportaciones y ha generado una focalización de la política pública al acceso a mercados internacionales, descuidando el soporte que se requiere en la consolidación de acciones que tomen en cuenta la promoción e identificación de oportunidades locales de negocios, siendo este último el mercado mayoritario en el cual se desarrolla la actividad de las pequeñas y medianas empresas del país. La función institucional de accesos a mercado es atendida de forma explícita únicamente por una entidad responsable (PROCOMER), la cual, a pesar de contar con programas exitosos, debería estar respaldada por la participación conjunta con otras instancias responsable que permita ampliar las búsqueda y creación de oportunidades de negocios entre las empresas que producen localmente y realizar inversiones importantes en promocionar la manufactura y los productos agrícolas. La apertura de mercados genera oportunidades para que las empresas amplíen su participación, reduce las barreras al intercambio y promueve la competitividad. Sin embargo, la competencia genera presiones de desplazamiento y concentración de ganancia, condenando a que sectores productivos con niveles inferiores de competitividad desaparezcan del mercado o se profundice su rezago.

- d) Acceso al crédito: La política de acceso al crédito debe ser a través de un criterio de democratización para beneficiar directamente a las pequeñas y medianas empresas. El crédito es fundamental para inversión en maquinaria y equipo, y capital de trabajo (adquisición de materias primas). Al respecto el país ha dado pasos significativos con la aprobación de la Ley No. 8262 de Fortalecimiento de las pequeñas y medianas empresas y la Ley Sistema de Banca para Desarrollo No. 8634. Esto ha garantizado la acumulación de recursos financieros para financiar a las empresas. No obstante, el acceso continúa siendo difícil debido al establecimiento de requisitos por parte de los entes financieros responsables de la asignación del crédito. El planteamiento es el estable-



cimiento de un sistema crediticio diferenciado para que se adecue a las características estructurales de las empresas tales como: escala de producción, capacidad de inversión, tamaño de la infraestructura, capacidad de pago, disponibilidad de garantías, localización geográfica, tipo de mercados que atienden, entre otras. Además, la creación de una plataforma de servicios con instrumentos financieros adecuados a los requerimientos de las pequeñas empresas así como programas de formación empresarial y asesoría técnica.

- e) Procesos de empresariedad eficientes: El conocimiento de las empresas pequeñas determina múltiples deficiencias en el funcionamiento de las empresas que frenan la consecución de mejor competitividad. El mejoramiento de estas empresas requiere de procesos capacitación y asesoría técnica centrada en una formación en empresariedad continua para garantizar la sostenibilidad en el empleo, producción en ingresos de las empresas. En Costa Rica mucho se hace en materia de capacitación pero aun estos esfuerzos no han logrado la evolución de las empresas hacia los distintos estadios en su ciclo de vida. En estos procesos de empresariedad la transferencia de conocimiento de las universidades e institutos de investigación juega un papel significativo.
- f) Entorno macroeconómico: Se requiere una política macroeconómica basada en la estabilidad y crecimiento que garantice un adecuado clima de negocios. La estabilidad es necesaria para que las variables precios como los son las tasas de interés, los precios de los bienes, el tipo de cambio, las tasas salariales e impositivas, entre otras, generen señales adecuadas para la adquisición de crédito, inversión y ahorro. Además, se requiere lograr tasas de crecimiento económico para que el nivel de ingreso de los consumidores mejore y se dinamice la demanda interna haciendo evolucionar positivamente el consumo. Aquí el reto desde la perspectiva de mejoramiento de la competitividad es el compatibilizar la política macroeconómica con la política industrial de apoyo a



los sectores productivos. Como se mencionó en párrafos anteriores la política horizontal no necesariamente garantiza la consecución de la competitividad de forma automática en las empresas manufactureras.

- g) Coordinación institucional: La política de coordinación institucional debe ser explícita entre instituciones para superar la duplicidad de funciones, la atomización de actividades y la ineficiencia en el uso de recursos. Al respecto han surgido alternativas para el mejoramiento de la función institucional como la planificación de la gestión y la formación de redes inter e intra instituciones. Sin embargo, el avance es poco satisfactorio porque el énfasis del trabajo se concentra en el diseño de la planificación en mucho indicativa y el proceso de ejecución (uso de recursos) y no se presta atención a los resultados. En última instancia, estos son los más cuestionados por el 1 sector microempresarial. La política de coordinación debe hacer énfasis en el mejoramiento de la función institucional con base a la especialización y flexibilidad para contrarrestar la rigidez, atomización de actividades y la ingerencia en el ámbito de acción de otras instituciones. Esto exige la eliminación de leyes y normas (legislación) innecesarias que han generado burocracia en exceso y tecnócratas que invierten su mayoría de tiempo de trabajo administrando la legislación existente. El propósito fundamental del marco institucional será el apoyo al sector micromepresarial en los distintos campos, tales como: el tecnológico, la formación del recurso humano, dotación de infraestructura y servicios, la investigación y desarrollo, entre otros. Esto implica reconocer que la función del Estado en el apoyo al desarrollo de los sectores productivos es relevante y no marginal, contrariamente, a la posición de algunos que señalan inapropiado la intervención del Estado porque introduce serias distorsiones en la economía y al funcionamiento del empresariado.



Este conjunto de políticas son necesarias pero no suficientes. En términos de la competitividad sistémica se requiere impulsar una competitividad que reconozca la heterogeneidad estructural del un sector microempresarial y una economía pequeña como la costarricense. Por lo tanto, la transformación social sugerida por Messner, Stamer y Esser para la consecución de la competitividad es un requisito ineludible. También, se requiere comprender que la producción de un bien o producto puede ser desarrollado si se asume un enfoque integral en su composición. Por lo tanto, las cadenas globales de mercancías ponen en evidencia que los procesos de mejoramiento hacia atrás y adelante en la lógica de funcionamiento de los distintos eslabones es un requisito para alcanzar una mejor posición en los mercados. Además, se evidencia que la función institucional es necesaria para la regulación de los mercados. (Messner, Stamer y Esser 1994)

7. Lineamientos de políticas para el sector agropecuario

- El Estado debe generar una política de incentivos a la cooperación así como una política selectiva que incluya instrumentos claros para la conformación de agrupamientos de productores agrícolas que apunten a ventajas comparativas dinámicas como lo es los beneficios por proximidad y superar aquellas más estáticas como lo es competir con bajos costos de mano de obra.
- Se requiere una política macroeconómica basada en la estabilidad y crecimiento que garantice un adecuado clima positivo de negocios. La estabilidad es necesaria para que las variables precios como los son las tasas de interés, los precios de los bienes, el tipo de cambio, las tasas salariales e impositivas, entre otras, generen señales adecuadas para la adquisición de crédito, inversión y ahorro. Además, se requiere lograr tasas de crecimiento económico para que el nivel de ingreso de



los consumidores mejore y se dinamice la demanda interna haciendo evolucionar positivamente el consumo.

- La política sectorial debe ser el establecimiento de programas de mercadeo (promoción y publicidad) con apoyo de la institucionalidad pública en materia de capacitación, asesoría técnica, sistemas de información, entre otros requerimientos para integrar de mejor manera a los productores en los mercados de productos finales.
- La política de coordinación institucional debe ser explícita entre instituciones para superar la duplicidad de funciones, la atomización de actividades y la ineficiencia en el uso de recursos. Debe hacer énfasis en el mejoramiento de la función institucional con base a la especialización y flexibilidad para contrarrestar la rigidez, atomización de actividades y la ingerencia en el ámbito de acción de otras instituciones. El alineamiento de objetivos comunes es necesario para evitar la duplicidad.
- La función institucional de accesos a mercado debería estar respaldada por la participación conjunta institucional pero liderada por (PROCOMER), con otras instancias responsable que permita ampliar las búsqueda y creación de oportunidades de negocios entre las empresas que producen localmente y realizar inversiones importantes en promocionar la manufactura y los productos agrícolas.
- La participación en los distintos mercados que forman parte de la cadena se dificulta por la presencia de una estructura de poder alimentada por procesos agresivos de mercadeo a escala mundial que posiciona marcas con atributos reconocidos globalmente que instituyen la moda como los son el estatus social, éxito competitivo, la posición profesional, el confort, entre otros.



- Establecer un sistema crediticio diferenciado para que se adecue a las características estructurales de las empresas tales como: escala de producción, capacidad de inversión, tamaño de la infraestructura, capacidad de pago, disponibilidad de garantías, localización geográfica, tipo de mercados que atienden, entre otras. Además, la creación de una plataforma de servicios con instrumentos financieros adecuados a los requerimientos de las pequeñas empresas así como programas de formación empresarial y asesoría técnica.
- Implementar procesos de empresariedad eficientes a través de procesos capacitación y asesoría técnica centrada en una formación en empresariedad continua para garantizar la sostenibilidad en el empleo, producción en ingresos de las empresas.
- En términos de la competitividad sistémica se requiere impulsar una competitividad que reconozca la heterogeneidad estructural del sector microempresarial y una economía pequeña, como la costarricense.
- Las cadenas globales de mercancías ponen en evidencia que los procesos de mejoramiento hacia atrás y adelante en la lógica de funcionamiento de los distintos eslabones es un requisito para alcanzar una mejor posición en los mercados. Desde esta perspectiva, la funcionalidad de los encadenamientos productivos sigue siendo desde una lógica de generación de mayor valor agregado una adecuada alternativa para el sector productivo agrícola.

Bibliografía

Cumbre Extraordinaria de las Américas (2004). *Plan Agro 2003-2015 para la agricultura y la vida rural de las Américas*. Monterrey, México.

Secretaría Ejecutiva de Planificación Sectorial Agropecuaria (SEPSA/MAG, 2014). *Plan Estratégico 2014-2018*. San José, Costa Rica.



TINBERGEN, J (1956). *Economic policy: Economic principles and design*. North Holland. Publishing Company. Amsterdam.

J. CUADRADO (2006). *El desarrollo de los estudios de economía regional de España*. Serie documentos de trabajo 10/2006. Universidad de Alcalá. España.

HIRSCHMAN, A. O. (1998). *The Strategy of Economic Development*. Boulder and London: Westview Press (First edition 1958).

Secretaría Ejecutiva de Planificación Sectorial Agropecuaria (SEPSA/MAG). (2011). *Política de estado para el sector agroalimentario y el desarrollo rural costarricense 2010-2021*. San José, C.R. : 84 p.

Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica MIDEPLAN. 2007. *Plan Nacional de Desarrollo “Jorge Manuel Dengo Obregón” : 2006-2010*. San José, C.R.: 136 p.

MONGE Z. Alvaro (1996). *Costa Rica pequeño gran exportador de productos no tradicionales*. COMEX. San José, Costa Rica.

MESSNER D.; J. MEYER-STAMER (1994). Competitividad Sistémica. Pautas de Gobierno y Desarrollo. *Revista Nueva Sociedad*, N° 133. Setiembre-Octubre: 72-87.

GÓMEZ, Álvaro Martín Parada (2016). La sostenibilidad económica, social y ambiental de los pequeños productores en la cadena de pimienta en Costa Rica. *ICAP - Revista Centroamericana de Administración Pública* (70): 15-20, junio 2016.

Phd. Alvaro Martín Parada Gómez

Instituição Acadêmica que representa/País

Doctor. Jorge Eduardo Loaiza Cárdenas

Instituição Acadêmica que representa/País

Doctora. Shirley Benavides Vindas

Instituição Acadêmica que representa/País

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Cemitério dos Pretos Novos: delimitar e conhecer para poder proteger

Prof. Reinaldo Bernardes Tavares
Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ/BR

Resumo

Pesquisas arqueológicas no interior e nas cercanias do antigo cemitério do mercado de escravos do Valongo, conhecido como Cemitério dos Pretos Novos (2009-2012), delimitam de forma relativa a área da antiga necrópole para fins de proteção patrimonial. A pesquisa, levada à cabo em 2012, também revelou o costume local de se jogar lixo urbano dentro da necrópole de escravos durante o seu funcionamento, demonstrando quanto era acentuado o abismo social entre cativos e livres nas primeiras décadas do século XIX. O texto ainda relata descoberta de um sítio pré-histórico (sambaqui residual) e de um sítio de contato, entre indígenas e europeus, do século XVII, encontrado ao lado da antiga necrópole de escravos.

Palavras-chave: Arqueologia da diáspora africana. Mercado de Escravos do Valongo. Cemitério dos Pretos Novos.

Resumen

Cementerio de los Negros Nuevos (Pretos Novos): para enfocar y aprender a proteger

Este artículo científico informa de la investigación arqueológica llevada a cabo en el antiguo cementerio de esclavos, conocido como el cementerio de Negros Nuevos (Pretos Novos) y su entorno, en el antiguo barrio de la ciudad de Río de Janeiro, llamado Valongo. La investigación científica, llevada a cabo en 2012, delimita, relativamente la área de la antigua necrópolis con fines de protección de los vestigios arqueológicos de la creciente



especulación inmobiliaria. La investigación también reveló la costumbre local de jugar residuos urbanos dentro de la necrópolis de esclavos durante el período de operación, que muestra cuánto se ha pronunciado la brecha social entre hombres libres y esclavos durante las primeras décadas del siglo XIX. El texto también describe el descubrimiento de un sambaqui prehistórico y un sitio de contacto entre indígenas y europeos, del signo XVII, junto a la necrópolis de esclavos.

Palabras clave: Arqueología de la Diáspora Africana. Los esclavos del mercado de Valongo. Cementerio de los Negros Nuevos.

Abstract

The Pretos Novos Cemetery: researching for to know and protection all the archaeological area of the slave necropolis in Rio de Janeiro city

This paper is about the Archaeological research that was made in the interior area and at the streets, that bounding, the old Valongo slave market necropolis, known as the Pretos Novos Cemetery. The research, made in 2012, analyzed the bounding area of the ancient necropolis for provide governmental actions for legal protection. The Archaeology research has also revealed the ancient habit to throw urban garbage at the necropolis of slaves during its operation, showing how were strong the social differences between captive and free people in the early nineteenth century. This paper also reports the archaeological discovery of a residual shell mound of fishermen-gatherers and an archaeological site of contact between Indians and Europeans, from XVII century, near to the slave's necropolis.

Keywords: African diaspora archaeology. Slave market of Valongo. Pretos Novos Cemetery.

Introdução

No ano de 1996, em uma residência com fachada em estilo eclético na Rua Pedro Ernesto nº 36 no Bairro da Saúde – região portuária do Rio de Janeiro



– os pedreiros que abriram cavas de fundações para uma simples ampliação residencial começaram a retirar do subsolo ossos humanos e lixo urbano do século XIX. Misturado ao sedimento areno-argiloso, o achado fortuito revelava aos cariocas uma das principais instalações do antigo mercado de escravos do Valongo. Era revelado depois de 156 anos o antigo Cemitério dos Pretos Novos. A necrópole, que deixou de funcionar em 1830, tinha ficado invisível desde a construção de residências unifamiliares sobre o seu terreno na década de 50 do século XIX. Como passar dos anos, a sua localização caiu no esquecimento até que o casal Guimarães decidiu mexer no subsolo da sua residência, revelando um tesouro arqueológico.

O salvamento arqueológico, conduzido pela arqueóloga da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro Eliana Teixeira (Departamento Geral de Patrimônio Cultural – DGPC) e a pesquisa realizada pelo Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB a cargo da bioantropóloga Lília Cheuiche Machado, revelaram que os ossos humanos exumados por funcionários da construção civil eram de Pretos Novos. Nome dado aos cativos africanos que foram ainda jovens importados à força para o Brasil, submetidos ao processo de escravidão e que eram colocados à venda em barracões especializados dentro do maior mercado de escravos do Brasil do século XIX.

A necrópole revelada ficava situada no antigo caminho da Gamboa (hoje rua Pedro Ernesto) entre o ponto de venda e confinamento de cativos doentes – chamado posteriormente de Lazareto da Gamboa. Apesar da proibição da importação de cativos africanos no início da década de 30 do século XIX, os barracões de venda de escravos, que se espalhavam pela orla da praia do Valongo (atual rua Sacadura Cabral) e em uma boa parte da rua do Valongo (atual rua Camerino), funcionaram até próximo à época da abolição, em 1888, vendendo escravos advindos das diversas províncias do país, no tráfico interprovincial.



Figura 01 – Planta do Rio de Janeiro datada de 1817, acervo Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - cart. 309976.

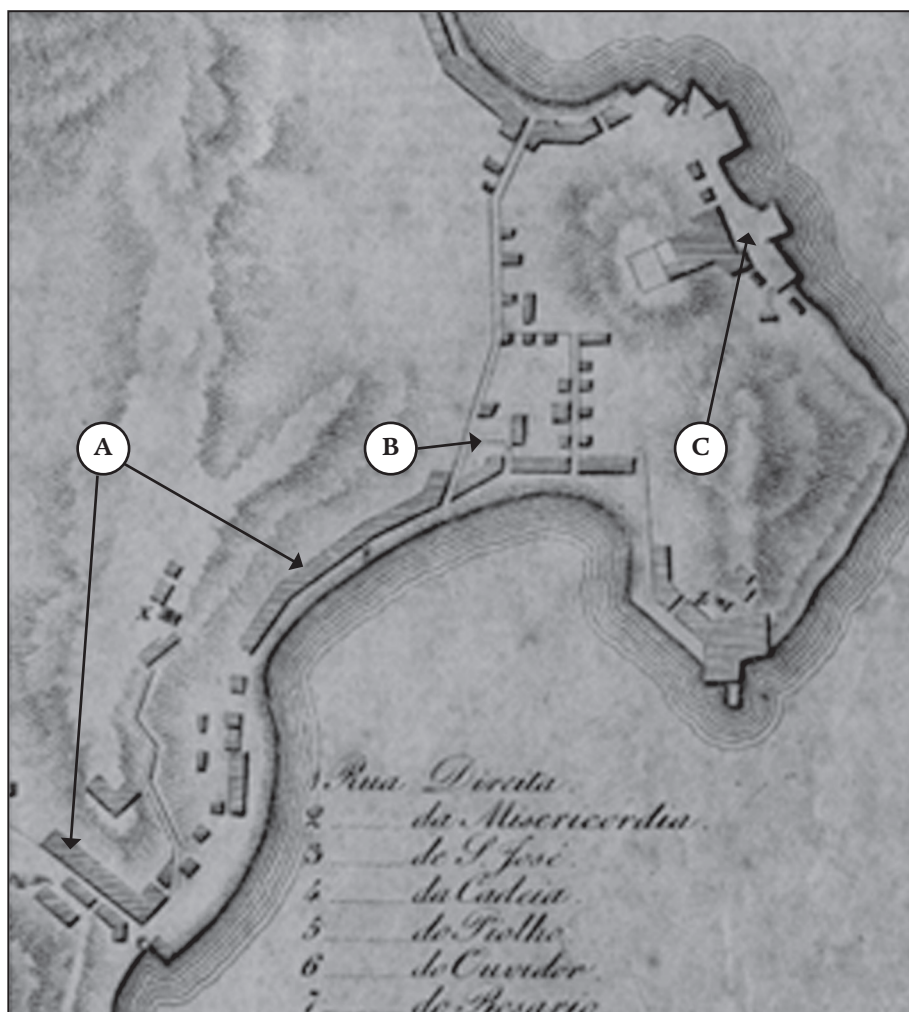


Figura 02 – Detalhe do litoral oeste da cidade, no antigo bairro do Valongo e Morro da Saúde, atuais bairros da Saúde e da Gamboa.

A) Barracões de comércio de cativos africanos B) Cemitério dos Pretos novos C) Lazareto da Gamboa



Em seu auge, o mercado era dotado de instalações comerciais que formavam um complexo especializado na importação e venda de escravos. Após o desembarque na Alfandega e o pagamento dos direitos, a carga de cativos era enviada para o lazareto da Gamboa e lá permanecia até uma nova vistoria de saúde, cumprindo uma quarentena oficial, mínima, de cerca de oito dias. O prédio do Lazareto foi construído na antiga Chácara do Sossego no ano de 1810, para abrigar e tratar todos os cativos que traziam no seu corpo quaisquer sinais de infecções adquiridas durante a travessia marítima. Ressaltamos que, de acordo com o historiador Claudio Honorato (2008), até aquele momento todos os pretos novos (sadios e doentes) faziam quarentena juntos em uma das ilhas da Baía da Guanabara próxima à região do Valongo (Ilha de Bom Jesus) antes de adentrarem definitivamente no mercado. Ação essa que foi abandonada posteriormente, pois atrasava e encarecia as operações comerciais, já que exigia duas atracações e uma permanência desnecessária e longa de indivíduos ainda sadios que poderiam ser postos imediatamente à venda assim que desembarcados, reduzindo o custo com alimentação e cuidados. Além do cemitério, dos barracões e do lazareto, o mercado também contava com vários trapiches que se instalaram no interior do mercado e serviam de ponto de abastecimento de material náutico e de gêneros negociáveis no continente africano. Pesquisas recentes sobre o local feita por nós nos *Extractos de Manuscriptos sobre Aforamentos volumes I, II e III* levantados por A. Restier Gonçalves (índices e extratos do arquivo municipal da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro) indicam que uma tanoaria no ano de 1828 (GONÇALVES, 1926, p.68) e um grupamento de soldados em 1822 (Primeira Companhia de Infantaria do Real Corpo de Infantaria da Corte) foram instalados nos arredores do mercado (GONÇALVES, 1926, p.99) e que certamente davam apoio às operações comerciais de cativos na região. Gonçalves também aponta para a existência de um estaleiro construído nas proximidades do Valongo em 1824 (GONÇALVES, 1929, p.154) revelando a complexidade do mercado.



Após o falecimento da pesquisadora Lilia Cheuiche a pesquisa no interior do Cemitério dos Pretos novos foi interrompida. Somente em 2009, com o suporte do Museu Nacional e do apoio do então já fundado Instituto de Pesquisa e Memorial Pretos Novos – IPN, as pesquisas foram reiniciadas com o objetivo de delimitarmos espacialmente a área da antiga necrópole, para fins de proteção em função da crescente especulação imobiliária advinda do processo de revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Pesquisa essa que foi desenvolvida através do Programa de Pós-graduação em Arqueologia durante o curso de Mestrado na UFRJ / Museu Nacional, com dissertação defendida no início de 2012 por Reinaldo Tavares, a qual é a base desse artigo.

Revisão de Literatura

Desde o achado fortuito e a operação de salvamento arqueológico em 1996 uma gama de publicações históricas e arqueológicas foi produzida especificamente sobre o Cemitério dos Pretos Novos na primeira década do século XXI que trataram de divulgar academicamente três pesquisas científicas: Eliana Teixeira (VARGAS, C; CARVALHO, E. T. et al. 2001), Lilia Cheuiche (MACHADO, 2006) e Júlio César (PEREIRA, 2007).

O trabalho de Eliana Teixeira (2001) foi produzido para a exposição *Africanos Novos na Gamboa – um portal arqueológico*, inaugurada em 16 de novembro de 2001, organizada pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal das Culturas. Nele a autora apresenta de forma sistemática o resultado das pesquisas de salvamento e da análise preliminar dos remanescentes ósseos e dos artefatos encontrados em 1996. Em parceria com o Instituto de Arqueologia Brasileira – IAB, o catálogo da exposição foi o primeiro trabalho arqueológico voltado para o Cemitério dos Pretos Novos.

No ano de 2006 o livro *Estudos Contemporâneos de Arqueologia*, organizado por Odemar Dias, Eliana Carvalho e Marcos Zimmermann, obra em memória de



Lília Cheuiche Machado, apresentou a publicação póstuma da pesquisadora: *Sítio Cemitério dos Pretos Novos: análise biocultural – Interpretando os ossos e os dentes humanos*. Neste ensaio póstumo a Dra. Machado (2006) apresenta uma análise bio cultural dos ossos encontrados no salvamento de 1996 indicando entre outros dados a prática de queimação funerária, modificação cultural dentária – alterações dentárias intencionais – e patologias ósseas causadas por fatores de saúde e estresse biológico.

Júlio César Pereira, no ano de 2007 no livro *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*, traz à luz sobre a documentação existente no arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (mais especificamente nos livros de óbito de escravos da freguesia de Santa Rita) onde foram registradas as inumações no interior do Cemitério dos Pretos Novos até o ano de 1830. O autor também analisa fatores relacionados ao transporte marítimo de escravos na época; a diferença entre as práticas religiosas ancestrais na África com as adotadas no Cemitério dos Pretos Novos; a relação conflituosa entre os moradores da região do Valongo com o governo imperial, em função das emanações e maus cheiros que saíam da necrópole; além de relatar as pesquisas arqueológicas realizadas até aquele momento.

Atualmente, além da nossa pesquisa arqueológica que realizou sondagens visando à delimitação da necrópole (TAVARES, 2012), uma pesquisa multidisciplinar internacional e conduzida por pesquisadores da Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, da University of Indiana (EUA) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ/Museu Nacional – revelaram novos dados sobre os africanos enterrados no Cemitério dos Pretos Novos (MENDONÇA DE SOUZA, COOK, BASTOS, SANTOS, 2012). De acordo com o artigo *Cemitério dos Pretos Novos. Técnicas modernas ajudam a compreender questões da escravidão*, publicada em abril de 2012 pela revista Ciência Hoje, os remanescentes ósseos encontrados no subsolo da Rua Pedro Ernesto nº36, provêm de vários pontos de origens e não de uma determinada localidade. Tal afirmação é condizente com as pesquisas e relatos históricos que sempre apontavam um envolvimento



entre diversas nações africanas no abastecimento do tráfico negreiro que eram dotadas de rotas terrestres e marítimas próprias para captação de cativos. Tal confirmação se deu em função da comparação entre as razões dos isótopos de estrôncio retiradas, de esmalte dentário, dos conjuntos de ossos recuperados no salvamento de 1986.

Entendemos que todas as pesquisas realizadas até então se somam e juntas caminham na construção do entendimento sobre necrópole, sobre o mercado do Valongo e sobre o comércio de escravos na Cidade do Rio de Janeiro no século XVIII e XIX.

Metodologia

Tendo o terreno do cemitério sido fracionado e loteado ainda no século XIX, não tínhamos como conhecer as reais dimensões da necrópole, já que os dados relativos à sua ocupação espacial são imprecisos e confusos. Apesar de existir uma cartografia já bastante avançada no século XIX, não existia nenhum plano urbanístico ou levantamento militar que localizasse, com a precisão necessária, o cemitério dos Pretos Novos. As únicas informações disponíveis foram os relatos de viajantes que indicavam poucas descrições visuais, dos memorialistas e indicavam a Rua Pedro Ernesto como o antigo caminho da Gamboa e posteriormente como Rua do Cemitério e por último o próprio achado fortuito feito em 1996 pelo casal Guimarães.

Outra questão que nos intrigava era a descrição das dimensões da área do cemitério feita no início do século XIX pelo viajante Freireyss. Ele estimava que o cemitério fosse “cercado por um muro de cinquenta braças em quadra”. Essa medida se fosse transformada em padrões atuais daria 105 metros de perímetro que se dividido pelos quatro lados de um quadrado (em quadra) daria uma lateral de 26,25m e uma pequena área de 690 m². Área ínfima para abrigar tantos restos humanos, já que de acordo com o levantamento feito por Pereira (2007) 6.119 indivíduos foram inumados nesse espaço em um pequeno recorte cronológico de quatro anos, 1824 a 1830, que retrata o



período final de utilização do cemitério. Para tentar equacionar essa questão, recorreremos ao *Plano Cartográfico da Cidade do Rio de Janeiro de 1791* e *Plan de La Ville de S. Sebastião de Rio de Janeiro de 1821* (ambos pertencentes ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro): tomamos medidas de campo, convertemos antigas escalas e medidas, confrontamos com a base cartográfica atual da cidade, com a utilização de aplicativos de desenho arquitetônico e de vetorização, conseguimos identificar e encaixar uma área de 4.235 m² nos pontos conhecidos para o cemitério dos pretos novos. Essa nova estimativa de área, muito mais plausível, passou a ser a nossa referência espacial para ser testada cientificamente. Desta forma, só nos faltava apurar, refinar e testar através das sondagens a abrangência do cemitério.

Apesar de todas as pesquisas e conjecturas, ainda pairava a dúvida sobre o espaço que o cemitério tinha ocupado na malha urbana da região, já que não sabíamos se a necrópole poderia ser encontrada também sob a via pública; apesar de haver relatos de vários ossos espalhados no subsolo da região, tínhamos dúvidas de que fossem ossos humanos. Como somente os ossos humanos foram identificados no subsolo do número 36 e posteriormente no número 40 da Rua Pedro Ernesto e como não tínhamos nada além das estimativa de 4.235m², poderia haver a possibilidade de que o cemitério estivesse confinado sob as casas circunscritas no quarteirão formado pelas ruas Pedro Ernesto, Leôncio de Albuquerque, Rua do Propósito e Sacadura Cabral. Porém, cientes de que os terrenos são densamente ocupados por residências sem quintal, fomos compelidos a propor a abertura de uma série de pequenas sondagens ao longo do meio-fio no entorno do quarteirão; três sondagens no interior dos imóveis que hoje formam o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN em busca de vestígios do campo santo e para análise de sedimentologia e estratigrafia.

Com a execução de obras de infraestrutura na região a cargo da Companhia Estadual de Água e Esgotos – CEDAE, optamos por acompanhar de forma *oportunistica* essas intervenções em busca de informações sobre



o subsolo da região. Portanto, agregamos à nossa metodologia investigativa o acompanhamento *oportunistico* somado à abertura das sondagens.

Revisando os dados da nossa pesquisa e de dados obtidos pelo IAB, em 1996, notamos que também em 1996 foi retirado lixo urbano (fragmentos de louça, cerâmica, metal e vidro) juntamente com os remanescentes ósseos; o que não seria comum encontrar no subsolo de cemitério administrado legalmente pela igreja, portanto, um campo santo (VARGAS, C; CARVALHO, E. T. et al., 2001). Essa questão, não devidamente investigada pelos pesquisadores da época, se apresentou a nós como uma nova hipótese de pesquisa que simplificada afirmava que o local após o abandono das práticas funerárias (com o fechamento do mercado em 1830) teria transformado o terreno em um depósito de lixo local até ser loteado e definitivamente ocupado com a construção de residências em suas terras.

Em função das singularidades acima descritas, elaboramos as duas hipóteses investigativas que foram, por nós, testadas.

1. Mesmo estando a visibilidade do cemitério totalmente comprometida pela ocupação imobiliária era possível determinar arqueologicamente a área que outrora foi o Cemitério dos Pretos Novos.
2. O terreno em que outrora existiu o Cemitério dos Pretos Novos foi transformado em depósito de lixo urbano antes de ser loteado para o mercado imobiliário.

Resultados

Após definida a metodologia, sob a coordenação e orientação da Dr^a Tania Andrade Lima, naquele momento orientadora de mestrado do autor, nós consultamos e obtivemos o apoio do Conselho Municipal dos Direitos do Negro – CONDEDINE-RIO (no nível municipal), Conselho Estadual dos Direitos do Negro – CEDINE (no nível estadual) e no Ministério da Cultura



– FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (no nível federal). Com o projeto definido encaminhamos ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN a solicitação para a execução de poços de sondagens e pequenas escavações no interior e ao longo das vias públicas circundantes. O IPHAN deferiu a solicitação com a emissão da Portaria IPHAN nº 3 de 21 de janeiro de 2011, publicado no DOU nº 16 de 24 de janeiro de 2011.

Antes mesmo do início das sondagens no subsolo, tivemos a oportunidade de acompanhar algumas intervenções pontuais da CEDAE na Rua Pedro Ernesto. Os vestígios arqueológicos encontrados no leito das vias próximo ao Cemitério dos Pretos Novos apontavam para os séculos XVIII e XIX, período de atividade do Cemitério dos Pretos Novos. Porém, após termos examinado todas as intervenções feitas pela CEDAE, não encontramos um único vestígio de ossos humanos; o que excluía definitivamente a crença popular de que o cemitério ocupava uma grande parte do território que hoje compõe os bairros da Saúde e Gamboa.

Buscando conhecer a estratigrafia e a sedimentologia existente no interior do Cemitério dos Pretos Novos, abrimos uma sondagem no interior do número 32 e duas sondagens no número 34 da Rua Pedro Ernesto; edificações que abrigam o Instituto Pretos Novos. Por conseguinte, a primeira sondagem (sondagem 01) no número 32 deu negativa para o Cemitério dos Pretos Novos, mas revelou um sítio de contato entre europeus e tupi guaranis. Fragmentos de cerâmica indígena foram encontrados no mesmo nível estratigráfico que fragmentos de cerâmicas europeias. Evidenciar a diferença no processo de produção e nos atributos de forma empregada na confecção de ambos os fragmentos, nos levou a um salto cronológico do século XIX para o século XVII. Logo, não seria mais possível achar a necrópole do mercado do Valongo. A evidência final foi uma estrutura de combustão (fogueira) ainda contendo restos alimentares com fragmento de cerâmica sem decoração aparente, cerca de dez centímetros abaixo do último fragmento de cerâmica europeia. Estrutura esta que foi preservada *in loco* como



testemunho. Convém salientar que a sondagem 01 estava dentro da área previamente assinalada pelas pesquisas cartográficas com área interior do cemitério. A não localização na necrópole neste espaço reduzia significativamente a área em questão.

Cientes de que a necrópole havia sido encontrada duas casa acima a aproximadamente doze metros do ponto marcado pela sondagem 01, resolvemos abrir a sondagem 02 a seis metros na direção oeste, bem no meio do salão da edificação de número 34. Para nossa surpresa, depois de quarenta e cinco centímetros de concreto ciclópico (concreto misturado a pedra de mão) encontramos os primeiros fragmentos de ossos humanos e algumas contas coloridas de vidro junto com fragmentos de cerâmica, vidro, metal, restos alimentares, material construtivo e faianças inglesas. Pelo estudo dos atributos das fianças finas inglesas, datamos as camadas como provenientes das primeiras décadas do século XIX, o que é coincidente com o período de funcionamento do cemitério; os fragmentos estavam no mesmo nível arqueológico misturados aos restos humanos.



Figura 03 – Sondagem 03 evidenciando restos humanos, material construtivo e fragmentos diversos de cerâmica e faianças finas inglesas do século XIX.



Para a nossa surpresa não havia ossos articulados; só encontramos fragmentos. Há a presença de ossos queimados em diferentes estágios, conforme descrito na análise bio cultural (MACHADO;1996, p.22). Apesar de a pesquisa anterior ter indicado que a fragmentação dos ossos tinha se dado pela falta de cuidado dos funcionários da construção civil que retiraram os ossos das cavas de fundação sem o devido cuidado, nós podemos ver através da escavação orientada que os remanescentes já se encontravam neste contexto antes da manipulação, ou seja, os ossos humanos já estavam quebrados, fracionados e espalhados pelo terreno quando da descoberta arqueológica. Para manter esse contexto preservado, resolvemos então, com o apoio da bioantropóloga Dr^a. Glaucia Sene, escavar em níveis naturais somente evidenciando os restos humanos, sem retirá-los preservando todo o contexto.

Durante a obra de adequação do salão do Instituto Pretos Novos, para instalação do Memorial dos Pretos Novos, uma parte do piso de concreto junto à porta de entrada teve de ser rebaixada revelando à flor da terra ossos humanos. Apesar de não fazer parte do nosso planejamento, não havia como fazer o reparo sem destruir os fragilizados ossos. Portanto, resolvemos, com o consentimento do Instituto Pretos Novos e de acordo com a orientação da Prof^a Tania Andrade Lima, na época coordenadora do projeto, abrir uma pequena sondagem (sondagem 03) de um metro quadrado evidenciando e protegendo o material arqueológico. A sondagem revelou de forma similar o contexto descrito na sondagem 02 com a diferença de se apresentar mais didática, pois os ossos se encontravam mais agrupados e mais próximos do campo de visão do observador.

De posse dos dados obtidos através do acompanhamento oportuno de três obras de infraestrutura e da abertura das três primeiras sondagens, executamos mais seis sondagens externas no entorno do quarteirão, totalizando em doze o número de intervenções estudadas. As seis últimas sondagens foram cruciais para o processo de delimitação da necrópole, já que revelariam se o campo santo tinha se expandido além da área obtida



através levantamento cartográfico e da pesquisa histórica. Salientamos que evidenciamos na sondagem 01 uma retração desse espaço com a sua negativa, reduzindo o limite leste do perímetro do polígono para a posição da sondagem 02.

As sondagens externas foram realizadas do dia 16 a 24 de novembro de 2011, contando com a colaboração da COPA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., da Companhia de Desenvolvimento Urbano da região do Porto do Rio de Janeiro (CEDURP), da Companhia Estadual de Gás (CEG), da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-RIO) e da Secretaria Municipal de Transporte (SMTR). A Portaria Municipal TR/SUBG/CRV nº 9710, que autorizava a interdição parcial da pista de rolamento e proibia o estacionamento para a realização das sondagens arqueológicas, foi publicada no Diário Oficial da Cidade do Rio de Janeiro no dia 16 de novembro de 2012.

A sondagem 04 realizada em frente ao número 40 da Rua Pedro Ernesto não revelou vestígio humano; apenas fragmentos de ossos de bovinos, fragmentos de cerâmica de produção local, grés, garrafas de vidro, fragmentos de faiança fina inglesa com decoração em *transfer printing* azul com padrão *willow* e outros na mesma técnica com padrões florais. Fragmentos de faiança inglesa fina pintada manualmente com decoração *spring style* também foram encontrados, revelando um contexto cronológico com o material encontrado no interior do Cemitério dos Pretos Novos, porém, nenhum vestígio de ossos humanos foi revelado.

A sondagem 05 realizada em frente ao número 50 da Rua Leôncio de Albuquerque revelou um solo perturbado pela instalação de tubulações, porém contendo ainda fragmentos de artefatos da segunda metade do século XIX, da primeira metade do século XX e ossos bovinos. Mas uma vez, a escavação não revelou nenhum vestígio humano.

A sondagem 06 que foi aberta em frente ao número 56 da Rua Leôncio de Albuquerque também estava perturbada de forma semelhante a sondagem



05, porém existiam duas tubulações: uma de ferro fundido (encontrada na sondagem 05) e uma outra em polietileno de alta densidade (PAD), utilizada pela companhia de águas para abastecimento. Mesmo com a interferência das duas tubulações, prosseguimos a sondagem e encontramos fragmentos de grés, de faiança fina inglesa com decoração em *transfer printing* azul com padrão *willow*. No entanto, novamente não encontramos vestígios de ossos humanos.

A sondagem 07, aberta na confluência entre a Rua Leôncio de Albuquerque e rua do Propósito, revelou fragmentos de faianças finas da segunda metade do século XIX e da primeira metade do século XX; também não revelando traços da presença do cemitério.

A sondagem 08 foi aberta em frente ao número 33 da Rua do Propósito e de forma similar à sondagem 06 e 07 que revelaram fragmentos da cultura material da segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX; inclusive com a presença de louça nacional atestada pela marca São Paulo no carimbo ao fundo de um fragmento de faiança fina, atestando o seu local de fabricação. De forma semelhante às sondagens 04,05,06 e 07, não encontramos traços da presença do Cemitério dos Pretos Novos.

A sondagem 09, a última sondagem externa, foi aberta em frente ao número 21 da Rua do Propósito, no trecho mais antigo da via que se originou de uma servidão pública. No local encontramos fragmentos de faiança inglesa da primeira metade do século XIX, fragmentos de cerâmica de produção local vitrificada internamente e de faianças portuguesas; revelando uma longa ocupação, compatível ao período de funcionamento do mercado de escravos do Valongo. De forma surpreendente, após a profundidade de sessenta centímetros, encontramos os remanescentes de um sambaqui. Com um perfil homogêneo de cinquenta centímetros, o sambaqui revelou, além de gastrópodes e bivalves bem desenvolvidos, lascas líticas de quartzo obtidas através de redução bipolar, ossos de peixes (teleósteos e elasmobrânquios) e um misterioso tubo de argila de dois centímetros que provavelmente pertenceu a



algum cachimbo tupi-guarani que, por questões de contaminação da coleta ou da escavação, foi misturado ao material oriundo do sambaqui.

Discussão dos resultados

As sondagens serviram para demonstrar que os restos humanos não são abundantes e não encontrados na mesma concentração do interior da necrópole. Apesar da pequena área de prospecção ter dado negativo, não negamos a possibilidade de haver pequenos vestígios de material humano espalhado de forma esparsa no subsolo da via pública. A construção de moradias sobre o campo santo perturbou certamente o sítio arqueológico e pode ter levado material ósseo para a via pública. Porém a negativa já era esperada em virtude dos resultados obtidos com a pesquisa cartográfica. Porém, em face das dificuldades e da metodologia exploratória de baixo impacto, não foi possível identificar, com precisão, as dimensões do perímetro da necrópole. Sabemos, ao menos, que a necrópole se encontra sob o conjunto de residências vizinhas ao IPN conjuntamente com um sítio de contato e um sambaqui residual. A nossa preocupação inicial, que era de delimitar o sítio dos pretos novos, para fins de proteção, ficou mais complexa com a identificação dos três sítios que coexistem dentro de um mesmo quarteirão no bairro da Gamboa. Não importa mais, neste momento, conhecer os reais limites internos da necrópole, mas sim proteger todos os sítios que se interligam no mesmo espaço urbano. Uma área de proteção arqueológica foi então delimitada e indicada dentro do perímetro formado pelas ruas Pedro Ernesto, Leôncio de Albuquerque, Rua do Propósito e Sacadura Cabral. Cabendo ao Estado adotar políticas urgentes de proteção ao patrimônio arqueológico recentemente descoberto.

As sondagens também indicaram que existe no subsolo da região uma grande concentração de fragmentos ósseos, de restos alimentares provenientes do consumo de grandes mamíferos que apontam para a existência de um significativo padrão de consumo de bovinos na passagem do século XVIII para o XIX, ou mesmo para a adoção de uma prática regional de se lançar



restos alimentares pelas janelas para expor aos demais membros da sociedade uma diferenciada condição de consumo de proteína animal.

Confirmamos e ampliamos a hipótese de uso da antiga necrópole como vazadouro de lixo urbano, não após o seu abandono (como imaginado inicialmente), mas ainda durante a sua utilização como campo santo. Condição esta, evidenciada pela existência de faianças finas inglesa do início do século XIX no mesmo nível estratigráfico dos restos humanos, misturadas a elementos construtivos, restos alimentares diversos, fragmentos de vidro, cerâmica de produção local – neo brasileira – e fragmentos de metais ferrosos.

Os restos humanos estão espalhados pelo terreno indicando que havia a prática de destruição por fragmentação e incineração proposital dos ossos. Esperamos que no futuro bioantropólogos possam validar a hipótese de que os restos mortais foram, desta forma, reduzidos para que pudessem dar lugar a novos enterramentos primários no interior das valas comum do Cemitério dos Pretos Novos, já que o uso da vala comum para inumação de escravos era a prática corrente no período de funcionamento do mercado de escravos do Valongo em necrópoles similares.

Ao encontrarmos contas e miçangas junto aos restos humanos, de forma similar à pesquisa realizada por Teixeira (1996) e corroborando às pesquisas de Pereira (2007) que achou nos registros de sepultamento o uso de contas brancas em cativos inumados no Cemitério dos Pretos Novos, nos provamos, de forma cabal, que a tese de que os cativos africanos eram no continente africano despidos de suas marcas de origem étnica e mesmo de adornos ao embarcarem nos navios negreiros não mais se sustentam. cremos que os comerciantes só se importavam com o batismo comunitário e com os seus lucros. Talvez no interior do mercado do Valongo dentro dos barracões, os adornos fossem retirados. Mas, se formos levar em conta o material encontrado no solo do cemitério, cremos que essa prática não deveria comum. Podemos até imaginar que quanto menos despissem os cativos das suas identidades haveria menos riscos de revoltas e rebeliões no interior do



mercado. Vale salientar que o próprio africano cativo deveria ficar mais confortável espiritualmente se pudessem se apegar às suas crenças religiosas, incluindo seus adornos corporais e símbolos religiosos.

Conclusão

Apesar das intervenções no subsolo do Cemitério dos Pretos Novos terem se restringido a um salvamento arqueológico em 1996 e a dois poços de sondagem que efetivamente desceram até alcançar o nível do terreno ocupado pela antiga necrópole evidenciando restos humanos e pesquisando a cultura material que aflorava nos níveis naturais da antiga superfície, muito conhecimento foi extraído pela arqueologia. O casamento da Arqueologia com a História e a apropriação dos dados obtidos pelas pesquisas bio antropológicas revelaram: idade, condições de saúde, traços culturais das vítimas do tráfico de escravos, além da logística do abastecimento e do funcionamento do antigo mercado de escravos do Valongo. Conhecer a localização espacial do cemitério foi crucial para a adoção de ações de preservação e de futuras estratégias de pesquisa. Conhecer que muito próximo à necrópole existem mais dois sítios arqueológicos foi fundamental para a ampliação do perímetro de proteção patrimonial. Criando inclusive novos focos de pesquisa em curto prazo.

Realizar a pesquisa no momento em que os bairros da Gamboa, Saúde e Santo Cristo estão passando por um processo de revitalização urbanística obtida através do programa de revitalização da antiga zona portuária da Cidade do Rio de Janeiro, é crucial para a valorização dos patrimônios culturais, históricos e arqueológicos da região. O local é hoje considerado de grande importância arqueológica, pois conta com um sítio de contato entre indígenas e europeus, revelando a história da formação e das interações sociais que deram origens à urbe carioca; um sambaqui, revelando que a região foi escolhida como lar desde períodos pré-históricos por populações de pescadores coletores e mais recentemente, nos séculos XVIII e XIX, o cemitério do mercado de escravos do Valongo.



Outro ponto de destaque para essa pesquisa foi contar com o envolvimento da população local, da sociedade civil atuante em organizações não governamentais (ONGs), dos grupos de valorização da cultura afro-brasileira, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Governo Federal.

O apoio da UFRJ / Museu Nacional – PPGarq, que acolheu essa pesquisa através do programa de Mestrado e Arqueologia, em conjunto com apoio do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos – IPN e do ponto de cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro, fez com que conseguíssemos realizar de março de 2010 até novembro de 2011 vinte e três oficinas “História e Arqueologia”, contando com a participação de quinhentos e quarenta e quatro alunos (na maioria da educação básica), que aprenderam conceitos e fundamentos de Arqueologia, História e foram apresentados às pesquisas realizadas no Cemitério dos Pretos Novos.

A pesquisa em si, realizada em 2009 – 2012 teve caráter inicial. Uma segunda fase, que está em pleno desenvolvimento desde 2013, tem por objetivo realizar novas escavações no leito da via pública e no interior do cemitério. O objetivo primário da segunda fase da pesquisa é aprofundar o conhecimento sobre a prática funerária aplicada no Cemitério dos Pretos novos e estabelecer um conhecimento mais seguro sobre a profundidade do depósito arqueológico. Como objetivos secundários, poderemos, também, tentar obter conhecimento sobre as condições de preservação e perturbação dos remanescentes ósseos. A pesquisa continua sendo desenvolvida com o apoio da UFRJ/ Museu Nacional – PPGarq, com data prevista de término para o segundo semestre de 2017

Referências Bibliográficas

GONÇALVES, Aureliano Restier (Org.). *Extratos de Manuscritos Sobre Aforamentos*. Prefeitura do Distrito Federal, Directoria de Estatística e Archivo, v2. Rio de Janeiro: 1926.



_____. *Extratos de Manuscritos Sobre Aforamentos*. Prefeitura do Distrito Federal, Directoria de Estatística e Archivo,v3. Rio de Janeiro: 1929.

HONORATO, Cláudio de Paula. Valongo: o mercado de escravos do Rio de Janeiro, 1758 a 1831. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFF – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Departamento de História, 2008.

MACHADO, Cheuiche Lilia. Sítio Cemitério dos Pretos Novos: Análise Biocultural – interpretando os ossos e os dentes humanos. In: DIAS, Odemar; CARVALHO, Eliana; ZIMMERMANN, Marcos (Orgs.). *Estudos Contemporâneos de Arqueologia*. Palmas: UNITINS / IAB, 2006.

MENDONÇA DE SOUZA, Sheila; COOK, Della Collins; BASTOS, Murilo Quintans; SANTOS, Ricardo Ventura. Cemitério dos Pretos Novos. Técnicas modernas ajudam a compreender questões da escravidão. *Revista Ciência Hoje*, [S.l], v.49,nº291,abril de 2012.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À Flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamound: IPHAN, 2007.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, século XIX: uma tentativa de delimitação espacial. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ / Museu Nacional, Departamento de Antropologia, Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2012.

VARGAS, C.; CARVALHO, E.T. de; MACHADO, L.C.; CAMPOS, G.N. Africanos Novos na Gamboa. Um portal arqueológico. Catálogo de exposição, Arquivo Geral da Cidade, PCRJ. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, 2001.

Reinaldo Bernardes Tavares

Universidade Federal do Rio de Janeiro/BR

Doutorando em Arqueologia e Mestre em Arqueologia pela UFRJ/Museu Nacional – PPGArq, Pesquisador e professor dos Institutos de Pesquisa e Memória Pretos Novos e do Instituto Prol Estudos – Associação de Democratização do Conhecimento.

<reinaldo.arqueologia@gmail.com>

Recebido em: fevereiro/2015

Aceito para publicar em: maio/2015

As cidades, os discursos, a circulação e a ordenação de sentidos

Prof. Dr. Luiz C. Borges

Universidade o Estado do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Resumo

O que são as cidades? Esta pergunta permite diferentes respostas. Em nosso caso, optamos por tratar a cidade como um discurso, cuja materialidade narrativa são as ruas, os equipamentos, os prédios etc. E sendo discurso, a cidade produz efeitos de sentido diversos para diversos interlocutores. Deste modo, ao percorremos a cidade nos deparamos com um jogo permanente entre a circulação ordenada de sentidos e a circulação fluida de sentidos. Dentre as muitas características das cidades contemporâneas, em particular na América Latina, um dos traços urbanos marcantes é a busca de segurança frente a um nível bastante elevado de toxicidade. Daí não bastarem os planejamentos. Nosso objetivo é, diante do discurso da cidade, refletir sobre esses sentidos em circulação e sobre o fazer sentido em um espaço de tensão entre a ordenação e o que resiste a esse movimento de ordenação.

Palavras-chave: Cidade, Discurso, Sentido, Ordenação urbana

Resúmen

¿Que son ciudades? Esta pregunta permite respuestas diferentes. En nuestro caso, hemos elegido tratar la ciudad como un discurso cuya materialidad narrativa son las calles, equipos, edificios, etc. Y siendo discurso, la ciudad produce diferentes efectos de sentido frente a diferentes interlocutores. De este modo, al caminar por la ciudad encontramos un juego permanente entre la circulación ordenada de sentidos y una circulación fluida de sentidos. Entre las muchas características de las ciudades contemporâneas, particularmente



en América Latina, uno de los rasgos más llamativos es la búsqueda por seguridad, frente a un muy alto nivel de toxicidad de estas ciudades. Así, no es suficiente la planificación. Nuestro objetivo es, antes el discurso de la ciudad, reflejar sobre estos sentidos en circulación y sobre la producción de sentidos en un espacio de tensión entre la ordenación y lo que resiste a este tipo de movimiento de ordenación.

Palabras Clave: Ciudad, Discurso, Sentido, ordenamiento urbano

Abstract

The cities, the discourses, the circulation and ordering of meaning

What are the cities? This question leads us to different answers. In our case, we decided to examine the city as a discourse, whose narrative materiality are the streets, the equipment, the buildings and so on. As a discourse, the city produces different meaning effects into different interlocutors. Thus, when walking through the city we find a permanent game between ordered circulation of meanings and a fluid circulation of meaning. Among many of the characteristics of the contemporary cities, in particular in Latin-America, one of the main urban features is the search of security as those cities present a high level of toxicity. That's why panning is not enough. Our aim is, facing the city discourse, to reflect on those meanings in circulation and on the making of sense in a space of tension between ordering and what resists to that ordering movement.

Keywords: City, Discourse, Meaning, Urban ordering

1. Espaço urbano e a (des)ordem dos sentidos

Partamos do óbvio: existem muitas e diversas maneiras de observar e pensar-sentir o espaço urbano. Aos modos de examinar a cidade corresponde um sem número de propostas teórico-metodológicas que se propõem a tarefa de analisar, compreender e explicar a cidade e(m) seus movimentos, suas contradições e sentidos. Em nosso caso, abordamos a cidade enquanto



um espaço discursivo¹, cuja textualidade é composta pelos arruamentos, a circulação de veículos e pedestres, os imóveis, o mobiliário pela totalidade dos equipamentos urbanos. Ao enfocarmos discursivamente a cidade, a pergunta básica que nos fazemos é: que efeitos de sentido o espaço urbano – isto é, o corpo pulsante, significativo e em contínua transformação² da cidade – nos provoca?

Discursivamente, a cidade se apresenta como uma semiópolis, ou um campo de forças centrífugas e centrípetas que constituem “[...] um espaço [...] de produção, disputa e circulação de sentidos” (MARIANI, s.d., p.17), e onde as diferentes evidências e momentos em que esses sentidos se articulam apontam para a opacidade instituinte do tecido urbano. Assim sendo, a cidade e seu espaço podem ser entendidos como um acontecimento em movimento sobre o qual incidem os movimentos do sujeito e do sentido (ORLANDI, s.d.), dando margens para que ocorra um jogo permanente de fluxos e refluxos entre as inúmeras redes socioculturais que se interligam aos imaginários e aos percursos urbanos. Trata-se de uma estrutura que, por meio de diversas estratégias e signos, procura organizar, ordenar e controlar os movimentos (deslocamentos, iniciativas, posições ocupadas no campo social) do sujeito urbano e, por conseguinte, dos sentidos.

Discursivamente, pensamos a cidade como um espaço que significa porque é multidimensionalmente significado. Trata-se de posições assumidas (explicitamente ou não) pelos sujeitos urbanos e a partir das quais um conjunto complexo e contraditório de efeitos de sentidos constitui-se

¹ Ao usar a Análise de Discurso para tratar do espaço urbano, este trabalho se filia, ainda que informalmente, à linha de pesquisa conduzida por Eni Orlandi no Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb) da Unicamp, e que já produziu inúmeros estudos sobre a relação cidade-discursividade.

² A cidade do Rio de Janeiro pode ser apontada como um bom exemplo dessa metamorfose das cidades, não apenas por conta das grandes reformas urbanas pelas quais passou e passa na atualidade, mas igualmente por conta das mínimas alterações que afetam o cotidiano: inversão de mão de algumas ruas, mudança de itinerário de linhas de ônibus, instalação ou supressão de equipamentos urbanos etc.



no jogo convergente/divergente entre diversos processos de significação e simbolização que ocorre no e pelo sociometabolismo urbano³. Na dinâmica discursiva, o espaço urbano se constitui, de acordo com Orlandi (2001a, p.12), por e em um “espaço material concreto funcionando como sítio de significação que requer gestos de interpretação particulares. Um espaço simbólico trabalhado na/pela história, um espaço de sujeitos e de significantes”. De modo que, através de um complexo de heterogêneas, e quase sempre antagônicas, textualidades – ou materialidades da linguagem, logo, do imaginário, do simbólico e da ideologia –, o espaço urbano conforma o corpo significativo da cidade, fazendo com que, ao significá-la, o sujeito urbano igualmente significa a si mesmo na e pela cidade. Assim sendo, em sua totalidade, a cidade constrói-se a partir de séries (convergentes e divergentes) de atravessamentos de sentidos em permanente disputa (ORLANDI, 2001b), uma vez que o sociometabolismo urbano se compõe de grupos e interesses, cada qual lutando para ter reconhecido e garantido os meios indispensáveis para expressar-se. Daí a necessidade de pensarmos a cidade como um jogo caleidoscópico, pelo qual o espaço urbano se faz saturado ou inflacionado de signos, em consequência de que se apresenta como polimorfo e polissêmico.

Essa dialética singular do simbólico, do imaginário e da trama ideológico-discursiva que compõe a cidade deixa a descoberto que organização e desorganização, ordem (disciplinamento) e desordem (ruptura e/ou resistência ao ordenamento), percurso controlado e percurso aleatório são elementos que se entrelaçam na e pela dinâmica urbana, sendo, portanto, constitutivos do movimento real cidade nunca idêntica a si mesma. Por seu turno, esse contínuo jogo de reprodução e ruptura, permite a emergência de novos processos de significação que afetam tanto a ordem discursiva da urbe, quanto da organização social, seja parcial, seja integralmente.

³ O conceito de sociometabolismo ou metabolismo social foi tomando emprestado de Mészáros, 2008.



Visto por esse ângulo, o ordenamento urbano se institui como meio de organizar falas e sentidos da e sobre a cidade e, desse modo, ordenar seus efeitos e movimentos. Assim, enquanto trato sociometabólico, o ordenamento urbano deve ser compreendido também como uma maneira de travestir ou silenciar a evidência de que o que prevalece na paisagem urbana é um campo de disputas e de conflitos entre posições hegemônicas e resistências contra-hegemônicas. Com essa estratégia urbano-discursiva de silenciamento ou de apagamento, o que se visa é sobrepor, ao ir-significando do processo histórico e simbólico, o já-significado da cidade administrada. A essa estratégia podemos chamar de domesticação ou disciplinamento dos sentidos. Ambos consoantes às condições de existência em espaço urbana, e nas quais, como efeito de reprodução da macroestrutura sociopolítica, os componentes hierárquicos e autoritários sobressaem.

No que tange à memória discursiva da cidade, entendemos que todos os espaços urbanos — seja enquanto paisagem urbano-ambiental, seja como objeto de planejamento tecnoadministrativo — afetam e são afetados pelas memórias, ao mesmo tempo afetando-as, transgredindo-as, mas igualmente procurando discipliná-las através de uma correlação hierarquizada e orientada entre ‘lugar’ e ‘rememoração’. Esse procedimento de disciplinamento da memória urbana e da memória dos conflitos e sentidos em disputa não se restringe à urbanização, mas se reflete igualmente na relação vivencial e simbólica entre o sujeito e a cidade.

Desse movimento e dessa dialética, nos quais participam múltiplos atores com suas diversas posições de fala (poder público, com seus macro e micro agentes; setores privados, coletivos ou individuais, organizados ou espontâneos etc.) resulta uma tessitura da cidade em que o uno (o estabelecido, o organizado, disciplinado, o que permanece: relacionado à cidade imaginária) se entremeia ao fluido (o devir, o ir-significando, o que falha e o que escapa, o inacabado: relacionado ao real da cidade), pois é justamente



nessa urdidura do uno e do fluido⁴, e em suas contradições, que a cidade vai produzindo diversos efeitos de sentido e sendo, por sua vez, (re)significada.

Consoante essa perspectiva, a cidade é percebida como um espaço polimorfo perverso no qual convivem, em uma diversidade de jogos combinatórios, a cidade-paranoica e a cidade-espetáculo; a cidade imaginada e a cidade administrada; a cidade-una e a cidade-fluida. Por cidade-una entendemos o espaço urbano enquanto concebido e submetido à lógica jurídico-administrativa e a um planejamento ordenador disciplinante, isto é, uma cidade imaginária, qual seja, aquela existe e faz sentido sobretudo no modo a-histórico como planejadores e autoridades (municipais, estaduais e federais) concebem a cidade, ou mesmo na idealização de seus moradores e usuários. Por cidade-fluida, entendemos aquela que, em seu todo, escapa, falha, resiste ao ordenamento, gerando e impondo seus próprios lugares de significância⁵. Com isso, queremos afirmar que toda cidade, enquanto lugar de (produção e circulação de) memórias e de significação, não é jamais homogênea, nem idêntica a si mesma, mas tampouco é pura heterogeneidade ou deriva. E que, portanto, deve ser entendida como um espaço dinâmico em que ordenamento (dos movimentos e da história) e a ininterrupta deriva das lembranças e dos sentidos simultânea e necessariamente se atritam e se complementam. Por conseguinte, a cidade se configura como um magma de significância.

2. Espaço urbano e a circulação e disputa de sentidos

Muitas são as evidências (teórico-interpretativas e empíricas) que apontam para um aumento exponencial da violência urbana, seja em relação

⁴ Os conceitos de uno e fluido foram inicialmente aplicados à análise da prática da linguagem para distinguir entre a língua instituída nas e pelas gramáticas e a língua efetivamente usada pelos falantes. A sua aplicação ao estudo das cidades foi feito por Zoppi-Fontana, citada por Mariani (s.d., p.19).

⁵ Ao falarmos do real da cidade ou da cidade fluida, referimo-nos àquela que é constituída por eventos e sujeitos, que não funciona de acordo com a lógica administrada; aquela que produz e é produzida por impasses, equívocos, falhas e faltas: incompletudes.



à pessoa e ao patrimônio, seja em reação ao próprio espaço urbano. Em que pesem as diversas tentativas de explicar e de reprimir ou, ao menos, de diminuir, essa escalada de violência em todos os seus espectros, devemos admitir que se trata de uma característica estruturante das cidades, e não de um simples mal funcionamento temporário (uma espécie de curto-circuito sociometabólico) da ‘máquina’ urbana.

A transformação das cidades em máquinas de habitar (LEFEBVRE, 1969), nas quais o fator paranoia, sendo mais que um dêitico apontando para um desequilíbrio estrutural — processo mediante o qual os modos tradicionais de urbanidade e sociabilidade, como destaca Freitag (2007), são pervertidos —, não é nem banal nem tampouco aleatório. Ao contrário, esse perfil urbano é condizente com o quadro geral das pressões sociopolíticas e econômicas, e das transformações e desenvolvimentos próprios do capitalismo, seja este entendido como modo de produção ou como processo civilizatório, e, mais particularmente — levando-se em conta que o capitalismo ainda é hegemônico, condição mais genericamente conhecida como globalização — as convergências e divergências entre o local e o global, considerando-se, ainda, que tudo que é local, nacional ou regional também se faz global; uma vez que, inevitavelmente, dado que globalização também significa, além de uniformização, relação orgânica e inextricável entre os processos locais e os processos globais, “as relações, os processos e as estruturas característicos da globalização incutem em praticamente todas as realidades novos significados, outras conotações” (IANNI, 2000, p.205). Ao mesmo tempo, essa estrutura uniformizadora instaura uma era de memórias-unas, memórias-hierárquicas, memórias-fósseis, em suma, memórias mortas (musealizadas ou não).

Um fator que compromete a sociabilidade e a convivência urbanas vem a ser, de acordo com Freitag (2007, 2009), a megalopolização que, até certo ponto, pode ser correlacionada à escalada da violência urbana. A megalopolização se caracteriza como “um processo de transformação rápida



e recente de uma cidade ou metrópole em uma megalópole”, cujo crescimento descontrolado, que leva à degradação das condições de habitabilidade, “faz transbordar os limites naturais e administrativos da cidade, tornando-a insustentável” (FREITAG, 2007, p.153). Deste ponto de vista, o termo que melhor representa e articula as diversas formações discursivas em circulação é insustentabilidade, justamente por colocar em evidência que o modo de produção capitalista é, geneticamente, estruturalmente antagônico a qualquer ideal de sustentabilidade, especialmente quando levamos em consideração que o núcleo duro do capitalismo consiste na produção/reprodução do lucro máximo, e que este ocorre especialmente pelo culto à propriedade privada e pela apropriação privada da riqueza coletivamente produzida, fato que provoca enormes e inevitáveis distorções, tanto econômicas quanto sociopolíticas.

Abordar a cidade a contrapelo, seja como artefato, como campo de forças e como espaço de práticas sociais, implica conceber o espaço urbano como um lugar de heterogeneidades. Podemos chamar a esses traços organicamente urbanos de tramas da historicidade da cidade. Dessa forma, no que tange à violência e ao imaginário que lhe é atinente, observa-se que o medo individual torna-se medo público e urbano (este último, alimentado, planejado, reproduzido pelos ideais de racionalidade do planejamento urbano e pelo consórcio entre projetos arquitetônicos e exploração imobiliária), gerando uma clivagem entre a cidade sociável (lugar da urbanidade e da convivência) e a cidade insociável (lugar do elevado nível de toxicidade, do medo e, como consequência, da dissolução social). Como resposta a essa clivagem deparamo-nos com a existência de disparidades socioambientais, bem como o incentivo aos espaços de habitação ostensivamente protegidos — característicos do processo de neogueterização urbana. Este tipo de reorganização dos conflitos urbanos sintomatiza as contradições e as disputas que se processam no interior da sociedade, as quais, em escala menor e local, reproduzem as formas de somatização resultantes da mundialização — estágio de integração e homogeneização decorrente da hegemonia capitalista.



Na semiópolis contemporânea, a paranóia urbana — como espetáculo e com seu apelo à espetacularização como já apontou Debord (1997), ao mostrar que a espetaculosidade e a carnavalização são elementos constitutivos da sociedade capitalista — se expõe na proliferação dos equipamentos de segurança (câmaras espalhadas pela cidade, ruas privatizadas com cancelas e agentes de segurança, controles dos mais diversos tipos e propósitos, cujo preço a pagar se materializa no modo perverso como cada vez mais os cidadãos são levados a sacrificar um quantum significativo de sua liberdade e privacidade por uma sedutora e enganadora fantasia de segurança e prosperidade), como se a incrustação desses olhos mecânicos de tudo ver constituísse, a partir de sua condição panóptica, uma solução efetiva contra aquilo que é produzido e amplificado pelo modo de produção dominante. Um dos aspectos perversos dessa nova forma de sociabilidade concerne ao fato de que, efetivamente, muito pouco é planejado e executado em real benefício da totalidade da população mundial, uma vez que, majoritariamente, essa população é mantida excluída das benesses anunciadas pelos novos missionários do credo capitalista, a publicidade.

Contudo, na lógica administrada outra é a função desse aparato: o efeito que produz em quem mora ou visita a cidade. Afinal, tanto os aparatos espetaculares de segurança, a arquitetura de alta segurança, como as constantes ameaças de atos terroristas produzem sentido. Em especial o sentido de vulnerabilidade e de necessidade de segurança cada vez mais reforçada. O que implica, por sua vez, em sentido de controle cada vez mais explícito e ostensivo. Trata-se de um procedimento a partir do qual à circulação de habitantes e visitantes se sobrepõe o diagnóstico e as soluções de especialistas e autoridades. Em suma, o que pode ser observado nesse processo é um deslocamento de valores: da liberdade para a vigilância; da livre circulação para o medo e a busca de proteção; da mixofilia à mixofobia, do saudável à toxicidade e à paranoia. E a cidade passa a ser atravessada por uma discursividade que naturaliza a lógica perversa e invertida das políticas públicas. O espaço urbano assim configurado parece confirmar o diagnóstico



de Marcuse (2013, p.2) segundo o qual “[...] o progresso intensificado parece vinculado a uma igualmente intensificada ausência de liberdade”. E é justamente essa a grande ausente seja dos planejamentos, seja dos espaços urbanos: a liberdade, tal qual prometida pela revolução burguesa.

Todavia e parafraseando Benjamin (2014), constatamos que o capitalismo e a burguesia (como expressão sociopolítica e cultural deste) não cumprem nem podem cumprir nenhuma das promessas que continuamente continuam a apregoar. O que sobra, então, são soluções delirantes, dotadas de espetaculosidade - tal como o paroxismo dos aparatos de segurança -, as quais, acima de tudo, reforçam o controle explícito sobre os cidadãos. Assim, desenvolveu-se uma espécie de arquitetura de *apartheid*, responsável pelos condomínios-ilhas de alta segurança (CALAZA, 2010; RODRIGUES, 2010). Apesar de ser datado, o termo *apartheid* se adéqua bem para caracterizar políticas públicas e projetos imobiliários reprodutores da exclusão social. Logo, se, no passado, a arquitetura de *apartheid* se impunha em razão da segregação racial, hodiernamente, ela se sustenta em um ordenamento político-econômico gerador e sustentador de segregação social e cultural, com o agravante de servir simultaneamente como signo de distinção social e como invólucro de segurança, além de contribuir para a guetização e a disneyficação das cidades.

Destarte e como recurso (algo mágico), essa paranoica demanda por segurança produziu a arquitetura blindada. Trata-se de uma resposta sociotécnica e estética à paranoia da violência provocada pelo elevado índice de toxidade urbana. Segundo dados da Câmara de Blindagem Arquitetônica da Associação Brasileira de Blindagem, no ano de 2009, no estado do Rio de Janeiro, houve um aumento de 40% na demanda por blindagens residenciais. A clientela desse tipo de serviço divide-se, atualmente, igualmente entre clientes corporativos e cidadãos que residem, majoritariamente, em bairros nobres das grandes cidades (MONTEIRO, 2010). A blindagem leva à



instauração de um novo padrão arquitetônico em que as moradias se tornam fortalezas permanentemente vigiadas.

Razão pela qual, segundo Birman, e sem exceção, “o medo se transformou no significante maior da sociedade brasileira contemporânea” (BIRMAN, 2009, p.78). De forma que o espaço urbano é também o *locus* da insegurança. Esse diagnóstico pode muito bem ser estendido à maioria das cidades latino-americanas, especialmente aquelas afetadas pelos efeitos da megalopolização. Mais grave ainda é a forma como o medo causado pela violência instituída vem sendo manipulado por diversos atores sociais. O sintoma mais representativo manifesta-se, no que tange ao poder público, nas políticas sociais repressivas que atingem os efeitos e jamais as causas da violência; e, na área privada, a abundância de projetos arquitetônicos e urbanísticos voltados para a criação de ilhas de tranquilidade em meio à incessante turbulência das áreas metropolitanas.

Se é verdade que as cidades se polarizam cada vez mais entre os da ‘primeira fila’ e os da ‘última fila’, é também verdade que o tecido urbano é alinhavado e permeado de ‘zonas fantasmas’⁶. A degradação do espaço urbano, suas barreiras e interdições, levam a um obsessivo retraçar e atravessar fronteiras, e, como mostra Bauman (2009), é justamente nas cidades megalopolizadas que a paranoia fronteiriça mais se acentua. Daí existirem, encaixados no corpo geral da cidade, quadrantes urbanos feitos de espaços vedados, de zonas fantasmas ou de guetos voluntários.

Recorrendo mais uma vez a Benjamin, veremos que o estado de contínuo suspense que recobre as cidades constitui, no tecido urbano, a materialidade do estado-em-crise do capitalismo e de suas promessas desprovidas de confiabilidade, ainda que continuamente renovadas e amplificadas pelos aparelhos ideológicos da sociedade. Desse estado de coisas, só podemos deduzir que as crises produzidas pelo capitalismo — ou pela sociedade burguesa —

⁶ A expressão zona fantasma é uma referência às histórias do Super-Homem, trata-se de uma dimensão espacial intangível para a qual eram enviados os criminosos kryptonianos.



não poderão ser resolvidas e superadas no interior mesmo do capitalismo pois, como assevera esse autor,

o debacle dos ideais burgueses é uma fatalidade inevitável de abrangência histórico-universal em razão de certas contradições internas existentes desde o início, impossíveis de serem evitadas ou neutralizadas a partir do espírito da burguesia (BENJAMIN, 2014, p.77)

Na ininterrupta disputa de sentidos do, no e pelo espaço urbano, sobressai-se aquilo que discursivamente se caracteriza como não-dito ou interdito: o fato da cidade ser um organismo sociopolítico composto, ao mesmo tempo, por inúmeras cidades em um permanente jogo de conflitos e contradições, de forma que os sintomas das anomalias podem manifestar-se em qualquer parte do tecido sociourbano⁷. Em suma, a cidade é um espaço ou corpo simbólico em que a violência factual e a simbólica se entrecruzam, “quanto mais o espaço e a distância se reduzem [...]; mais é depreciado o espaço, menos protetora é a distância e mais obsessivamente as pessoas traçam e deslocam fronteiras. É sobretudo nas cidades que se observa essa furiosa atividade de traçar e deslocar fronteiras entre as pessoas” (BAUMAN, 2009, p.75). Logo, em uma cidade obcecada por segurança (GONDIM, 2007), observa-se uma tendência ao aumento exponencial da tendência à mixofobia. Nesse sentido, tanto a violência e o medo urbanos, como as políticas e ações governamentais que a elas se contrapõem funcionam igualmente como lugares de significação. Embora, em geral, não signifiquem da mesma maneira.

⁷ É o caso, por exemplo, da fricção interurbana que existe entre os condomínios e habitações individuais, isolados e superprotegidos e as áreas de habitação “reservadas” à população desprivilegiada.



É dessa forma que podemos avançar a hipótese de que o medo na/da cidade é parte integrante de uma cultura do medo. Trata-se, em suma, de uma forma perversa de representar e administrar a cidade, mobilizando, para isso, um complexo aparato que envolve a administração pública, os projetos urbanístico-arquitetônicos, a especulação imobiliária e a mídia, a partir do qual se constitui uma vasta rede construída pela paranoia e sua consequente cultura do medo (ver BAUMAN, 2009; FREITAG, 2007, IANNI, 2000; LEFEBVRE, 1969; MARCUSE, 1970, 1976 e 1997). Com isso, desfaz-se a ilusão do espaço urbano como bem comum.

Considerando as contradições dos grandes aglomerados urbanos, vemos que as novas feições da cidade respondem aos desafios do modo de produção dominante e das relações sociais que nele se sustentam. Essa nova conjuntura expressa-se nos modelos urbanísticos e arquitetônicos de forma a “dis-simular o cuidado com que os maiores atrativos das cidades — sua espontaneidade, flexibilidade, capacidade de surpreender e de oferecer aventuras [...] — são eliminados ou exorcizados” (BAUMAN, 2009, p.64). Ainda assim, as cidades resistem como espaço de habitação e das condições de sociabilidade. É assim que o deslocamento do *flanêur* das ruas e praças, para os *shopping centers* (com suas ‘ruas’, lugares de diversão e encontro, praças de alimentação e segurança), possibilita também a formação de hiatos de habitabilidade, nos e mediante os quais os medos e sobressaltos comuns à cidade fiquem (temporariamente) em suspensão. Concordamos com Freitag (2007), quando diz que não será no campo teórico ou sociotécnico que as graves questões urbanas brasileiras serão resolvidas — uma vez que sendo estruturais, enraízam-se em questões de ordem socioeconômica e política. Para tanto, será necessário mobilizar uma ampla rede multi ou transdisciplinar que tenha condições de atingir a periferia e o núcleo do tecido social-urbano como um todo.

Esse novo paradigma urbanístico-arquitetônico, pelo qual o gerenciamento do espaço público da cidade submete-se a uma lógica administrada por meio do planejamento urbano, ainda encontra resistências. Resultado



das preocupações de cientistas, políticos e cidadãos não especialistas, a Carta dos Direitos Humanos das Cidades – aprovada no Fórum Social Mundial de 2002 em Porto Alegre, trata dos direitos universais do homem e do cidadão em relação às cidades brasileiras, visando garantir ao sujeito urbano as condições dignas de existência. Assim, pelos termos da Carta, “a ‘garantia do direito a cidades sustentáveis’ é entendida como o ‘direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (FREITAG, 2009, p.118). Contudo, como pode ser deduzido desses termos, existe um hiato entre a Carta e sua declaração de direitos e prerrogativas e a realidade (quase) inviável e insustentável das grandes cidades. Trata-se de uma distância que beira à irreversibilidade entre a cidade real ou fluida (com sua mobilidade errática, suas contradições inscritas no real da história) e a cidade tal qual representada nos planejamentos (com sua lógica, sua linearidade causal, sua homogeneidade temporal). Uma parte desse equívoco sociotécnico deriva, certamente, do fato de não ser levada em conta a realidade das cidades como sendo estrutural e estruturante e processo e produto das condições de existência e do modo de produção-processo civilizatório dominante, para o qual Ianni (2000) chama nossa atenção.

Não é difícil verificar de que modo e com quais efeitos (sobre a cidade e sujeitos urbanos) “a arquitetura do medo e da intimidação espalha-se pelos espaços públicos das cidades, transformando-as sem cessar [...] em áreas extremamente vigiadas” (BAUMAN, 2009, p.63). No entanto, também é perceptível que os movimentos do sujeito pelo espaço urbano atravessam os limites e as fronteiras (sejam as estabelecidas no corpo da cidade, sejam aquelas originadas pelo medo) e, com isso, terminam por se contrapor à tendência ao isolamento e à segregação (mixofobia). Em termos de mercado, no entanto, a tendência à mixofobia é cada vez mais estimulada, sendo particularmente explorada pelo mercado imobiliário, ao mesmo tempo em que serve de justificativa para alguns projetos arquitetônicos e urbanísticos que fazem do isolamento e da máxima segurança o seu mote. Na contracorrente dessa



cultura do medo, os espaços revitalizados e (re)significados contribuem, se não para reverter, ao menos para contrabalançar essa tendência paranoica, propiciando aos habitantes-cidadãos meios para reapropriarem-se de equipamentos urbanos antes inacessíveis ou a ser evitados, reintegrando-se eles mesmos ao cotidiano da cidade, investindo-se assim para que a mixofilia se sobreponha à mixofobia. Deste modo, além de se constituírem em lugares de memória, os espaços urbanos e os bens patrimoniais requalificados podem funcionar como lugares de resistência e resiliência.

A afirmação da requalificação como um fator relevante para reforçar a mixofilia não implica, certamente, que a simples reabilitação de áreas urbanas degradadas constitua por si só um antídoto à violência ou ao medo urbano. Há não poucos casos em que, após ter passado por um processo de requalificação, uma área urbana tenha-se convertido — como uma espécie de efeito colateral, devido à expansão econômica e ao aumento de atrações turísticas — em chamariz de violência contra a pessoa física, aumentando o número de assaltos e furtos em suas cercanias: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura⁸, em Fortaleza, Estado do Ceará; a Estação da Luz⁹ em São Paulo, Estado de São Paulo; o entorno do Cristo Redentor, no Rio de

⁸ Com área total de 30 mil metros quadrados, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura é uma Organização Social vinculada à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará inaugurado em 1999. Engloba um complexo no qual também se incluem o Porto Iracema das Artes, o Centro Cultural Bom Jardim e a Escola de Artes de Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho. O Dragão do Mar, como é popularmente conhecido, oferece ao público museus, biblioteca, anfiteatro, salas de cinema, auditório, planetário. Além do mais, o entorno, também revitalizado, oferece restaurantes e área para passeio.

⁹ Antiga estação de trem, a Estação da Luz, inaugurada em 1901, no Bairro da Luz, em São Paulo, ocupa uma área de 7,5 mil metros quadrados, cujo complexo arquitetônico foi tombado em 1982. Depois de inúmeras reformas, abriga, hoje, uma estação de Metrô, o Museu da Língua Portuguesa, projetos culturais e sociais destinados à população do entorno, além de ter em sua vizinhança a Pinacoteca do Estado e o Museu de Arte Sacra, compondo uma importante área cultural.



Janeiro; o Mangal das Garças¹⁰, bem como a vizinhança dos museus integrantes do Projeto Feliz Lusitânia, em Belém, Estado do Pará, são bons exemplos desse fenômeno¹¹. Desse modo, à diversidade urbana é preciso, estrutural e sócio-historicamente, associar uma gama de usos e contra-usos, de benefícios e desvirtuamentos, como parte da dinâmica característica do socio-metabolismo urbano.

3. O espaço significativo urbano e as travessias possíveis

De todo modo, além de se constituírem em lugares de memória, os espaços urbanos, bem como os bens patrimoniais requalificados, podem funcionar como lugares de resistência e resiliência. Com isso, tendem a favorecer a mixofilia, abrindo a possibilidade para que os habitantes-cidadãos se reapoderem, ou melhor, restitua a si mesmos os espaços e equipamentos públicos até então inacessíveis ou a ser evitados. De todo modo, sendo a cidade é uma heterogeneidade em permanente metamorfose, a sua apropriação pelo sujeito-cidadão, do mesmo modo que o movimento dos sentidos, não pode ser planejada e/ou predeterminada. Ela se dá no entremeio do ordenamento planejado e das demandas dos sujeitos em sua imprevisibilidade.

O conjunto heterogêneo de acontecimentos, enunciados e representações simbólico-ideológicas formam uma imagem violenta da cidade — como se a violência urbana existisse de *per se* — e é amplificado e reproduzido, especialmente pelos meios de comunicação e pelos anúncios publicitários, sendo introjetado no imaginário social urbano, passando a ser constitutivo

¹⁰ O Parque Naturalístico Mangal das Garças é uma Organização Social ligada ao governo do Estado Pará e que foi inaugurada em 2005, às margens do Rio Guamá em área alagadiça e abandonada. Com área total de 40 mil metros quadrados, o Mangal das Garças conta com representantes botânicos e zoológicos de várias microrregiões do Pará, além de oferecer ao visitante restaurante, torre com vista panorâmica e lugares de passeio e lazer.

¹¹ Sobre o Projeto de requalificação Feliz Lusitânia e seus efeitos, ver Britto (2009), Britto e Borges (2009).



das práticas discursivas que circulam pela cidade e aí entram em disputa. E justamente o objeto dessa disputa não é outro senão as diferentes representações da cidade como bem comum.

De certa e paradoxal forma, é justamente esse inacabamento instituinte, essa resistência e irredutibilidade da realidade a todas as tentativas de reduzi-la a fórmulas, leis, projetos de (re)urbanização e ensejo de ordenação, que nos incita a essa tarefa simultaneamente gozosa e frustrante de Sísifos (CAMUS, 2010). Finalmente e por mais contraditório que isso possa soar, é na contradição (nos entremeio e descaminhos) que o fazer humano se cria e recria, isto é, que acontece como autocriação, condição essencial de ser autônomo.

Desse modo, abordar a cidade como campo de forças e como lugar das práticas sociais complexas, desiguais e contraditórias, implica tomar o espaço urbano como um lugar de diversas formas e graus das fricções, das disputas, da heterogeneidade e, por conseguinte, da potencialidade de significação. Na contemporaneidade, o que tem sido observado é que, na relação intrínseca entre cidadão e espaço urbano (especialmente em grandes conglomerados urbanos), o medo individual irriga o medo público — este último, alimentado, planejado, reproduzido por diversos agentes sociais, como por exemplo, o consórcio entre expansão capitalista, expansão do corpo urbano, projetos arquitetônicos e exploração imobiliária. Como consequência desse movimento, opera-se uma clivagem, com elevado grau de dificuldade para superar, entre a cidade ecumênica (lugar da urbanidade e da convivência) e a cidade anecumênica (lugar do medo e da dissolução social). Isso, por sua vez, leva ao *apartheid* urbano, evidenciado pela irredutibilidade entre os espaços habitacionais retirados, protegidos, feitos para manter os ‘indesejados’ do lado de fora. Esse processo de exclusão urbana, correlata à exclusão político-econômica é bem característica do processo de neoguetização.



4. O cidadão genérico e a paisagem urbana

Não há descontinuidade entre o corpo-cidadão e o corpo da cidade, visto que ambos são simbolicamente construídos e discursivamente sustentados. Daí a implicação de que a ordem da lei simbólica é a correlata ao pacto social, como aponta Birman (2006). De mais a mais, como mostra esse autor, existe um paradoxo próprio da sociedade mundializada, aquele que, se de um lado, enaltece o livre movimento dos sujeitos, por outro, cultiva formas diversas, e igualmente perversas, de diferenciação, distanciamento e segregação, correlata à assimétrica distribuição de poder econômico, político e simbólico. Este último desempenha um papel de suma importância na organização e no funcionamento da cidade (tomada como unidade sociopolítica e como cenário em que atuam diversificados agentes sociais), visto que se trata do poder de “construção da sociedade que tende a estabelecer uma ordem gnosiológica: o sentido imediato do mundo” (BOURDIEU, 2009, p.9). Lembremos que as marcas do poder se inscrevem no corpo físico e social, de modo a educá-los. A despeito da retórica que glorifica a plena liberdade de escolhas, atuam sobre o sujeito urbano redes discursivas que, envolvendo-o e o direcionando, permitem o que Birman (2006, p.24) chamou de “a implementação dos jogos da ordem”.

A subjetividade deve, então, ser entendida em sua dupla significação: como experiência de si e como condensação de uma série de determinações sócio-históricas. Na primeira acepção, temos o sujeito visto como foco e origem dessa experiência, como parte de um processo que tem no inconsciente, de uma parte, e na ideologia, de outra, seus codeterminantes. Na segunda, a subjetividade é um efeito de um complexo de fatores de natureza sociocultural. De todo modo, e em sentido amplo, a subjetividade (ou as subjetividades) é um efeito de fatores tanto intrínsecos como extrínsecos ao sujeito. Assim, de acordo com Mezan (1977), a subjetividade deve ser analisada em seu amplo espectro, abrangendo as esferas singulares (relativo àquilo que afeta exclusivamente ao Eu), particulares (concernente àquilo que é compartilhado por



alguns) e universais (que se referem àquilo que é comum a todos os seres humanos). De todo modo, a subjetividade, em qualquer de suas formas ou entendimento, encontra-se inscrita na história e, portanto, nas diversas formações histórico-ideológicas do existir humano, não sendo, portanto, nem

[...] consciência de si solipsista, nem como consciência transcendental constituinte do mundo como representação; [mas como] intersubjetividade materialmente determinada, cuja existência era [é] sua própria prática social e cuja consciência era [é] bloqueada pela ideologia [...], de modo que é necessária uma ação política para levá-la à consciência de si (CHAUÍ, 1977, p.18).

Ao assumirmos que toda subjetividade é social e historicamente instituída, assumimos também que o processo de constituição dos sujeitos existe em qualquer sociedade, uma vez que é necessário que os sujeitos sejam capazes de agir consoante o modo de ser da sociedade da qual são membros, e também que estejam aptos a repassar às gerações seguintes os traços identitários de sua sociedade, alimentando e preservando a memória social e, portanto, as matrizes discursivas dessa sociedade. Assim entendida, a subjetividade “é explicável exclusivamente por fatores sociais, que determinam a vida concreta de um dado indivíduo, nas condições do meio social”, de forma que o sujeito “apresenta-se como um fenômeno puramente sócio-ideológico” (BAKHTIN, 1979, p.34, 44). Isto quer dizer que a subjetividade, enquanto processo – considerando-se que, enquanto parte do devir histórico, a subjetividade organiza-se em torno do inacabamento e da incompletude -, forma sujeito e discursividade, também enraízam-se na arena da luta ideológica.

De igual modo, para melhor compreender os gestos de sentido que sinalizam o sujeito contemporâneo, na trama dos relacionamentos que ocorrem nos espaços urbanos, é necessário enfocar a formação histórico-ideológica que sustenta tanto os sujeitos quanto seus gestos de sentido (ORLANDI, 1999;



PÊCHEUX, 1988). Desse modo, esses movimentos, tanto do sujeito quanto do sentido, são inscrições históricas e dêiticos socioculturais. Devemos, pois, atentar para as redes discursivas nas quais cada sujeito encontra-se inscrito. Falar em discurso é, em suma, falar da formação histórico-ideológica e das posições e papéis que, em qualquer cena discursiva, sujeitos interlocutores desempenham. Em outros termos, analisar as práticas discursivas de um sujeito significa enfrentar a complexa questão das formações imaginárias que perpassam e cimentam o conjunto da sociedade, pois são elas que sustentam, refletindo e refratando, o processo sócio-histórico e a totalidade do que é dito, ou seja, o processo de produção e dos efeitos de sentido

No que concerne ao imaginário e à memória social e urbana, há uma insistente recorrência à reprodução de uma imagem do ser urbano ideal, a qual seria simétrica a todos os habitantes das grandes cidades. Observa-se que, nesse tipo de representação, subjaz a construção de uma categoria genérica — o cidadão — que torna indiferenciados todos os grupos ou indivíduos que constituem uma cidade. Esta categoria uniformizadora pressupõe, a despeito de suas diferenças em termos de distâncias sociais e simbólicas, ou de posições assumidas no campo das relações sócio-políticas, que os habitantes da cidade compartilhem uma identidade comum, a partir da qual estabelecem entre si uma espécie de comunidade supraétnica¹². Retomando o paradoxo instituinte exposto por Birman (2006), este tipo de imagem é bastante utilizado em peças publicitárias, nas quais prevalece a falácia de que desejar é o suficiente, ou de que cada sujeito, singularmente considerado, é senhor do seu destino e dos sentidos que produz.

¹² A noção de supraétnico, aplicado ao estudo do Tupi colonial aparece em Barros (1982 e 1994), aplicado ao estudo da Língua Geral Amazônica, aparece em Barros, Meira e Borges (1996). Neste trabalho, seu sentido é deslocado para se referir, não a grupos etnicamente diferenciados e sujeitos a um processo de uniformização, mas ao processo de formação de um cidadão genérico, cujo dêitico ou diacrítico é justamente ser parte indiferenciada de uma população urbana.



A aceleração do individualismo, na esfera das representações, e da ênfase no ser genérico, na esfera dos instrumentos sócio-políticos, leva a um também acelerado e permanente movimento de alienação. Alienação tão mais palatável, vivida e naturalizada graças aos estímulos contínuos e sempre reforçados das necessidades que devem ser satisfeitas, bem como ao culto do corpo e aos apelos à vida saudável (a revolução permanente da individualidade de que fala Lipovetsky, 2005). Engendra-se, deste modo, um simulacro do político-social, o qual produz e dissemina a ficção ideológica que faz crer que os controles e constrangimentos societários foram ou possam vir a ser reduzidos a um nível mínimo – culto a uma desejada, mas irrealizável, sociedade desregulamentada -, e que se cristaliza, ou se torna um preconstituído, por meio do aumento em grau máximo “de escolhas privadas, com o mínimo possível de austeridade e o máximo possível de desejo, um mínimo de coerção e o máximo possível de compreensão” (LIPOVETSKY, 2005, p.xvi-xvii). Em suma, grau máximo possível de autonomia. Contudo, como pensar esse grau máximo de autonomia sem levar em conta, também, como alertam Bauman (2000) e Ianni (2000), o primado socialmente instituinte da heternomia? Em vista desse movimento pós-moderno pelo qual “caminhamos (...) rumo à privatização dos meios de garantir/assegurar/firmar a liberdade individual” (BAUMAN, 2000, p.15), tem-se que a liberdade privatizada revela-se, de fato, a antiliberdade.

Ao analisar o funcionamento sociourbano em tempos de mundialização, faz-se necessário acrescentar uma constante a essa nova equação que procura descrever e entender a sociedade contemporânea, sendo o olhar analítico coetâneo ao objeto analisado e, portanto, quando não é possível ter um afastamento em relação aos acontecimentos (em sentido tanto histórico, quanto discursivo), como em relação à sua cada vez mais vertiginosa sucessão: as contradições inseparáveis de todo corpo social, considerando-se com Orlandi (2003) que ideologia, simbólico e imaginário são princípios constitutivos da realidade e que nela tem lugar cativo o furo, o lapso, o equívoco, ou seja, o fato de que história e sociedade não são nem transparentes, nem



solidamente coesas, mas sistemas estruturados permeados por movimentos que se conjugam e se opõem entre si, formando um campo, tal como o define Bourdieu (1983, 2004).

Igualmente, pensar a sociedade contemporânea como sendo constituída com base em “valores hedonistas, respeito às diferenças, culto à liberdade pessoal”, no “livre desenvolvimento da personalidade íntima, a legitimação do prazer, o reconhecimento das exigências singulares, a moldagem das instituições de acordo com as aspirações dos indivíduos”, levando ao “direito de ser absolutamente si mesmo” (LIPOVETSKY, 2005, p.xvii), leva a contrapor a esse ideal social individualizante, no qual o desejo de si e para si seria a tônica, ao embate violento e permanente entre, de um lado, o ideal desejante do indivíduo e, de outro, o esforço igualmente permanente e açodado da sociedade para manter-se e reproduzir-se, como afirma Castoriadis, 1992.

É na contradição irrecusável entre o desejo individualizado do sujeito e o desejo da sociedade como corpo coletivo; e na contradição entre o conjunto das representações e das concessões (mas também dos avanços e conquistas logrados pelos movimentos sociais para alterar a própria constituição social e seu modo de fazer-se presente na vida individual), que é permitido gozar desses e com esses novos espaços de expansão individualizante e individualista, face às razões e aos instrumentos sociais que, na base, produzem as necessidades e os mecanismos de as satisfazer. É deste modo que os instrumentos e aparatos reguladores da sociedade e da cidade conseguem a) tornar-se visível, ainda que dissimulado; b) exercer o controle e a hegemonia pelo consenso e não somente pela força (embora pertença ao sujeito coletivo sociedade a legitimidade do uso dos aparelhos legais de controle e repressão). O que leva, por fim, a perceber que se trata de uma estratégia global desenvolvida no âmbito da necessidade de reprodução do atual modelo civilizatório. Em suma, apesar das evidências fenotípicas em contrário, e das intenções de que o modelo social idealizado como lugar da pura satisfação do desejo se torne, de fato, o real social, continuamos a viver



sociedades e em cidades nas quais, ainda que de modo sutil e dissimulado, operam mecanismos de racionalização, ordenação e controle, e nas quais as contradições, só aparentemente deixam cair suas máscaras.

Assim, sem cair na tentação de subestimar os movimentos sociais que, em sua diversidade, lutam por mais autonomia, impõe-se a hipótese de que não há homologia possível entre os desejos individuais e o funcionamento da sociedade. Isto porque atravessa a sociedade e a cidade uma série de conflitos e disputas em diversos graus de intensidade e extensão, as quais podem ser esquematicamente reduzidas a “conservação [ou à] transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social (...), [o que leva à] transformação ou conservação dos sistemas de classificação (...) e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a” (BOURDIEU, 2009, p.173-174). Qual seja, luta extensiva e intensiva pelo controle dos aparatos sociais (econômicos, políticos e simbólicos) de produção e reprodução do modelo social. É neste quadro histórico no qual se manifesta uma intensificação desejante de autonomia privatizada, e no qual se dissemina um simulacro de anulação da função reguladora da sociedade, que, contraditoriamente, podemos assinalar o processo de construção do cidadão genérico, como, aliás, já apontava Benjamin (1989). E para o qual também contribui a imagem ideológica da globalização, cuja insistente e maciça propaganda termina, por um meio de ilusionismo (ou efeito caricatura) inoculando em cada um de nós, a convicção de que o mundo se tornou um lugar sem fronteiras, e que a identidade é uma instância supralocal: um novo simulacro discursivamente elaborado e inoculado, por incansáveis repetições, como verdade.



Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes; MEIRA, Marcio; BORGES, Luiz C. “A língua geral como identidade construída”. *Rev. Antropologia*, v. 39, n. 1, 1996, p. 1912-219.
- BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. “O intérprete jesuíta na constituição de um Tupi supraétnico no século XVI”. *Papia*, v. 3, n. 2, 1994, p. 18-25.
- BARROS, Maria Cândida Drumond Mendes. 1982. *Política del lenguaje en Brasil colonial (1549-1749)*. 1982. Dissertação (mestrado) - Escuela Nacional de Antropología e Historia. Ciudad de México, ENAH/UNAM, 1982.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo e confiança na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BENJAMIN, Walter. *O capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*. Vol. 3 – Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BIRMAN, Joel. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BIRMAN, Joel. *Cadernos sobre o mal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In. ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 39). p. 122-55.
- BRITTO, Rosangela M. de. *A invenção do patrimônio histórico musealizado no bairro da Cidade Velha de Belém do Para, 1994-2008*. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Humanas/Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BRITTO, Rosangela Marques de; BORGES, Luiz C. A invenção do patrimônio histórico musealizado no bairro da Cidade Velha em Belém do Pará, 1994-2008. In: VII Semana de Museus: o museu na cidade e a cidade no museu, São Paulo, 2009. *Anais eletrônicos...* São Paulo: USP, 2009. p. 276-290.



- CALAZA, Luciana. "O individual versus o uniforme". *O Globo* – Morar Bem, ano LXXXV, n. 27.999, 04.04.2010, p. 3.
- CAMUS, Albert. *O mito de Sísifo*. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2010.
- CASTORIADIS, Cornelius. O estado do sujeito hoje. In: _____. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p. 201-238.
- CHAUÍ, Marilena. "Comentários". *Subjetividades contemporâneas*, Instituto Sedes Sapientiae, ano 1, n. 1. 1997, p. 18-25.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- FREITAG, Bárbara. *Itinerâncias urbanas*. Brasília: Casa das Musas, 2009.
- FREITAG, Bárbara. *Teorias da cidade*. 2.ed. Campinas: Papirus, 2007.
- GONDIM, Linda M.P. Espaço Urbano Pós-Moderno. In: GONDIM, Linda M.P. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 61-93.
- IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LEFEBVRE, Henri. Notas sobre a cidade nova. In: LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. p. 137-148.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio*. Ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Barueri: Manole, 2005.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e a civilização*. Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- MARCUSE, Herbert. Combate ao liberalismo na concepção totalitária do estado. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 47-88.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- MARCUSE, Herbert. El individuo en la gran sociedad. In: _____. *Política y cultura*. Barcelona: Ariel, 1970. p. 41-86.
- MARIANI, Bethania. "Pontuando sentidos em trânsito". *Escritos* – Labeurb/Unicamp, n. 1, p. 17-23, s.d.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008.



MEZAN, Renato. “Subjetividades contemporâneas?”. *Subjetividades Contemporâneas* – Instituto Sedes Sapientiae, ano 1, n. 1. 1997, p. 12-17.

MONTEIRO, Flávia. “Arquitetura blindada”. *O Globo* – Morar Bem, ano LXXXV, n. 28.006, 11.04.2010, p. 1-2.

ORLANDI, Eni P. O objeto da ciência também merece que se lute por ele. In: MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso*. (Re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003. p. 9-13.

ORLANDI, Eni P. (Org.). *Cidade atravessada*. Os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001a.

ORLANDI, Eni P. A cidade como espaço político-simbólico: textualização e sentido público. In: _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001b. p.185-214.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni P. “A desorganização cotidiana”. *Escritos* – Labeurb/Unicamp, n. 1, p. 2-10, s.d.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1988.

RODRIGUES, Jorge Luiz. “A arquitetura e o apartheid”. *O Globo* – Morar Bem, ano LXXXV, n. 27.999, 04.04.2010, p. 1-3.

Luis C. Borges

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Professor Pós Doutor em História Política/UERJ. Licenciado em Letras. Doutorado em Linguística. Pesquisador titular do Museu de Astronomia e Ciências Afins. Professor do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (Unirio/Mast).

<lcborges@mast.br>

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Ciência Sem Fronteiras, revolução científico-técnica e inserção brasileira no mundo globalizado

Prof. Roberto Santana Santos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Resumo

O presente artigo apresenta dados do primeiro quadriênio (2012-2015) do programa do Governo Federal Ciência Sem Fronteiras, além de uma leitura sobre o desenvolvimento da referida política pública, seus objetivos e parceiros. Por meio da análise do Programa, traçamos um panorama do investimento em ciência, tecnologia e inovação para a projeção do Brasil no mundo globalizado de forma soberana. O trabalho também reflete sobre o papel da universidade pública na produção de conhecimento para o país, e faz um balanço crítico de como políticas como o Ciência Sem Fronteiras podem ser bem ou mal aproveitadas pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Ciências sem fronteiras, revolução científico-técnica, ensino superior

Resumen

Este artículo presenta los datos de los primeros cuatro años (2012-2015) del programa Ciencia Sin Fronteras del Gobierno brasileño, además de una lectura acerca del desarrollo de esta política pública, objetivos y socios. A través del análisis del programa, se dibuja un panorama de la inversión en ciencia, tecnología e innovación para la proyección de Brasil en el mundo globalizado de manera soberana.

El trabajo también reflexiona sobre el papel de la universidad pública en la producción de conocimiento para el país, y hace una evaluación crítica



de cómo las políticas como el Ciencia sin Fronteras pueden ser bien o mal explotados por el Estado brasileño.

Palabras claves: Ciencia sin Fronteras, revolución científico-técnica, enseñanza superior

Abstract

The paper presents the first quadrennium datas (2012-2015) of Brazilian Government program Science Without Frontiers, further analysis about its development, objectives and partnerships. Analyzing the program, we draw a panorama of the investments in science, technology and innovation to the Brazilian projection in the globalized world by sovereign means. The paper also consider about the role of the Brazilian public universities in the knowledge production, and makes a critic balance how Science Without Frontiers politics like could be useful or not to the Brazilian State.

Keywords: Science Without Frontiers, scientific and technological revolution, higher education

O Programa Ciência Sem Fronteiras

O Ciência sem Fronteiras é um programa do governo federal que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. Esse intercâmbio se dá em várias modalidades, sendo as mais significativas, a concessão de bolsas de graduação e pós-graduação para estudantes brasileiros no exterior, além da iniciativa de trazer pesquisadores estrangeiros para lecionarem e trabalharem em instituições de ensino superior brasileiras.

O programa federal foi instituído em 13 de dezembro de 2011, por meio de decreto presidencial¹, no primeiro ano de mandato da presidenta

¹ Decreto presidencial nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm>. Acesso em 10 de julho de 2015.



Dilma Rousseff. A ação é um esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC.

A previsão do projeto é conceder até 101 mil bolsas em quatro anos (2012-2015)². Essas bolsas objetivam custear a estadia de estudantes de graduação e pós-graduação em regime de intercâmbio, com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Também há outra modalidade, em que o governo concede bolsas a pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou estabelecer parcerias com os pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias definidas no programa, bem como criar oportunidade para que pesquisadores de empresas recebam treinamento especializado no exterior.

Em 2014, foi anunciado pela presidenta Dilma o Ciência Sem Fronteiras 2.0, a entrar em vigor a partir de 2015, com a meta de mais 100 mil bolsas, sem, contudo, estipular prazos.³ A prioridade da nova versão do Programa seria para estudantes contemplados em olimpíadas de física, química e matemática das escolas públicas, assim como a concessão de bolsas de pós-graduação para

² Apesar de algumas bolsas serem computadas pelo Governo Federal como concedidas ainda em 2011.

³ “Dilma anuncia 100 mil bolsas para 2ª etapa do Ciência sem Fronteiras” Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/06/dilma-anuncia-100-mil-bolsas-para-2-etapa-do-ciencia-sem-fronteiras.html>> Acesso em 19 de julho de 2015.



ex-bolsistas de graduação aceitos em estabelecimentos de excelência nas áreas contempladas pelo Programa.⁴

Objetivos do Ciência Sem Fronteiras

Segundo o Governo Federal⁵, os objetivos centrais do programa Ciência sem Fronteiras são:

- Investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento;
- Aumentar a presença de pesquisadores e estudantes de vários níveis em instituições de excelência no exterior;
- Promover a inserção internacional das instituições brasileiras pela abertura de oportunidades semelhantes para cientistas e estudantes estrangeiros;
- Ampliar o conhecimento inovador de pessoal das indústrias tecnológicas;
- Atrair jovens talentos científicos e investigadores altamente qualificados para trabalhar no Brasil.

O programa apresenta em seus objetivos uma grande importância à questão da produção de conhecimento e avanço tecnológico. Seus objetivos giram em torno da formação de mão de obra qualificada em instituições de renome no exterior, assim como, incentivar a vinda de profissionais e alunos estrangeiros para o Brasil. A busca pelo dinamismo em áreas de alta tecnologia

⁴ Slide do então Ministro da Educação, José Henrique Paim. Disponível em <<http://pt.slideshare.net/Diegobio2/apresentao-ciencia-sem-fronteiras-20-ministro-paim-25062014>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

⁵ Todos os dados sobre o Ciência sem Fronteiras aqui apresentados, salvo quando indicado, foram retirados do site do Programa: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>>. Acesso em 10 de julho de 2015.



e no setor de inovação fica mais explicitada quando contemplamos as áreas que são participantes do programa federal.

Áreas Contempladas

As áreas contempladas pelo Ciência sem Fronteiras traduzem os objetivos do programa, com seu direcionamento para setores de ciências exatas, tecnologias, inovação e biomédica. É perceptível o intuito do programa em apostar na experiência em centros de excelência mundo a fora nas áreas que correspondem às tecnologias mais avançadas do atual tempo histórico, como informática, microeletrônica, biotecnologia, geração de novas fontes de energia, engenharias e outras áreas correlatas.

As áreas contempladas pelo programa são:

- Engenharias e demais áreas tecnológicas;
- Ciências Exatas e da Terra;
- Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde;
- Computação e Tecnologias da Informação;
- Tecnologia Aeroespacial;
- Fármacos;
- Produção Agrícola Sustentável;
- Petróleo, Gás e Carvão Mineral;
- Energias Renováveis;
- Tecnologia Mineral;
- Biotecnologia;
- Nanotecnologia e Novos Materiais;
- Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais;
- Biodiversidade e Bioprospecção;
- Ciências do Mar;



- Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação);
- Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva;
- Formação de Tecnólogos.

Até 2014, as áreas mais contempladas foram as seguintes:

Área do conhecimento	Quantidade de bolsas concedidas (até 2014)*
Engenharia e áreas técnicas	45,1 mil
Biologia, ciências biomédicas e áreas da saúde	18,3 mil
Indústria criativa	8,4 mil
Ciências exatas e da terra	8,3 mil
Computação e tecnologias da informação	6,2 mil
Produção agrícola sustentável	3,5 mil
Biotecnologia	2,4 mil
Fármacos	2,1 mil
Biodiversidade e bioprospecção	1,5 mil
Energias renováveis	1,1 mil
Outras áreas somadas	4,4 mil
Total	101,3 mil

* Dados da CAPES e CPNq. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/capes-e-cnpq-apresentam-balanco-do-programa-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

Metas definidas pelo Programa e Resultados Parciais

O Comitê Executivo do Programa⁶ é o responsável por estipular as metas e modalidades das bolsas concedidas. Os números disponíveis para o quadriê-

⁶ O Comitê Executivo do Ciência sem Fronteiras é composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Educação, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Ministério das Relações Exteriores e ainda os presidentes da CAPES e CNPq. Além das bolsas, também estabelece um cronograma do Programa e os estabelecimentos internacionais de excelência para parceria. Decreto presidencial nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm> Acesso em 10 de julho de 2015.

nio 2012-2015 mostram uma prevalência das bolsas de graduação-sanduíche, que até 2014 representaram 78% do total de bolsas concedidas. Bem atrás estão as bolsas concedidas para doutorado sanduíche, seguida das demais modalidades. As que se destacaram em relação à meta original foram as bolsas para pós-doutorado e a atração de pesquisadores estrangeiros para o Brasil. No quadro abaixo temos acesso ao número de bolsas previstas (metas) para cada modalidade do Programa⁷ a serem alcançadas até 2015. Apresentamos também o balanço realizado pela CAPES e CPNq com dados até 2014:

Modalidade	Nº de Bolsas (previsão até 2015)	Dados até 2014*
Doutorado sanduíche	15.000	9.288
Doutorado pleno	4.500	3.365
Pós-doutorado	6.440	6.243
Graduação sanduíche	64.000	78.980
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060	Dados não encontrados
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000	946
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000	2.025
Total	101.000	100.847

* Dados da CAPES e CPNq. Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/capes-e-cnpq-apresentam-balanco-do-programa-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

Observa-se a predominância da graduação sanduíche como modalidade mais procurada do Ciência Sem Fronteiras, extrapolando a meta original que já era alta. CAPES e o CNPq noticiaram que a presença da graduação irá diminuir a partir da segunda fase do programa, a começar em 2015.⁸ Foi

⁷ Metas revistas pela 7ª reunião do comitê executivo (CE) do programa Ciência sem Fronteiras, realizada em 22 de janeiro de 2013. Disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/metass>> Acesso em 10 de julho de 2015.

⁸ <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/graduacao-devera-ter-peso-menor-na-nova-etapa-do-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em 19 de julho de 2015.



revelado também que o Ciência Sem Fronteiras é avaliado como ótimo/bom por 71% dos bolsistas. Apenas 5% avaliaram o Programa como péssimo⁹.

As metas do Programa estabeleceram o número de 101.000 bolsas oferecidas nos quatro anos estipulados, sendo 75.000 bolsas financiadas com recursos do Governo Federal, por meio da CAPES e do CNPq, e 26.000 bolsas serão concedidas com recursos da iniciativa privada. Em documento feito pela CAPES em 2013, aparecem as principais empresas participantes do Ciência sem Fronteiras: FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), CNI (Confederação Nacional das Indústrias), ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base), Vale, e duas empresas de capital majoritariamente público, a Petrobras e a Eletrobras¹⁰. Todas empresas ligadas a áreas que demandam uso de alta tecnologia, como mineração, petróleo, geração de energia e indústrias. Curiosamente, a entidade privada com maior número de concessão de bolsas é a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN). O quadro abaixo mostra a quantidade de bolsas previstas por cada entidade privada e seu parceiro público para o quadriênio 2012-2015.

Empresa	Quantidade de bolsas (previsão até 2015)
Febraban - Capes	6500
CNI - Capes	6000
ABDIB - CNPq	5.000
Petrobras - CNPq	5.000
Eletrobras - Capes/CNPq	2.500
VALE - Capes	1.000
Total	26.000

⁹ <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/ciencia-sem-fronteiras-e-bom-para-53-dos-bolsistas-e-fraco-para-5.html>>. Acesso em 19 de julho de 2015.

¹⁰ Planilha CAPES. *Ciências sem Fronteiras.Dados do Programa*. Atualizada em 08 de agosto de 2013. Disponível em <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>> Acesso em 10 de julho de 2015.



As instituições estrangeiras parceiras do Programa correspondem a trinta países da Europa, América do Norte e Ásia.¹¹ Dados da CAPES, colocam, até 2014¹², os principais destinos dos estudantes brasileiros os Estados Unidos (32,7 mil bolsistas), Reino Unido (11,4 mil), Canadá (8 mil), França (7,7 mil), Austrália (7,5 mil), Alemanha (6,9 mil), Espanha (5,3 mil), Itália (4,1 mil), Irlanda (3,5 mil) e Hungria (2,6 mil). Os dez países mais procurados confirmam a preferência pela América Norte e Europa Ocidental.

Os mesmos dados nos revelam que as universidades com maior número de bolsistas no exterior são a Universidade de São Paulo (6500 bolsistas), Universidade Federal de Minas Gerais (4900), Universidade Federal do Rio de Janeiro (3600), Universidade de Brasília (3200), Universidade Federal de Santa Catarina (3200).

Ciência Sem Fronteiras, revolução científico-técnica e universidades brasileiras

A partir dos dados acima disponibilizados pelo Governo Federal, fica evidente o objetivo do programa Ciência sem Fronteiras como mecanismo de qualificação da força de trabalho brasileira, visando áreas de alto desenvolvimento tecnológico. O Brasil, como economia mais forte e diversificada da América Latina, sempre conviveu com a cobrança sobre o nível diminuto de especialistas, cientistas e tecnólogos, para alavancar seu desenvolvimento e dinamizar sua economia.

A presença de estudantes brasileiros em instituições estrangeiras também seria muito baixa. Comparado a outros países tidos como “emergentes” pelo capitalismo internacional, o Brasil ainda fica muito atrás no que tange a estudantes no exterior. Dados do Institute of International Education

¹¹ Idem.

¹² <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/capes-e-cnpq-apresentam-balanco-do-programa-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em 19 de julho de 2015.



demonstravam que em 2010-2011, o Brasil tinha 8777 estudantes nos Estados Unidos, contra 158 mil estudantes chineses, 104 mil indianos, 73 mil sul-coreanos e 13 mil mexicanos. (CASTRO, 2012. P. 26)

Nesse ponto, parece ser o desejo do Governo Federal superar esse cenário, formando profissionais em áreas de ponta a partir da experiência em instituições de referência mundial. O acesso à estrutura, conhecimentos e tecnologias de países mais avançados nesses pontos é colocado como necessidade para o avanço brasileiro e para desenvolvimento de tecnologia própria a médio prazo.

Dessa forma, o programa Ciência sem Fronteiras coaduna com o entendimento de que no processo de globalização capitalista, a ciência e o conhecimento se tornam os pontos basilares do desenvolvimento e da soberania. Essa questão passou a ser mais evidente nas décadas finais do século XX, quando inovações importantes passaram a estar presente no dia a dia das pessoas, tal como a informática e aparelhos microeletrônicos.

A Revolução científico-técnica caracteriza-se pela centralidade cada vez maior da ciência aplicada nos processos de produção, o que exige uma qualificação cada vez maior da força de trabalho para manejar os novos conhecimentos e tecnologias desenvolvidos pela humanidade. Essas tecnologias vêm cada vez mais diminuindo a necessidade de trabalho humano no processo produtivo (substituído por sistemas automatizados) e liberando mão de obra para outras áreas.

Nas palavras de Theotonio dos Santos:

A ciência assumiu o papel de dirigente do desenvolvimento tecnológico; os ramos da produção se convertem em campos de atividades criados pela ciência, dirigidos e controlados por ela. A ciência se converte numa força



produtiva direta. Seu domínio, e só ele, garante a planificação, a execução, o controle e a eficiência da produção. (SANTOS, 1983. P. 09)

Com o avanço da Revolução científico-técnica há a necessidade cada vez maior do investimento na qualificação da força de trabalho. Dela depende a continuidade do progresso técnico-científico, e, ao mesmo tempo, o aproveitamento de uma mão de obra que não será mais utilizada no processo de produção, já que as máquinas e sistemas automatizados dispensam trabalho humano em grande escala.

O desenvolvimento da ciência é então alçado de elemento auxiliar do processo produtivo para ponto principal do mesmo. Tecnologias como a informática, processos químicos, biotecnologia e novas fontes de energia somente são alcançadas com forte investimento em pesquisa básica e formação de força de trabalho qualificada. Não é estranho, portanto, que essas e outras áreas do conhecimento sejam participantes do Ciência Sem Fronteiras. Quanto mais a produção se automatiza, mais a força de trabalho deve se educar para exercer outras funções e manter o avanço tecnológico.

No entanto, o investimento em *pesquisa básica*, responsável pelos avanços da ciência, são custosos e pouco lucrativos para a iniciativa privada. Esta deseja somente uma parte da *pesquisa aplicada* – transformação do conhecimento em inovação – e o *desenvolvimento* de novos produtos, a partir da aplicação da inovação a novos produtos.

A pesquisa básica não trás lucros imediatos, caracterizando-se como custo e elemento de transferência de valor ao preço final do produto. Por outro lado, o desejo da iniciativa privada em ficar com a pesquisa aplicada e o desenvolvimento se traduz devido à aplicação de inovações no processo produtivo, o que reduz custos e diminui o valor repassado ao preço final da mercadoria.

Assim, a iniciativa privada pressiona para que o Estado assuma os custos com pesquisa básica, por meio do desenvolvimento de pesquisas e força



de trabalho qualificada em universidades, centros tecnológicos e empresas estatais. Posteriormente, as empresas privadas aproveitam os profissionais formados em instituições públicas, assim como seus trabalhos desenvolvidos nas mais diversas áreas, financiados com dinheiro público. Suas pesquisas básicas se tornam inovações e desenvolvimento de produtos em grandes empresas privadas. Mesmo quando realizada pelas próprias empresas e/ou instituições particulares, a pesquisa básica recebe algum tipo de investimento dos cofres públicos, geralmente, por meio de financiamentos. (SANTOS, 1983)

Ao consultarmos os dados expostos pelo programa Ciência Sem Fronteiras, observamos que das 101 mil bolsas pretendidas para o quadriênio 2012-2015, temos 75% delas financiadas diretamente pelo Governo Federal, por meio de suas agências de fomento (CAPES e CNPq). A iniciativa privada contribui com os restantes 25% das bolsas. Porém, trata-se de uma variedade de empresas, incluindo algumas de capital majoritariamente público, como a Petrobras e a Eletrobras. Fica claro, pelo montante total de bolsas financiadas por empresas e pelo número de empresas envolvidas, que a porcentagem para cada uma delas é bem modesta quando comparada com o investimento governamental.

O Ciência Sem Fronteiras configura-se dessa maneira como uma ação do Estado brasileiro no desenvolvimento de pesquisa básica, por meio da qualificação da força de trabalho, com a formação de cientistas em áreas de tecnologia de ponta, de modo a contar no futuro com um contingente cada vez maior de mão de obra qualificada em tecnologias avançadas do atual tempo histórico. A ação do Governo Federal corresponde a uma tendência global, onde os Estados são os maiores responsáveis pela geração de conhecimento científico, aproveitável em diversas áreas pelas empresas privadas, e que



garantam uma posição mais vantajosa do país no desenrolar da Revolução científico-técnica.

Nesse cenário, as universidades públicas passam a desempenhar importante papel, por meio de sua inserção internacional. Essas instituições necessitam desenvolver a tecnologia para o desenvolvimento nacional e a capacidade competitiva do país no mundo globalizado, sendo o principal espaço de desenvolvimento científico junto aos setores de pesquisa das empresas públicas. O Ciência sem Fronteiras também se coloca como forma das instituições de ensino superior realizarem parcerias com suas correspondentes internacionais, fortalecendo a pesquisa brasileira e aumentando seu potencial competitivo. Está em curso um processo onde as universidades passam por uma transformação de suas produções científicas, com um viés menos “acadêmico”, e um redirecionamento para a criação de inovações tecnológicas, tido como fundamental para acompanhar as transformações promovidas pela Revolução científico-técnica. (SILVA, 2012)

O desejo das empresas privadas, em que o Estado assuma os gastos com a pesquisa básica, faz com que as universidades públicas voltem sua produção científica aos interesses da economia e do mercado, com o aumento da necessidade de investimentos em ciência, tecnologia e inovação. As empresas passam a procurar cada vez mais os cursos, especialmente de pós-graduação, voltadas para essas áreas nas universidades públicas, com o intuito de recrutar força de trabalho qualificada, fator que o Ciência Sem Fronteiras, caso obtenha sucesso, tende a potencializar. Assim, o capital privado tem acesso a profissionais e conhecimentos em que não necessitou investir, podendo aplicar inovações para baratear custos de produção e demais atividades. (JUNIOR, 2012).

Considerações Finais

O Ciência Sem Fronteiras é um programa de grandes proporções, que pode ser crucial para o desenvolvimento do país, e que apresenta alguns desafios. O primeiro deles é a própria magnitude do projeto, que exige



uma capacidade de avaliação e execução permanente por parte do Governo Federal e seus órgãos responsáveis. O manejo das verbas destinadas às bolsas e o contato pedagógico e institucional com as universidades estrangeiras e estudantes são pontos em que não podem ocorrer erros e atrasos, pois colocaria o programa em descrédito, causando reveses em seus resultados.

Em relação aos alunos e alunas em si, há a preocupação com o domínio baixo de línguas estrangeiras, especialmente o inglês. O governo chegou a criar um curso on line, o Inglês Sem Fronteiras, para que estudantes pudessem superar as limitações trazidas da escola básica. O programa se tornou o Idiomas Sem Fronteiras, com a inclusão da versão para a língua francesa.¹³

Outra preocupação são as bolsas sanduíche, onde o estudante (de graduação ou pós-graduação) fica de seis meses a um ano no exterior. O pouco tempo no país estrangeiro pode fazer com que a estadia do aluno termine justamente quando sua adaptação ao lugar atinge nível satisfatório. Para se evitar isso, é necessário que o aluno saia do Brasil com um projeto bem definido, de como seu intercâmbio o fará progredir na sua pesquisa e formação, assim como a garantia de orientação por parte de docentes da universidade de destino.

Essa situação é ainda mais importante tratando-se de alunos de graduação. Esse estudante, que está ainda em início de carreira acadêmica, precisa ser acompanhado permanentemente pelos órgãos responsáveis, de modo que sua estadia seja útil para o desenvolvimento de seu objeto de pesquisa. O estudante não pode simplesmente ir para outro país, assistir uma ou duas disciplinas em outra língua e voltar. O programa não é para turismo, é para aprofundar a formação dos estudantes e de seus trabalhos acadêmicos. Viajar com um projeto de pesquisa definido e garantia de orientação na instituição de destino, além de acompanhamento constante dos órgãos brasileiros parece ser a melhor opção.

É necessário que os créditos obtidos no exterior sejam validados pelas instituições de ensino superior brasileiras o mais rápido possível após o

¹³ <<http://isf.mec.gov.br/>>. Acesso em 18 de julho de 2015.



retorno do estudante. O mesmo deve ser incorporado a pesquisas da universidade e orientação de professores no Brasil também de forma célere, com o intuito de finalização da pesquisa e continuação da vida acadêmica.

As políticas públicas e empresas devem dar conta de absorver a demanda desses alunos e alunas que passaram pelo Ciência Sem Fronteiras. A atenção deve ser redobrada para evitar o *brain drain*, a chamada “fuga de cérebros”, onde instituições de pesquisa estrangeiras recrutam os pesquisadores de países mais pobres, ofertando melhores condições de trabalho e remuneração. Essa situação se caracteriza como grande perda de dinheiro público, já que o país investe na formação de um profissional que acaba se perdendo para outro país.

Dentro do debate exposto sobre o papel do Estado como indutor da pesquisa básica no mundo globalizado, é necessário que o Governo Federal tenha programas de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, de modo a aproveitar boa parte dessa força de trabalho qualificada no exterior. O processo de internacionalização das universidades e a relegação de um papel de mero formador de força de trabalho para o mercado é uma grande armadilha em que os países mais pobres e suas instituições de ensino superior estão sujeitos na conjuntura atual. Somente um plano de desenvolvimento econômico nacional, capitaneado pelo poder público, pode utilizar tecnologias e cientistas para a solução de nossos grandes problemas socioeconômicos, aumentando nossa produtividade, e inserindo o Brasil de modo soberano no mundo globalizado. Caso contrário, estamos apenas transferindo valor e conhecimento público para a iniciativa privada, que os usarão como bem entender, quase nunca nos interesses da sociedade brasileira em geral.

O intercâmbio de estudantes brasileiros, tanto de graduação, quanto pós-graduação, é peça fundamental para o desenvolvimento do país e um salto tecnológico que permita o Brasil ascender a um novo patamar no cenário global. No entanto, para isso é necessário não só o sucesso, continuidade e permanente avaliação do Ciência Sem Fronteiras, mas também, o direcionamento



dessa força de trabalho qualificada para as necessidades do país. Com a possibilidade de amortizar parte da tal falada “falta de mão de obra qualificada” no Brasil, esses profissionais podem ser utilizados em grandes investimentos em infraestrutura, inovações produtivas e domínios de tecnologias de ponta, como microeletrônica, biotecnologia e novas fontes de energia.

Esse desenvolvimento prometido também realocaria o Brasil em melhor patamar no mundo globalizado, diminuindo a dependência tecnológica, dinamizando a economia do país e promovendo um papel mais dinâmico para o Brasil em blocos internacionais, como os BRICS, CELAC, UNASUR e MERCOSUL. Nas relações Sul-Sul, que vêm sendo a tônica da diplomacia brasileira na última década, o país se configuraria cada vez mais como um ator de peso.

Tudo isso depende de ação política do Governo Federal, para melhor proveito dos resultados de programas como o Ciência Sem Fronteiras. Essa iniciativa não pode virar um agraciamento generalizado de bolsas no exterior sem contrapartida social por parte dos estudantes e planos governamentais que viabilizem sua utilização para o desenvolvimento soberano do país. Caso seja o caminho tomado, se abrem duas consequências desastrosas: impõe-se um modelo de ciência voltado para os interesses do mercado e do grande capital privado e, ao mesmo tempo, pode-se criar duas classes de estudantes: os de classe média e alta dos grandes centros tecnológicos brasileiros que vão estudar no exterior para depois serem empregados na iniciativa privada; e outro grupo, de estudantes de classe baixa com formação voltada meramente para o mercado em cursos que não despertam grandes interesses, como os de ciências sociais e humanas.

A ausência dos cursos de ciências sociais e humanas no Ciência Sem Fronteiras já é um indicativo da depreciação que sofrem, como se fossem irrelevantes para o desenvolvimento do país e sua inserção no mundo globalizado. Por outro lado, a não participação de países da América Latina entre as nações com convênio no Ciência Sem Fronteiras, assim como a baixa pro-



cura de bolsas nos países dos BRICS, mostra como nossa noção de ciência e tecnologia está voltada para o padrão estadunidense-europeu. O perigo dessa visão é formarmos jovens cientistas no exterior com projetos de pesquisa que não correspondam às reais necessidades econômicas e sociais do desenvolvimento brasileiro. Seria uma forma de aprofundamento da distância entre a universidade e a sociedade, assim como, de maior colonização intelectual da nossa academia. Boas iniciativas para o futuro poderiam ser mais intercâmbio com os países dos BRICS e da América Latina, adoção de cotas sociais (estudantes de baixa renda) e raciais (negros, indígenas e quilombolas), e a participação de outras áreas, como economia e educação.¹⁴

Com o fechamento de seu primeiro quadriênio original nesse ano de 2015, muitas pesquisas e apontamentos tendem a surgir sobre essa iniciativa do Governo Federal. O Ciência Sem Fronteiras é uma política pública importante e conectada com o que se pensa hoje acerca de ciência, tecnologia e inovação no mundo globalizado. Porém seu sucesso pleno, que na verdade é um sucesso não só do Programa, mas do desenvolvimento do país, depende não só da parte técnica, mas, principalmente, de iniciativa política voltada para os interesses da Nação e de suas maiorias.

Post scriptum

Entre a escrita desse artigo e a sua publicação, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de impedimento que se encontra, no momento deste post scriptum (agosto/2016), em seus momentos finais. Este autor considera tal processo um golpe de Estado, vide que as acusações contra a presidenta são comprovadamente falsas, não se sustentando frente a uma análise jurídica séria. No entanto, seu julgamento não é técnico, mas sim, político, a partir do

¹⁴ Boa parte dessas propostas colocadas pela Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Disponível em <<http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2015/07/graduacao-devera-ter-peso-menor-na-nova-etapa-do-ciencia-sem-fronteiras.html>>. Acesso em 19 de julho de 2015.



momento em que forças que compunham o governo Dilma passaram para o campo da oposição garantindo uma simples maioria numérica suficiente para o afastamento da presidenta democraticamente eleita.

Tal feito foi possível graças a uma condução desastrosa na economia por parte do governo de Dilma, mas principalmente, devido a uma campanha jurídico-midiática arrasadora de criação de factoides e parcialidade pró-oposição tão vexaminosa que criou constrangimento na grande imprensa internacional, mesmo em veículos que estão muito distantes do espectro político onde se localiza os governos petistas. O fato de haver corrupção nos governos petistas (o que é absolutamente verdadeiro) não permite retirar presidentes democraticamente eleitos com o mecanismo do *impeachment* sem provas, simplesmente por estarem passando por um período de baixa popularidade. As forças que outrora apoiaram o governo e que agora se somaram à oposição são lideradas pelo até então vice de Dilma, Michel Temer, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Temer assumiu a presidência interina, porém, agindo como presidente *de facto*, montou todo um novo ministério, inclusive com os partidos oposicionistas aos governos de Lula e Dilma.

No que tange ao objeto deste artigo, o programa Ciência sem Fronteiras, o governo Temer, por meio de um programa de ajuste fiscal de corte neoliberal ortodoxo, extinguiu o programa na modalidade graduação (que atendia mais de 70% das bolsas), alegando a necessidade de poupar recursos. O programa agora será voltado para que “alunos de baixa renda do Ensino Médio” aprendam idiomas no exterior. Segundo o novo governo, as bolsas de pós-graduação serão mantidas.¹⁵

Trata-se de uma mudança de foco e descaracterização total do programa, além de uma falta de entendimento sobre qual sua função para o desenvolvimento nacional. A ideia de fazer do Ciência Sem Fronteiras um simples curso de línguas no exterior responde a uma demanda de uma pequena

¹⁵ <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/07/ciencia-sem-fronteiras-tera-foco-no-ensino-medio>>.



fração da população brasileira endinheirada que envia seus filhos para os Estados Unidos e Europa simplesmente por *status*, e não devido a um projeto de desenvolvimento científico nacional. Não é necessário ir a Londres ou Nova York para aprender inglês, muito menos com dinheiro público. Em nada isso contribuirá para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação no Brasil.¹⁶ A notícia de que o programa seria voltado para “estudantes de baixa renda”, sem apresentação nenhuma de como isso seria feito ou a qual objetivo estratégico responde, soa como demagogia e jogo midiático de um governo fortemente criticado por dismantelar as políticas públicas voltadas para os mais necessitados.

Em nossa visão, o Ciências sem Fronteiras foi dismantelado e com ele toda uma (ainda tímida) política de ciência e inovação nacional da qual fazia parte. Por mais que seu nome persista, o programa está extinto nessas condições. As políticas colocadas em marcha pelo governo Temer parecem retroagir o Brasil para o passado, aprofundando a dependência tecnológica e o baixo nível de investimento em inovação no país. Seguindo esse ritmo, os direcionamentos estratégicos apontados na conclusão desse artigo não serão alcançados. O Brasil tende a se afastar ainda mais dos grandes polos de inovação do mundo, inclusive em relação a países considerados “em desenvolvimento”, o que intensificará a reprimarização econômica, a perda de composição de capital e nossos graves problemas sociais.

Bibliografia

CASTRO, Claudio de Moura; BARROS, Hélio; ITO-ADLER, James; SCHWARTZMAN, Saimon. Cem mil bolsistas no exterior. IN: *Interesse Nacional*. Abril-Junho 2012. P. 25-36.

DOS SANTOS, Theotonio. *Revolução científico-técnica e capitalismo contemporâneo*. Petrópolis: Vozes, 1983.

¹⁶ Dentro do ajuste do governo Temer o próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação deixou de existir, sendo fundido à Comunicação em uma única pasta.



JUNIOR, João dos Reis Silva; SPEARS, Eric. Globalização e a mudança do papel da universidade federal brasileira: uma perspectiva da economia política. IN: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.47, p.3-23 Set.2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto presidencial nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm> Acesso em 10 de julho de 2015.

SILVA, Stella Maris Wolf da. *Cooperação acadêmica internacional na CAPES na perspectiva do programa Ciência sem Fronteiras*. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2012.

Internet

<g1.globo.com>

<<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br>>

<<http://isf.mec.gov.br/>>

<www.brasil.gov.br>

Roberto Santana Santos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Doutorando em políticas públicas pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH-UERJ). Mestre em História Política pela UERJ. Secretário Executivo Adjunto da REGGEN (Rede de Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, cátedra da UNESCO).

<robertossrj@gmail.com>

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Cosmovisões e narrativas – O poder do Mito nas sociedades tradicionais

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Toribio Brittes Lemos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ/ Rio de Janeiro/BR

Resumo

Os mitos fundamentaram a originalidade da ancestralidade ao concentrarem nos arquétipos a legitimidade dos atos da criação. Recriados recriada através do transe religioso estavam presentes na vida cotidiana. Revelavam-se durante a realização das práticas culturais e representações simbólicas dedicadas à agricultura e à natureza reproduzidas pela memória coletiva, especialmente entre as populações rurais, onde predominam imaginários indígenas e traços marcantes da ancestralidade quêchua.

Palavras Chave: Mitos – Cosmovisão – Práticas Culturais – Representações Simbólicas - Arquétipos – Memória e Imaginário

Resumen

Los Mitos basados en la originalidad de la ascendencia se concentran en los arquetipos de la legitimidad de los actos de creación. Recreado a través de trance religioso estuvieron presentes en la vida cotidiana. Se puso de manifiesto en el transcurso de las prácticas culturales y representaciones simbólicas dedicadas a la agricultura y la naturaleza jugado en la memoria colectiva, especialmente entre la población rural, con predominio de rasgos imaginarios y sorprendentes indígenas de ascendencia quechua.

Palabras clave: Cosmovisión – Mitos – Prácticas Culturales – Representaciones Simbólicas – Arquetipos – Memoria e Imaginario



Abstract

The Myths based the originality of ancestry to concentrate on archetypes the legitimacy of acts of creation. Recreated recreated through religious trance were present in everyday life. It was revealed during the course of cultural practices and symbolic representations dedicated to agriculture and nature played in the collective memory, especially among rural populations, dominated by indigenous imaginary and striking traits of Quechua ancestry.

Keywords: Worldview – Myths – Cultural Practices – Symbolic representation – Archetypes - Memory and Imaginary

Os estudos sobre as narrativas míticas, o sagrado e o profano na vida cotidiana andina consistiu num dos primeiros ensaios sobre as sociedades tradicionais, suas práticas e representações. À medida que a investigação avançava novas abordagens teóricas foram introduzidas para fundamentar a discussão sobre tradição e modernidade. Os mitos receberam tratamento antropológico e as permanências culturais e suas ressignificações seguiram os fundamentos da História Cultural.

Os relatos e narrativas nas sociedades tradicionais tornaram os mitos marcas identitárias. Considerados reais, fundamentaram a originalidade da ancestralidade ao concentrarem nos arquétipos a legitimidade dos atos da criação, que podem ser recriados através do transe religioso.

Localizados no *cosmos*¹, estavam presentes na vida cotidiana e se revelavam durante as festas populares, quando se realizavam os rituais dedicados à agricultura e à natureza. As práticas culturais e representações simbólicas manifestadas naquelas festividades são reproduzidas pela memória coletiva,

¹ *Cosmos* – é um termo que designa o universo em seu conjunto, toda a estrutura universal em sua totalidade, desde o microcosmo ao macrocosmo. O astrônomo Carl Sagan define o termo *cosmos* como sendo “tudo o que já foi tudo o que é e tudo que será”.



especialmente entre as populações rurais, onde predominam imaginários indígenas e traços marcantes da ancestralidade quêchua.

O estudo sobre as narrativas míticas, o sagrado e o profano na vida cotidiana andina consistiu num dos primeiros ensaios sobre as sociedades tradicionais, suas práticas e representações. À medida que a investigação avançava novas abordagens teóricas foram introduzidas para fundamentar a discussão sobre tradição e modernidade. Os mitos receberam tratamento antropológico e as permanências culturais e suas ressignificações seguiram os fundamentos da História Cultural.

Os relatos e narrativas nas sociedades tradicionais tornaram os mitos marcas identitárias. Considerados reais, fundamentaram a originalidade da ancestralidade ao concentrarem nos arquétipos a legitimidade dos atos da criação, podendo ser recriada através do transe religioso.

Localizados no *cosmos*, estavam presentes na vida cotidiana e se revelavam durante as festas populares, quando se realizavam os rituais dedicados à agricultura e à natureza. As práticas culturais e representações simbólicas manifestadas naquelas festividades são reproduzidas pela memória coletiva, especialmente entre as populações rurais, onde predominam imaginários indígenas e traços marcantes da ancestralidade quêchua.

O mito integra, em um mesmo ciclo, o passado, o presente e o futuro. Ao contrário do rito, imerso na história, o mito é atemporal, narra e interpreta o passado em um momento particular, o presente. O pensamento mítico proporciona ao rito elementos concretos para seu desenvolvimento. Assim, o rito está condicionado por um espaço que assinala sua temporalidade, e o torna presente. Sujeito a fases e momentos, os rituais submetem-se a calendários, horários e períodos.

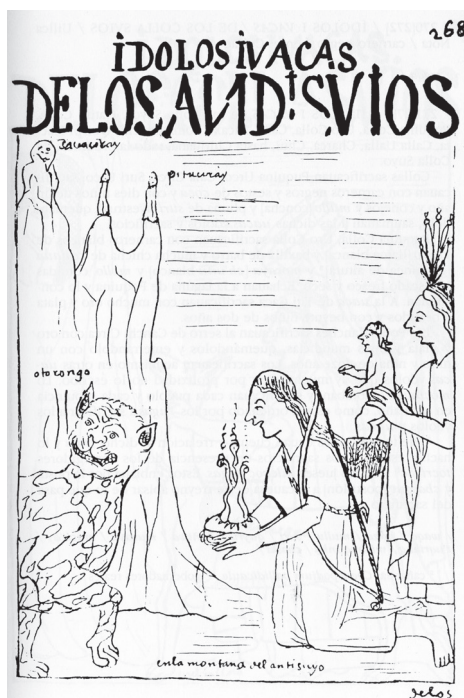
As representações simbólicas, implícitas nos rituais, traduzem significados que não são expressos por palavras, mas que transmitem o cerne do “pensamento histórico que não teria cabimento numa narrativa mítica”².

² Idem, op. cit., p.15.



Cosmovisão do Incário

Na cultura andina, os mitos revelavam em sua essência a vinculação da cotidianidade à cosmogonia. Os desígnios divinos ditavam as normas, regras e costumes daqueles povos. Sagrado e profano coexistiam no cotidiano social. Assim, destacaram-se os mitos reproduzidos, especialmente os vinculados à natureza e que representavam a ancestralidade cósmica dos povos quêchuas. Nas *Crônicas* de Guaman Poma de Ayala o mito do *Qoa* ou *Otorango* é representado através de desenho³.



Fonte : POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva Crónica y Buen Gobierno*. México, Siglo XXI, 268

No Incário, os mitos relacionados ao *Qoa*, *Qoacha* ou *Titi*, representado por um felino voador e ao raio, ou *Illapa* ou *Inti-Illapa* e *Nāylamp*, foram os

³ POMA DE AYALA, Guaman. *Nuevas Cronicas y Buen Gobierno*, p.262.



que mais se distinguiram. Representavam entidades temidas e reverenciadas pelo poder que detinham sobre a natureza, especialmente o controle sobre as águas e as chuvas, essenciais para a vida.



Fonte: POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nuevas Cronicas y Buen Gobierno*, México, Siglo XXI, p.262.

Qoa –poder sobre as chuvas

Os mitos de *Qoa* e de *Illapa* se expandiram para outras regiões dos Andes e também fizeram parte do imaginário popular das regiões ao sul, como Peru e Bolívia⁴. As narrativas e imagens construídas sobre eles lembram as

⁴ Doig Kauffinam, em agosto de 1986, recopilou uma das versões desse mito, em Maucallacta, no monte Corupuna em Arequipa. Esse mito já fora registrado em 1910 por Adolph Bandelier, posteriormente por Bernard Mishkin em 1946, Efarin Best em 1951, Mariscotti em 1987. E em 1959, Luis Valcárcel teceu comentários sobre a atualidade desse mito e sua importância nos dias atuais. Finalmente, tanto Johan Reinhard, em 1985, como Luis Barreda Murillo acrescentaram informações inéditas sobre *Qoa* ou *Illapa*.



representações de um felino voador, animal sobrenatural que se deslocava no ar, voando entre brumas e nuvens. O *Qoa* podia ser visto perto das fontes d'água, lançando raios pelos olhos e provocando trovões. Forte e poderoso, deslocava o arco-íris. Sua urina era sagrada, transformada em divinas gotas de chuva⁵, eliminava a seca e favorecia a agricultura.

Qoa também era conhecido por outros nomes na Costa Andina e áreas montanhosas da Cordilheira. Era representado por um jaguar com asas, um felino voador, possuía garras afiadas e era de uma ferocidade incontida. *Qoa* mantinha o controle absoluto sobre todos os mananciais.

A essa divindade os quêchuas deviam sua sobrevivência naquelas terras áridas. Ele garantia as chuvas, as águas para a vida e até a presença do *Amaru*, o *Arco-íris*. Por essa representação mítica era temido e respeitado. O mito do *Qoa* domina até os dias atuais o altiplano e as regiões montanhosas da Cordilheira. Foi e continua sendo homenageado com festas e rituais, além de reverenciado por grande parte da população rural.

Segundo Barrionuevo (1943), no altiplano as chuvas são fortes, com raios, trovões e relâmpagos. Diante daquele fenômeno assustador, antes da chuva começar a cair torrencialmente, as populações locais afirmam que, em certas ocasiões, podem ver primeiramente um felino se deslocando pelo ar entre as nuvens cinza. Sem dúvida, dizem, “ é o senhor das tempestades e quase sempre dos *pugyus* ou *mananciais*, ou perto deles para fertilizar a terra” (Barrionuevo, idem).

As representações simbólicas do *Qoa* podem ser apreendidas através dos relatos dos camponeses da região, quando se referem ao mito do felino voador, afirmam com veemência [...] esta terrível criatura lança raios e relâmpagos pelos olhos e seus rugidos são os trovões. Finalmente, ao cair, sua urina se transforma em chuva [...](idem)⁶.

⁵ Doig, K., op. cit., p. 1.

⁶ BARRIONUEVO, Alfonsina. *Qoa: El felino Volador*. Cusco, Ciencias de la Comunicación, 1943.



O mito está cristalizado no imaginário coletivo e se reproduz naquelas regiões ainda sob a forma dos relatos indígenas, embora os espanhóis, durante o processo de colonização, tivessem se esforçado para substituir aquelas representações pela imagem feroz de Santiago de Compostela, voando nos céus com seu cavalo e sua lança.

A descrição de *Qoa* como jaguar ou puma é comum na cultura andina. A reprodução do mito do felino voador se concretiza na arte como nos objetos de cerâmica, prata, tecidos, madeira e osso.⁷

As pesquisas de Kaufmann⁸ (1986) na região andina complementam aqueles relatos. Segundo Doig [...] na serra também é possível observar nas noites claras, entre maio e outubro. O contorno do felino surge como uma constelação, no marco celestial de estrelas, deslocando-se majestosamente no céu.

Como toda divindade⁹, *Qoa* continha em si o dualismo - o bem e o mal. Seu fator de bondade explicitava-se pela chuva. Possuía o poder de fazer

“Los pobladores de las partes altas donde cae la lluvia con fiereza, entre rayos y relámpagos, afirman que en ciertas ocasiones ven primero un felino desplazándose por los aires entre las nubes grises. Sin duda es el señor de las tempestades y sale casi siempre de los puyus o “manantiales”, o cerca de ellos, para fertilizar la tierra.

Esta terrible criatura lanza rayos y relámpagos por sus ojo y sus rugidos y ventosidades son los truenos. Finalmente, al caer, sus orines se transforman en lluvia”.

⁷ Ídem, op.cit.p.2.

⁸ Kauffmann Doig - 1986[...] dice que a miles de metros sobre el mar, en la sierra, también es posible observar en las noches claras, entre mayo y octubre. El contorno del felino se aprecia en una constelación, dentro de un marco celestial de estrellas, desplazándose majestuosamente en el cielo. El hallazgo de Tiknay, en la provincia de La Unión, Arequipa, confirma la reverencia que se observo desde hace miles de años por los felinos, sin precisar hace cuantos, porque aún falta levantar las piezas y realizar un exhaustivo estudio de ellas. Han salido las primeras y han despertado admiración por la originalidad de sus dibujos y el mensaje debajo en una etapa auroral de la humanidad [...]

⁹ *Qoa* era uma divindade masculina, porém também passou a ser representada muitas vezes com outras faces, como a de aves, mesclando traços masculinos e femininos, conforme a área que era cultuada.



chover, permitindo a vida, a fertilidade, evitando a desertificação. Também regulava os mananciais. Tinha poder de destruição e podia eliminar qualquer ser vivo com seus raios e lançar granizo para destruir as plantações, causando fome e miséria. Por esse motivo Doig afirmava que as sementeiras e a vida dependiam de seu arbítrio ¹⁰.

A vida e a sobrevivência naquelas regiões áridas dos Andes subordinavam-se às boas relações de *Qoa* com as populações, especialmente nas áreas rurais. Por esse motivo, a interseção dos mitos na vida cotidiana fazia-se visível, pois eles correspondiam aos matizes estruturais do pensamento mágico-religioso andino, além de responderem às necessidades materiais ou profanas da sociedade quêchua.

Os dois mitos *Qoa* e *Illapa* possuíam a mesma essência e se aproximavam em suas representações. Ambos simbolizavam as divindades das águas, sobre as quais detinham domínio absoluto, sobretudo o poder sobre as chuvas. O controle sobre as águas permitiu o desenvolvimento da organização produtiva, fundamental para a sobrevivência da sociedade.

Em suas representações simbólicas, tanto o *Qoa* como o *Cayaca* ou *Curi* exibem semelhanças e diferenças. A diferença perceptível era a representação de *Qoa* como um felino, o que o afastava de ser considerado um fenômeno natural, como raio ou trovão. O *cayaca* ou o *curi* era venerado como fenômeno meteorológico próprio das tempestades, sobre os quais a divindade *Illapa* detinha controle absoluto¹¹. Assemelhavam-se pelo simbolismo das gotas celestiais, quando a urina do *Qoa* assumia a função mítica da chuva. Eram gotas sagradas que permitiam a reprodução e a vida.

O mito do felino voador influenciou a arte e as representações iconográficas das culturas Tiahuanaco e Chavin, além de sua função como mito fundamental da tradição da Costa Norte dos Andes.

¹⁰ Ídem, op. cit., p. 1.

¹¹ Atualmente esse mito é venerado nos Andes como *Wanami*, tradição vigente. O mito é conhecido como *Qoa/Illapa* ou *Santiago/Wamani*.



Com algumas alterações, nas regiões de Lambayeque, Chancay e Chincas, a iconografia apresenta o Felino Voador com traços humanos e atributos ornitomórficos, verdadeira ave-jaguar, como os de *Tumi de Lambayeque*.

Considerações finais

Até os dias atuais o mito de *Qoa* está presente no imaginário andino. Festas e rituais são realizados durante a terça-feira de Carnaval em homenagens ao deus felino. O mito é retomado e reproduzido, mesmo com suas ressignificações, garante assim a produção e a sobrevivência das comunidades agrícolas com a sua urina sagrada- o líquido preciosos - molhando e fertilizando as terras áridas da Cordilheira e permitindo a vida nos povoados desérticos e promovendo a fartura.

Parte da memória coletiva das populações andinas sobrevive nos imaginários e nas representações simbólicas através dos rituais. Enquanto aquelas práticas culturais são realizadas, uma fogueira é acesa para cozinhar um bolo feito de feto de lhama e folhas de coca. A fumaça limpa os ares e espanta os males. O bolo é mastigado para purificar o organismo.

Conhecido como *Qoar*, esse ritual é oferecido ao deus jaguar e envolve o retorno às formas arquetípicas dos deuses. Contempla também o espaço do Hanan com a purificação e fertilidade, espantando os maus espíritos. O mito, através do rito, permite o retorno de *Qoa*, o deus da vida.

Bibliografia

ADORNO, R.; Guaman Poma A. *Writing and Resistance*. Austin, 1986.

_____. *La Concepción del Tiempo y la Historia en la Crónica de Waman Poma de Ayala y su Supervivencia en la Region Andina*. Germany, Vervcient, 1991.

_____. *El Sapan Inka y el Sumo Sacerdote: acerca de la legitimización del poder en el Tawantinsuyo*, Warszawa, Dzial Dokumentacji. (CESLA), 1988.



- KAUFFMANN, Doig. *Economia y Ritual en los Condesuyos de Arequipa: Pastores y Tejedores del Siglo XIX*. México, 1975.
- LA VEGA, Garcilazo. *Los Comentarios Reales de Incass*. Lisboa, 1609, c. CCVII.
- HERNANDEZ, Principe Rodrigo. *Mitologia Andina*. Lima, s/d.
- HANNS, Albert Steger. *Tiempo e Império*. Mirnberg, Vervuert Verlag, 1991.
- LAURENCI, Minelli Laura. *El Trabajo como Forma de Culto Estatal en el Imperio Incas*. Warszawa, Dzial Dokumentacji, (CESLA) , 1988.
- MRÓZ, Marcin. *Los runa y los wiraquca*. Warszawa, Studio i Materialy, 1992.
- MARKHAN. *A Comparasion of the Ancient Peruvian Carvings and the Stones of Tiahuanaco and Chavin*. Leipzig, 1910.
- POMA DE AYALA, Felipe Guaman. *Nueva Crónica y buen Gobierno*. Madrid, Ed. John Murra nº 16, Tomo A, 1987.
- RAIMONDI, Antonio. *El Peru*. Lima, 1874, 6 vol.
- SZEMINSKI, Jan. *Wana Kawri Waka*. Warszawa, Dzial Dokumentacji, (CESLA), 1988.
- VALDERRAMA, Abdón Yaranga. *La Concepción del Mundo o Cosmovisión en la Civilización Andina*. Germany, Vervuert Verlag, 1991.
- ZIÓLKOWSKI, Mariuz. *El Culto estatal del Imperio Incas*. Amsterdam, 46º ICA (Congreso Internacional de Americanistas), 1988.

Maria Teresa Toribio Brittes Lemos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Prof^a Dr^a Maria Teresa Toribio Brittes Lemos – Pesquisadora Visitante – PPGH. Coordenadora do Núcleo de Estudos das Américas (NUCLEAS). Titular de História das Américas/Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ.

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Democracia y paz en un contexto de extrema conflictividad: Centroamérica en la segunda mitad del siglo XX y primeras dos décadas del siglo XXI

Víctor M. Vargas González
Universidad Nacional/UN/Costa Rica/CR

Resumo

As Veias Abertas do continente americano, parafraseando o nosso grande escritor Eduardo Galeano, têm sido terreno fértil para forjar nossas democracias mediadas pelo conflito civil que muitas vezes manchadas com o sangue de irmãos, a terra que nos abriga hoje. América Central foi singularmente marcado a partir da segunda metade do século passado e mesmo até hoje, através da luta armada, disfarçado, por vezes, o imperialismo, às vezes marcada pelas tendências dos tempos em que a luta armada é trazido para as ruas pela posse de territórios, seja para o tráfico, seja por tráfico de drogas, o último hemorragia nosso território e nossos irmãos se transformando em objetos de posse novamente. Certamente processos de paz na região ajudaram a reduzir a frequência e intensidade com que a luta armada surgiu em desenvolvimento, no entanto, novos ventos sopram agora que levaram luta civis armados para lutar campos não por lutas sociais mas para a posse dos territórios para fins de exploração, principalmente de drogas entre muitas outras variantes. Esta intervenção vai tentar fazer um breve passeio que era de alta de conflitos, em busca de resgate da minha perspectiva, a memória histórica de nossos povos latino-americanos, como o filtro necessário para enfrentar a modernidade.

Palavras-chave: guerra civil, conflitos da América Latina, a memória histórica, paz, latinoamericanismo.



Resumen

Las venas abiertas del continente americano, parafraseando a nuestro gran literato Eduardo Galeano, han sido caldo de cultivo para forjar nuestras democracias mediadas por luchas civiles que frecuentemente tiñen con la sangre de hermanos, la tierra que hoy nos cobija. Centroamérica singularmente estuvo marcado a partir de la segunda mitad del siglo pasado y aun hasta nuestros días, por la lucha armada, disfrazada a veces de imperialismo, a veces marcada por las tendencias de los nuevos tiempos en donde la lucha armada es llevada a las calles por la posesión de territorios, sea para la trata de personas, sea para el narcotráfico, esta última desangrando nuestro territorio y convirtiendo a nuestros hermanos en objetos de posesión nuevamente. Ciertamente los procesos de paz en la región han contribuido a rebajar la frecuencia y la intensidad con la que la lucha armada se vino desarrollando, sin embargo nuevos vientos soplan ahora que han llevado la lucha civil armada a campos de lucha ya no por las luchas sociales, sino por la posesión de los territorios para la explotación principalmente del narcotráfico entre muchas otras variantes. Esta intervención intentará hacer un recorrido sucinto de esa época de alta conflictividad, pretendiendo el rescate desde mi óptica, de la memoria histórica de nuestros pueblos latinoamericanos, como filtro necesario para enfrentarnos a la modernidad.

Palabras clave: Guerra civil, conflictividad latinoamericana, memoria histórica, paz, latinoamericanismo.

Abstract

The Open Veins of the American continent, to paraphrase our great writer Eduardo Galeano, have been fertile ground for forging our democracies mediated by civil conflict that often stained with the blood of brothers, the land that shelters us today. Central America was singularly marked from the second half of the last century and even today, through armed struggle, disguised sometimes imperialism, sometimes marked by the



trends of the times that armed struggle is brought to the streets for possession territories, either for trafficking, whether for drug trafficking, the last bleeding our territory and our brothers turning into possession of objects again. Certainly peace processes in the region have helped to reduce the frequency and intensity with which the armed struggle started in development, however, new winds blow now that led armed civilians struggle to fight not by social struggles fields but for the possession of the territories for the purpose of exploitation, particularly of drugs among many other variants. This intervention will try to make a brief tour that was high conflict, seeking rescue from my perspective, the historical memory of our Latin American peoples, as the filter needed to face modernity.

Apuntes liminares

Hablar del período comprendido entre la segunda mitad del siglo XX y las primeras dos del XXI es, en voz de Gould, J. y Hale, Ch. (2012), un periodo marcado por el *rompimiento con las jerarquías*, en donde plantean *nuevas posibilidades de relaciones de igualdad social, y abren nuevos horizontes de empoderamiento*.

Otrora todo lo que supone la lucha por conseguir esos supuestos, la participación cada vez más asiduas de las corrientes populares, tanto en la toma de posición respecto del tipo de gobierno con el que cuentan, como también de las necesidades de manifestación y participación ciudadana en el co-gobierno de los Estados-Nación; en tanto se comienza a entender que el poder de estos reside en sus ciudadanos, y que estos a su vez entregan a sus gobernantes una cuota de poder, pero no su totalidad, la totalidad del poder reside en el pueblo.

El marco de esa lucha por que el pueblo comience a tomar el papel que le corresponde en la definición y afianzamiento de los distintos procesos democráticos en la Centroamérica de finales del siglo pasado y comienzos del presente, que tiene como resultado la configuración, determinación y distribución de los Estados-Nación en nuestro escenario geopolítico.



Un proceso plagado de altos y bajos, claramente delimitado por las políticas expansionistas del imperialismo norteamericano que teje sus redes de “cooperación” en toda la región, que una a una irá desgranando, salvo excepciones calificables, en procesos bélicos internos, en persecución política, en mecanismos más o menos coercitivos para las poblaciones, pero sobre todo en transformaciones tendientes a establecer una paz duradera en nuestros pueblos. Una paz a medias que ha sido hasta nuestros días trastocada por la lucha del narcotráfico por definir sus territorios; sin embargo la lucha no desmaya, un día sí y otro también, los pueblos de la América Central continúan su lucha por la libertad y la independencia plenas.

Por ahora echaremos solamente un vistazo somero a los aspectos más relevantes que pretenden ejemplificar la complejidad de nuestra tierra y de nuestros procesos de pacificación y democratización.

Expansionismo imperialista

Como bien lo afirmará Cuevas (2009: 35) *la crisis de Europa como centro de poder y modelo de civilización* marcará la pauta en la hegemonía económica y financiera de los Estados Unidos en la región centroamericana, particularmente con una base por excelencia de “cooperación” como lo es Nicaragua. Cooperación que más tarde se transformará en lo que siempre pretendió en realidad los Estados Unidos: dominación, coloniaje, entre otros.

Es así como más tarde los Estados Unidos pone en el escenario geopolítico una de sus políticas más celebres, la *Doctrina Monroe*, que no es sino aquel viejo adagio de “América para los Americanos”, es en síntesis un tipo de blindaje establecido por el imperio sobre las políticas de desarrollo impulsadas por Europa, eso incluía la protección de la región contra la construcción de canales interoceánicos, los existentes debían “nacionalizarse”, en tanto pertenecían desde antes a los americanos, muy a propósito de la construcción del canal de Panamá abandonado por el francés Ferdinand de Lesseps desde 1888.



Esta política expansionista tuvo una de sus máximas expresiones en la administración del Presidente Theodore Roosevelt, con lo que se ha denominado *la política del gran garrote* que, en suma, apuntaba que si un país europeo amenazaba o ponía en peligro los derechos o propiedades de ciudadanos o empresas estadounidenses, el gobierno estadounidense estaba obligado a intervenir en los asuntos de ese país para “reordenarlo”, restableciendo los derechos y el patrimonio de su ciudadanía y sus empresas. La justificación, como lo señala Gómez (2007: 8), fue la *incapacidad de los países latinoamericanos y caribeños para gobernarse a sí mismos y la falta de responsabilidad de éstos ante sus compromisos internacionales*. A la sazón, está demás decir, que las propias rencillas internas en las naciones centroamericanas, como las dictaduras de Justo Rufino Barrios en Guatemala, o la de Hernández Martínez en El Salvador, la de y de estas con sus vecinos, generaron una inestabilidad sociopolítica, que abrió las puertas de par en par a la fijación de una política de exteriores, marcada por la “cooperación” norteamericana, que luego reclamaría propiedad sobre lo habido y tenido por las naciones, pues simplemente se era el patio trasero del imperio.

La militarización de los procesos de transición hacia una democracia cada vez más marcada no es sino la destrucción de las organizaciones democráticas casi en su totalidad, en su expresión máxima de la ilegalidad de los partidos políticos, los canales de expresión clausurados, el movimiento de la población controlada mediante las “Cédulas de Defensa Patriótica Nacional”. Además se crearon instancias represivas para “guardar” y vigilar el orden público, sellando así un pacto entre la oligarquía y la estructura militar. Todo ello resume el escenario contra el que el imperio puso en una balanza su “participación” en la Centroamérica de finales del siglo pasado y comienzos del presente.

Sin embargo, Centroamérica no se cruza de brazos, cree que las contien-
das armadas podrán afirmar su soberanía sobre lo que es suyo, como dirá
Acuña (2014: 134), *se trataba de rechazar la atribución de inferioridad como de*



reconocer que las sociedades centroamericanas tenían problemas reales en cuanto a su capacidad de construir estados viables y naciones coherentes.

Guerras civiles en Centroamérica

Hablar de guerra es una constante de la época en Centroamérica, y es hablar de procesos realmente marcados por el asedio y sitio de las ciudades, ocupando plazas, iglesias como lugares estratégicos, dominando por doquier la violencia, con altos efectos psicológicos en la población que se intervenía.

Es así como la mañana del 10 d enero de 1978, con el asesinato de Pedro Joaquín Chamorro, propietario y director de periódico *La Prensa*, se llega a un punto de no retorno en la carrera armamentista interna de Centroamérica, ella es atribuida al dictador nicaragüense Anastasio Somoza Debayle.

Como lo señala Figueroa (1994: 39), la *crisis política fue la expresión del descontento popular* marcada por densas luchas sociales, amplias demandas sectoriales y en general, continua señalando, muchas *reivindicaciones políticas democráticas* que tienen como resultado final, y finaliza, *la represión del Estado* mediante soluciones basadas en la violencia, la ilegalidad y la radicalidad frente a las masas populares.

Un descontento popular claro ante las políticas estatales de posesión de las tierras, mientras pocos tenían mucho, muchos tenían casi nada o nada propio, trabajaban explotados por grandes hacendados en condiciones inhumanas, con jornadas laborales extensísimas, y con un retribución por su trabajo poco o nada acorde con la realidad de la producción. Y en este sentido valga apuntar que muchas de esas políticas eran una copia al carbón de como la política norteamericana trataba a los países de la región: una zona para la producción de materias primas a bajo costo, con la que luego producir productos de primera necesidad que re-vender a los pueblos a precios de usura, siendo que su manufactura no había costado ni una décima parte del precio reflejado al público.



Descontento con políticas de explotación con las poblaciones autóctonas de la región, con la toma del poder por parte de militares, o de corte civil militar, amparados en validaciones populares, como el caso de Alfredo Cristiani en El Salvador, en donde un gobierno civil, con la alianza del brazo castrense, que presentándose como un presidente de Paz, no fue más que un adefesio mal hecho.

La privatización de la banca, la no priorización del dinero de los programas de reinserción y los planes para los mismos, el desprecio hacia los combatientes y las víctimas del conflicto, permeando las fronteras para la inmigración ilegal y el abandono de familias para el desarrollo de las temidas maras y sus deformaciones en el crimen organizado. La explotación de los más necesitados, invirtiendo en pequeñas cuotas de responsabilidad social, el sostenimiento de su plataforma de gobierno. Algo así como poner en una alcancía una moneda de quinientos colones pero al mismo tiempo sacarle por debajo un billete de veinte mil colones en maquillar un sistema político con las manos manchadas por la represión y el silencio de quienes se atrevieron a pensar por ellos mismos, que aquel no era el rumbo que querían para su país.

Un periodo marcado por una figura de Estado militar que suponía en principio un régimen de carácter transitorio, temporal, excepcional. Así su finalidad era el garantizar el orden mediante la seguridad y persigue la victoria incondicional sobre un enemigo empeñado en conseguir lo que buscaba.

Sin embargo, en la práctica, la persistencia de formas de salida, o de toma de posesión ante la invasión del Estado de la esfera de lo privado, se apoyaba en la idea de crear una sociedad nueva y una democracia regenerada por lo que se otorgaba un régimen de permanencia. Por añadidura, ofrecía la contrapartida del progreso. Garantizaba un desarrollo nacional limitado para unos pocos y una prosperidad en compensación al sacrificio aceptado (o impuesto) de la abstención política y representativa de muchos.

A pesar de la necesidad de una salida pacífica y democrática a los hechos, la sangre corrió por Centroamérica durante más de dos décadas, pues era



necesario libertar a los pueblos de las tiranías esbirras, darles su propia manera de gobernarse y sobre todo asumir las realidades particulares de cada país de manera integral; nada más distante de lo que en realidad se convirtieron y son hasta nuestros días los resabios de las guerras civiles centroamericanas: caso particular el de Nicaragua, donde no es necesario abundar pues la muestra de su realidad salta a la vista.

Es un período del que Torres (1994: 12) ha dicho:

La ausencia de la legitimidad del orden político y de la autoridad parecieran reforzar las bases de la desobediencia civil. La búsqueda de soluciones inmediateistas llevaron finalmente, en el extremo voluntarismo de la guerrilla, a la apelación a medios violentos. Así la crisis será una crisis-de-hegemonía de las fuerzas políticas económicamente dominantes que no pueden estructurarse en el universo competitivo, moderno, de la política.

Y concluye diciendo *la imposibilidad de obtener respuestas desencadena y generaliza la violencia*.

Procesos de Paz

Como bien señala Jiménez Alvarado (2012) *no puede desconocerse que ningún proceso de paz habría podido desarrollarse y luego culminar exitosamente de no haber terminado el enfrentamiento entre la URSS y los EE.UU.* Así saltan a la vista distintos procesos de negociación por la Paz, dentro de los que es necesario mencionar: Contadora, Esquipulas (I y II) y por separado los procesos de Paz en El Salvador y en Guatemala.

Una de las crisis internacionales más graves que encaró el mundo contemporáneo es el conflicto en Centroamérica, cuya escalada pudo conducir a una confrontación armada de proporciones irreductibles. No fue fácil vislumbrar una solución viable, dada la complejidad de la situación, sin



embargo en enero de 1983 los ministros de relaciones exteriores de México, Colombia, Venezuela y Panamá se reunieron en la isla de Contadora, en el Golfo de Panamá, para examinar la situación en Centroamérica, analizar todas las propuestas de paz formuladas hasta entonces y proponer su propio plan para lograr una paz negociada en la región.

Así en suma en contadora se logra como máxima la renuncia a la amenaza o el uso de la fuerza contra la integridad territorial o la independencia política de los Estados; así como otros asuntos en materia de distensión regional y fomento de la confianza, reconciliación nacional, Derechos Humanos, procesos electorales y cooperación parlamentaria, seguridad, incluidas en estas las maniobras militares, armamentos, efectivos militares, bases extranjeras, tráfico de armas, terrorismo, en otras materias además de económicas y sociales y hasta en materia de refugiados.

Por otra parte los acuerdos de Paz de Esquipulas I y II suscitados a mediados de la década de los 80 del siglo pasado, permite por primera vez un atisbo al llamado a la integración centroamericana. En su primera etapa en mayo de 1986 sale humo blanco entre las naciones de la región en cuanto a la suscripción de los acuerdos manifestados en Contadora y además permite determinar que “la paz en América Central sólo puede ser fruto de un auténtico proceso democrático que implicó la promoción de la justicia social, el respeto a los Derechos Humanos, la soberanía e integridad territorial de los Estados y el derecho de todas las naciones a determinar libremente y sin injerencias externas de ninguna clase, su modelo económico, político y social. En suma zanja las bases para la afirmación de la soberanía en la constitución de los distintos Estados-Nación presentes en Centroamérica.

Avanzadas las negociaciones en Esquipulas II, en agosto de 1987 se definieron un número de medidas para promover la reconciliación nacional, el final de las hostilidades, la democratización, las elecciones libres, el término de toda asistencia para las fuerzas militares irregulares, negociaciones sobre el control de armas y la asistencia a los refugiados. También sentó las bases



para los procedimientos de verificaciones internacionales y proveyó de una agenda para su implementación. En resumen, fruto de las experiencias de Contadora y de Esquipulas I, en este avance de las negociaciones se alcanzaron puntos clave como: la reconciliación nacional, la exhortación al cese de hostilidades entre los habitantes de las naciones, y entre estas últimas y sus países vecinos, la democratización suma de los procesos de conducción de las Naciones, mediante la implementación de elecciones libres, motivados ante todo por el cese de la ayuda a los movimientos insurreccionales y al no uso del territorio de cualquier país centroamericano para agredir a otros.

Particularmente deben destacarse procesos más complejos como los de El Salvador o Guatemala, que en estos procesos de pacificación regional demandaron particularidades en la toma de los acuerdos. Así en enero de 1992, nuevamente bajo la intermediación de México se firma la Paz con la guerrilla del FMLN en el castillo de Chapultepec, en donde se razonan acuerdos sobre las Fuerzas Armadas dejando su participación determinada para la defensa de la soberanía del Estado y la integridad del territorio del país. La creación de una policía nacional civil, la capacitación y creación de un sistema judicial especialista en Derechos Humanos, la creación de un tribunal que vele por asuntos electorales, así como finalmente la distribución justa de la tierra que permita el desarrollo de la sociedad; aunque más tarde veamos esto como una quimera.

Por su lado Guatemala requirió de más de un acuerdo para poner un acicate a su situación, desde 1991 hasta prácticamente 1996 se han debido firmar una docena de acuerdo para regular aspectos como la búsqueda de la Paz, Derechos Humanos, poblaciones desarraigadas, identidad y derechos de los pueblos indígenas, economía y situación agraria, fortalecimiento del poder civil y función del ejército, cese al fuego, reformas constitucionales y electorales, así como el establecimiento de una Paz firme y duradera sustentada en los principios de una Nación multiétnica, pluricultural y multilingüe, que apuesta por el desarrollo socioeconómico participativo.



Sin embargo señalarán Matul y Ramírez (s.f.)

Centroamérica ha garantizado su estabilidad económica a partir de la entrada de divisas como resultado de remesas de ciudadanos en el exterior. Asimismo, la migración ha sido, socio- políticamente, una válvula de escape de las presiones que se viven internamente. En vista de una desaceleración económica que afecta sobre todo a los sectores en que se encuentran empleados la mayor parte de los migrantes centroamericanos, es factible un retorno masivo de éstos. Las consecuencias políticas y económicas de esta situación pueden terminar alimentando el de por sí tenso y conflictivo entorno de estas naciones.

Resultado de ello es el traslado de la lucha por el desarraigo, por la falta de trabajo y de condiciones de desarrollo socioeconómico que hoy vive nuevamente la región, en donde *narcofamilias*, y pandillas dominan buena parte de los territorios que otrora estuvieron en lucha por su Paz, firme y duradera a la lucha por la posesión de territorios y por la mejor comercialización de drogas, trata y tráfico de personas, incluidos niños y mujeres para la prostitución, un asunto de nunca acabar.

Así finalmente nos muestra Cuevas (2010), que estos nuevos procesos de violencia se sustentan

[...] partiendo de ciertas condiciones específicas de la expansión capitalista internacional de principios del siglo XX, y de la forma venal como las élites oligárquicas locales se incorporaron a ese tipo de desarrollo, a los países centroamericanos se les catalogó peyorativamente como ‘repúblicas bananeras’. En efecto, hacia finales del siglo XIX se habían establecido en el istmo compañías norteamericanas que se especializaron en el cultivo y la



exportación de banano, las cuales funcionaron bajo la modalidad de enclaves, en el contexto de situaciones políticas inestables y empobrecidas.

Son la muestra de la gran marca que han provocado la guerra y la violencia en el suceder de los años y que hacen cada vez más complejo el conflicto, no solamente las acciones políticas permitirán retornar la senda de la Paz duradera, sino la acción popular, en y por los pueblos permitirá nuevamente retomar acciones como los procesos de sensibilización o reinserción social como lo mostró en algún momento la pieza fílmica *La vida loca*. Queda solamente poner nuestra participación al servicio de dichos procesos.

Bibliografía

Acuña, V.H. (2014), *Centroamérica: Filibusteros, estados, imperios y memorias*, San José CR: Editorial Costa Rica, pp 19-136.

Cuevas Molina, R. (2009), *Sandino y la intelectualidad costarricense –Nacionalismo anti-imperialista en Nicaragua y Costa Rica (1927-1934)*, San José CR: EUNED, pp. 37-117.

_____. (2013), *De Banana Republics a Repúblicas Maquileras*, Capítulo IV: “Cultura y violencia: la cultura de la violencia”, San José CR: EUNED, pp. 141-185.

Figuerola Ibarra, C. (1994), “Centroamérica, entre la crisis y la esperanza”, en *Historia general de Centroamérica* Vol. VI, Madrid: Editorial Siruelas-FLACSO, pp. 35-88.

Gómez, E. (2007), “La política exterior de Theodore Roosevelt hacia América Latina: el inicio de la política del Gran Garrote”, en *ILASSA27 Student Conference on Latin America*. Disponible en <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/ilassa/2007/gomez.pdf>>.

Gould, J. y Hale, Ch. (2012), “Utopías menores en Centroamérica en la segunda mitad del siglo XX”, en *Boletín Asociación para el Fomento de los Estudios Históricos en Centroamérica*, 53. Disponible en disponible en: <http://afehc-historia-centroamericana.org/index.php?action=fi_aff&id=3091>.



Jiménez Alvarado, F. (2012), *Procesos de pacificación*; San José, CR. Disponible en: <<http://www.monografias.com/trabajos13/invcomp/invcomp.shtml>>.

Matul, D., y Ramírez, A. (sf), “El proceso de paz en Centroamérica. Agendas pendientes y nuevos focos de conflictividad: los casos de Guatemala y Nicaragua”, en revista *Global hoy*. Disponible en: <<http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?entidad=Textos&id=958&opcion=documento>>.

Mignolo, W. (2000), “La colonialidad a lo largo y a lo ancho: el hemisferio occidental en el horizonte colonial de la modernidad”, en *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: Editorial CLACSO. Disponible en: <http://www.hechohistorico.com.ar/antropologia/La_colonialidad_del_saber._Eurocentrismo_y_ciencias_sociales.pdf>.

Torres Rivas, E. (1994), “Introducción a la década”, en *Historia general de Centroamérica* Vol. VI, Madrid: Editorial Siruelas-FLACSO, pp. 11-33.

Víctor M. Vargas González
Universidad Nacional/UN/Costa Rica/CR

Recebido em: fevereiro/2016
Aceito para publicar em: maio/2016

Dos asterismos en el cielo de los toba del oeste formoseño. Cambios y permanencias

Prof^a Dr^a Cecilia Paula Gómez
Universidad de Buenos Aires/UBA/Argentina/AR

Resumo

Dois asterismos no céu dos tobas do oeste formosenho. Mudanças e continuidades

Neste artigo é feita uma revisão de duas características que estão desenhadas no céu dos tobas do oeste formosenho (Gran Chaco, Argentina) e deram estrutura a uma parte da pesquisa realizada ao final de 2004. Em esta ocasião, podemos destacar a ligação intrínseca entre esses dois asterismos fundamentais ao grupo, um deles interpretado por As Plêiades, enquanto o outro é representado pelo Cinturão de Orion. De lá se reparará a associação entre a organização social deste grupo e a abóbada celeste, analisando brevemente um exemplo das mudanças que podem ser notadas na maneira de interpretar o céu, um céu cujo significado ainda hoje é disputado.

Palavras-chave: Tobas – Gran Chaco (Argentina) – Asterismos

Resumen

En el presente artículo se hace una revisión de dos rasgos que se dibujan en el cielo de los tobas del oeste formoseño (Gran Chaco, Argentina) y estructuraron parte de la investigación que realizamos desde fines del 2004. En esta ocasión resaltaremos la intrínseca relación entre esos dos asterismos fundamentales para este grupo, uno de ellos encarnado por Las Pléyades, en tanto que el otro es representado por el Cinturón de Orión. A partir de allí se dará cuenta de la asociación entre la organización social de



este grupo y el ámbito celeste, analizándose brevemente un ejemplo de los cambios que puede notarse en la forma de interpretar el cielo, un cielo cuyo significado aún hoy está en disputa.

Palabras clave: Tobas – Gran Chaco (Argentina) – Asterismos

Abstract

Two asterisms in Toba's sky of Western Formosa. Change and continuities

Abstract: In the following article a review is made about two traits which are depicted in Toba's sky of Western Formosa (Gran Chaco, Argentina) since both of them structured part of the research we have conducted since late 2004. In this investigation we will focus on the intrinsic link between both asterisms that are essential to this group, one of them is represented by the Pleiades whereas the other is represented by Orion's Belt. Starting from this point the association between the social organization of this group and the celestial sphere will be accounted, briefly analyzing an example of the changes that can be noticed in the way of interpreting the sky, a sky whose meaning is still in dispute.

Keywords: Tobas – Gran Chaco (Argentina) – Asterisms

Introducción

Durante nuestro trabajo de campo etnográfico, mucho de lo que encontramos al indagar sobre el cielo se encontraba indefectiblemente unido a la cotidianidad terrestre de este grupo, tanto la actual como la pretérita. Para indagar sobre ello, uno de los objetivos de esta investigación fue trabajar sobre todo con aquellos que no fueran especialistas. Esa es una de las razones por las que no hemos hecho hincapié sólo en la sabiduría de los *pioGo´nak* o shamanes, quienes son los conocedores de aquello que sucede en el cielo, puesto que desde la perspectiva toba son los que sí pueden viajar hasta él.



Quienes más se interesaron en trabajar con nosotros sobre el cielo fueron varios ancianos, ellos se preocupaban mucho por transmitirnos su sabiduría. Una de las principales motivaciones para hablar con nosotros era dejar testimonio de los conocimientos que les legaron sus antecesores, aquellos tobas que conocieron el antiguo estilo de vida, ligado al nomadismo y la guerra. Los actuales ancianos quieren asegurarse que sus nietos tengan acceso a esa sabiduría ancestral. Con quienes fue más difícil hablar sobre el ámbito celeste fue con las mujeres, pero luego de varios intentos durante consecutivos trabajos de campo se logró.

Para comenzar a indagar sobre algunas de las características del cielo toba, será preciso entender de quiénes estamos hablando. Por ese motivo, previo al análisis de algunas de las miradas sobre el cielo, haremos un breve repaso sobre quiénes son y dónde habitan los recientemente llamados: tobas del oeste formoseño.

Los tobas del oeste formoseño

Los tobas de los que trata este artículo habitan al norte de la República Argentina, al oeste de la provincia de Formosa, en el Departamento Bermejo y a aproximadamente a 60km de la ciudad de Ingeniero N. Juárez. Los asentamientos rurales en los que se instalaron son varios, siendo Vaca Perdida, La Rinconada y El Churcal los más poblados¹. Actualmente este grupo es propietario de parte de las tierras en las que realizaban sus circuitos tradicionales a través de la Asociación Civil *Comlaje 'pi naleua*. Ellos realizan una reivindicación sobre sus derechos a estar afincados allí y lo dejan claramente expresado su acta de constitución:

¹ También hay un núcleo poblacional en los alrededores de la ciudad de Ingeniero Juárez, allí viven parientes de quienes habitan en las poblaciones rurales nombradas más arriba, pero que ahora residen más cerca de la ciudad.



Todas estas tierras son reivindicadas como propias, ya que fueron ocupadas por nuestros antepasados desde los tiempos más antiguos (...) Prueba de nuestro derecho a ellas es que nuestros abuelos las nombraron como *Comlaje 'pi Naleua*, es decir, La Tierra de la Nación Toba; y no a *Comlaje 'pi logot*, es decir La Nación Toba es el dueño, **porque a nosotros no nos dieron la tierra, sino que somos de esta tierra**" (El resaltado es nuestro. GORDILLO 2005, p. 205).

El reconocimiento de la propiedad de la tierra por parte del estado no fue una tarea sencilla y recién en el año 1989 se logró acceder a la propiedad de 35000 hectáreas.

En el tiempo que los indígenas convivieron con los misioneros anglicanos², las bandas tobas se distribuían a lo largo del río Pilcomayo. De hecho, utilizaban al río como eje de referencia a partir del cual se indicaba su ubicación³. Es por lo anterior que se las agrupa como "arribeñas", "centrales" o "abajeñas". A esta distinción se suma otra categoría de clasificación: los que están cerca o lejos del río, hacia monte (MENDOZA 2002). Actualmente la composición de las distintas bandas no resulta evidente, ya que sus miembros, o los descendientes de éstos, suelen vivir juntos en una de las tantas comunidades en las que finalmente se establecieron.

La lengua de este grupo se engloba dentro del tronco lingüístico guaycurú junto a la de los pilagá, los mocoví y los mbayá-caduveo. A un nivel comparativo restringido a los idiomas englobados dentro del grupo guaycurú (Klein 1985, p. 700), las diferencias que hay entre las lenguas toba y pilagá son mucho menores que las que comprueban con el resto de los integrantes

² El 30 de octubre de 1930, luego de dos años de peticiones, la misión El Toba se fundaba en Sombrero Negro. De esta forma, los tobas del oeste formoseño comenzaron a llegar a la misión y se asentaron bajo la tutela del misionero Alfred Leake.

³ Recordemos que, salvo especificación contraria, de aquí en adelante cuando se escribe "tobas" se hace referencia a los tobas del oeste formoseño.



del nombrado grupo lingüístico. Además, hay que considerar la proximidad lingüística entre los tobas del oeste formoseño⁴ y los pilagá; similitudes que ya fueron registradas por Alfred Métraux (1946a, 1946b). Actualmente, el primer idioma de los niños es el toba, en tanto que el español es aprendido, sobre todo, al ingresar a la escuela. El idioma de uso cotidiano es el toba, salvo que el interlocutor no lo entienda, en esa situación hablan en español.

Antes de finalizar con este apartado, cabe aclarar que en la literatura etnográfica los integrantes de este grupo también pueden ser identificados como ‘tobas-pilagá’, ‘tobas del Pilcomayo medio’, ‘tobas de Sombrero Negro’ o ‘tobas *ñachilamole*’k’.

Ser ‘viejo’ o ‘nuevo’

Como en muchos otros grupos son los hombres mayores quienes están autorizados a hablar sobre ciertos temas, sobre todo aquellos relacionados a los conocimientos de ‘los antiguos’. Muchos de los más jóvenes que tienen este conocimiento no están autorizados a hacerlo público, de hecho su tarea tradicional principal es otra, mantener económicamente al grupo familiar. Nótese que hasta aquí nos estamos refiriendo sólo al género masculino, difícilmente las mujeres mayores o jóvenes hablen con un extraño sobre estos temas.

Entre las mujeres también ser ‘nueva’ o ‘vieja’ marca una distinción importante, puesto que las mujeres mayores tienen la importante tarea de ser las encargadas de traspasar “los estudios” a las que se están iniciando como mujeres. En el caso femenino la transferencia de saberes será dentro del grupo doméstico.

Durante el trabajo de campo etnográfico se intentó hablar sobre el cielo y los fenómenos asociados a él con hombres y mujeres de distintas edades. Al charlar dentro de un entorno familiar, como era de esperarse, hablaban

⁴ Actualmente se cuenta con un estudio (CARPIO 2012) donde se realiza una descripción de la lengua de los tobas del oeste formoseño, continuándose así con el arduo trabajo de esclarecer la dinámica de las continuidades dialectales de la región del Gran Chaco.



sobre todo los hombres mayores, eran ellos quienes me expresaban aquello que habían aprendido de sus antepasados: ‘los estudios’. Si durante la charla estaba la esposa del interlocutor, podía pasar que le diera indicaciones en idioma toba ya sea corrigiéndolo o agregando algún detalle de interés que el interlocutor masculino solía traducir al castellano para agregarlo a aquello que estaba relatando. Si el diálogo se daba fuera del ámbito doméstico, la sabiduría de la mujer respecto de estos temas era citada.

En uno de los últimos trabajos de campo uno de los ancianos que solía sentarse a nuestro lado a mirar el cielo quedó ciego, y una de sus preocupaciones era no haber podido mostrarnos un asterismo que luego de mucho tiempo había logrado ubicar. Una noche fuimos a su casa y fue interesante observar cómo quienes escrutaban el cielo en busca del asterismo eran la esposa del anciano y una de sus hijas. Cuando ellas encontraron al asterismo se lo mostraban al yerno del anciano, el otro hombre que había en el grupo, y era él quien se dirigía a nosotros para señalarnos las estrellas que lo conformaban. Es evidente que también las mujeres tienen importantes conocimientos sobre el cielo, pero aquellos que lo transmitirán serán los hombres autorizados a hablar de esos temas, los ancianos. Este tema no es menor puesto que nos hace ver con claridad como el rol femenino es un pilar importante en la memoria colectiva y ello incluye los estudios que legaron los antiguos.

Esquemáticamente, fue éste el contexto que nos sirvió de marco para desarrollar una indagación sobre estos dos importantes asterismos tobas: *Qarko´tel* y *Dapi´chi*. Ellos representan la relación entre lo masculino y lo femenino en esta sociedad⁵, pero también están íntimamente enlazados a la asociación que se establece entre la vejez y la sabiduría. Sin embargo, actualmente pueden notarse algunos cambios ante esta última y tradicional asociación.

⁵ En otros artículos se ha explorado la relación masculino/ femenino que se planteaba entre *Dapi´chi* y *Qarko´tel* así como, entre otras cosas, su relación con la periodicidad estacional. Para indagar sobre estos temas ver: GÓMEZ 2012 y 2011, respectivamente.



Dos asterismos

Tal como expresamos en otra ocasión (GÓMEZ 2015), a medida que transcurría el trabajo de campo era cada vez más evidente la estrecha vinculación entre el medio ambiente, el cielo, la vida social y todos aquellos seres que pueblan el cosmos toba (ARENAS y PORINI 2009). Por lo tanto el recorte que podría plantear una investigación que diera cuenta sólo del ‘plano celeste’ sería artificioso, sólo una forma sesgada de entender el complejo entramado simbólico que nos plantea el cosmos toba. El cielo y las lecturas que se hacen de él son parte de una cosmovisión que se entronca indefectiblemente a la organización social toba, a su vida cotidiana. Tanto sus aspectos más tradicionales, como las adaptaciones culturales a la diversidad de situaciones que les toca enfrentar tienen eco en las lecturas celestes, no siendo esto último algo unidireccional puesto que las lecturas celestes también pueden influir en la vida cotidiana y organización social.

Al hablar de las Pléyades se hará referencia mucho más que a ese grupo de estrellas que se divisa en el cielo, pues estas estrellas representan a *Dapi´chi*, un ser que debe realizar tareas en la tierra, su influencia es cardinal en el desarrollo de la vida económica y social de los tobas. De igual modo el Cinturón de Orión es *Qarko´tel* y representa a tres ancianas, quienes tienen importancia sobre todo para las mujeres y se las relaciona a *Dapi´chi* como sus compañeras puesto que dicen que ‘van juntos’, un asterismo detrás del otro. Ambos representan a seres con capacidades que los destacan del resto, pero sobre todo tienen experiencia, son ‘viejos’ o abuelos, aquellos que por los conocimientos que han ido adquiriendo con el correr de los años están capacitados para brindar “los estudios” o aquellos conocimientos mayormente tradicionales que se consideran fundamentales a las generaciones más jóvenes. Las funciones que cumplen están más relacionadas a cierta jefatura o capacidad de guiar al resto. En el caso de *Dapi´chi* esta posición de autoridad se relaciona a los saberes masculinos y en el de *Qarko´tel* a los femeninos.



Se considera que estos asterismos hacen su primera aparición durante la época más fría del año, *naqabia´Ga*. El ciclo anual toba se compone de dos períodos, el que tiene más amplitud temporal es: *na´wagaya´Ga*, un término genérico que se asocia con el calor y se divide en los subperíodos denominados *´wo´e*⁶, *nia´Ga*⁷, *´kGap*⁸, *nawo´Go*⁹ y *no´laGa*¹⁰ (ARENAS 2003). El otro período es el ya nombrado *naqabia´Ga*, es mucho más corto que *na´wagaya´Ga* y se caracteriza por el frío y la sequía. Este último período va aproximadamente desde fines de mayo hasta julio o principios de agosto.

Es común escuchar que durante *naqabia´Ga* el cielo se ve mucho más cerca y por eso se lo divisa mucho mejor. A pesar de ello cabe aclarar que el espacio celeste es un lugar peligroso y mirarlo en demasía puede provocar graves consecuencias. Durante el trabajo de campo nos recomendaban no mirar tanto el cielo puesto que eso es peligroso, además no es un lugar apto para la vida humana. La mitología chaqueña da cuenta de ese peligro en mitos como los de la mujer estrella que está muy extendido en el ámbito chaqueño y también podemos escucharlo entre los tobas¹¹. Como explicábamos se considera que la primera aparición de *Dapi´chi* (Las Pléyades) ocurre en *naqabia´Ga*, esta aparición corresponde al amanecer heliaco de este cúmulo estelar, que en estas latitudes (aproximadamente latitud 23° 30' sur) se suele dar a principios de junio. Esto significa que Las Pléyades harán su aparición poco tiempo antes del amanecer. Antiguamente se consideraba que en ese momento se daba el comienzo del “año nuevo”, nos explicaban que era el momento en el que todo volvía a comenzar. Si aparecía *Dapi´chi* significaba

⁶ Tiene lugar a partir de diciembre y llega hasta el mes de enero.

⁷ Esta etapa comenzaría a fines de octubre para llegar hasta noviembre.

⁸ Durante marzo, abril y principios de mayo, aproximadamente.

⁹ Aproximadamente transcurre durante los meses de agosto, septiembre y octubre.

¹⁰ Esta fase transcurre durante el mes de febrero.

¹¹ Para leer distintas versiones del mito de la mujer estrella, cf. WILBERT and SIMONEAU (1982, pp. 51 – 60); BLIXEN (1991, p. 6).



que todo proseguía su curso, Gregorio¹² decía: “*Cuando está empezando el año vuelve Dapi’chi, eso contaban los ancianos. Esa época es qom’le’k*¹³, sale. Y como ya salió Dapi’chi es para nuevo, empezaba todo de nuevo”. Otro de los ancianos agregaba que antes no sabían si volvía, por eso cuando las Pléyades regresaban los ancianos se ponían contentos puesto que todo continuaba; ahora ellos cuentan que ya saben que va a llegar. Por supuesto que posterior a la aparición de este asterismo asomará *Qarko’tel* (el Cinturón de Orión); es común escuchar que ambos asterismos van juntos.

Este nuevo comienzo además de tener importancia a nivel simbólico tiene implicancias en el orden económico. Durante este momento del año en el monte hay muy poco para comer, una de las ancianas explicaba que: “En ese momento no hay nada de frutos en el monte, no hay nada para comer (...). Yo nomás como si hay grasa de pescado para doca (...) Mistol se añapa, en tiempo de *Dapi’chi* hay de esto. Hay que guardar algarroba”. *Naqabia’Ga*, es un lapso donde priman la sequía, el frío y las heladas, siendo estas dos últimas características asociadas directamente a *Dapi’chi*, pues se considera que él es su ‘dueño’ o *lo’got*¹⁴. Las heladas que caen en esta parte el año son negativas porque queman las plantas, tal como expresaba la anciana ‘no hay nada de frutos en el monte’. Sin embargo también tienen un lado positivo, no sólo que comienza a haber pescado sino que luego del frío debe comenzar la siembra o *awana’gan*. La llegada de *Dapi’chi* y el derrotero que van marcando en el cielo a medida que transcurren los amaneceres de ésta época del ciclo anual van marcando el momento de la renovación. Con la

¹² Por cuestiones de confidencialidad los nombres transcritos en este trabajo son seudónimos.

¹³ Cuando expresa: “Esa época es *qom’le’k*”, podría traducirse cómo: “Esa época es la de la gente toba”. Allí se expresa que es una época propia, en la que no tenía influencia ni el criollo, ni la misión anglicana, ni todo aquello que trajo el contacto con la sociedad global.

¹⁴ Con esta expresión se indica que es un ser potente que administra y tiene bajo su jurisdicción el cuidado de cierto ámbito o, como en este caso, ciertos acontecimientos como el frío y las heladas.



llegada de *nawo'Go* y al ir acercándose *Dapi'chi* a su punto más alto en el cielo respecto el horizonte durante el amanecer, o como dicen los ancianos 'cuando *Dapi'chi* está a las doce': es el momento de comenzar la siembra, se terminaron las heladas y luego de preparar el terreno (más o menos durante el mes de Agosto) toda la familia iba sembrar. En este período la siembra se hace en terrenos anegadizos y se cosecha en noviembre o diciembre (ARENAS 2003). Esta dependencia o relación con *Dapi'chi* se hace más evidente cuando relataban que antes de la llegada de los misioneros, antes de la siembra de esta época se hacía una ceremonia en el ámbito del hogar. Al hacer *Dapi'chi* su primera aparición en el cielo, se elevaban las manos con semillas hacia el cielo y se decían unas palabras en donde se hacía hincapié en que la siembra fuera fructífera, o en sus palabras: 'que cuando salga la semilla, salga bien'. De esta forma, la siembra dependerá de *Dapi'chi*. Pero podemos considerar que la abundancia en general está bajo la jurisdicción de este importante personaje celeste. El personaje representado por las Pléyades es quién tienen a cargo que broten las hojas de los árboles, que crezcan nuevas plantas y que todo resurja, porque en conclusión es el responsable de la fecundidad y tiene a su cargo el crecimiento de las semillas. De hecho se dice que *Dapi'chi* es quien tiene a su cargo el arribo del período más fructífero del ciclo anual toba: *'woGe* (GÓMEZ 2011, 2012).

Por su parte *Qarko'tel* (Cinturón de Orión) aparecerá poco después detrás de *Dapi'chi* y también se asocia a la época fría del año, aunque no de una forma tan explícita y citada como *Dapi'chi*. Ellas son tres seres femeninos y tal como lo expresa su nombre (*Qarko'tel*) son las 'abuelas' de los tobas. En la tierra las mujeres mayores tienen responsabilidades concretas que cumplir y desde la óptica toba este asterismo es su representante en el cielo, puesto que también guía al resto de las estrellas. Estas ancianas representadas por *Qarko'tel* son las primeras en aparecer en el año tal como era entendido por los tobas y detrás de ellas y *Dapi'chi* irían apareciendo el resto de los asterismos y estrellas. Al igual que en la tierra ellas son las que mandan, a las que hay que obedecer. Porque al igual que su par masculino



(*Dapi'chi*) son ancianas y eso las pone por encima del resto. Entre tobas de otra parcialidad existe un mito en el que de alguna manera se dice de otro modo lo expresado con anterioridad. El mito nos habla de unas estrellas que regresaron al cielo porque no querían quedarse con los hombres en la tierra, no querían morir allí. Estas estrellas eran las que corresponden al Cinturón de Orión y entre los tobas del oeste son llamadas *Qarko'tel*. Un shamán o *pioGo'nak* (que son quienes sí pueden subir al cielo) quiso casarse con alguna de ellas pero todas las rechazaron diciendo que ellas eran las madres de las estrellas que habían bajado a la tierra. Esta situación les impedía juntarse con algún hombre, pues para eso habían quedado en la tierra sus hijas, aquellas estrellas que habían descendido del cielo para finalmente quedarse en la tierra. Ellas son vistas en el mito como las madres de las mujeres que están en la tierra posibilitando que los hombres se reproduzcan. Claramente ellas serían las “abuelas” de los tobas (WILBERT y SIMONEAU 1982, p. 145-148). Este relato se entiende mejor si se conoce al otro mito con el que se enlaza: el mito del origen de las mujeres. Este relato está muy difundido en el área chaqueña y cuenta cómo las mujeres primordiales descendieron del cielo y fueron obligadas a quedarse en la tierra. Estas mujeres estelares bajaban desde el cielo para alimentarse de lo que cazaban los hombres/animales primigenios, luego de hacerlo regresaban al cielo. Un día los hombres descubrieron que eran ellas quienes robaban su comida mientras ellos se iban a cazar. Luego de varios intentos lograron que ellas se quedaran en la tierra y sólo de allí en adelante los hombres pudieron tener hijos y procrearse, antes no había mujeres en la tierra, ellas tienen sus orígenes en el cielo¹⁵.

¹⁵ Este mito es mucho más largo, tiene variadas versiones y ha sido muy estudiado. Aquí sólo damos un brevísimo esbozo a los fines de dar al lector una reseña que lo guíe en la lectura aquí propuesta. Para más detalles sobre este importante mito en este y otros grupos chaqueños cf., KARSTEN (1923, pp. 104-106), LEHMANN- NITSCHKE (1924, pp. 284-285), MÉTRAUX (1946b, pp. 102-107), CORDEU (1969/70, pp. 143-148), PALAVECINO (1969/70, pp. 185-186), MILLER (1977, pp. 323-325), WILBERT y SIMONEAU (1982, pp. 101-143; 1989, pp. 130-155). PÉREZ DIEZ (1983, pp. 134-169), IDOYAGA MOLINA (1986, pp. 165-174), BARÚA y DASSO (1999, pp. 253-257), TOLA (2005, pp. 59-79), GÓMEZ (2012, pp. 21-23).



Estas ancianas llamadas *Qarko´tel* o *Neko´tel* tienen una gran autoridad, son las que mandan y el resto de las estrellas deben obedecerles, por ello en el cielo todas las demás estrellas van detrás de ellas. En la tierra sucede lo mismo. Las mujeres jóvenes deben obedecer a las mayores, quienes son las socialmente respetadas y son las portadoras de la sabiduría legada por los antiguos, la que deberán transmitir a sus nietas. Esta transmisión solía hacerse en momentos específicos de la vida de las mujeres, como por ejemplo durante su menarca, en ese instante crucial les serían enseñados ‘los estudios’.

Esa misma autoridad está asociada a *Dapi´chi*. Una de las características salientes de este asterismo, y que difícilmente se olvidarán de resaltar, es que posee una corona roja que se divisa sobre todo durante el momento en que se lo ve cerca del horizonte este, un tiempo antes del amanecer. Este atributo lo potencia puesto que lo asocia a los líderes, a los antiguos *haliaGa´nek* que usaban corona de plumas rojas. Esta asociación, junto a los rasgos anteriormente resaltados, nos está hablando de un líder, alguien que guía y como decían nuestros entrevistados, tradicionalmente se ve asociado a la figura del más anciano, que antiguamente había adquirido su prestigio durante la guerra.

Sin embargo, actualmente, esta clara relación en el discurso entre el liderazgo masculino y ancianidad no se ve tan contundentemente. La clara relación entre obtención de prestigio y guerra, obviamente, ha cambiado. Hay que recordar que nuestros interlocutores sobre estos temas fueron mayormente ancianos y tal vez esta también fue una forma de expresar un estado de cosas que para ellos debería seguir siendo así, como lo fue desde el tiempo de ‘los antiguos’. Sin embargo, hoy día el liderazgo es uno de los temas de más difícil abordaje y tiene muchas más aristas puesto que muchos jóvenes también están en lugares de toma de decisión. Sin embargo, también sigue habiendo ciertos ancianos que son cardinales, siendo actualmente dueños de gran prestigio y autoridad en el grupo, cosa que en general no sucede con los más jóvenes.



A continuación nos proponemos analizar cómo el tipo de liderazgo que tradicionalmente encarna la figura de *Dapi'chi* se va desdibujando. En tanto que la posición de autoridad encarnada por el asterismo dibujado por *Qarko'tel* no fluctúa tanto. Aunque las ancianas muchas veces no son tan obedecidas por todas sus nietas, al interior del grupo doméstico todo parece mantenerse un poco más estable. Un ejemplo de esto puede ser cómo la relación de guía entre las mujeres jóvenes y las abuelas parece mantenerse mucho más en su simbolismo celeste que la posición el liderazgo asociada a la esfera social masculina.

Las ancianas y la figura de autoridad simbolizada en el cielo

Ya hemos analizado cómo la 'ausencia' y 'presencia' de estos dos asterismos marca un momento importante en el devenir del ciclo anual: su comienzo. Por otra parte, la llegada de estos asterismos, sobre todo de *Dapi'chi*, se asocia a la regeneración y la posterior abundancia que traerá el fructífero período denominado *'woe*. Pero la presencia de ambos en el cielo nos habla de una oposición, aquella que se da entre lo femenino y lo masculino; una relación de contraste que se da de forma sincrónica (LÉVI-STRAUSS 2005, p. 216-237).

De esta forma, la relación entre lo masculino y lo femenino que se plantea por medio del Cinturón de Orión o Tres Marías (*Qarko'tel*) y las Pléyades (*Dapi'chi*), también tiene que ver con esta relación hombre/mujer en tanto ancianos poseedores sabiduría. Estos asterismos están indefectiblemente relacionados y nos hablan tanto de una relación simbólica entre sí, como de la autoridad que les es intrínseca a ambos en tanto que son ancianos. Esta autoridad pone a los dos asterismos en relación respecto del resto, de aquellos más jóvenes (ya sean estrellas o personas), planteándose así la relación: anciano/joven; o en términos más ligados a los tobas: viejos/nuevos.

Como ya escribimos, es interesante notar como el papel femenino encarnado por *Qarko'tel* parece ser más estable en su simbología celeste que



Dapi'chi. El rol femenino en estas sociedades se ha visto clara y tradicionalmente centrado en la esfera doméstica. Las mujeres solían ser aquellas que se quedaban en el lugar donde habitan sus padres y hermanas en tanto que los maridos se mudaban a donde residían las mujeres, sus futuras esposas. De alguna manera son ellas quienes se quedan en su lugar de origen. Las mujeres mayores como suegras y madres son sobre las que gira la organización del grupo doméstico y las portadoras de los saberes femeninos, aquellas que posteriormente traspasarán estos estudios a las más jovencitas. Sin embargo, cuando se habla de 'abuelas' o *'komena* se hace referencia a las abuelas, tías abuelas y ancianas a las que se respeta mucho.

En esta relación las mujeres mayores representan aquello que se da al interior de la familia, como escribimos las ancianas son las 'conocedoras', aquellas que tienen los conocimientos necesarios para terminar de feminizar a las mujeres de su grupo, a sus 'nietas', por ejemplo, luego de su primera menstruación. Son las que les cuentan los saberes tradicionales y también terminan de formar los cuerpos de las jóvenes por medio de una serie de técnicas que les han transmitido sus antecesoras. Ellas le transmiten 'los estudios', que sería todo lo que una mujer debe saber para ser fuerte y poder llevar adelante todas las responsabilidades que le caben en la medida que pronto podrán casarse y deberán hacerse cargo de una familia. Es el momento en el que, finalmente, se llevará a cabo aquello que se fue aprendiendo desde la niñez, a medida que las niñas trabajan y ayudan a sus madres. Pero en ese momento, durante la primera menstruación, la niña se transforma en mujer que puede ser desposada y deberá poder llevar a cabo todo aquello que tradicionalmente se le exige y ha aprendido desde niña. Debe ser fuerte o 'guapa', debe poder ocuparse del cuidado, la asistencia y manutención de su familia. Quienes poseen esos conocimientos y experiencia son las ancianas, las encargadas de terminar de formar a las jóvenes que tienen su menarca (*neta'gae*), las que ahora pueden casarse, aquellas que han tenido su primera menstruación.



Parte de los estudios que se le brindan a las jóvenes en ese momento dan cuenta de la relación entre Luna (*A'woGoik*) y las mujeres. Muchas mujeres nos relataban cómo en esos momentos cruciales las madres les contaban que había sido Luna quién había provocado que “le viniera la sangre” y cómo de allí en adelante durante “esa luna” o en esa fase lunar proseguiría teniendo su período. Luna es un ser masculino encargado de “hacer mujeres” (GÓMEZ 2010b). El relato explica cómo es Luna quien tiene su primera relación sexual con la joven y finalmente por medio de esta nueva relación con el cielo finaliza su transformación en mujer.

Antiguamente, en esa instancia crucial se recluía a las mujeres en una choza junto a una anciana, que tenía a su cargo el terminar de formarlas y enseñarles todo lo importante para el resto de su vida, se les cortaba el cabello y no podían volver a salir hasta tener su segunda menstruación. Recién durante su segundo período (*no'Gop choGo'te*) se hacía un baile, se bebía y se la presentaba en sociedad; a partir de ese momento podía casarse. Actualmente, la reclusión ya no es como era, pero mujeres que actualmente tienen más de 30 años recuerdan cómo se las apartó en una habitación para que hicieran tapices e hilo. Además en esa etapa crucial se hacen carne las prohibiciones que ya se conocían: una mujer que está menstruando no debe acercarse a los pozos de agua porque puede generar desgracias al grupo entero, como por ejemplo grandes tormentas e inundaciones. Tampoco puede comer pescado o carne porque podría generar que el hombre proveedor de la familia no pueda cazar más. Estas prohibiciones se relacionan este estatus liminal de las mujeres, seres celestes que se han sido obligados a quedarse en la tierra. Son reglas destinadas a poner coto al poder que les es intrínseco a las mujeres, su incumplimiento genera desgracias que la desbordan. Una mujer debe aprender a contenerse, a contener ese poder que es, al fin y al cabo, su fecundidad.

Así las ancianas, son las expertas en ‘los estudios’ que han de transmitir a las más jóvenes, a las que deben guiar tal como lo hace *Qarko'tel* con el resto de las estrellas. Ellas son las que mandan y a las que tradicionalmente



hay que obedecer. Parecen ser las encargadas de mantener este orden social, por lo menos a nivel interno, hacia el interior del grupo. Así *Qarko ´tel* representa a nivel estelar a esas ancianas a las que hay que seguir obedeciendo. La contraparte de la interioridad del grupo representada por la autoridad que poseen las ancianas, en el cielo *Qarko ´tel* (Cinturón de Orión), tiene su opuesto masculino en *Dapi ´chi* (Las Pléyades).

***Dapi ´chi* y los cambios en la figura del liderazgo**

Si bien *Dapi ´chi* nos está hablando genéricamente del liderazgo masculino y tradicionalmente esta figura se relaciona mayormente al antiguo líder guerrero, este simbolismo parece entrar en competencia con otras interpretaciones. La figura del líder masculino, aquel que tenía a su cargo representar al grupo hacia el exterior, ha cambiado a través de los años. Ello es lógico si se piensa que no es lo mismo lidiar con otros grupos chaqueños sobre todo mediante la guerra, que con los representantes de la actual y pretérita sociedad envolvente de los diversos estados nación con los que les ha tocado tener que negociar. Lo interesante de esta situación es cómo el cielo se ve envuelto en estos cambios.

Los prístinos y prestigiosos líderes guerreros han quedado como aquellos *haliaGa ´nek* (o líderes) inigualables, aquel ideal que parece ser imposible alcanzar. Si tuviéramos que caracterizar a estos personajes podríamos esquematizarlo de la siguiente manera: debían ser generosos, tener poderes shamánicos, debían ser elocuentes, responsables y buenos guerreros: valientes y capaces de matar. Esos ancianos y antiguos guerreros tan respetados, para ser líderes debían poder compartir, pues todo el botín de la guerra era repartido entre el grupo, el que encabezada la emboscada no podía quedarse con más que los demás. Los poderes shamánicos le servían para interpretar sueños y para leer las señales que daba el entorno, de esta forma tenían más armas para guiar a un grupo a la guerra. Por otra parte, la elocuencia también le servía



para mantener unido al grupo y convencerlo en los convites para llevar a cabo acciones guerreras con los enemigos¹⁶.

Lo que nos interesa destacar es como, posteriormente, esta figura va mutando y esos valores poco a poco se van asociando a otro tipo de características. Al tener que ir a trabajar a los ingenios azucareros del norte argentino (desde fines del siglo XIX hasta aproximadamente mediados del siglo XX) o comunicarse con los representantes de la sociedad global en esa zona, la figura que se destaca es sobre todo aquel que puede comunicarse por medio del español y tienen capacidad para la negociación. En el contexto de los ingenios azucareros es quien puede comunicarse con el capataz y negociar, por supuesto que siempre dentro de marcados límites. Con la llegada de los misioneros anglicanos en los años 30', fueron ellos quienes cubrieron ese papel de negociación con el resto de la sociedad y quienes, de alguna forma, se manejaron como los representantes del grupo por lo menos hacia el exterior¹⁷.

Estos cambios en la figura del liderazgo parecen tener eco en las exégesis que proponen algunos ancianos sobre *Dapi'chi*. Uno de ellos, ya influenciado por las enseñanzas de los misioneros anglicanos, realiza una jerarquía en la que pone en el lugar más alto de la escala a Dios, a continuación a *Qarko'tel* y a *Dapi'chi*, para finalizar en sus representantes en la tierra. Lo interesante es que ahora sus representantes masculinos en la tierra son directamente ligados a los actuales pastores anglicanos tobas. A partir de esta perspectiva, ese rol guerrero del liderazgo sede espacio a una forma de guía y liderazgo que cumplen los pastores anglicanos. Esta posición no sólo jerarquiza a los representantes de esa confesión religiosa, que actualmente debe entrar en competencia con otras religiones protestantes que ya se han afincado entre los tobas, sino que también los jerarquiza frente a otros de los actuales líde-

¹⁶ Lo escrito es una caracterización esquemática de los antiguos *haliaGa'nek*, para más detalles, cf. GÓMEZ 2012.

¹⁷ Para más detalles sobre este tema ver GÓMEZ 2010a.



res, desde los más ligados a la política local, hasta los relacionados a la educación o la salud. Por otro lado, al interpretar que los pastores son como *Dapi'chi* (alguien que protege y guía), coloca a los actuales pastores anglicanos al lado del más idealizado de los *haliaGanek*: los antiguos líderes guerreros, entrando esta figura directamente en competencia con la idealizada figura de los líderes guerreros de antaño (GÓMEZ 2016).

Puede pensarse que esta lectura sobre el cielo es interesada puesto que quien la realiza es un anciano muy cercano a un actual pastor anglicano. Sí, puede ser así. Pero lo que es interesante destacar de esta lectura refiere a cómo las interpretaciones sobre el cielo aún varían, hay visiones en disputa, y *Dapi'chi* simboliza a un tipo de liderazgo que puede ser resignificado por otras familias. Hay visiones en disputa y eso hace más interesante el análisis, puesto que podemos notar cuanto hay en juego al expresar qué se lee en el cielo. Este es un cielo no dogmatizado y cuyo significado está en disputa aún hoy día.

Por otra parte, y como escribíamos más adelante, esto nos habla de cómo *Dapi'chi* al estar más ligado a las relaciones que el grupo mantiene con el cambiante exterior, representado ante todo por la sociedad global, parece estar más propenso a nuevas exégesis, cambios y variaciones en sus interpretaciones, que aquel asterismo más ligado a la interioridad del grupo como *Qarko'tel*.

Consideraciones finales

Tomando en cuenta lo escrito creemos que es ilustrativo el comentario de corte netamente etnográfico que escribe Gary Urton (2005 [1981], p. 39) en uno de sus libros. El autor le dice a un anciano que todavía no estaba conforme sobre su trabajo de la astronomía local, y le pregunta si creía que alguna vez llegaría a comprender el cielo y las estrellas. El anciano le respondió primero con un gesto en el que le mostraba todo el paisaje que los rodeaba y le preguntó si ya había logrado comprender a la tierra y a la comunidad,



al recibir un no como respuesta simplemente le dijo al investigador cómo siendo así pretendía tener esperanza de comprender el cielo. En una puntual y clarísima clase el anciano le da al autor una pauta sobre por dónde debería proseguir para que su investigación fuera fructífera (URTON 2005, p.39).

Es por ello que creemos de gran importancia recordar aquello que expresó Lévi-Strauss: “del sol y la luna puede decirse la misma cosa que de los innumerables seres naturales que manipula el pensamiento mítico: no se trata de darles sentido; se significa por ellos” (1986:211). El sol, la luna, otros objetos celestes, los asterismos, etc., ayudan a dar sentido a todo lo que nos rodea y el cielo toba parece ser un excelente ejemplo de ello. Así es que puede verse en el cielo aquella estructura que tradicionalmente vertebró a la sociedad toba. Las Pléyades le dan cuerpo a *Dapi´chi*, que es relacionada a lo público, lo exterior, las relaciones intergrupales, lo político y lo masculino. Por su parte el Cinturón de Orión, *Qarko´tel*, está directamente asociado a lo femenino, la interioridad familiar y la protección hacia el interior del grupo (GÓMEZ 2012). La relación masculino/femenino al interior de la organización social de los tobas es claramente simbolizada en el cielo por la relación sincrónica que opera entre ambos asterismos en el momento de su aparición y hasta que se considera que desaparecen. Por otro lado es interesante ver cómo al estar más ligado hacia las relaciones exteriores del grupo, *Dapi´chi*, comienza a sufrir algunos cambios en su interpretación. Actualmente ese liderazgo tan ligado a la autoridad de los ancianos y la guerra comienza a ser releído por ciertas familias cambiando su significado y siendo interpretado, en principio, en relación a la figura paternalista de los misioneros anglicanos y aquellos que son considerados sus seguidores: los actuales pastores tobas (GOMEZ 2016). A pesar de los solapados cambios que comienzan a vislumbrarse en el mundo femenino, se percibe que las interpretaciones que los relacionan con el cielo y específicamente a *Qarko´tel* aún no han cambiado, o no han sido explícitamente expresadas a los fines interpelar en el campo simbólico aquellos roles que tradicionalmente se deben cumplir.



Todo lo anterior nos está remitiendo a un cielo vivo, en el que aún al día de hoy se dirimen cuestiones de crucial importancia, un campo propicio para competencias por el significado de importantes figuras, como por ejemplo la de *Dapi'chi*. De esta forma el cielo no figura como un espacio cristalizado y dogmatizado, en él aún se pueden escuchar lecturas en disputa, donde muchas veces se relativizan algunas interpretaciones celestes en la medida que vengan de familias que no son la propia. Estas visiones en disputa propician un entramado que nos remite a una construcción simbólica celeste que aún hoy continúa.

Cuando al principio del artículo resaltábamos aquello que los tobas expresaban en su acta de constitución: “nosotros no nos dieron la tierra, sino que somos de esta tierra”, podríamos agregar que a esa “tierra” de la que son parte también se enlaza su cielo, un espacio que no está tajantemente separado de la tierra, de todo lo que ella implica y del que son sus propios exégetas.

Bibliografía

ARENAS, Pastor. *Etnografía y Alimentación entre los Toba-Ñachilamole#ek y Wichí-Lhuku'tas del Chaco Central* (Argentina). Buenos Aires: Dunken, 2003.

ARENAS Pastor y PORINI, Gustavo. *Las aves en la vida de los tobas del oeste de la provincia de Formosa* (Argentina). Asunción: Editorial Tiempo de Historia, 2009.

BARÚA, Guadalupe y DASSO, María Cristina. El papel femenino en la hostilidad wichí. In: CALIFANO, M. y DASSO, M. C. (Eds.). *El chamán wichí*. Buenos Aires: Ediciones Ciudad. 1999. p.251-297.

BLIXEN, Olaf. “La mujer estrella. Análisis de un mito sudamericano”. *MOANA* vol. 1, n.4, p. 1-27, 1991.

CARPIO, María Belén. Fonología y morfosintaxis de la lengua hablada por los grupos tobas del oeste formoseño. *Studies in Native American Linguistics*. München: LINCOM Europa Academic Publishers, n. 67, 2012.

CORDEU, Edgardo. “Aproximación al horizonte mítico de los tobas. Buenos Aires”: *Runa* v.1-2, n. 12, p. 67-173,1969/70.



GÓMEZ, Cecilia Paula. “Los tobas del oeste formoseño y los misioneros de la South American Missionary Society”. *Archivos* - Buenos Aires: Departamento de Antropología Cultural CIAFIC, v. 8, p. 83-119, 2010a.

_____. “La luna y la feminidad entre los tobas del oeste formoseño (Gran Chaco, Argentina)”. *Campos - Revista de Antropología Social*, Curitiba: Universidade Federal do Paraná (UFPR), v. 1, n. 11, p. 47-64, 2010b.

_____. “The *Dapi´chi* (Pleiades) youth and old age: frost, air carnations and warriors”. *Cambridge Journals 7 International Astronomical Union Symposium S278. Archaeoastronomy and Ethnoastronomy. Building Bridges between Cultures*. Clive L.N. Ruggles (Ed.), Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 50-57.

_____. “El hombre y la mujer. Apuntes sobre la organización social toba y su relación con el ámbito celeste”. *Suplemento Antropológico*, Asunción: Universidad Católica de Nuestra Señora de Asunción/ Centro de Estudios Antropológicos (CEADUC), v. 2, n. 147, p. 7-112, 2012.

_____. The Sky among the Toba of Western Formosa (Gran Chaco, Argentina). In: RUGGLES, Clive. (Ed.). *Handbook of Archaeoastronomy and Ethnoastronomy*. New York, Heidelberg, Dordrecht, London: Springer, 2015. p. 981-985.

_____. “Las Pléyades y las figuraciones del liderazgo entre los tobas”. *Revista de Antropología del Museo del Entre Ríos*, Paraná: Museo de Ciencias Naturales y Antropológicas Antonio Serrano, 2016 v. 2 (En prensa).

GORDILLO, Gastón. *Nosotros vamos a estar acá para siempre*. Historias tobas. Buenos Aires: Biblos, 2005.

IDOYAGA MOLINA, Anatilde. “Estudio fenomenológico del mito de origen de las mujeres entre los pilagá (Chaco Central)”. Mendoza: *Anales de arqueología y etnología*, n. 41-42, p.165-174, 1986.

KARSTEN, Rafael. *The toba indians of the Gran Chaco*. Helsingfors: Åbo Akademi, 1923.

KLEIN, Harriet E. Manelis. Current Status of Argentine Indegenous Languages. In: KLEIN, Harriet E. Manelis y STARK, Louisa R. (Eds.). *South American Indian Languages. Retrospect and Prospect*. Austin: University of Texas Press, 1985. p. 691-845.

LEHMANN-NITSCHKE, Roberto. “La Astronomía de los Tobas”. *La Plata: Revista del Museo de La Plata*, n. 27, p. 267-285, 1924.



LÉVI-STRAUSS, Claude. El sexo de los astros. In: *Antropología estructural II*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1986. p. 203-211.

_____. *Mitológicas I*. Lo crudo y lo cocido. México: Fondo de Cultura Económica, 2005. p. 216-237.

MENDOZA, Marcela. *Band Mobility and Leadership among the Western Toba Hunter-Gatherers of Gran Chaco in Argentina*. New York: Edwin Mellen, 2002.

MÉTRAUX, Alfred. Ethnography if the Chaco. In: STEWARD, J. (Ed.). *Handbook of South American Indians*. Washington: Smithsonian Institution, v. 1, 1946a. pp. 197-370.

_____. *Myths of the Toba and Pilagá indians of the Gran Chaco*. Philadelphia: American Folklore Society, 1946b.

MILLER, Elmer. Simbolismo, conceptos de poder y cambio cultural de los tobas del Chaco argentino. In: HERMITTE, E. (Comp.) *Procesos de aculturación social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1977. p. 305-338.

PALAVECINO, Enrique. "Mitos de los indios tobas". Buenos Aires: *Runa* v.1-2, n. 12, 1969/70, p. 177-197.

PEREZ DIEZ, Andrés. "A tale of the mataco about the origin of women". Pennsylvania: *Latin American Indian Literatures*, n. 7, v. 2, p. 134-169, 1983.

TOLA, Florencia. "Sociabilidad y mito: hombres, mujeres y animales desde la perspectiva toba". Pennsylvania: *Latin American Indian Literatures Journal*, v.1, n. 21, p. 59-79, 2005.

URTON, Gary. En el cruce de rumbos de la tierra y el cielo. Cusco: Centro de Estudios Regionales Andinos Bartolomé de las Casas, 2005 [1981].

WILBERT, Johannes y SIMONEAU, Karin. (Eds.). *Folk Literature of the Toba Indians*. Latin American Studies. Los Angeles: UCLA/ Latin American Center Publications, v.1, n. 54, 1982.

_____. *Folk Literature of the Toba Indians*. Los Angeles: UCLA/ Latin American Center Publications, 1989. (Latin American Studies, v. 2, n. 68).



Prof^a Dr^a Cecilia Paula Gómez

Universidad de Buenos Aires/UBA/Argentina/AR

Doctora en Ciencias Sociales, Licenciada en Ciencias Antropológicas. CONICET (Sección Etnología, Facultad de Filosofía y Letras – UBA). Puan 480 4to. Piso of. 462, CP (1406) Buenos Aires, Argentina.

<gomezcp@gmail.com>

Agradezco a la Dra. Carpio por las referencias brindadas para este trabajo.

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Japanese-Brazilian relations in the context of contemporary foreign trade strategy of Japan

Subbotina Ksenia
Saint-Petersburg State University/SPBU/RU

Resumo

O período recente marca o crescimento do interesse das empresas japonesas na economia brasileira. Em primeiro lugar, o Brasil é bem visto como receptor desejável para investimentos em manufaturas e tecnologia japonesa. Ademais, há planos para reforçar a cooperação comercial e adquirir empresas locais, a fim de construir uma base sólida para o crescimento futuro, o que vem sendo anunciado regularmente pelo Japão.

Palavras chaves: Economia Internacional, Relações Internacionais, Japão, Brasil, crise, estratégia econômica

Resumen

El reciente periodo marca el crecimiento de las empresas japonesas interesadas en la economía brasileña. En primer lugar, Brasil está bien considerada como receptor deseable para las inversiones en la fabricación y la tecnología japonesa. Además, hay planes para mejorar la cooperación comercial y adquirir empresas locales con el fin de construir una base sólida para el crecimiento futuro, que está siendo anunciado regularmente por Japón.

Palabras clave: Economía Internacional, Relaciones Internacionales, Japón, Brasil, la estrategia económica de crisis

Abstract

Recently was matched the growth of interest of Japanese business in Brazilian economy. First of all, for Japanese manufacturing & technology



Brasil is seen as a desirable place for investing by Japanese companies. Plans about boosting trade cooperation and acquire a local business in order to build a strong foundation for future growth are regularly announced in Japan.

Keywords: world economy, international relations, Japan, Brazil, crisis, economic strategy.

Latin American countries are crucial part of foreign international trade and investment strategy of Japan. During many decades Japanese government stays an essential trade and investment partner for Latin American countries where Brazil has a key role. The partnership between Japan and Brazil started to develop in the beginning of 20th century. However, these relations couldn't be determined as stable due to different external impacts such as economic crisis in the 90-ies of 20th century which influenced economies of both countries, political disputes, differences in economic and diplomatic aims. Nevertheless, Japanese party is interested in restoration and strengthening the bilateral relations due to certain reasons. Firstly, Brazil is an important importer of natural resources to Japan. Secondly, Brazil is the biggest market of Latin America with huge perspectives in terms of high purchasing power and with broadened investment possibilities of Japanese companies. Thirdly, there is an access to rich workforce market specifically Brazilian-Japanese relations are aimed at Japanese migrants "*dekasegi*"¹ which settled down in Brazil, emerged large ethnic diaspora outside Japan and gave birth to tight economic Brazilian-Japanese relations. This fact influences drastically also the Japanese-Brazilian relations in terms of conducting cultural activities, financial support and develop the measures of Brazilian Japanese assimilation into Japanese society.

¹ Koji Sasaki, *Between Emigration and immigration: Japanese emigrants to Brazil and their descendants in Japan*, University of Tokyo, 2008, p.1



Beginning with 1974 economic relations between two countries shifted to the new level by creating the Committee of Japanese-Brazilian economic cooperation. Since that an intensification of trade and investment flows was indicated which was based on the collaboration of a small number of companies in certain sectors of the market. Primarily the volume of Brazilian exports to Japan was made by limited range of companies which were maintaining stability and contractual relationship with the Japanese importers. Mainly it relates to manufacturing companies in the sector of mineral raw materials. Another factor in strengthening of trade relations was the fact that both parties were building professional management and partnership policy based on the stability of trade relations. Another feature of close trade relationship is that Japanese companies focus on Brazil and Brazilian companies with Japanese capital share focus on Japanese market. For such companies, as a rule, Japan was a major export market and remarkable was the fact that the volume of Brazilian exports to Japan exceeded the volume of imports to Brazil from Japan. It has always been associated with Japan's high demand for natural resources, which is the main export clause from Brazil to Japan. As for the Brazilian market, the main importers were the North American transnational corporations and Japanese companies. Major imports from Japan were the spare parts, components and intermediate products, which were assembled and manufactured in Brazil. However, in the 90-ies of XX century, the volume of trade and economic cooperation have decreased due to the economic crisis in Japan and Brazil. Business activity has declined and Japanese companies began to lose their positions in Brazilian market, giving the way to Western companies. After the crisis' in the 90-ies, Japan lost its position in the Brazilian market, in comparison with western, Chinese and South Korean companies in industries such as automobile manufacture and in electronics manufacturing. For example, four major Japanese automakers which were operating in Brazil together



became to produce fewer cars than European and American brands such as Fiat SpA, Volkswagen AG and General Motors Co did.²

Then in 1999, during the eighth meeting of “Committee of Japanese-Brazilian economic cooperation “, it was decided to create a strategy “Union of the 21st century”³, the aim of which was to form a stronger partnership between the private sector of two countries. The Brazilian government was aimed at stabilization, privatization programs, the opening and liberalization of the national economy, the formation of a favorable investment environment, to increase the pace of development of the national economy which was due to the out of Brazilian economy from the crisis in the late 90-ies of XX century. The beginning of the XXI century determined the increase of emerging market in the world. Japanese government had to undertake a number of measures to rebuild the economy from the “financial bubble”⁴ impact which also included the return of positions in the world market. However, despite this, the potential of bilateral cooperation in the framework of trade and investment has always been great, it includes cooperation in various business areas from agriculture to infrastructure, from the high-tech sector to the service sector.

The strategy “Union of the 21st century” was aimed at the diversification of Japanese-Brazilian foreign economic relations, therefore the interest of Japanese companies in the Brazilian market by the end of the 90-ies of XX century again increased. In 1995, the increase in the share of participation

² Juan Pablo Spinetto, *Japan Inc. seeks to recover influence in Brazil*, August 4 2014 <http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-08-04/japan-inc-seeks-to-recover-influence-in-brazil>.

³ *Brazil-Japan: Alliance for the 21st Century*, October 26 2000 <<https://www.keidanren.or.jp/english/policy/2000/053.html>>.

⁴ Leontieva E. L., Deflation crisis in Japan, *Economic journal HSE*, #3, 2006, p 362.



of Japanese companies was observed in foreign trade with Brazil by 19%⁵ due to the intensification of investment activities of Japanese companies in Brazil. Since the beginning of the 80-ies until the end of the 90-ies of the XX century, Japanese companies' interest in the Asian market increased to a greater extent in comparison with Brazilian companies because of the need to maintain competitive prices for Japanese goods. However, unstable economic situation and the decline in consumer potential in Brazil in the 90-ies, only contributed the reduction of trade and investment flows. So in 1999 it was recorded that Japanese investment in Brazil amounted to US \$ 1.2 billion, which was much less comparing with recipient countries such as Indonesia (\$ 2.5 billion), Singapore (US \$ 1.8 billion). The share of Japanese investments in the Brazilian economy has decreased in comparison with previous periods. Thus the share of Japanese FDI in the years 1951-1980 amounted to 7.97% of the total investment in the Brazilian economy, in the period from 1994-1998, the figure was only 1.75%.⁶

In 1999, FDI to Brazil amounted to US \$ 29 billion, where the major share belonged to China US \$ 26 billion, while Japanese investment amounted to only US \$ 274 million which is 0.9% share of the Brazilian FDI total.⁷ Japanese companies have lost their position in the Brazilian market by means of being replaced by Chinese and foreign investors (German, French and Italian companies), which are actively develop trade relations with Brazil. At that time, Japan has been increasingly interested in developing trade and investment relations with Asia, particularly with ASEAN countries and China. This strategy met the requirements of Japan because as the result of

⁵ Michael G. Donovan, Kwan S. Kim, *Fujimori's financiers: how japan became the largest aid donor in Latin America and its implications for future economic development*, Working paper #291, January 2002, p.6

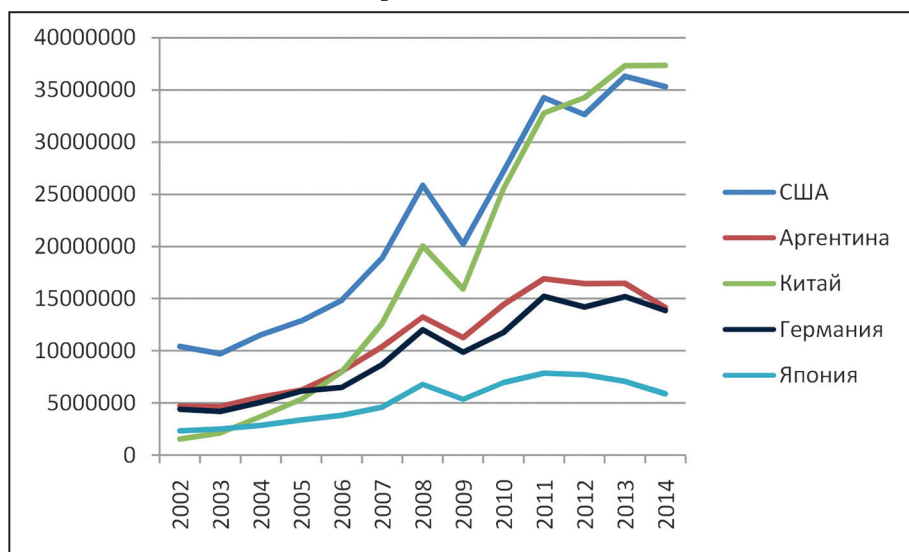
⁶ *Japan's outward and Inward Foreign direct investment by country and region* <<http://www.jet-ro.go.jp/en/reports/statistics/>>.

⁷ *Japan's outward and Inward Foreign direct investment by country and region* <<http://www.jet-ro.go.jp/en/reports/statistics/>>.



“financial bubble economy” was economies’ recession, and then a period of prolonged stagnation that continues today.

Picture #1. Brazilian import 2002-2014 (thousand US dollars)



Source: http://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx

The country has not been able to maintain its investment activities at the level of the past decades. The main losses occurred in the sectors of the Brazilian market such as the electronics, mechanics, transport equipment, cars and tires, electronics. In turn, Brazil has reduced the supply of its main export products to Japan: wood, furniture, clothing, automotive parts, coffee, processed vegetable products, paper, pulp, meat⁸ due to changes in the external economic strategy, since the 2000s, part of Brazil’s trading partners has changed dramatically.

⁸ *Joint Statement on strengthening Japan-Brazil economic relations*, Japan-Brazil Committee and Nippon Keidanren, March 6 2007 , p.2 <<http://jp.camaradojapao.org.br/pdf/presentation/keidanren/a-07-03-06-port-statement3.pdf>>.



Overall, Japan is the sixth largest investor in Brazil. The total volume for 2012 amounted to US \$ 31 billion or 5.1%⁹ of the total foreign direct investment in the country, according to the data in 2012 according to the Brazilian Central Bank. However, in recent years, the Japanese government's interest in the Brazilian market and its potential increases. This is primarily due to the interest of the Japanese government in the diversification of economic relations for the Japanese business and also it is the opportunity to remove the country's economy out of stagnation, as well as the existing potential of the Brazilian market and the purchasing power of the population. The last one is more attractive to Brazilian market, so Japanese companies are looking for more opportunities to increase trade volume with Brazil. Japan is Brazil's the sixth largest trading partner and its role as a trading partner is growing every year. Bilateral trade amounted to US \$ 15.7 billion¹⁰ in 2012. Brazil is the second largest supplier of corn and soybeans to Japan.

The Brazilian government is also interested in the renewal of closer economic relations with Japan and sees it as a solid, reliable partner. Today, more than 400 Japanese firms invest in Brazil and make great efforts to expand these flows. In May 2013, Brazil and Japan signed an agreement on the diversification of bilateral trade and investment ties and deepening cooperation in the sphere of production. Moreover, both countries stimulate economic relations at a higher level. For instance, Keidanren¹¹ and the Committee for Economic Cooperation Brazil and Japan have agreed to cooperate in two strategic areas: infrastructure, especially related to transportation and logistics; and the energy sector, taking into account Japan's ongoing attempts to switch to other energy sources. The Government of Japan and Brazil also pay special attention to the negotiations on bilateral trade relations. Today, both countries are actively negotiating with other

⁹ *Japan's outward and Inward Foreign direct investment by country and region* <<http://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/>>.

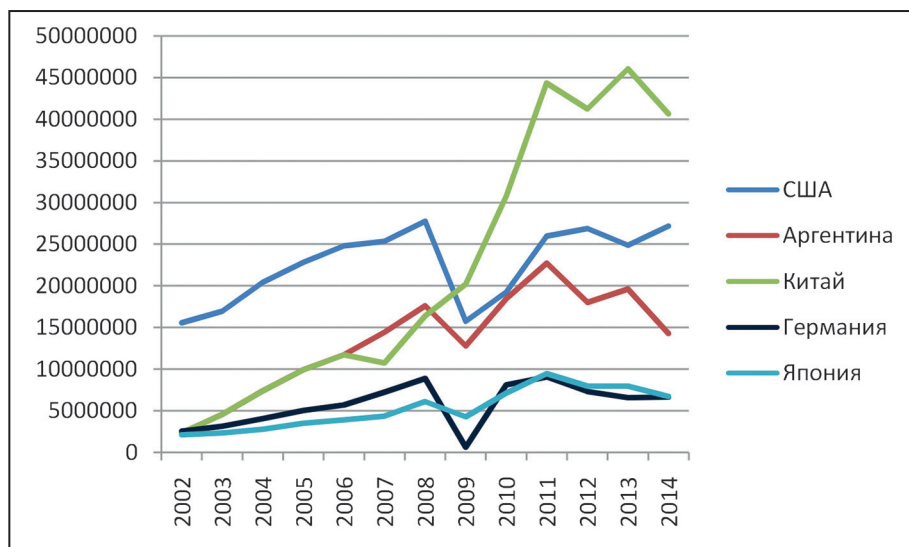
¹⁰ <<http://www.tradingeconomics.com/brazil/balance-of-trade>>.

¹¹ <<http://www.keidanren.or.jp/en/profile/pro001.html>>.



countries to sign trade agreements that may adversely affect bilateral economic relations. Both countries are seeking to enter new markets, reduce barriers to attract new trading partners. For example, Japanese companies began compete actively with Western companies in the manufacturing sector of MERCOSUR countries' markets, particularly in Brazil. The free trade agreement between Japan and MERCOSUR is one of the key tools for enhancing economic relations between Japan and Brazil. As for Japanese exports, 58% is the share of Asian countries in 2012 and Brazils' share in Japanese trade is only 0.8%.

Picture#2. Brazilian export 2002-2014 (thousands US dollars)



Source: http://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx

The graph shows that the rate of exports since the beginning of 2000's was growing. Despite the global financial crisis in 2008, immediately after the volume of Japan-Brazil trade rose to US \$ 12.92 billion in 2008 and



to US \$ 15.69 billion¹² in 2012. The main export clause in recent years are raw products and raw materials, which compose 73.2% of total exports of Brazil to Japan while most of the imports from Japan consists of industrial production 99.4% in 2012. As can be seen from this graph the interest of the two countries in further development of trade relations is very high. Today, Japan has an active policy of signing trade agreements on mutual trade or free trade agreements. Within the situation of trade cooperation with Brazil, Japan is more profitable to negotiate about free trade with Mercosur, because in the framework of this agreement will participate not only Brazil, but in this cooperation may be interested in other Member States. As already has been mentioned, Brazil's commodity exports of Japan is limited, while Japanese exports to Brazil is very diverse. It includes a wide range of high value-added products. Expanding bilateral trade relations will give more opportunities to diversify export flows to Japan, and the creation of a free trade zone would increase investment flows by Japanese companies in infrastructure to boost the efficiency of production chains. While significant visit of Japanese Prime Minister Shinzo Abe in Brazil as part of a tour around Latin America a meeting with the President of Brazil, Dilma Rousseff was held. The main topic of the meeting were the issues of cooperation within the framework of investment projects, as Brazil is interested in improving the logistics chains, modernization of railways, highways and ports. It is crucial to highlight that today in the framework of infrastructure projects there is a high competition between Japanese and Chinese investors, because the development of the logistics chain will increase the volume of trade and ensure greater efficiency of the Chinese and Japanese companies. Furthermore, at this meeting Shinzo Abe noted that Japanese companies are interested in the growing consumption and labor potential of the country. During the visit of the Japanese Prime Minister was accompanied by representatives of the major Japanese companies, such as: Toyota Motor Corp., Nippon Steel & Sumitomo Metal Corp., Sumitomo Mitsui Financial Group Inc., Sojitz

¹² <http://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx>.



Corp. etc., which have signed a number of important projects in various sectors such as health, energy, agriculture, etc. From Japanese side financial assistance for the development of the Cerrado region, where are the productions of the largest grain producers, will be provided. Development of the areas' infrastructure system will increase the volumes of grain exports to Japan. In turn, Sumitomo Mitsui Banking Corp., namely Sumitomo Mitsui Financial Group reached agreements on financing an agricultural company Amaggi in the amount of US \$ 200 million¹³ which produces soybeans and corn. The project also aims to increase exports to Japan. As part of the energy issues Brazilian company Vale SA, the largest company in the world for the extraction of iron ore, has signed an agreement with Japan on oil supplies, Gas and Metals. It was also decided to strengthen cooperation in the field of coal mining in Mozambique. Another strategically important event was the signing of a contract for a loan from Mizuho Bank in the amount of US \$ 500 million to the Brazilian state oil company Petroleo Brasileiro SA. This money will be spent on the construction of eight buildings that will be converted to floating platforms for deep-water drilling.

Brazil and Japan made it clear to each other about the importance of development of bilateral economic relations. Since the mid-2000s, there was an improvement of bilateral trade relations. Therefore, in 2013, the trade volume reached US \$ 15 billion, that was primarily associated with a significant increase in Japanese investment to Brazil in the production of electronic equipment, in the automotive, steel, shipbuilding and other industries. Japanese investment plays a strategic role in the bilateral relations, as more than 400 Japanese companies are presented on the Brazilian market and a lot of contracts and agreements were signed. All these measures, which Japan implements, are aimed at the return of the former position of Japanese companies in the Brazilian market, as still the main trading partners are

¹³ *Mitsui, others sued over alleged bid-rigging on Brazil rail projects*, December 7 2014 <http://www.japantimes.co.jp/news/2014/12/07/business/corporate-business/mitsui-others-sued-alleged-bid-rigging-brazil-rail-projects/#.Ve_k45aCCJv>.



China and Western countries. Japan lost its position after the crisis and the reduction of business activity in relation to the bilateral cooperation in the 90s. Today, the volume of China's trade and Brazil five times exceeds the volume of trade in Brazil and Japan. Another obstacle to the improvement of economic partnership of Japan and Brazil was the creation of the New BRICS Development Bank, where the foreign exchange reserves amount to US \$ 100 billion. This bank must contribute to the development of infrastructure and the BRICS in the future will have to provide loans to other developing countries in the framework of infrastructure projects. For Japanese companies, this means an increase in competition in the framework of participation in infrastructure investment projects in Brazil, the strengthening of cooperation among the BRICS will contribute to the expansion of trade and, therefore, the strengthening of relations between Brazil and China, which is a big problem for Japan. Therefore, the Japanese government is trying to increase the volume of co-operation by signing contracts in various sectors of the economy: infrastructure, health, energy, agriculture, etc. That will strengthen the position of Japanese companies in the Brazilian market. Another tool for achieving this goal is an ethnic Japanese population in Brazil, which carries out business activities mostly with Japan, and thus supports the Japanese-Brazilian economic relations. In turn, the mutual cooperation in order to strengthen the multilateral trading system will strengthen cooperation in infrastructure, oil and gas in the electricity sector, railways, ports, etc.¹⁴ At the moment, the priorities and interests of each country, are clear and there are various methods of achieving them, which actively began to use Japanese and Brazilian politics, as well as corporations and other financial institutions. So the both parties aimed to discuss a joint proposal on signing an agreement on economic partnership. Interested in strengthening ties at the state level in order to improve trade relations through greater openness and transparency in business.

¹⁴ *Brazil Japan Joint Business Statement* <<http://www.keidanren.or.jp/en/policy/2014/071.html>>.



Literature

1. Juan Pablo Spinetto, *Japan Inc. seeks to recover influence in Brazil*, August 4 2014 <http://www.bloomberg.com/news/articles/2014-08-04/japan-inc-seeks-to-recover-influence-in-brazil>.
2. Koji Sasaki, *Between Emigration and immigration: Japanese emigrants to Brazil and their descendants in Japan*, University of Tokyo, 2008, p.1
3. Leontieva E.L., *Deflation crisis in Japan*, Economic journal HSE, #3, 2006 , p 362.
4. Michael G. Donovan, Kwan S. Kim, *Fujimori's financiers: how japan became the largest aid donor in Latin America and its implications for future economic development*, Working paper #291, January 2002, p.6.
5. *Brazil-Japan: Alliance for the 21st Century*, October 26 2000 <<https://www.keidanren.or.jp/english/policy/2000/053.html>>.
6. *Japan's outward and Inward Foreign direct investment by country and region* <<http://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/>>.
7. *Japan's outward and Inward Foreign direct investment by country and region* <<http://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/>>.
8. *Joint Statement on strengthening Japan-Brazil economic relations, Japan-Brazil Committee and Nippon Keidanren*, March 6 2007 , p.2 <<http://jp.camaradojapao.org.br/pdf/presentation/keidanren/a-07-03-06-port-statement3.pdf>>.
9. *Japan's outward and Inward Foreign direct investment by country and region* <<http://www.jetro.go.jp/en/reports/statistics/>>.
10. *Mitsui, others sued over alleged bid-rigging on Brazil rail projects*, December 7 2014 <http://www.japantimes.co.jp/news/2014/12/07/business/corporate-business/mitsui-others-sued-alleged-bid-rigging-brazil-rail-projects/#.Ve_k45aCCJv>.



11. *Brazil Japan Joint Business Statement* <<http://www.keidanren.or.jp/en/policy/2014/071.html>>.
12. <<http://www.tradingeconomics.com/brazil/balance-of-trade>>.
13. <<http://www.keidanren.or.jp/en/profile/pro001.html>>.
14. <http://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx>.

Subbotina Ksenia

Saint-Petersburg State University/SPBU/RU

PhD student of Saint-Petersburg State University

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Matrizes culturais brasileiras: a busca por uma identidade nacional

Prof. Ms. José Severino da Silva*

Universidade do Grande Rio/Unigranrio/BR

Resumo

As matrizes culturais brasileiras estão relacionadas à formação cultural do povo brasileiro, cultura esta múltipla, inter e diversa, que têm suas bases na mescla cultural de diversos grupos étnicos. A diversidade que compõe os traços culturais está presente em todas as Regiões do Brasil, com mais precisão nas regiões nordeste e norte, enquanto na região sul a presença dos imigrantes do século XIX representam outra fase da miscigenação do povo brasileiro com a presença dos europeus e asiáticos diversificando ainda mais a nossa cultura e nossas identidades.

Palavras chave: Matrizes culturais brasileiras – Diversidades – Identidades

Resumen

Matrices culturales brasileñas están relacionados con la formación cultural del pueblo brasileño, la cultura es multi, inter y diversa, que tienen sus bases en la mezcla cultural de los diferentes grupos étnicos. La diversidad que compone los rasgos culturales están presentes en todas las regiones de Brasil, más precisamente en el norte y el este y el norte, mientras que la región sur de la presencia de los inmigrantes del siglo XIX representa otra fase del mestizaje del pueblo brasileño con la presencia de europeos y asiático diversificar aún más nuestra cultura y nuestras identidades.

Palabras clave: Matrices culturales brasileñas - Diversidades – Identidades



Abstract

Brazilian cultural matrices are related to the cultural formation of the Brazilian people, culture is multi, inter and diverse, which have their bases in the cultural mix of different ethnic groups. The diversity that makes up the cultural traits are present in all regions of Brazil, more precisely in the north-east and north, while the southern region the presence of nineteenth century immigrants represent another phase of miscegenation of the Brazilian people with the presence of European and Asian further diversifying our culture and our identities.

Keywords: Brazilian cultural matrices - Diversities - Identities

Introdução

Falar de cultura em um país tão diverso como o Brasil é tão difícil quanto conceituar o próprio termo cultura, que tem suas raízes na ancestralidade, o Brasil é assim, apesar de ser um país novo com aproximadamente 515 anos, de ocupação e domínio, os índios que aqui habitavam são tão antigos quanto os europeus que aqui chegaram, mas que a história ocidental por questões diversas se nega a discutir sobre tais questões. As matrizes culturais Brasileiras são o que de fato nos interessa suas práticas, hábitos e costumes, suas crenças, mitos e marcas identitárias.

As contribuições culturais deixadas por todos estes grupos interétnicos passaram a representar o que hoje podemos chamar de cultura material e imaterial do povo brasileiro, mas dentre elas algumas marcaram a nosso a cultura, como: a imposição da língua, da religião e da culinária. Outras contribuições foram deixadas, mas estas são as determinantes. A diversidade cultural do povo brasileiro está presente na música, na fala, na religião, nos traços e nas práticas sociais, ser brasileiro é ser múltiplo culturalmente é está no centro e ao mesmo tempo nas margens. Esta diversidade cultural brasileira é



quem molda nossas identidades mesclando cada vez mais, hibridizando-as e ao mesmo potencializando a brasilidade de um povo culturalmente múltiplo.

A identidade do povo brasileiro é demasiadamente complexa, diferente de outras, que por séculos foram sólidas, fechadas, isoladas e fixas, a identidade do povo brasileiro, aqui ressaltado, pós a ocupação portuguesa no início do século XVI, já se inicia flexível, mutável e múltipla. A quem diga que as identidades perderam sua solidez a partir dos processos migratórios a partir da década de 1840 durante a crise econômica e guerras na Europa e durante a primeira e segunda guerra mundial, mas no Brasil esse processo se deu bem antes de tudo isso, a nossa formação não começou apenas nas Casas Grandes ou nos engenhos de açúcar e se deu a partir das ocupações portuguesas.

Compreensão da cultura

O termo *cultura* é um termo com várias acepções, em diferentes níveis e especificidades. Suas variações na prática social seguem um padrão determinado no espaço e no tempo. Ela se refere a hábitos, a crenças, a normas, a comportamentos, a regras de um modo geral, a instituições, na qual preenche as necessidades de cada grupo em tempo. Em plena contemporaneidade o termo 'Cultura' ainda continua sendo objeto de estudo, pois ainda existe uma preocupação de se chegar a um entendimento a respeito dos muitos caminhos que conduziram os seres humanos. A evolução humana tem como fio condutor os conflitos que terminam modificando as formas de organizações sociais. Os primeiros contatos dos grupos geralmente são conflitantes, a aceitação do outro nem sempre acontece de imediato, geralmente demora algum tempo para que o outro seja aceito. Em toda história, as transformações ocorridas no campo cultural foram resultados do próprio desenvolvimento humano na qual moviam internamente questões ligadas ao contato com outras culturas.

Os deslocamentos ou as migrações de vários grupos interétnicos contribuíram para que se tornasse cada vez mais complexo usarmos o termo



“cultura”, pois algo que em sua gênese tinha conceitos limitados passou a representar diversos conceitos desde material a simbólico. A multiplicidade de formas existenciais coloca a humanidade e toda sua complexidade a ser analisada de uma forma mais específica, ou seja, mais complexa, pois a cultura é produção humana, criada pelo próprio homem e na medida em que espécie humana evolui a própria cultura ela também sofre mudanças. Nessa perspectiva, a cultura diz respeito à humanidade por ser criatura destes ao longo da história. As variações culturais ainda são objetos de estudo, uma vez que a própria humanidade também teve suas variações tornando assim um assunto ainda em discussão. Vale ressaltar que em plena contemporaneidade o conceito de cultura ainda está sendo estudado.

[...] A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza. A ideia de uma linha de evolução única para as sociedades humanas é, pois, ingênua e esteve ligada ao preconceito e discriminação raciais. Por outro lado, a relativização total do estudo das culturas desvia a atenção de indagações importantes a respeito da história da humanidade, como é o caso da constatação de regularidades nos processos de transformação dos grupos humanos e da importância da produção material na história dessas transformações. (SANTOS, 1994).

O termo ‘cultura’ ao longo da história da humanidade ganhou novos significados, atendendo as transformações do homem e das produções humanas. O estudo sobre culturas se intensifica na medida em que os veículos de comunicações como: o telefone, a televisão, o rádio e outros canais encurtaram a distância levando e trazendo informações em tempo real nem sempre de uma forma pacífica. Através do estudo antropológico cujo objetivo era compreender e em parte reduzir o conceito de cultura para melhor responder tais



abordagens e nessa perspectiva Clyde Kluckhohn, (apud GEERTZ, 1989, p. 4) define cultura como: o modo de vida global de um povo; o legado social que o indivíduo adquire do seu grupo; uma forma de pensar, sentir e acreditar; uma abstração do comportamento; uma teoria, elaborada pelo antropólogo, sobre a forma ela qual um grupo de pessoas se comporta realmente; um celeiro de aprendizagem em comum; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; comportamento apreendido; um mecanismo para a regulamentação normativa do comportamento;

A diversidade cultural existente atualmente e sua necessidade de ser uma “cultura no plural”, como diz Michel Certeau torna cada vez mais complexa a natureza humana por conta da infinitude que se tornou. A multiplicidade e a diversidade que configura ora essa cultura ora esse sujeito tem tornado cada vez mais complexo o ser humano por conta da capacidade que o mesmo tem de criar e criar-se o tempo todo.

Formação cultural do povo brasileiro

A formação cultural do povo brasileiro é resultado da mescla cultural, da miscigenação de vários grupos interétnicos, e este tripé cultural foi constituído por meio do índio, do europeu e do africano, ou seja, essas matrizes formaram o que hoje podemos chamar de matriz cultural brasileira.

No início da colonização a mão de obra escrava era indígena e vários fatores contribuíram para o fracasso, uma delas era que o índio não conhecia essa forma de trabalho, pois viviam num estágio de comunidade primitiva e mesmo tendo comunidades vivais em caso enfrentamento quando os prisioneiros não eram usados como alimentos em seus rituais antropofágicos eram integrados a comunidade, ou seja, não conheciam a prática da escravidão. Daí a ideia de que o índio era preguiçoso, e outra, o índio conhecia muito bem o seu território e quando conseguia fugir ninguém mais o encontrava. Por conta disso, o fracasso era inevitável, a melhor alternativa para o colonizador seria a escravidão negra, ou seja, africana completando o que



seria o nosso tripé cultural que teve seu início na primeira década do século XVI após a ocupação e se estendeu até o final da primeira metade século XIX.

A partir de 1850 a 1930, os imigrantes europeus e asiáticos chegaram ao Brasil. Nesta última fase de deslocamento mais acentuada aportaram-se no Brasil mais portugueses, espanhóis, italianos, alemães, libaneses e japoneses e não podemos esquecer também as contribuições holandesas no nordeste. Nessa perspectiva, falar e pensar em matriz cultural brasileira nos coloca numa condição ora privilegiada, ora complexa, pois o que antes nos guiava enquanto tripé cultural como qualificamos agora diante dessa integração interétnica num período ainda em que Brasil estava construindo sua identidade nacional.

Cultura é patrimônio e cada povo tem o seu e suas culturas resultam dos conhecimentos compartilhados transmitidos de geração em geração. As matrizes culturais expressam as individualidades de cada povo e nessa reciprocidade entre culturas surge a diversidade como produto das interações sociais e/ou das trocas compartilhadas entre grupos interétnicos.

Com a chegada dos portugueses no início do século XVI, estima-se que havia aproximadamente cerca de 6 milhões de indígenas no Brasil. Atualmente, calcula-se que aproximadamente cerca de 300 mil habitam o território brasileiro. Parte destes povos ainda hoje luta por reconhecimento e por melhores condições de vida, uma vez que desde a ocupação europeia muitas tribos foram descaracterizadas e condicionadas a viverem como brancos, a falar como branco e a pensar como branco. O contato com portugueses e em seguida com espanhóis, franceses e ingleses, os indígenas mesmo tentando preservar suas tradições e costumes encontraram dificuldades para manter sua cultura, o homem branco fez com que muitas tribos perdessem sua identidade cultural. Sabe-se que os indígenas através de sua herança cultural, hábitos, costumes, vocabulário e culinária tem contribuído para a formação identitária do povo brasileiro e apesar de sabermos de tudo isso, ainda existe certo preconceito em relação as suas práticas culturais. Visando



o reconhecimento de sua cultura, da qual herdamos e compartilhamos até hoje alguns estudos e pesquisas precisam ser feitos para que novas verdades sejam apresentadas e que o papel do colonizador europeu seja desmistificado. A imagem do colonizador português como o desbravador e responsável pela ocupação do território brasileiro precisa ser estudado, pois esta abordagem do europeu que ocupou e colonizou desconsidera a existência de aproximadamente 6 milhões de indígenas verdadeiros ocupantes e desbravadores desta terra.

A produção cultural, material e imaterial dos indígenas expressa uma visão natural de universo onde todas as coisas dialogam ao mesmo tempo. Os fenômenos naturais e a própria natureza fazem parte do dia-a-dia desses povos. A cultura material se traduz em tudo o que os indígenas em suas variadas tribos produziram e ainda produzem, tais como: instrumentos, artefatos, artesanatos, armas etc. Já a cultura imaterial é representada através das tradições, da linguagem, da dança, da música, da arte e de suas práticas, dos rituais religiosos e festivos.

O Brasil herdou dos indígenas uma culinária natural, pois os alimentos eram retirados diretamente da natureza, como viviam em comunidade primitivas as práticas também eram primitivas os homens tinham funções diferentes das mulheres, enquanto os homens caçavam e pescavam as mulheres preparavam os alimentos e colhiam frutos silvestres.

Na *culinária* encontramos como contribuições o beiju uma bolacha feita com massa de farinha de mandioca, a tapioca de coco uma bolacha também feita da própria mandioca, o pirão um caldo feito de farinha de mandioca e caldo de peixe e de carne, o peixe, raízes, folhas, cereais, castanhas, jabuticaba, caju, goiaba, maracujá, mamão, cajá, araçá, laranja, limão, milho, mandioca verduras, legumes, carne de animais tais como: macaco, porco-do-mato, capivara, cobra, entre outros.



Na *música* encontramos como contribuições as danças e bailados e nos instrumentos o chocalho e a Maracá, já na dança o cururu, o jacundá, o gato, o cateretê. São poucas as contribuições no campo artístico.

Na *religião* encontramos como contribuições o candomblé que tem sua matriz na África e a umbanda que tem sua origem no Rio de Janeiro no início do século XX.

A *cultura indígena* exerce grande influência em todas as regiões do Brasil principalmente no norte e nordeste e por serem os verdadeiros habitantes desse território sua influência ainda é muito forte. Por quase cinco séculos estes povos foram excluídos e negligenciados pelas autoridades, isso uma verdadeira agressão a cultura, identidade e memória do povo brasileiro. A *Lei 11.645/2008*, que determinou a inclusão da história e culturas indígenas nos currículos escolares, possibilitando a inclusão social e as diferenças étnicas, respeitando os povos indígenas fortalecendo o reconhecimento cultural e a formação identitária brasileira. A influência da prática cultural portuguesa marcou a cultura brasileira não por ser o país colonizador, mas por ser o país que impôs sua crença, seus costumes e sua cultura de um modo geral. Esse fator foi determinante para que a sua cultura prevalecesse sobre a indígena. Sua influência se intensificou a partir do século XIX com a chegada da Família Real em 1808 e de sua comitiva trazendo artistas e intelectuais.

Vale ressaltar que, antes da Família Real chegar, o Brasil já era predominantemente católico e a língua mais falada já era o português. Nesse período a arquitetura, a escultura, a culinária, a pintura, a literatura e a música europeia faziam já parte do cotidiano colonial. Sabe-se que em 7 de março de 1808 a família real chegou ao Rio de Janeiro e aproximadamente às quatro horas da tarde do dia 8 de março de 1808 a família real desembarcou. No final da primeira metade do século XIX, outros povos europeus vieram para cá, estes povos imigrantes fugiam das crises políticas do centro europeu e procuravam aqui oportunidades de trabalho, ao mesmo tempo substituíam aparentemente a mão de obra escrava que estava em crise. Os italianos,



alemães e espanhóis foram os primeiros a chegarem contribuindo também para a formação cultural. O sudeste e o sul do Brasil foram às regiões que melhor acolheram a maior parte dos imigrantes europeus.

Em plena contemporaneidade vestígios coloniais ainda são preservados na arte, na escultura e principalmente na arquitetura e estas são encontradas nas cidades e nos centros históricos. Ao longo do período colonial, imperial e republicano as construções públicas tinham tendências europeias e suas fachadas reforçavam a ideia de sensação e pertencimento a uma cultura superior. O povo brasileiro é um povo miscigenado, consanguineamente, e artisticamente eclético por conta das variedades e tendências existentes em todos os níveis da cultura aqui produzidos.

O Brasil herdou dos portugueses a língua materna, a religião católica, o calendário tradicional e suas datas festivas, uma culinária simples, os folguedos regionalistas como a cavallhada, o bumba meu boi, o fandango, as festas de carnaval e junina, no folclore, a cuca, o bicho-papão o lobisomem, entre outros.

Na *culinária* encontramos como contribuições o bacalhau, a bacalhoada e suas variedades de pratos, o feijão-fradinho, o cozido à portuguesa mais conhecido como a feijoada do século XIX como acréscimo do feijão preto, a carne suína e bovina.

Na *música* encontramos como contribuições a música sacra e litúrgica. Nos primeiros séculos do Brasil colonial a música esteve muito ligada à igreja católica e apesar de modesta foram os jesuítas e franciscanos quem trouxeram e nas aldeias indígenas ensinaram crianças e jovens a cantar, dançar, tocar flauta, gaitas, tambores, e cravo.

A *cultura portuguesa* introduziu durante o período colonial os grandes movimentos artísticos europeus como o renascimento, o barroco, o rococó e o neoclassicismo. Com esses movimentos também a literatura, pintura, escultura, música, arquitetura e a arte decorativa popular e erudita também se fez presente no Brasil colônia.



A partir da segunda metade do século XVI se intensificou o tráfico negro em direção ao Brasil. Os africanos chegaram à condição de escravos, eram vistos como produto comercial, mercadoria e seus proprietários eram os traficantes que ao chegar vendiam aos proprietários de terras. A pluralidade cultural da sociedade brasileira é ancorada nas culturas consideradas e mencionadas como menor também vista de uma forma folclorizada e mística como legado deixado por negros ou índios, uma vez que o legado maior foi dado ao europeu portador de uma “cultura superior”.

Durante muito tempo, as diásporas africanas escravizadas no exterior tiveram de forjar uma visão idílica desse continente para existir, resistir e se manter. Por razões evidentes – que têm a ver com a brutalidade com a qual a África viva foi arrancada dos africanos escravizados no exterior da África –, a imagem que se tem desse continente, elaborada carinhosamente pelo imaginário dos deportados, via de regra, foi uma idealização. Para preservar o rico legado ancestral que nos permitiu atravessar o horror de viver em estado de escravidão racial nas Américas por mais de quatro séculos, foi necessário idealizar essa África da qual tínhamos sido arrancados para sempre. A África aparece, nessa visão, como um lugar quase sem tensões internas ou contradições inerentes à sua própria experiência histórica. (MOORE, 2008, p. 11-12).

A África é um continente de muitas expressões culturais, que variam conforme a matriz cultural por conta da diversidade étnica dentro do mesmo continente, conforme a organização social, econômica e política. As manifestações culturais africanas foram misturadas às manifestações culturais do Brasil e esta mistura fez muito bem a todos, pois no momento de tristeza e saudade é que buscamos na música, na arte, na culinária, nas lendas, mitos e na religião algo que nos conforta e nos leva ao nosso *Lócus* e estas manifestações nos deixam conectados as nossas origens, ou seja, mesmo distante



nos sentimos próximos. O Brasil herdou dos afrodescendentes uma culinária diversificada, um rico folclore de danças e folguedos, a música rítmica e a mitologia. As práticas da africanidade estão presentes no nordeste, principalmente na Bahia e em Pernambuco e nas grandes capitais do Brasil, Rio de Janeiro e São Paulo. Historicamente, foram nestas capitais que os africanos contrabandeados aportaram em sua maioria.

Na *culinária* encontramos como contribuições o vatapá, acarajé, caruru, mungunzá, sarapatel, baba de moça, cocada, bala de coco e a feijoada que tem sua origem nas senzalas feita com a sobra de carnes deixadas pelos senhores após as refeições.

Na *música* encontramos como contribuições o samba o maior símbolo do carnaval carioca, o maracatu, o axé, o forró entre outras. Dentre as principais influências musicais africanas no Brasil, sem dúvida é o samba.

Na *religião* encontramos como contribuições o candomblé que tem sua matriz na África e a umbanda que tem sua origem no Rio de Janeiro no início do século XX.

A *cultura africana* exerce grande influência, principalmente na região nordeste e sudeste do Brasil e mesmo assim esta cultura foi considerada menor desde a colonização, alimentando durante todo esse tempo o preconceito racial num país considerado o mais miscigenado do mundo. Por conta desse e de outros fatores em 2003, a lei nº 10.639 passou a exigir que as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio incluíssem no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileira.

Apesar da influência portuguesa na configuração da matriz cultural brasileira, esta cultura vista como superior não conseguiu, apagar as marcas identitárias africana e indígena. O que se sabe é que os portugueses aproveitaram tais manifestações e a agregaram as suas enriquecendo-as também. Sobre tudo, não podemos ignorar o fato dos “colonizadores” se fazerem presentes no campo da educação e da disseminação da cultura.



Diversidade cultural brasileira

Em sua obra “Diversidade cultural e educação para todos” Gadotti, descreve que a diversidade cultural brasileira tem uma riqueza grandiosa e que esta riqueza deve chegar ao conhecimento todos através da educação e a escola seria o local ideal para o diálogo de todas as culturas. Para ele, esse pluralismo seria, sobretudo, um diálogo interétnico.

[...] A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural, como ponto de chegada. (...) Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Pluralismo significa sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais. (GADOTTI, 1992. p.23).

O reconhecimento das diferenças ou da individualidade que existe em cada indivíduo é algo que deveria ser natural na sociedade, entretanto sabe-se que não é bem assim. Não falo aqui de direitos e deveres reconhecidos e defendidos pela Constituição Federal, mas do reconhecimento das diferenças facilmente visualizada no multiculturalismo na qual encontramos costumes diferentes, hábitos, normas e valores morais específicos em cada grupo étnico.

A sociedade brasileira construiu sua formação identitária ancorada na mistura das raças, o no convívio multicultural, ela resulta dessa mistura e dessa mistura é que surge o brasileiro. Precisamos estudar melhor o nosso passado para entendermos o nosso presente. Esse hibridismo cultural ou



essa mescla interétnica que existente na cultura brasileira é uma marca identitária a qual podemos chamar de brasilidade.

A sociedade a qual fazemos parte é, essencialmente, múltipla culturalmente e pluralista. Se olharmos em nosso entorno percebe-se a diversidade existente entre os grupos sociais. Nos hábitos, na religião, nas manifestações artísticas, no cotidiano, na própria convivência com o outro não se sabe o que se ganha ou perde, o que se sabe é que acrescentamos aos nossos, valores antes desconhecidos. Sabemos que é possível conviver e compartilhar com a diversidade e não podemos entender a nossa sociedade como uma colcha de retalhos culturalmente, mas como uma sociedade pluralista. Se a sociedade resulta de diferentes grupos interétnicos e ao mesmo tempo harmônico formadores da nossa identidade, logo, perceber o diferente é necessário para o crescimento e autoafirmação de nossa identidade.

Segundo Gilberto Freyre, a diversidade cultural brasileira se dá na própria formação social em torno da casa-grande, para ele foi lá que germinou muitos aspectos da cultura brasileira e através desta estrutura em torno da casa-grande e convivendo em equilíbrio assimétrico entre o negro e o branco, o escravo e o senhor que tudo começou. A diversidade Cultural, como resultado desse cruzamento racial coloca o Brasil em destaque no mundo, por conta da sua miscigenação. O reconhecimento ainda está em processo, pois a complexidade da multiculturalidade ainda precisa ser mais bem definida e estudada, já o respeito e a convivência é uma questão de maturação e de diálogos. Ainda Gilberto Freyre, diz:

Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, (...) um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande



proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (FREYRE, 1996a, p. 53).

Por que o conceito de identidade é demasiadamente complexo? Justamente por carregar múltiplas significações, pouco desenvolvido e compreendido na atualidade. Por conta das mudanças sociais e existenciais torna-se difícil oferecer afirmações conclusivas a respeito da identidade. Nessa perspectiva, a identidade é vista como algo que não perde sua solidez, é mantenedora das velhas tradições, é auto-afirmativa é imutável. Estas antigas e estáveis identidades entram em declínio a partir dos processos migratórios do século XVIII. Segundo Stuart Hall a passagem do “ser” para o “torna-se” é o devir segundo Heráclito, é a metamorfose em processo. Nesta perspectiva alguns pensadores da cultura como Zygmunt Bauman, Néstor Garcia Canclini e Stuart Hall, reforçam o caráter representativo da coletividade e apresenta a identidade como de significados partilhados e compartilhados.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman, nosso contemporâneo traz a modernidade líquida e todas as suas complexidades, como diz o filósofo francês Edgar Morin, para explicar a crise em que a identidade vem sofrendo nos dias atuais, essa antiga e solida identidade estaria entrando em declínio e ao mesmo se ascendendo como nova, mas dessa vez, líquida, mutável e complexa.

As identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera. Por todo o globo, os processos das chamadas migrações livres e forçadas estão mudando decomposição, diversificando as culturas e pluralizando as identidades culturais dos antigos Estados-nação dominantes das antigas potências imperiais e, de fato do próprio globo. Os fluxos não regulados de povos e culturas são tão amplos e tão irrefreáveis quanto os fluxos patrocinados do capital e da tecnologia (HALL, 2003, p. 44).



Hall analisa a formação e as transformações das identidades na modernidade tardia e suas implicações, ora contraditória ora desviada e deslocada pela globalização. A “crise de identidade” é um fenômeno global e globalização tem contribuído para o enfraquecimento das formas nacionais de identidade. Dessa forma, a identidade segura, ou plena passa a ser uma ilusão, uma vez que, as representações culturais se multiplicaram ao longo das últimas décadas. Nessa perspectiva, o impacto da globalização sobre a identidade cultural tem contribuído para uma crise não existencial, mas identitária.

A formação do Brasil e a identidade do brasileiro foram bastante discutidas no início e durante o século XX pelos sociólogos brasileiros Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e Renato Ortiz. A respeito das análises de Freyre, em seu livro *“Casa Grande e Senzala”*, Fez um estudo da colonização portuguesa, descrevendo a formação da família patriarcal brasileira, dando especial importância à miscigenação como traço cultural. A respeito das análises de Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *“Raízes do Brasil”*, Observou que a cordialidade do povo brasileiro lhe dificultava o reconhecimento da moderna impessoalidade nas relações sociais. A respeito das análises de Caio Prado Junior, em seu livro *“Formação do Brasil Contemporâneo”*, observou que apesar vivermos uma independência política o papel do Brasil ainda é fornecer produtos primários para o mercado externo. A respeito das análises de Renato Ortiz, em seu livro *“Cultura Brasileira e Identidade Nacional”*, Observou historicamente o processo de formação da identidade nacional.

A crise de identidade cultural tem sido nas últimas décadas objeto de estudo de diversos intelectuais da cultura. A partir da década de quarenta, os deslocamentos migratórios internos se intensificaram tornando o estudo ainda mais relevante. Pensar em identidade cultural do povo brasileiro é pensar numa formação social muito complexa pelo grau de miscigenação encontrada na estrutura física e intelectual desse povo. De acordo com Hall (2006), a identidade está em constante mutação, pois as necessidades internas de um



grupo sempre se transformam, o discurso sobre identidade sempre se atualiza. Assim, aborda o tema como sendo uma identificação e não uma identidade.

Considerações finais

Os deslocamentos humanos ao longo da história da humanidade têm como fatores determinantes, a busca por melhores condições de vida, segurança, poder, por conta das perseguições, por conta da fome, da escassez de água e alimentos, atualmente, por melhores condições de trabalhos, de oportunidades e em poucos casos por curiosidade. Os processos migratórios têm suas razões e em muitos casos estas razões não se apresentam com clarezas, e o que temos como fonte e como resultados nas diversas pesquisas, depoimentos, pois apesar de todas as dificuldades vivenciadas ainda assim, a memória, guarda e preserva partes de suas histórias de vidas. O Brasil começa a sua formação social em conjunto com uma série de acontecimentos, ocupação territorial. Massacres, imposições, lutas internas e desta complexidade, nasce o povo brasileiro, deste tripé cultural, surge uma nova nação, múltipla em suas culturas, cores e sabores.

Esta diversidade desde o período colonial já se fazia presente e com os movimentos migratórios do século XIX e XX, tornaram ainda mais a nossa identidade múltipla, sobretudo complexa. A liquidez das identidades que Bauman tanto discute na sociedade pós-moderna, no Brasil ela ganha essa forma já no período colonial. O cruzamento de vários grupos étnicos termina com solidez de muitas identidades, que perderam suas mutabilidades de séculos. Sendo assim, penso que a identidade do povo brasileiro e múltipla, não há dúvidas que houve perdas durante esse processo de formação, mas também temos a certeza que ganhamos com a diversidade.



Bibliografia

ARAÚJO, Alceu Maynard. *Cultura popular brasileira*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira: Introdução ao estudo da cultura brasileira*. Brasília/Rj: Ufrj e Unb, 1996.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*: Tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BRASILEIRO, Jeremias. *Cultura afro-brasileira na escola*. São Paulo: Icone, 2010.

CASCUDO, Luis da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1983.

CERTEAU, Michel De. *A Cultura no Plural*. 4.ed. São Paulo: Papirus, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Edição comemorativa. São Paulo, ed. Global, 2005.

_____. *Sobrados e Mocambos: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GADOTTI, M. *Diversidade cultural e educação para todos*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação de cultura*. Rio de Janeiro: Ltc, 1989.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLUCKHOHN, Clyde *Mirror for man: The relation of anthropology to modern life*. New York: Whittlesey House, 1949.

LOPES, Antonio Herculano. *Diversidade cultural: o que fazer*. In: LOPES, A.; CALABRE, L. (Org). *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Fund. Casa de Rui Barbosa, 2005.



MOORE, Carlos. *A África que incomoda*; sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, José Luis Dos. *O que é Cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VANNUCCHI, Aldo. *Cultura brasileira*. São Paulo: Loyola, 1999.

Prof. Ms. José Severino da Silva

Universidade do Grande Rio/Unigranrio/BR

Doutorando em Humanidades, Cultura e Artes pela Universidade do Grande Rio, instituição de origem (Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO), Mestre em Letras e Ciências Humanas, pela Universidade do Grande Rio, Pós-graduado em Filosofia pela GAMA FILHO, Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela UNISUAM e Graduado em História pela UNISUAM. Área de atuação (docente da graduação - UNIGRANRIO e Coordenador pedagógico no CAP/UNIGRANRIO) Colégio de Aplicação da UNIGRANRIO.

É Professor na Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO da Graduação e Docente On-line do Núcleo de Educação a Distância da UNIGRANRIO. Está atuando em duas Linhas de Pesquisas: GRUPO - Formação Humana na Sociedade da Informação: Cibercultura, Educação e Linguagens: formação humana na contemporaneidade e no GRUPO - Docência e Tutoria na Educação a Distância: práticas e desafios: Docência e tutoria na educação superior a distância: melhores práticas.

Autor das disciplinas: **Cultura Brasileira** (Disciplina da Graduação) modalidade semi-presencial, do Núcleo de Educação a Distância NEaD - UNIGRANRIO. - **Historiografia Brasileira** (Disciplina da Pós-graduação) modalidade 100% online do Núcleo de Educação a Distância NEaD - UNIGRANRIO. A disciplina **Cultura Brasileira** atende: Cursos de História, Artes Visuais, Pedagogia e Teologia. A disciplina **Historiografia Brasileira** atende: Curso de Pós Graduação em Metodologia do Ensino de História. a disciplina **Contextos Sócio-antropológico e Filosófico da Educação**. Atende: Curso de Pedagogia 100% online.

<cap.prof_jose@yahoo.com.br>

Reside na Rua Cauim nº11 Éden, São João de Meriti – RJ - CEP:25545-350

Recebido em: fevereiro/2016

Aceito para publicar em: maio/2016

Modern emigration from Russia: information sources and approaches to the assessment

Sergey V. Ryazantsev

Russian Academy of Sciences/RU

Marina N. Khramova

Russian Academy of Sciences/RU

Artem S. Lukyanets

Russian Academy of Sciences/RU

Resumo

O artigo discute as características da emigração da Federação Russa durante o período 1990-2010, ou seja, após o colapso da URSS. Identifica ainda a singularidade da contabilidade moderna de emigração da Rússia para uma estimativa real do número de imigrantes russos com base em dados de correção do Serviço Federal de Estatísticas, a partir de dados estatais dos países que recebem imigrantes russos. Discute-se também as características geográficas dos assentamentos de imigrantes da Rússia, contribuindo para a formação das comunidades de língua russa no exterior. O artigo marca seis tipos de identidade que permite uma estimativa inicial do número de comunidades de língua russa. O artigo explica o termo “comunidades de língua russa” em vez do termo “diáspora russa”, no que é apoiado pelos resultados de estudos estatísticos e sociológicos empíricos. A comunidade de língua russa é considerada como um fator capaz de fornecer no futuro um funcionamento estável e um desenvolvimento da economia russa e o estado de língua russa. No entanto, concluiu-se que, atualmente, o tamanho da comunidade de língua russa está subvalorizado pelo Estado russo, e a política acerca da diáspora é ineficaz.

Palavras chaves: Rússia, russos, estatísticas, emigração, comunidades de língua russa



Resumen

El artículo analiza las características de la emigración de la Federación de Rusia para el periodo 1990-2010, es decir, después del colapso de la URSS. También identifica la singularidad de la contabilidad moderna de la emigración rusa con una estimación real del número de inmigrantes rusos en la base de datos de corrección del Servicio Federal de Estadística, a partir de datos de estado de los países receptores de inmigrantes rusos. Es también discute las características geográficas de los asentamientos de inmigrantes rusos, lo que contribuye a la formación de las comunidades de habla rusa en el extranjero. El artículo seis tipos de identidad que permite una estimación inicial del número de comunidades de habla rusa. El artículo explica el término «comunidades de habla rusa» en lugar del término «diáspora rusa» en la que se apoya en los resultados de los estudios sociológicos estadísticos y empíricos. La comunidad de habla rusa es considerada como un factor capaz de proporcionar en el futuro un funcionamiento estable y el desarrollo de la economía rusa y el estado ruso. Sin embargo, se concluyó que en la actualidad el tamaño de la comunidad de habla rusa está infravalorado por el Estado ruso, y la política de la diáspora es ineficaz.

Palabras clave: Rusia,, estadísticas, la emigración, las comunidades de habla rusa rusas

Abstract

The article discusses the features of emigration from the Russian Federation during 1990-2010-ies, that is, after the collapse of the USSR. Identified singularity-of modern accounting system of emigration from Russia and are given real-estimate of the number of Russian immigrants based on correction data of Federal Service of State Statistics data from countries receiving Russian migrants. Identified geographical features of the settlement of immigrants from Russia, as well factory, contributing to the formation of the Russian-speaking communities abroad. Identified six types of identity that allows a rough estimation of the number of Russian-



speaking communities. The article explains the term “Russian-speaking communities” instead of the term “Russian diaspora”, which is supported by the results of empirical statistical and sociological studies. Russian-speaking community considered as a factor in the future capable of providing a stable functioning and development of the Russian economy and the state. However, it was concluded that at present, the Russian-speaking community resource is undervalued by the Russian state, and diasporal policy is ineffective.

Keywords: Russia, Russians, statistics, emigration, the Russian-speaking communities.

Statistical sources of information on emigration from Russia: types and completeness

Sources of information on emigration from Russia can be divided into two categories. The first category - the data on migration flows from Russia, and the second category - the number of data (contingents), the Russian-speaking population in the host countries. The first category is characterized by the scale of the emigration process, and the second - the result of emigration.

Data on emigration flows are presented in Russia and abroad. The first source - the data of the Federal State Statistics Service (Rosstat). They show the number of immigrants from Russia, who left for permanent residence abroad on the basis of data on the removal from the register at the place of residence. The data are published in the book “The size and migration of the population of the Russian Federation” and “Demographic Yearbook of Russia”. These figures do not fall for a long time, temporary labor and educational migrants. In 2011, conditions were changed registration of foreign citizens in Russia who “boomerang” violated the statistics on emigration of Russian citizens. Since 2011, the statistics on emigration became automati-



cally get information about the expiry of the registration of foreign citizens who were in the country for more than 9 months. As a result, net statistics on emigrants from Russia was “supplemented” and accordingly severely distorted by foreign citizens. Moreover, if at the end of 2011, this data corruption was still a minor, then in 2012, she broke radically data on emigration. For example, in 2010 (operated the old accounting system emigrants) from Russia to Uzbekistan emigrated only 834 people, then in 2011 (new system) - already 2207 people, and in 2014 94,173 people. It is obvious that Uzbekistan could become such a popular destination for Russian emigration in just two or three years. In this case we are talking about Uzbek citizens, removed from the migration registration. This confusion with the emigration statistics completely turned the list of countries - the main areas of emigration. If in 2010 in the list of leaders are Kazakhstan, Ukraine, Germany, Belarus, the United States, in 2014 the new directions of emigration of Russian citizens suddenly became Uzbekistan, Tajikistan, Ukraine, Armenia, China. New list of leading countries for emigration became remarkably resemble a mirror image list of countries the main suppliers of temporary labor migrants in Russia.

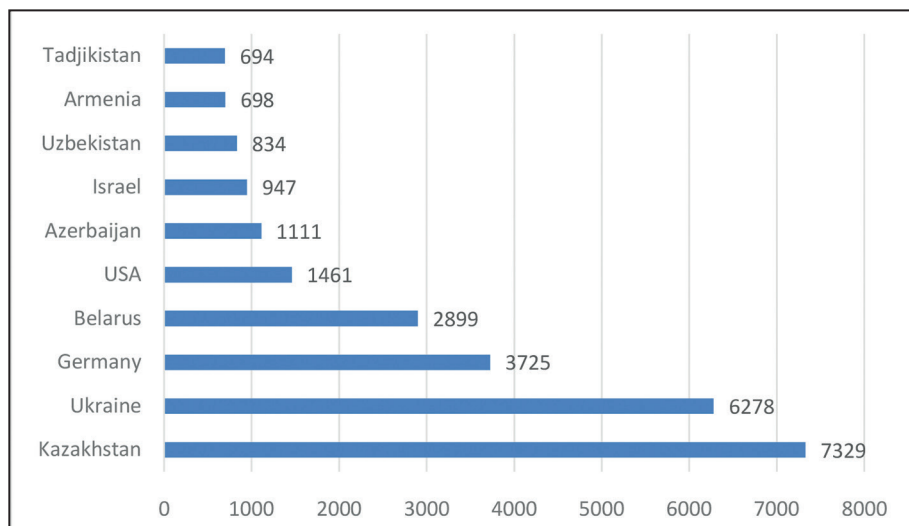


Fig. 1. The main directions of emigration from Russia in 2010 (Rosstat), the persons

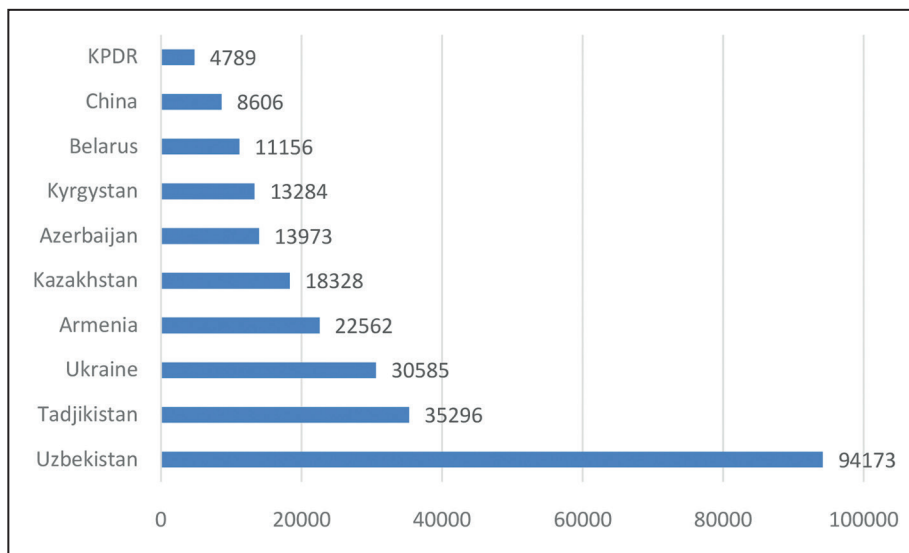


Fig. 2. The main directions of emigration from Russia in 2014 (Rosstat), the persons

In this statistical “confusion” for the assessment of the real trends of emigration from Russia to take reasonable States situated outside the former Soviet Union, because, as shown by opinion polls, the majority of Russian emigration targets citizens are directed not to the CIS countries. This fact is confirmed by public opinion polls. In particular, the “ROMIR” (Russian Sociological Agency) polls, conducted by a single method in 2005 and 2012 recorded the aspirations of the Russian citizens to emigrate in the country is “old abroad” (outside former USSR).¹ However, if in 2005 about 19% of the urban population would emigrate from Russia, in 2012 they accounted for about 31%. At the same time, the geographical priorities of the Russian emigration have become more diverse. For example, in 2005 more than half of

¹ The survey involved 1 thousand respondents aged 18 to 50 years of age and older, living in cities with a population of 100 thousand and more, from 8 federal districts. The sample represents adult, economically active urban population of Russia/ [Electronic resource]. - Access: <http://romir.ru/studies/390_1348084800/>.



Russians (51%) wanted to emigrate to European countries, 23% - in the United States and Canada, 18% - in Australia and New Zealand. In 2012, while maintaining the leading position of the European countries (37%), increased the role of Australia and New Zealand (23%), Japan and South-East Asia and Latin America (almost double). Immigration installation in the United States and Canada among Russians declined slightly to 19%.² Based on this logic, you can select the list of countries most popular among immigrants from Russia in 2014, according to Rosstat data (Fig. 3). However, keep in mind that the data for China, North Korea, Vietnam, and Turkey substantially “flawed” migrant workers, whose registration has expired, and in India - educational workers. In addition, clearly separate in modern statistics, unfortunately, it is not possible. The result was a paradoxical situation in Russia by improving the statistics on immigration (“Adjustment for non-response” temporary migrants staying in the country for more than 9 months) significantly deteriorated emigration statistics for permanent residence abroad.

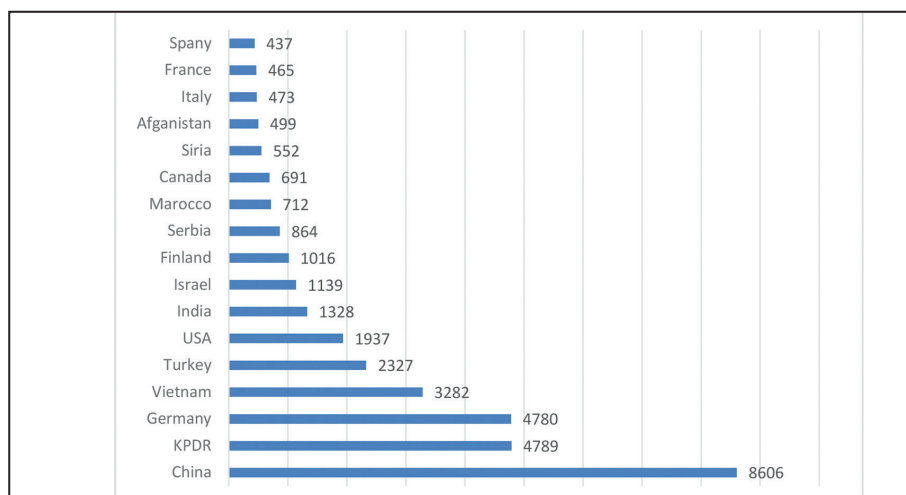


Fig. 3. The main directions of emigration from Russia to countries outside the former Soviet Union in 2014 (Rosstat), the persons

² More and more Russians are thinking about emigration. ROMIR Research [Electronic resource]. - Access: <http://romir.ru/studies/390_1348084800/>.



The second source of information about emigration - the data of the Federal Migration Service of Russia (FMS), which ceased to exist in June 2016 and entered into the Ministry of Interior. They showed the number of Russian citizens who left for temporary employment abroad. Details can be considered relatively affordable - they are published in the book “Monitoring of legal labor migration in Russia” (published until 2009) and “Labor and Employment in Russia”. The disadvantage of this array of information is subject only to the temporary labor migrants from Russia who found jobs through official channels (firms with FMS license for employment, as well as directly through the FMS). However, studies show that many Russian citizens currently find work abroad, bypassing companies that have licenses for employment abroad. As a result, the incidence of temporary labor migration from Russia probably several times higher than that shown FMS data.

From these data, temporary labor emigration from Russia amounted to 60-70 thousand. People in recent years. In 2015, according to the Federal Migration Service of a little over 57 thousand. Russian citizens went through official channels to work abroad. Most of the Russian temporary labor emigrants sent to work in America and Europe. Recently, noticeable presence of Russians in the labor markets in Asia, Australia and Latin America (this is the “new” areas of labor emigration of Russians). The main Russian employment countries are Liberia, Cyprus, Marshall Islands, Netherlands Malta and others. Most of these countries are the countries with the “cheap flags”, to which are attributed to marine vessels, have been or remain offshore companies, allow a simplified procedure to purchase property and invest, that attracts Russians. CIS countries against the backdrop of the “old” emigration countries are much less popular among Russians, although labor migration, they also present in small quantities (224 in 2015). Comparison of foreign and domestic on labor migration of Russians abroad indicates that the country migration was at least 2 times longer (in some countries even more in some years). Therefore, real-time labor emigration from Russia



is much higher – according to our estimates, they account for at least 150-200 thousand people per year.

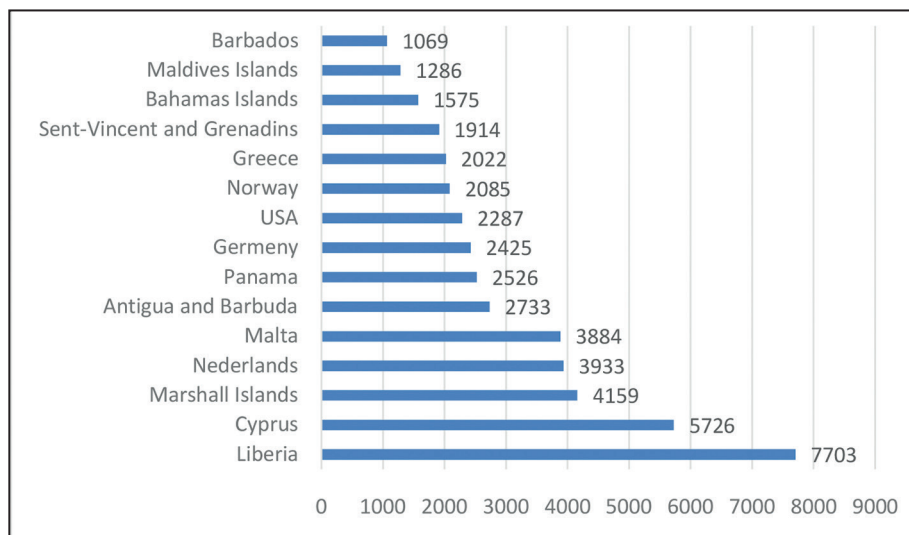


Fig. 4. The basic directions of temporary labor migration from Russia to countries outside of the former USSR in 2015 (FMS data), the persons

Regionally in labor emigration increasingly involved residents of border regions of Russia. Calculations show that the proportion of labor migrants in the employed population at the regional level is the maximum in the border regions: the Maritime and Khabarovsk, Krasnodar, Karelia, Kaliningrad and Leningrad regions. And has established stable “migration corridors”: the inhabitants of the Far East mainly focused on work in the Asia-Pacific region (Japan, Korea, China, Australia, and South-East Asia); Migrants from the regions of the North Caucasus mainly go to the Middle East (Turkey, United Arab Emirates, Cyprus, Israel and so on); residents of the north-western border areas - in the states of Scandinavia (Norway, Sweden, Finland); migrants from the European part of Russia tend to work in Europe, USA, Canada.



The majority of labor migrants from Russia are men. The third part (35%) of migrant workers - the people at a young age from 16 to 29 years. The fourth part (26%) - between the ages of 40 to 49 years. The fifth part (21%) - from 30 to 39 years.³ This suggests that young people are in demand on the international labor market. Particularly noticeable this imbalance in women - labor migrants from Russia, most of which relates to the younger age groups. Abroad, the most popular of the Russia-yang with secondary special (vocational) education - about 40% -50% of those who left abroad on contracts.⁴ Russian workers abroad with higher education make up about a third of the migratory flow. In the international market the easiest employed Russians have specialty workers - about half of the labor migration flow, primarily related to the shipping and fishing. They account for about half of all workers specialties. About a quarter of all employed on contracts overseas - specialists in the technical field and the field of art and culture. The sixth part of the flow of migrant workers - managers. Analysis of the Russian statistics show that 64% of migrants worked in the transport industry to move from Russia, 65% of labor immigrants retained their specialization and worked in the transport industry in the host countries.⁵ For the most part, it is the sailors and technical staff of ships. Temporary labor migration also

³ Statistical information on the number and composition of Russian citizens who have left to work abroad with the assistance of organizations that have a license for this kind of activity in 2015 [Electronic resource]. - Access mode: <http://limited.guvm.mvd.ru/about/activity/stats/Statistics/Statisticheskaja_informacija_o_chislenno/item/60535/>.

⁴ Statistical information on the number and composition of Russian citizens who have left to work abroad with the assistance of organizations that have a license for this kind of activity in 2015 [Electronic resource]. - Access mode: <http://limited.guvm.mvd.ru/about/activity/stats/Statistics/Statisticheskaja_informacija_o_chislenno/item/60535/>.

⁵ Statistical information on the number and composition of Russian citizens who have left to work abroad with the assistance of organizations that have a license for this kind of activity in 2015 [Electronic resource]. - Access mode: <http://limited.guvm.mvd.ru/about/activity/stats/Statistics/Statisticheskaja_informacija_o_chislenno/item/60535/>.



tends to move into permanent migration - many migrant workers remain for permanent residence in the host countries.

The fourth source is the national statistics of countries hosting major flows of migrants from Russia. These data are published by national agencies of the host countries. However, in some states still use the category of “citizens of the former USSR”, even though this country does not have more than 20 years. At the international level, this information is systematized and published by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD) annually in the collection “Migration overview”. This information is available in the following categories: the number of emigrants from Russia in the annual dynamics (migration flows); the number of Russian citizens who have acquired the citizenship of the host countries in the annual dynamics; the number of people born in Russia but living in the territory of the host country in the annual dynamics; the number of Russian citizens living abroad in the annual dynamics. Paradoxically, foreign statistics record a large number of Russians abroad and more adequately reflect the scale of the phenomenon of the Russian emigration. The most systematic source of information can be considered the report of the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), which summarizes the information in most economically, developed countries and some developing countries. There are three kinds of data on citizens of Russia: in total migration flows in the flow of asylum seekers, in the dynamics of acquiring the citizenship of the host country. However, the list of countries varies in each of these categories. Israel continues to gather data on the category of “citizens of the former USSR”. I note that the most significant migration inflow of Russian citizens in 2013, according to national data marked in Germany, Spain, Israel, France, Austria and some other European countries. Comparison of foreign countries to the Russian data shows that they are several times higher. For example, in Spain - 22 times by France - 14 times, in Germany - 8 times.

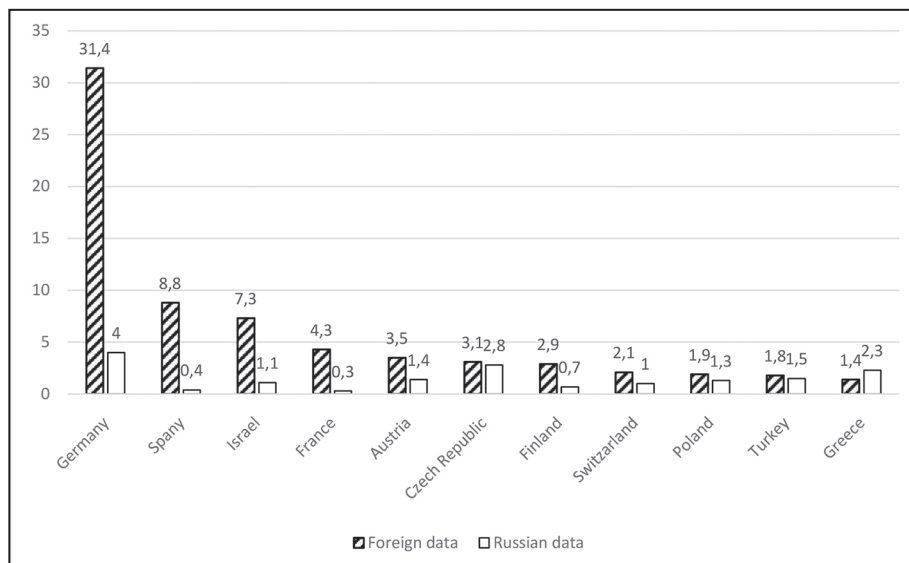


Fig. 5. Emigration flows from Russia to countries outside the former Soviet Union in 2013 (comparison of Russian and foreign data), thousand persons 6.

Note: The data on Turkey and Greece are only available for 2010.

Data entry of Russian citizens in the United States, Canada, Australia, New Zealand, the UK are not reflected in the OECD report, most likely because of their insignificance against the background of migration flows from other countries. However, the scale of emigration to these countries are significant for Russia. For example, the US security data in 2014 about 9 thousand. Persons, who were born in Russia, received the legal status of a permanent resident of the country. This amounted to only 0.9% of all immigrants in the United States (the country adopted in 1017 thousand migrants in 2014). A similar comparison of American and Russian data shows the excess of the first over the latter by five-seven times.

⁶ International Migration Outlook OECD Paris 2015 [Electronic resource]. - Access: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2015_migr_outlook-2015-en#page316>.



Fig. 6. Emigration flows from Russia to the United States in 2005-2014, the (the comparison of Russian and US data), thousand persons ⁷

Our calculations show (subject to the limitations described above) that, according to Russian statistics for the period from 1991 to 2015. Russia has left about 5.3 mln people (Table. 1). However, if the data is correct based on statistics host states, this figure must be increased by at least a factor of two times, i.e. emigration from Russia could be at least 10-11 mln people during this period.

Table 1

The dynamics of emigration from the Russian Federation abroad in 1991-2015, persons. ⁸

Year	Emigration for permanent residence	Emigration for temporary work	Emigration for total emigration
1991	88 281	No dates	88 281
1992	102 910	No dates	102 910
1993	493 119	No dates	493 119
1994	345 623	8 083	353 706
1995	347 338	11 176	358 514
1996	291 642	12 290	303 932
1997	232 987	21 121	254 108
1998	213 377	32 507	245 884
1999	214 963	32 717	247 680

⁷ Yearbook of Immigration Statistics: 2014. Washington, D.C.: U.S. Department of Homeland Security, Office of Immigration Statistics, 2015 [Electronic resource].- Access: <<https://www.dhs.gov/yearbook-immigration-statistics-2014-lawful-permanent-residents>>.

⁸ The size and migration of the population of the Russian Federation in 2015, Moscow, Federal State Statistics Service, 2016 [Electronic resource]. - Access: <http://www.gks.ru/bgd/regl/b16_107/Main.htm>.



Year	Emigration for permanent residence	Emigration for temporary work	Emigration for total emigration
2000	145 720	45 760	191 480
2001	121 166	45 759	166 925
2002	106 685	49 265	155 950
2003	94 018	47 637	141 655
2004	79 795	56 290	136 085
2005	69 798	60 926	130 724
2006	54 061	65 747	119 808
2007	47 013	69 866	116 879
2008	39 508	73 130	112 638
2009	32 458	66 285	98 743
2010	33 578	70 236	103 814
2011	36 774	67 549	104 323
2012	122 751	64 370	187 121
2013	186 382	58 093	244 475
2014	308 475	58 093	308 475
2015	353 233	57 138	410 371
Total	4 161 655	1 074 038	5 235 693

Estimates of the number of Russian-speaking communities abroad

According voiced by First Deputy J. Eliasson, the UN Secretary General: “At present, most countries are both countries of origin, destination and transit of migrants. For example, 12 million. Immigrants living in Russia, about 11 million. Russians are emigrants in other countries of the world”.⁹ Russians living abroad are now the second largest after the Chinese diaspora, representing significant social and demographic resources of the Russian state, which can be used with the right approach for sustainable develop-

⁹ Press Conference of Deputy UN Secretary-General J. Eliasson, January 12, 2016 in New York (USA) [electronic resource]. - Access: <<http://www.un.org/russian/news/story.asp?NewsID=25229#.V3jXmIt5kW3>>.



ment of Russia. The Russian government has a very rough idea and has no single source of information on the number of Russian-speaking communities. Rossotrudnichestvo - the federal agency for work with compatriots living abroad, believes that outside the Russian Federation is home to about 30 million people, whose historical homeland is Russia.¹⁰ We believe that the most realistic is the number of Russian and Russian-speaking population outside Russia about 25-30 mln people. This means that the Russian-speaking community, are in second place in the world after the Chinese diaspora.

However, the key methodological issues of research are “What term best called emigrants from Russia and Russian citizens living abroad?” and “Can I use the terms “Russian diaspora” or “Russian communities”? To determine the number of Russian-speaking communities, first, we must examine the basic principles of identification (“six circles Russian identity” can be distinguished).

First – *ethno-cultural identity* – is determined in censuses and surveys where people are asked to identify themselves with the Russian ethnic group (self-identification principle). The census form is usually given the issue of ethnic or racial origin (USA, Canada, Australia, and New Zealand). The advantage of this approach is the ability to reach large groups of Russian-speaking population, who identify themselves with those based on psychological, emotional, historical and cultural features. Disadvantages - loss of the Russian-speaking population, which has been successfully integrated into the host societies and abandoned Russian identity for various reasons. The most telling example of the United States can be called, which in 2000 called themselves 2.6 mln Russian people.

The second – *geographical identity* – is determined by the place of birth in the matter on the basis of population censuses “In what country were

¹⁰ The program of work with compatriots living abroad of 19 November 2014 [Electronic resource]. - Access: <http://rs.gov.ru/sites/default/files/programma_raboty_s_sootech_2015-2017_3.pdf>.



you born?” This statistics collected by some countries, including the United States, Canada, Australia. The advantage of this method - a clear geographic link with Russia. But the key disadvantage of this statistic is the loss of her Russian, who were born outside of Russia (for example, “Harbintzhi” was born, as a rule, in China, or Russian from the former USSR are often held as citizens of Kazakhstan, Uzbekistan, Ukraine and so on). For example, in the USA in 2014 lived 390,000 people, whose birthplace is Russia, which is 0.9% of immigrants in the USA.¹¹

The third – *language identity* – is determined in the census based on at-sign the use of the Russian language at home or at the polls - Russian language skills. In the world, speak Russian outside Russia, about 127 mln persons.¹² For example, measures in the United States in 2010 - 881 thousand persons speaking in Russian language at home.¹³ However, the recent wave of immigrants from Russia is very well integrated into the host society, quickly learn or improve language skills, and sometimes even in the first generation do not differ much from the local population. In the second generation, many descendants of immigrants from Russia, not only speak with an accent in Russian, but also do not use it at home, are not interested in the situation in Russia and in the third generation and all we can say such a phenomenon as “the extinction of the Russian language”.¹⁴ For example, the head of

¹¹ State Immigration Data Profiles, United States, Demographics & Social, Washington, D.C., Migration Policy Institute, 2014 [Electronic resource]. - Access: <<http://www.migrationpolicy.org/data/state-profiles/state/demographics/US>>.

¹² The program of work with compatriots living abroad of 19 November 2014 [Electronic resource]. - Access: <http://rs.gov.ru/sites/default/files/programma_raboty_s_sootech_2015-2017_3.pdf>.

¹³ Statistical Abstract of the United States: 2012. Population, The U.S. Census Bureau, Suitland, 2012 [Electronic resource]. - Access: <<https://www.census.gov/library/publications/2011/compendia/statab/131ed.html>>.

¹⁴ Ryazantsev S.V., Grebenyuk A.A. “Our” abroad. Russian, Russians, Russian-speaking, Compatriots: resettlement, integration and return migration in Russia, Moscow, ISPR RAS, 2014.



the Russian community in Adelaide, Mikhail Ivanovich, said: “My son was born in Australia. He speaking with me in Russian, but my grandchildren do not speak in Russian. I am trying to talk to them and they go to English constantly”.

Fourth – *civic identity* – is based on the presence of Russian citizenship. Locked censuses in some countries of the world. The advantage of this method - there is a clear criterion - a Russian passport. However, a key disadvantage is that many Russian citizens are moving to the citizenship of the host country and become lost to the statistics. Besides, many people retain a Russian passport or get a Russian passport for their children only for the convenience of moving to Russia. Among Russian citizens widespread phenomenon of “multiple nationality” (multiple passports). Deputy Prime Minister for Social Affairs of the Russian Federation Olga Golodetz government in an interview called the figure: “About 817 thousand of our citizens now have dual nationality, and another 157 thousand - a residence permit in other countries... Total - nearly a million”.¹⁵

Fifth – *administrative identity* – is determined based on registration of temporary or permanent residence of Russian citizens abroad in Russian consular offices (Statistics conducts the Russian Foreign Ministry). The advantage of these statistics can be regarded as the relative ease of fixing and clear criteria for registration of Russian citizens. Many Russian citizens living abroad apply to the consular offices to obtain new passports, obtaining certificate of the birth of children, the assurance documents, request official certificates, power of attorney, participating in Russian elections. However, many Russian citizens living abroad, there is no motivation for treatment and registration in local consulates. This fact recognize themselves Russian diplomats. Therefore, the main drawback of the statistics - only coverage of the Russian citizens, who are motivated to register at the consulate, and as a consequence, there is the substantial underestimation. The official web-

¹⁵ Lemutkina A.M. All over the hill!, Moskovsky Komsomolets, 3 October 2015, n° 216.

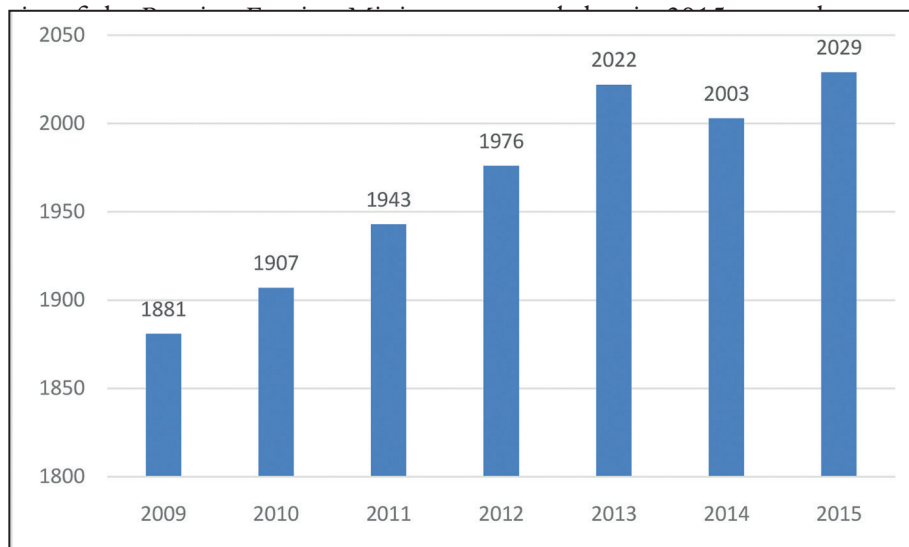


Fig. 7. The number of Russian citizens registered in the Russian consulations abroad in 2009-2015, thousand persons ¹⁸

Sixth – *religious identity* – can be recorded in the census, or based on the number of Russian Orthodox churches parishioner’s estimates. Statistics Advantage - includes a category of the population, which is spiritually oriented to the Orthodox spiritual values as an integral part of the “Russian world”, Russian culture. Disadvantages - there are unchurched group of Russian-speaking population, and atheists (regular church attendance is practically not peculiar to younger generations of Russian-speaking communities); Statistics from other drop-religious re-direction of immigrants from Russia (for example, Muslims, Buddhists, Catholics, etc.); It is also difficult

¹⁶ Information of the Consular Department of the Russian Ministry of Foreign Affairs [Electronic resource]. - Access: <<http://www.kdmid.ru/opendata/default1.aspx>>.

¹⁷ Information provided by the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation at the official request of the Institute of Social and Political Studies in 2007

¹⁸ Information of the Consular Department of the Russian Ministry of Foreign Affairs [electronic resource]. - Access: <<http://www.kdmid.ru/opendata/default1.aspx>>.



to take into account the religious groups living in isolation (“Old Believers”); within the Orthodox Church there is a split that separates parishioners between different churches (Russian Orthodox Church abroad); Statistics in contrary to this from other ethnic groups professing Orthodoxy (Greeks, Serbs, Ukrainians and others.).

It should also be understood that not all countries have the possibility to get statistics on the entire range of data identifying the criteria because of the census population, availability of information sources in the Russian government structures.

Emigration to the migration policy of Russia

In Soviet times, the government has tried to severely restrict travel abroad, not only for permanent residence, but also for also significantly regulated temporary trip population abroad (tourism, travel, business travel, labor migration). The collapse of the Soviet Union and the fall of the “Iron Curtain” radically changed the situation - the emigration as a pro-tearing “dam” - Russian citizens and citizens of the former Soviet Union rushed to the various nations of the world in many different ways. In addition, the fact that emigration after the collapse of the Soviet Union increased significantly was clear from indirect sources (primarily according to the number of immigrants in the host countries) and domestic statistics somehow fixed the opposite trend - reduction of the number of emigrants. This “blindness” of national statistics was due to the use of the old emigration accounting methods applied to the essential diversity of its forms.

Many Russian citizens have emigrated, while maintaining housing and residence registration (in other words “registration”) and remained absolutely invisible to the state in terms of emigration. The government persevered to capture and count immigrants only those who withdrew from the register at the place of residence in Russia. Meanwhile, many Russian citizens have bought property and in fact, most of the time lived abroad, maintaining a



house and “registration” in Russia. Many Russian citizens working abroad, with contracts of varying lengths, and some traveled on tourist visas and then looked for a job abroad. The first category is usually regarded highly qualified specialists and scientists that employ through official contracts, the second – the Russian citizens to seek employment through informal channels. In addition, the distribution channels of emigration began to marry Russian women brides, foreign adoptions, leaving students on temporary work, followed by a stay in the country, as well as leaving pensioners living in another state. All these forms of modern Russian emigration statistics as if it does not notice, and does not fix. Therefore, being a large-scale and significant in terms of socio-demographic consequences of the phenomenon for the society, emigration from Russia is the Russian state only partially palpable.

Lack of reliable information on the extent and characteristics of immigrants, as well as a clear strategy to emigration and Russian-speaking communities, gave rise to the corresponding ratio of the Russian state to the emigration and emigrants. In Soviet times, the government was considering emigration on the principle of “No peoples - no problems”. In the best case, no mention of emigrants left the country, and in the worst - they were considered “traitors”. After the opening of the “iron curtain” and the beginning of the mass emigration of state neglect replaced by indifference to immigrants as a lost demographic and economic resource. Even Russian citizens who find themselves abroad in a difficult situation, not always able to get help and support from the state.

Gradually, since the mid-2000, the Russian government moved to establish a dialogue with the “Diaspora” - since 2007 launched a special program of returning of compatriots in Russia, were held congresses of both, to create an organization to support them. However, basically the state has no idea of the real extent and structure of emigration flows from Russia. Virtually nothing is known about the forms and channels of immigration, immigrants and strategies to conduct orientations on their return to Russia. In



all public documents related to the Russian call is established term “nationals” without differentiation into categories, and therefore, the general form of work. Meanwhile, the “compatriots” a very diverse phenomenon that involves different waves of immigrants and the generations born in the host countries, to varying degrees, speak Russian, with different orientations on Russia. Compatriots Support Programme is largely devoid of strategy and not focused on the needs of the Russian-speaking communities themselves and are implemented in isolation from the situation in their countries of residence. For the most part represent a set of standard measures at embassies, which are allocated significant funds from the federal budget. Even such structures as the Foundation “Russian World” and Rossotrudnichestvo, which seemingly should be more flexible in supporting cultural, scientific and educational activities of the Russian-speaking communities, often using outdated approaches and sometimes even incorrect methods of work. The author during field studies in various countries have repeatedly faced with the lack of support for practitioners working Russian language courses, while in the federal budget funds allocated for this purpose, but they just do not reach compatriots. It is no wonder that people from Russia and their descendants in this situation simply do not want to communicate with Russian state institutions.

In the current policy of regulation emigration of interaction and connection with compatriots are several key issues. Firstly, a good idea to attract compatriots from abroad, in Russia, in practice, turned into a problem for many of them in obtaining Russian citizenship. There are many examples when, having arrived in Russia, over the years people cannot become citizens or the “Old Believers”, which cannot provide land for processing. Secondly, not a bad idea-the return of prominent Russian scientists-emigrants, completely discredited itself in the background of the plight of labor and meager pay of Russian scientists, who miraculously saved the scientific schools, not emigrated earlier. Third, a ban on adoptions by US citizens (law “Dima Yakovlev”), you are looking very strange against the background of the huge



number of abandoned children in Russia who are not wanted and will never be adopted by Russian citizens. The main reason for the inconsistent actions of the state in respect of emigration and diaspora is that not all of these steps (except compatriots return program) are conceptually written in the state demographic and migration policy. Fourth, the need for a declaration of having a second citizenship and bank accounts in foreign banks to Russian citizens could push emigration to some part of the population of Russia. Finally, fifthly, many government actions in the field of work with the diaspora and re-emigrants are multidirectional nature with other steps (or lack thereof) in the field of socio-economic development. Involvement from abroad and use a resource of the Diaspora should not be ends in themselves, and complementary tools of socio-economic development of the country. It is impossible to attract scientists, immigrants from abroad, without improving working conditions and research in science.

It is no coincidence; the concept of Russia's migration policy up to 2025 cannot say anything intelligible regarding emigration. The document emigration is mentioned only in passing in one sentence: "The emigration of the country continues," but there is no prescription of its reduction is not offered. Yes, actually it may not be offered an objective for the reasons described above.

Bibliography

More and more Russians are thinking about emigration. ROMIR Research [Electronic resource]. - Access: <http://romir.ru/studies/390_1348084800/>.

Information of the Consular Department of the Russian Ministry of Foreign Affairs [Electronic resource]. - Access: <<http://www.kdmid.ru/opendata/default1.aspx>>.

Information provided by the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation at the official request of the Institute of Social and Political Studies in 2007.

Lemutkina A.M., All over the hill!, Moskovsky Komsomolets. - 3 October 2015. - # 216.



Press Conference of Deputy UN Secretary-General J. Eliasson, January 12, 2016 in New York (USA) [Electronic resource]. - Access: <<http://www.un.org/russian/news/story.asp?NewsID=25229#.V3jXmIt5kW3>>.

The program of work with compatriots living abroad of 19 November 2014. [Electronic resource]. - Access: <http://rs.gov.ru/sites/default/files/programma_raboty_s_sootech_2015-2017_3.pdf>.

Ryazantsev S.V., Grebenyuk A.A. "Our" Abroad. Russian, Russians, Russian-speaking compatriots: resettlement, integration and return migration in Russia, Moscow, ISPR RAS, 2014.

Statistical information on the number and composition of Russian citizens who have left to work abroad with the assistance of organizations that have a license for this type of figure-of for 2015 [Electronic resource]. - Access mode: <http://limited.guvm.mvd.ru/about/activity/stats/Statistics/Statisticheskaja_informacija_o_chislenno/item/60535/>.

The size and migration of the population of the Russian Federation in 2015, Moscow, Federal Nye State Statistics Service, 2016 [Electronic resource]. - Access: <http://www.gks.ru/bgd/regl/b16_107/Main.htm>.

International Migration Outlook OECD Paris 2015 [Electronic resource]. - Access: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/social-issues-migration-health/international-migration-outlook-2015_migr_outlook-2015-en#page316>.

State Immigration Data Profiles, United States, Demographics & Social, Washington, DC, Migration Policy Institute, 2014 [Electronic resource].- Access: <<http://www.migrationpolicy.org/data/state-profiles/state/demographics/US>>.

Statistical Abstract of the United States: 2012. Population, The US Census Bureau, Suitland, 2012 [Electronic resource].- Access: <<https://www.census.gov/library/publications/2011/compendia/statab/131ed.html>>.

Yearbook of Immigration Statistics: 2014. Washington, DC: US Department of Homeland Security, Office of Immigration Statistics, 2015 [Electronic resource].- Access: <<https://www.dhs.gov/yearbook-immigration-statistics-2014-lawful-permanent-residents>>.



Sergey V. Ryazantsev, Marina N. Khramova, Artem S. Lukyanets

Center for Demography, Institute for Social and Political Studies, Russian Academy of Sciences (Moscow, Russian Federation)

The study was performed by a grant from the Russian Science Foundation (Project n° 16-18-10435 «Emigration from Russia and the formation of the Russian-speaking community: new trends, but social-demographic and economic consequences”)

Recebido em: Fevereiro de 2016

Aceito para publicar em: Maio de 2016

Notas sobre desenvolvimento sustentável

Prof. Dr. Alexis Toríbio Dantas

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Prof. Dr. Elias Jabbour

Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Resumo

O artigo se propõe a analisar o conceito de desenvolvimento sustentável em suas várias dimensões. São consideradas, neste sentido, as conclusões da Comissão Brundtland, que enfatiza que o desenvolvimento sustentável como uma maneira de transformar o desenvolvimento econômico como um conceito compatível com preocupações sociais e ambientais. A conclusão central é que, especialmente relativa ao padrão de consumo (neste caso, para ambos os países centrais e periféricos) o modelo atual está esgotado, mesmo considerando várias formas de esforços de racionalização.

Palavras-chave: Desenvolvimento; sustentabilidade; produção; consumo.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo analizar el concepto de desarrollo sostenible en sus diversas dimensiones. Se consideran a este respecto las conclusiones de la Comisión Brundtland, que hace hincapié en que el desarrollo sostenible como una manera de transformar el desarrollo económico como un concepto compatible con las preocupaciones sociales y medioambientales. La conclusión central es que, especialmente en el patrón de consumo (en este caso, tanto para los países centrales y periféricos) el modelo actual está agotado, incluso teniendo en cuenta las diversas formas de los esfuerzos de racionalización.

Palabras clave: Desarrollo ; sostenibilidad ; la producción; consumo



Abstract

This article aims to analyze the concept of sustainable development in its various dimensions. In this regard, one considers the conclusions of the Brundtland Commission, which emphasizes that sustainable development as a way of transforming the economic development as a concept compatible with social and environmental concerns. The central conclusion is that, especially on the pattern of consumption (in this case, for both central and peripheral countries) the current model is exhausted, even considering the various attempts in efforts of rationalization.

Keywords: Development; sustainability; production; consumption

1. Introdução

A definição precisa do conceito desenvolvimento sustentável é uma tarefa complexa, especialmente se considerarmos as várias dimensões de aspectos qualitativos (sociais, ecológicos, políticos e econômicos). Neste sentido, podem-se encontrar muitos diferentes significados para o conceito (ver Jacobs, 1995) na literatura especializada. Este trabalho tem como objetivo central discutir um possível conceito de desenvolvimento que inclua os requisitos mais importantes dimensões supracitadas, mesmo considerando que o resultado será, certamente, uma definição ampla e não exatamente precisa.

A partir disso, serão analisadas duas circunstâncias diferentes e importantes para o desenvolvimento sustentável:

- (A) diferenças de países centrais e periféricos com base no referencial teórico da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe);
- (B) diferenças entre a estrutura econômica (lado da oferta) e consumo (lado da procura) em termos de sustentabilidade no longo prazo.



Na próxima seção, analisamos algumas características e os fundamentos conceituais do desenvolvimento sustentável e na última seção, finalmente, destacamos as principais conclusões sobre os temas tratados neste trabalho.

2. Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável é um termo que surge nos anos 80 durante os trabalhos da *Comissão de Brundtland* (criada pela ONU como Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), em uma tentativa de integrar outras dimensões fundamentais à ideia tradicional de desenvolvimento econômico: além do pilar econômico, o social e o ambiental (Estender e Pitta, 2008). Neste sentido, Camargo (2003:43) define que:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Young e Lustosa (2003), destacando a relevância da incorporação da justiça social e da preservação ambiental para uma noção mais precisa de desenvolvimento, adotam a categorização cepalina “centro-periferia” para realçar pontos específicos de economias em desenvolvimento no que se refere à sustentabilidade do desenvolvimento. Desta forma, questionam a noção básica desenvolvida inicialmente por Raúl Prebisch na Cepal, argumentando que “não se trata ‘apenas’ de que a periferia deva recuperar trajetórias de crescimento acima da média mundial; é preciso também responder a questões mais profundas: Onde crescer? Para quem crescer? Por que crescer? Como crescer?” (p. 203)



O questionamento está presente tanto na dimensão produção quanto na dimensão consumo. O modelo de industrialização adotado na periferia, baseado na dinâmica da substituição de importações, determinou também a “importação” do padrão de oferta inicialmente desenvolvido nos países centrais, fortemente concentrado no uso de recursos naturais energia (com parcela substancial de combustíveis fósseis) – fatores de rápida degradação das condições ambientais. Ademais, a adoção desse modelo era definida como uma etapa necessária para um posterior período de prosperidade socioeconômica dos países periféricos, algo como uma “conta necessária a ser paga para se chegar à felicidade” – o que permitia aos países centrais, pressionados por movimentos sociais políticos para adotarem tecnologias mais limpas, melhorarem neste aspecto sua estrutura produtiva¹.

No que se refere ao consumo, no entanto, o problema é ainda mais complexo. Para Young e Lustosa (2003:209):

A questão ambiental está também relacionada aos padrões de consumo adotados pela periferia semelhantes aos do centro. Espalhou-se um padrão de consumo intensivo em recursos ambientais e energia, cuja extensão para as populações de baixa renda e para os países mais pobres acarretaria pressões crescentes à qualidade do meio ambiente e à exaustão dos recursos naturais. Além disso, esse padrão de consumo segue a mesma lógica da exclusão, na qual os mais ricos são os que consomem bens mais intensivos em emissões e os mais pobres ficam restritos ao consumo de bens de subsistência, que em geral apresentam menos emissões por unidade produzida. Se por um lado o centro contornou com relativo sucesso o problema da poluição industrial, a poluição relativa ao consumo está longe de ser resolvida. A necessidade crescente de energia, proveniente na maioria dos casos

¹ No limite, pode-se imaginar que um modelo industrial mais limpo pode ser também um paradigma de médio e longo prazo da maior parte dos países industriais periféricos, ainda que não haja claramente a observação de tal tendência.



da combustão de hidrocarbonetos, para consumo doméstico e o transporte gera altos níveis de poluição, que só podem ser contornados com mudanças na base energética. Mesmo a adoção de energias alternativas, mais saudáveis ao meio ambiente, pode implicar em danos ambientais na medida em que não se dê a devida atenção às externalidades negativas que geram. A massificação dos padrões de consumo, aliada aos processos produtivos de larga escala e padronizados, espalhados pelos continentes do planeta, e com mercados financeiros entrelaçados é chamada atualmente de globalização. Porém, tanto a industrialização de bens tecnologicamente maduros e potencialmente poluentes que se espalhou para a periferia, refazendo a divisão internacional do trabalho, quanto a globalização financeira e produtiva fazem parte da lógica da expansão do capital, que é mais ampla e se sobrepõe às lógicas internas de todos esses processos.

E aí aparece, efetivamente, um ponto chave na discussão. Ainda que o problema dos danos ambientais e da desigualdade sejam mais fortemente sentidos nos países periféricos, considerando o histórico de inserção destes países na divisão internacional do trabalho, o padrão de consumo, de uma maneira geral, e inclusive nos países centrais, é altamente degradante das condições ambientais – mesmo levando-se em conta avanços tecnológicos que vêm ocorrendo, como o potencial produtivo dos carros elétricos. Neste caso, não parece haver espaço para uma simples “transferência” do problema da sustentabilidade dos países centrais para os países periféricos diretamente – todos são ainda reféns deste padrão de consumo.

A crise atual por que passam, principalmente, os países centrais parece realçar ainda mais este possível dilema e, por conseguinte, a viabilidade de se pensar, em algum momento do tempo, na formação das bases efetivas de um desenvolvimento sustentável. Primeiro porque a “saída” para a crise é, cada vez mais, definida a partir de uma retomada consistente do crescimento econômico – mesmo considerando a “teimosia” ortodoxa de pregar a austeridade



como meio de superação da crise, a sustentação destas teses é crescentemente inviabilizada pelos fatos. Como aborda Lara Resende (2012:5):

só existem três formas de eliminar o excesso de endividamento. A primeira é uma recessão suficientemente profunda para quebrar devedores e credores e zerar a pedra. Foi o que ocorreu nos [anos] 30. Os custos, como aprendemos, são inaceitáveis. A segunda é a monetização das dívidas. Ganha-se tempo, enquanto a inflação reduz o valor real das dívidas, mas há risco de perda de controle. Como no caso da Alemanha dos anos 30, o resultado pode ser uma hiperinflação, ainda mais devastadora do que a pior das recessões. A terceira é a retomada do crescimento. Como depressão e inflação têm custos inaceitáveis, só a retomada do crescimento é solução, pois reduz o tamanho relativo das dívidas. O crescimento é o único remédio, mas, diante do endividamento excessivo, como ensinou Keynes, sua retomada depende do estímulo artificial à demanda, via aumento do gasto e do endividamento públicos. Nada mais revelador do círculo vicioso de nossa condição do que a imagem do viciado em busca de uma nova bolha para investir.

Medidas de estímulo ao crescimento como alternativa de sair da crise, todavia, não representam, neste contexto, qualquer mudança nos padrões produtivos e, especificamente, de consumo. Desta forma, em referência ao trabalho de Paul Gilding, *“The Great Disruption”* (2011)², aponta Lara Resende

² Em entrevista a O GLOBO (04/02/2012), Gilding declarou que “Eu acho que temos diferentes abordagens para diferentes países. Os ricos terão de fazer uma dramática redução nos gastos e no consumo. Primeiro, porque está muito claro que nosso planeta não sustenta esse ritmo de crescimento econômico; e segundo, porque também está claro que dessa forma não vamos melhorar a qualidade de vida dos cidadãos desses países. Mas é diferente quando falamos de pessoas vivendo em países em desenvolvimento. É como se o mundo tivesse de abrir espaço para o crescimento. E, na verdade, os países em desenvolvimento estão presos numa armadilha dos ricos, que resolvem tudo com o crescimento econômico. A verdade é que movimentos como Ocupem Wall Street nos



que “é bem possível que hoje, 80 anos depois, o remédio *keynesiano* não possa mais ser aplicado”. (2012:5).

E aí aparece o gancho para um segundo argumento. O que fazer se o crescimento é elemento fundamental, mas suas bases atuais estão virtualmente esgotadas, seguindo a tese de Gilding? Como explica Lara Resende (2012:6 e 7):

A tese de Gilding é de que a economia mundial será obrigada a parar de crescer. Como não houve uma transição antecipada, como não nos preparamos para uma economia estacionária, seremos obrigados a enfrentar uma parada brusca, profundamente traumática. O momento da tomada de consciência do fim do crescimento e da necessidade de uma profunda reorganização da economia não está longe. Questão de, no máximo, mais uma década. Como é sempre o caso com previsões, é mais fácil acertar a direção do que o momento no tempo. Gilding tem consciência disso e não pretende ser preciso no ‘timing’ [...]. O período de transição será longo, duro e conturbado. A reorganização da economia será compulsória e profunda. Indústrias inteiras vão desaparecer. As de carvão, petróleo e gás, muito antes do fim das reservas conhecidas, serão as primeiras. A Idade da Pedra também não acabou por falta de pedras. O otimismo de Gilding é quanto ao resultado final desse processo. O fim do autoengano, o reconhecimento dos limites do possível, provocará extraordinárias inovações tecnológicas. Uma nova referência do que significa melhorar de vida viabilizará, permanentemente, um número muito superior de pessoas na Terra. Uma população 40 vezes superior à de todos os tempos, até o início da Revolução Industrial, só será possível, entretanto, com o fim do

mostram que o crescimento econômico não entrega sempre uma integridade social; ao contrário, pode criar mais conflitos e divisões na sociedade. Nós temos de criar um novo modelo de progresso, que permita o desenvolvimento sem sacrificar os processos e o planeta. E países como o Brasil, por exemplo, têm neste momento uma grande oportunidade de fazer diferente, de tentar novos meios de governar uma sociedade em equilíbrio com o mercado”.



crescimento econômico como o conhecemos. O crescimento baseado na expansão do consumo de bens materiais está no seu capítulo final.

Uma visão de incapacidade potencialmente definitiva de retomada de uma nova trajetória de crescimento econômico pode ser considerada radical, mas é preciso levar em conta que boa parte das previsões de Gilding (em trabalhos que participou nos anos 70, como *"The Limits to Growth"* encomendado pelo Clube de Roma e outras revisões do autor em obras mais recentes) vem se mostrando bastante consistente. É possível pensar, todavia, em uma mudança no padrão de consumo que privilegie o peso da tecnologia e com maior racionalização no uso de recursos naturais, além da adoção mais sistemática de fontes de energia alternativa, como a energia solar para o consumo residencial, ou as renováveis³.

Estas possíveis novas trajetórias até já existem em concepção, mas certamente estão longe de serem dominantes e esbarram, entre outros aspectos, no enorme volume de investimentos ainda em fase de constituição/depreciação no modelo dominante de produção/consumo. O que parece claro, contudo, é o fato de o modelo atual está exaurido – esforços de racionalização, como reciclagem e outras medidas já em curso, sem transformação efetiva no padrão de consumo, podem adiar temporalmente os limites previstos, mas não se mostram viáveis no sentido de garantir uma retomada sustentável do crescimento. Por mais que haja preocupações com os limites físicos do meio ambiente (e sejam definidas ações para conter este processo), sem uma mudança estrutural, pode-se supor, no limite, a exaustão preconizada.

³ Nesse caso há outro dilema, pois as fontes renováveis agrícolas podem, de alguma maneira, concorrer com a expansão das fronteiras agrícolas de alimentos, o que pode interferir negativamente na questão da segurança alimentar.



3. Comentários finais

O artigo assume as conclusões do trabalho da Comissão Brundtland, relativa ao conceito de desenvolvimento sustentável, como uma forma de resumir as principais características do conceito. Destaca-se, ademais, que os países periféricos encontram, historicamente, mais obstáculos para construir uma trajetória de desenvolvimento sustentável, especialmente considerarmos o *modus operandi* do seu processo de industrialização – substituição de importações como regra geral. Esta dinâmica de crescimento, em um contexto de divisão do trabalho específico, determina especialização crescente na “produção suja”.

No que se refere ao consumo, no entanto, a situação parece mais “democrática” – é comum para os países centrais e periféricos, e os requisitos para um “consumo verde”, embora conhecido nas condições gerais, são muito difíceis de alcançar, tendo em conta os fatores chave envolvidos (ética, conhecimento, experiência de compra, entre outros).

Finalmente, podemos concluir que o modelo atual está realmente esgotado, mesmo considerando várias formas de esforços de racionalização. A verdadeira mudança no padrão de consumo, que poderia aumentar o peso da tecnologia e uma utilização mais racional dos recursos naturais (com algumas fontes alternativas de energia renovável) são condições cruciais.

4. Referências Bibliográficas

ANTUNES, Julianna (2011) *Sustentabilidade nas cidades – IBM Smart Cities* (www.sustentabilidadecorporativa.com/2011/01/sustentabilidade-nas-cidades-ibm-smart.html).

BRUNDTLAND, Gro Harlem (1991). *Nosso futuro comum: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. 2a. ed. Rio de Janeiro: FGV.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil (2003). *Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus.



DIRKS, Susanne e KEELING, Mary (2009). *A vision of smarter cities: How cities can lead the way into a prosperous and sustainable future*. IBM Institute for Business Value - New York: IBM Global Business Services.

DIRKS, Susanne, KEELING, Mary e DENCİK, Jacob (2009a). *How Smart is your city? - Helping cities measure progress*. IBM Institute for Business Value - New York: IBM Global Business Services.

DIRKS, Susanne, GURDGIEV, Constantin and KEELING, Mary (2009b). *Smarter cities for smarter growth: How cities can optimize their systems for the talent-based economy*. IBM Institute for Business Value - New York: IBM Global Business Services.

GUILDING, Paul (2012). O GLOBO (04/02/2012) (<http://oglobo.globo.com/economia/e-fim-da-economia-como-conhecemos-diz-paul-gilding-3882689>).

JACOBS, M. (1995). **Sustainable Development – From Broad Rhetoric to local Reality**. *Conference Proceedings from Agenda 21 in Cheshire, 1 December 1994*. Cheshire County Council, Document No. 49.

LARA RESENDE, André (2012). **Os novos limites do possível**. *Valor*, São Paulo, 20jan12.

SINGER, Natasha (2012). **I.B.M. Takes ‘Smarter Cities’ Concept to Rio de Janeiro**. - *NYTimes.com* (www.nytimes.com/2012/03/04/business/ibm-takes-smarter-cities-concept-to-rio-de-janeiro.html?_r=1).

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann e LUSTOSA, Maria Cecília Junqueira (2003). **A questão ambiental no esquema centro-periferia**. *ECONOMIA*, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.201-221, jul./dez. 2003.



Prof. Dr. Alexis T.Dantas

Professor Associado da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). Pós Doutor em Economia. Procientista/UERJ, Vice-Diretor FCE, Coordenador do Nucleas/UERJ

Prof. Dr. Elias Jabbour

Professor Adjunto Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FCE-UERJ). Pesquisador Nucleas/UERJ

Recebido em: Fevereiro de 2016

Aceito para publicar em: Maio de 2016

Racismo e acesso ao Ensino Superior no Brasil

Prof. Gabriel Pinheiro de Siqueira Gomes
Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ/BR

Resumo

O presente artigo trata de assunto que tem sido tratado pelos veículos de comunicação, contudo nem sempre com rigor científico. O tema da democracia racial e do racismo no acesso ao Ensino Superior brasileiro é discutido neste artigo sobre uma literatura clássica nacional que caminha desde 1970 com Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e Darcy Ribeiro até os anos mais recentes com produções de Lilia Schwarcz e Hédio Silva Júnior. A partir destes autores trataremos dos conceitos acima descritos com um recorte para o acesso ao Ensino Superior.

Palavras-chave: Racismo; Democracia Racial; Ensino Superior

Resumen

El racismo y el acceso a la educación superior en Brasil

En este artículo se aborda el tema que ha sido tratado por los medios de comunicación, pero no siempre con rigor científico. El tema de la democracia racial y el racismo en el acceso a la educación superior brasileña se discute en este artículo en un clásico de la literatura nacional que camina desde 1970 con Clovis Moura, Abdias do Nascimento y Darcy Ribeiro hasta hace pocos años con producciones de Lilia Schwarcz y Hédio Silva Junior. A partir de estos autores el tratamiento de los conceptos descritos anteriormente con un recorte para el acceso a la educación superior.

Palabras clave: El racismo; Democracia racial; educación superior



Abstract

Racism and access to higher education in Brazil

This article deals with the subject that has been treated by the media, but not always with scientific rigor. The theme of racial democracy and racism in access to higher education is discussed in this article about a national classical literature who walks since 1970 with Clovis Moura, Abdias do Nascimento and Darcy Ribeiro to the recent years with productions of Lilia Schwarcz and David Silva Júnior. From these authors treat the concepts described above with a cut for access to higher education.

Keywords: Racism; Racial Democracy; Higher Education

Introdução

O presente artigo aborda em alguns aspectos o problema do racismo no que diz respeito ao acesso ao ensino superior no país, isto é, o problema da universidade brasileira e a ausência de estudantes pretos e pardos. A chamada sub-representação da população negra nas universidades pelo Brasil é tema a ser observado a partir de uma vertente histórica e conceitual das raízes do racismo.

A discussão a ser realizada circunda o conceito de raça no Brasil, neste caso a discussão raça/cor, conforme sugere o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de uma breve leitura e releitura de autores como Abdias Nascimento (1980), Oracy Nogueira (1985), Kabengelê Munanga (1999), Hédio Silva Júnior (2002) e Darcy Ribeiro (2006). Ambos analisaram os meandros do racismo institucional ou estrutural brasileiro que tem, na universidade, seus desdobramentos mais visíveis. É relevante ressaltar que os autores citados, alguns considerados clássicos, são precursores do pensamento social brasileiro em torno do tema. Nesse sentido, se justifica a utilização da bibliografia, embora um percentual da academia que advoga

críticas aos autores promova uma concepção de que estes estejam ultrapassas. Concepção que o presente artigo discorda.

Diante desta proposta, vamos nos debruçar ainda em conceitos como racismo através da democracia racial sobre algumas perspectivas teóricas também desenhadas por Abdias Nascimento (1978), Kabenguelê Munanga (2006), Clóvis Moura (1989), Florestan Fernandes (2008) e L. Schwarcz (1987) e (2002).

Finalmente, a bibliografia utilizada estará sempre correlacionada às questões e demandas da universidade brasileira, no que diz respeito ao acesso.

Uma leitura e releitura de conceitos

Este é um assunto que permeia a discussão sobre as políticas afirmativas no país. Ainda que de maneira não dita, o debate da *democracia racial* tem orientado teses, programas de TV e rádio com o tema das ações afirmativas, nesse sentido esta pesquisa se aproveita de toda uma discussão anteriormente acumulada em níveis nacionais e internacionais feitas por diversos autores, cujas obras serão citadas e utilizadas neste capítulo.

As referências teóricas, antes de avançarmos sobre o debate da presença de negros nas universidades brasileiras, nos levam à discussão sobre o conceito de raças, que de uma maneira ou de outra, está presente nas formulações das políticas de ações afirmativas, no modelo de cotas. Diante desta proposta, vamos nos debruçar sobre algumas perspectivas teóricas principais, dentre elas estão Abdias Nascimento, Kabenguelê Munanga, Clóvis Moura e Florestan Fernandes.

Abdias Nascimento é um dos idealizadores das políticas afirmativas no país, baseadas em ações compensatórias para com a população negra. É preciso compreender que tais propostas não nascem de um dia para o outro da cabeça genial de Abdias, sobretudo advém das formulações teóricas que ele se debruçou durante anos desde as contribuições de marxistas



e pan-africanistas do movimento negro norte-americano e das lutas de descolonização do continente africano.

De certo modo, a produção de Abdias surge partir da experiência do intelectual como testemunha da história de representação do negro brasileiro e ator político nacional. Uma produção que gera questionamentos proveitosos para a agenda sobre política e pensamento social da academia brasileira. Escreveu textos considerados referência no estudo das relações étnicoraciais no país, trabalhos que merecem a devida atenção. Afinal, este é um período em que o debate sobre as relações étnico-raciais vem fortemente à tona com o incentivo às ações compensatórias, de reconhecimento e valorização de políticas públicas afirmativas.

A teoria de Abdias Nascimento é o que o torna um intelectual público e formulador de políticas públicas, inclusive ações compensatórias de diversos motes, além de ter produzido toda uma obra de desconstrução de ideias como, por exemplo, a *democracia racial*. Foi uma personalidade negra não muito conhecida nos meios universitários brasileiros, apesar de ter sido um destacado intelectual. Por que pensamos desta forma? Ele e outros autores estão praticamente ausentes de diversos estudos e das referências bibliográficas do assunto na atualidade, não porque não tenham produzido conhecimento, mas por causa da histórica marginalização do negro no conservador meio acadêmico.

Uma espécie de troca de imagens, aqueles considerados intelectuais públicos, antigos pensadores e formuladores políticos agora são substituídos pelos acadêmicos puros, seres apolíticos que pretendem pesquisar e discutir em seminários sem afetar ou contribuir para realidade ou para sociedade em que está inserido. Nei Lopes crê que Abdias do Nascimento foi o primeiro negro que realmente expôs, aqui e no exterior, uma *imagem sem retoques*¹ da realidade da população negra no país.

¹ Ver SEMOG, Ele; NASCIMENTO, Abdias. *Abdias Nascimento: o griot e as muralhas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.



O racismo e as questões de classe que envolvem o problema do acesso ao ensino superior são os problemas gerais que nos colocaram a necessidade deste artigo. No Brasil, em níveis de classificações estatísticas gerais o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE define *raça/cor* de acordo com a declaração fornecida pelas pessoas, no momento da entrevista, ou, no caso de concursos públicos, no ato da inscrição, segundo as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena. Essa definição gera diversas polêmicas, pois no Brasil, a ideologia racista colabora para a resistência de negros e pardos na autoidentificação de sua *cor/raça*. A própria problemática cor e raça fora bastante discutida por Nascimento, Nogueira e Ribeiro, sendo este outro foco primordial da discussão do tema que faremos mais a frente.

Do ponto de vista histórico do conceito de raças, recorreremos ao historiador Peter Wolf dentro da obra de Carlos Alberto Medeiros, pois oferece uma perspectiva ampla e histórica do conceito, inclusive, o atribuído à modernidade. Apenas com a expansão marítima e comercial e a chegada de portugueses no continente americano é que vai surgir em locais da África e Ásia distinções físicas entre os povos do velho continente e da parte deles com o restante do mundo. A noção de raça do século XVI permanece até a atualidade, contudo não mais em termos científicos, conforme se nota no senso comum (WOLF, apud MEDEIROS, 2004, p.33). *“Atrevidos, sem crença na alma, vingativos, desonestos e dados à sensualidade”*, é o fragmento do livro da historiadora Lilia Schwarcz que pode ajudar a explicar fundamentos do racismo como forma de combate às ações afirmativas. Aspectos históricos recuperados por estes autores ajudam a vislumbrar a arquitetura do conceito de raça, o qual não pode mais ser explicado e justificado pela ciência, mas que permanece no imaginário popular e nas discussões que cercam nosso tema. Assim sendo, uma maneira de questionar as diversas formas de existência de fora do continente europeu, identificar os costumes de outros povos como estranhos e, dessa forma, inferiorizar as populações das novas posses territoriais conquistadas.



Ora, se o termo raça data do século XVI, por conseguinte, as teorias raciais surgem mais à frente, no século XVIII (SCHWARCZ, 2001, pp. 18-21), porém neste século estava mais ligada a concepção de grupos ou categorias de indivíduos de uma origem comum, não sendo postulados ainda por pesquisas científicas ou biológicas.

Se por um lado o iluminismo marca um contingente de reflexões acerca do liberalismo, por outro é neste movimento que processa a discussão intensa sobre o conceito das raças humanas. Através do pensamento racional iluminista é que se entendem as taxonomias originadas do reino animal e vegetal, conforme Carlos Alberto Medeiros nos mostra, até os seres humanos, provocando sensação tendenciosa. Os europeus aparecem em posição superior, denominados *brancos*, enquanto *negros*, amarelos e vermelhos são racializados como inferiores (MEDEIROS, 2004, p.34).

De acordo com diversas teses, os negros seriam descendentes de uma raça originalmente branca, que por ação do tempo e do clima teria enegrecido. Com isto, verifica-se o surgimento de diversas pesquisas e estudos que almejavam a comprovação de uma inferioridade da raça negra e superioridade dos brancos e a partir destas teorias, alastrar ideias de que os costumes, caráter, porte físico e a moral estavam diretamente ligados aos caracteres raciais (SANTOS, 2002, p. 56).

Com esta visão, o racismo científico se arvora no sentido de que há necessidade de uma Europa branca e civilizada ser modelo para a cultura no “novo mundo”, sendo fundamentada pela biologia e até pela geologia numa espécie de racismo científico.

Estas ideais se espalham pelos campos da antropologia, no que se refere à fisiologia, muitas teses ligavam elementos físicos de indivíduos à sua conduta moral, logo a *cor deixava de ser um qualitativo e ganha um caráter essencial, passando a revelar o ser de uma pessoa* (SANTOS, 2002, p. 56).

Além da antropologia, tais concepções emergem na *frenologia* que se torna base política e ideológica das posições sociais que almejavam a eugenia.



As premissas destes conceitos estavam calcadas na medida do tamanho do crânio, que revelaria o formato cérebro, sendo este o órgão fundamental do corpo humano, dando possibilidades de mensurar a capacidade de cada raça, sua personalidade e caráter (SANTOS, 2002, p. 59).

Destas teorias e teses históricas é que as discussões atuais estão baseadas, mesmo que muitas dessas não possam mais ter comprovação científica, permanecem sendo pressupostos dos debates sobre a ausência de negros nas universidades brasileiras.

Vejamos outra introdução histórica do conceito de raças. Tzvetan Todorov², historiador e pensador francês, aponta que a palavra racismo designa dois domínios diferentes da realidade: por um lado, um comportamento, muitas vezes de ódio e desprezo por pessoas ou grupo de pessoas com características físicas diferentes das nossas; por outro, uma ideologia, de uma doutrina referente às raças humanas.

O autor, na intenção de separar os diferentes sentidos desse conceito, atribui ao primeiro significado o termo de racismo, e ao segundo, o de racialismo. Afirma, então, que o racismo é um comportamento antigo e provavelmente universal, e o racialismo, enquanto doutrina científica, é um conjunto de ideias que surge na Europa do século XVIII e se estende até meados do XX na sua busca de legitimação. Logo poderemos, entre outros aspectos, notar racialismo como uma espécie de racismo científico que se caracteriza por:

- a) considerar a existência de raças; b) postular a solidariedade das características físicas e morais; c) funcionar como uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à ideologia individualista; d) hierarquizar as raças a partir

² Nascido em 1939 em Sófia, na Bulgária, e naturalizado francês, o filósofo e linguista Tzvetan Todorov é um dos mais importantes pensadores do século XX. Tzvetan Todorov é conhecido hoje principalmente por seu trabalho como ensaísta, historiador e filósofo. Da *Conquista da América, Nós e os outros* ao *espírito do Iluminismo*, seus textos se tornaram clássicos.



do etnocentrismo; e) por fim, tendo estabelecido os “fatos” científicos, estabelecer uma política racista, na conjunção da teoria (racialista) com a prática discriminatória (TODOROV, 1993).

Considerando que, na história recente da humanidade, o racismo se verifica como uma polarização entre o superior e o inferior, essa polarização, refletiu-se nos últimos séculos no racismo que o branco pratica contra o negro. Ainda que as descobertas no campo da genética, bem como a sequência de algumas teses sobre a existência de diferentes raças na espécie humana, atualmente quase impossibilitam a legitimidade e a manutenção de teorias científicas de cunho racialistas.

Pode-se associar a isso ao nascimento e iminência dos debates sobre direitos humanos e a afirmação política, ideológica e cultural de sociedades historicamente marginalizadas, sobretudo após os processos de luta de descolonização e independência dos países africanos, fazendo cair por terra ideologias de dominação cultural, econômica e política formuladas por nações europeias para justificar o processo de expansão imperialista desde o final do século XIX. Contudo, permanece no seio dos debates e no imaginário popular os conceitos de raças já ultrapassados:

(...) embora a biologia contemporânea seja praticamente unânime na inadmissão de um conceito científico de raça, isso não quer significar, que em termos de relações sociais, o termo “raça”, não desempenhe um papel relevante no combate à discriminação e na promoção de instrumentos que visem à equalização de oportunidades (IENSUE, 2010, p. 90).

Nossa sociedade conviveu mais de trezentos anos com a escravização de negros e indígenas, submetida, ainda, à divisão social entre trabalho manual e intelectual, grosso modo, na dicotomia entre trabalho escravo



(predominantemente negro) e trabalho livre (predominantemente branco). Esta dicotomia, sem dúvidas, gerou marcas de exclusão e da discriminação impressas nas diferentes instituições, fosse a família, a igreja, ou, mesmo no caso que nos interessa particularmente, as escolas superiores/universidades. Desde a criação das primeiras cadeiras de Anatomia - no Rio de Janeiro - e de Cirurgia - no Rio e na Bahia, primeiros cursos superiores desarticulados e distintos, com a vinda da família real portuguesa em 1808, os cursos de nível superior são espaços onde o privilégio das classes dominantes continua se manifestando quase que de modo estrutural³.

Motivado por uma constante inquietação na busca por referenciais analíticos que propusessem visões alternativas sobre a realidade afrodescendente no Brasil e na América Latina, Nascimento é destacado militante nos diversos movimentos sociais contemporâneos do século XX, porém seu renome se expande até a academia de fama nacional e internacional, fornecendo instrumentos de análise para ajudar na compreensão de uma enorme lacuna deixada no debate sobre o pensamento social brasileiro⁴.

³ As ações afirmativas possuem, no Brasil, uma história anterior às medidas implementadas pelos governos federal e estaduais a partir dos anos 2000. Apesar de pouco conhecidas e, na realidade, não encaradas dessa maneira, Carlos Alberto Medeiros cita que há exemplos na legislação brasileira, já na década de 30, de discriminações positivas que visavam garantir a participação majoritária de trabalhadores brasileiros nas empresas em funcionamento, a chamada Lei dos Dois Terços. Outros exemplos são leis que garantem emprego a portadores de deficiência, a participação de mulheres na lista de candidatos dos partidos, fora outras medidas que beneficiam crianças, jovens, idosos, micro e pequeno empresários (MEDEIROS, pp. 123-124).

⁴ Abdias do Nascimento é Professor Emérito da Universidade do Estado de Nova York e Doutor Honoris Causa pelas Universidades de Brasília, Federal e Estadual da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, e Obafemi Awolowo da Nigéria. Hoje ele é indicado oficial ao Prêmio Nobel da Paz em função de sua defesa consistente, desde o século passado até hoje, dos direitos civis e humanos dos afrodescendentes no Brasil e no mundo. Vem sendo agraciado com honrarias nacionais e internacionais, como por exemplo, o Prêmio Mundial Herança Africana do Centro Schomburg para Pesquisa da Cultura Negra, Biblioteca Pública de Nova York (2001); o Prêmio Toussaint Louverture (2004) e o Prêmio Direitos Humanos e Cultura da Paz (1997), ambos da Unesco; e o Prêmio de Direitos Humanos da ONU (2003). A Universidade Obafemi Awolowo, de Ilé-Ifé, Nigéria,



Nesse sentido, seus escritos foram decisivos para avançar a premissa teórica de que na América Latina se formou um sistema de dominação étnico-racial e socioeconômico específico, baseado precisamente na “mestiçagem programada” entre raças e etnias situadas em posições fixas de inferioridade e de superioridade. Com uma teoria autêntica, Abdias foi um pensador social crítico à estrutura social brasileira que, segundo ele, era alicerçada no processo escravagista.

A condição social do negro no Brasil deve ser levada em consideração para esta análise, não só em termos numéricos ou estatísticos da atualidade, mas cabe observar a historicidade e importância do negro como ator social relevante à sociedade brasileira, especialmente a crítica a um modelo social construído a partir de hierarquias que também têm características raciais e poderão contribuir para a elucidação e compreensão das demandas sociais em geral, e raciais em especial.

Abdias Nascimento em seus escritos acreditava que a democracia brasileira superaria seu racismo estrutural apenas quando se tornasse uma sociedade plurirracial.

[...] ou ela é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática. À hegemonia da ‘raça’ branca se contrapõe uma associação livre e igualitária de todos os estoques raciais (NASCIMENTO, 1978, p. 37).

Em *O genocídio do negro brasileiro*, Abdias do Nascimento critica os efeitos que a ideologia da *democracia racial* imposta aos afrodescendentes brasileiros,

outorgou-lhe, em 2007, o título de Doutor em Letras, Honoris Causa. O Conselho Nacional de Prevenção da Discriminação, do Governo Federal do México, outorgou a Abdias do Nascimento o seu prêmio em reconhecimento à contribuição destacada à prevenção da discriminação racial na América Latina (2008). Fonte: <<http://www.ipeafro.org.br/home/br/personalidades>>. Acessado em 02/01/2015.



mas também a toda sociedade, uma vez que seus efeitos políticos, psicológicos e ideológicos podem ser percebidos atualmente. O conceito de democracia racial erigiu-se no Brasil a partir de especulações, com o apoio das chamadas ciências históricas, e refletia determinada relação concreta na dinâmica da sociedade brasileira: que negros e brancos têm uma convivência harmônica, e que desfrutam de oportunidades iguais de existência, sem interferência de origens raciais ou étnicas. Ideologia esta formulada por Gilberto Freyre como se pudesse haver um luso-tropicalismo, onde a ideia de um Brasil sem raças e problemas raciais pudesse florescer, sem ações compensatórias para com as populações um dia escravizadas e seus descendentes.

Devemos compreender “democracia racial” como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo nos Estados Unidos e legalizado qual o *apartheid* da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado dos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso; à abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio se vem perpetrando contra o afrobrasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada democracia racial que só concede aos negros um único “privilegio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra senha desse imperialismo da branquidão, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos como assimilação, aculturação, miscigenação; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (NASCIMENTO, 1978, p. 93)



Adeptos desta teoria expuseram ao mundo um novo modelo de sociedade, baseada na superioridade racial portuguesa, leia-se branca, e em sua importância à concepção de uma civilização avançada, fundada na mestiçagem que, neste caso, é aquela que embranquece e assimila as outras culturas.

Conforme demonstra Abdias do Nascimento, o luso-tropicalismo é a ideologia que levou a elite intelectual a crer que os portugueses tiveram o mérito de colonizar o Brasil e parte do continente africano, sendo este a base política, histórica e ideológica da teoria da democracia racial.

Gilberto Freyre cunhou um conceito que visavam racionalizar as relações raciais no país. O termo *morenidade* seria o maior exemplo desta racionalização que tem como objetivo “*o desaparecimento inapelável do descendente de africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro*” (NASCIMENTO, 1978).

Com essa crítica ao pensamento social conservador, que via o negro como componente menor da identidade nacional, Abdias desconstrói e refuta a ideia de que o africano seria um “co-colonizador” do Brasil sem levar em conta sua condição de escravo, principiando influências culturais sobre o processo de formação da sociedade brasileira. Essa perspectiva teria, como ônus, a responsabilização dos africanos, juntamente com os portugueses devido à sistemática erradicação das populações indígenas, o que, segundo o autor, não se verifica. Abdias do Nascimento percebia que o genocídio dos povos indígenas é exclusivamente responsabilidade dos colonizadores, portanto portugueses.

A miscigenação proposta por Freyre pode ser considerada o cerne do debate das políticas afirmativas no momento em que as argumentações contrárias às políticas compensatórias se anteparam em uma noção de negação das contradições raciais e de cor. Exemplo maior é o livro, *Não somos racistas* (2006)⁵ de Ali Kamel, diretor de jornalismo da Rede Globo. Reparando que o livro é lançado em 2006 no auge dos debates e disputas acerca das políticas

⁵ KAMEL, Ali. *Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

compensatórias. Grosso modo, a obra sustenta a tese de que as cotas são políticas públicas incoerentes com a nossa história criando o risco de dividir o país entre brancos e negros, e criarem um ambiente propício ao ódio racial. Kamel é um defensor ardente da *democracia racial brasileira* e defende que há um grande perigo em “obrigar” os brasileiros a se declararem negros ou indígenas. O próprio título do livro ressalta que o racismo não é preponderante na sociedade brasileira, aliás o título se completa da seguinte forma: *uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*” – Kamel afirma que o racismo não se justifica em nossa sociedade e que as instituições públicas não o reforçam de modo algum, além de negar que somos uma nação bicolor. Ou seria multicolor?

O processo de genocídio do negro, diz respeito à ideologia do branqueamento que, para Abdias, era um dos pontos centrais acerca da formação social no Brasil. A elite intelectual dominante ao eleger o mulato como símbolo de brasilidade e sustentáculo da “*democracia racial*”, estabelece o primeiro degrau na escala daquilo que chama de *branquificação sistemática do povo brasileiro*.

O mulato é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil. O autor identifica um processo progressivo de clareamento da população brasileira, com o avanço do elemento mulato e o sistemático desaparecimento do negro. Contudo, não se percebe qualquer tipo de vantagem no *status* social, pois a posição do mulato se equivale àquela do negro: *ambos são vítimas de igual desprezo, idêntico preconceito e discriminação, cercado pelo mesmo desdém da sociedade brasileira institucionalmente branca*.

Tal processo de branquificação ou branqueamento é apontado pelo autor como pilar do que nomeia como racismo mascarado, que nos parece fundamental para esta análise. O objetivo final desta ideologia sutil definida como mestiçagem, que tem na miscigenação sua vertente biológica e no sincretismo cultural sua vertente política. Munanga (2006) demonstra que tal processo desembocaria numa sociedade unirracial e unicultural.



Uma tal sociedade seria construída segundo o modelo hegemônico racial e cultural branco ao qual deveriam ser assimiladas todas as outras raças e suas respectivas produções culturais. O que subentende o genocídio e o etnocídio de todas as diferenças para criar uma nova raça e uma civilização, ou melhor, uma verdadeira raça e uma verdadeira civilização brasileiras, resultantes da mescla e da síntese das contribuições dos *stocks* raciais originais. Em nenhum momento se discutiu a possibilidade de consolidação de uma sociedade plural em termos de futuro, já que o Brasil nasceu historicamente plural (MUNANGA, 2006 p. 97).

Propunham os setores dominantes no país, principalmente, no final do século XIX e começo do século XX, a construção de uma sociedade na qual o domínio hegemônico da cultura de matriz europeia e, por consequência branca, seria o referencial que orientaria a formação dessa sociedade egressa do regime escravocrata. Logo, o Brasil não teria nenhuma característica multirracial ou multicultural, conforme se nota na narrativa de Kamel.

Abdias do Nascimento, na visão de Florestan Fernandes, contribui de forma evidente no que diz respeito à proposição de uma série de medidas que poderiam configurar a construção de um novo quadro social. *“Essas sugestões demarcam a diferença essencial que existe entre uma pseudodemocracia racial e o que deveria ser uma sociedade plurirracial democrática”* (1978, p.21). A tentativa de superação de uma condição de desigualdade e opressão encontra-se na base das reivindicações e proposições apresentadas pelo autor.

Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra neste obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e unidade nacional (NASCIMENTO, 1978 p. 78).



Ao que parece há um objetivo não expresso no âmbito da democracia racial. O que Abdias chama de *processo de um racismo mascarado* é negar ao negro a possibilidade de se autodefinir, desfalcando-lhe os meios de identificação racial. É exatamente numa espécie de negação do direito do autorreconhecimento identitário que se encontra a chave da dominação e exploração da população negra no Brasil, uma vez que serve como fator que imobiliza e desmotiva qualquer tipo ou grau de organização que vise questionar a real condição deste segmento.

O Estado brasileiro construiu durante longo período uma imagem que visou sempre negar e suprimir a perspectiva racial como fator determinante em sua dinâmica social, política e pública. Contudo, segundo Abdias, criou-se assim um modelo que esteve e acreditamos que continua estando na contramão da realidade nacional cotidiana.

A situação desfavorável e desigual a que foram submetidos os afro-brasileiros ao longo da história brasileira não é apresentada nem pela bibliografia mais contemporânea ao cenário internacional. A partir da elite política do país se afirma, com certa veemência, a importância de se constituir uma nação de acordo com um conjunto de relações sociais e raciais harmônicas, inclusive buscando colocar a sociedade brasileira como exemplo de inexistência de conflitos raciais. Neste rastro é que não se justificaria a implantação de políticas afirmativas com perspectivas parecidas de países centrais ou até das experiências mais novas como se verifica em países como Austrália e Nova Zelândia.

Abdias demonstra que desde a classificação grosseira dos negros como seres selvagens e, por isso inferiores, até o enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da *mancha negra*; da capacidade operacional do sincretismo religioso, à abolição legal da questão racial através de medidas legais como a omissão censitária, as técnicas de invisibilizar o negro e seus dramas na sociedade brasileira tem se aprimorado e se pautado em diversas teorias políticas e sociais.



“*Monstruosa máquina ironicamente designada ‘Democracia Racial’ que só concede aos negros um único privilégio: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora*”. Com esta afirmativa podemos perceber que tipo de debate temos traçado em nossos dias atuais, visto que a argumentação acerca do tema das políticas afirmativas passa pela democracia racial e pela crítica do movimento negro a ela, sendo boa parte teoria produzida por Abdias Nascimento.

O *imperialismo da brancura*, termo utilizado pelo autor, marcado pelo capitalismo que lhe é inerente, nos permite concluir que o racismo é parte integrante do sistema capitalista. Para ele, o racismo estrutural e institucional brasileiro, não pode ser entendido e pesquisado descolado do sistema político e econômico. Abdias em seus ensaios no livro *O Quilombismo*, afirma:

De uma coisa estava convencido: que uma coerência fundamental e uma unidade íntima entrelaçavam os ensaios em si; e que essa essência unificadora se exprimia no objetivo comum de revelar a experiência dos africanos no Brasil, assim como na tentativa de relacionar dita experiência aos esforços das mulheres e dos homens negro-africanos de qualquer parte do mundo em luta para reconquistar sua liberdade e dignidade humana, assumindo por esse meio o protagonismo da sua própria história. (NASCIMENTO, 1980, p. 13)

[...] os homens e as mulheres da África, e de descendência africana, têm tido uma coisa em comum – uma experiência de discriminação e humilhação imposta sobre eles por causa de sua origem africana. Sua cor foi transformada tanto na marca como na causa de sua pobreza, sua humilhação e sua opressão (NEYRERE, apud NASCIMENTO, 1980, p. 17).

A *democracia racial* está ligada a conceitos e termos do tipo *assimilação*, *aculturação*, *miscigenação*, que camuflam, sob uma superfície teórica, a crença

intocada na inferioridade dos afro-brasileiros e seus descendentes a base do racismo brasileiro.

É possível perceber na obra *O genocídio do negro brasileiro* que Abdias do Nascimento opera sobre as categorias *mestiçagem* e *genocídio* como fundamentais para sua pesquisa sobre a condição social, econômica e política do negro brasileiro. A mestiçagem pode ser entendida como a imbricação entre a miscigenação, uma forma biológica de intercurso racial, e uma espécie de sincretismo cultural que formaria, médio prazo, uma sociedade unirracial e unicultural. Nesta mestiçagem está grande parte do aporte teórico da *democracia racial*, consequentemente, do embasamento do debate que permeia as ações afirmativas.

Especificamente, observando o caso brasileiro, pode-se perceber que a ideia de morenidade é fator que põe a *democracia racial* como teoria central que pode conferir o *status* de pertencimento a uma identidade nacional, logo a mestiçagem submete a diversidade dos componentes culturais do país à homogeneidade expressa pelo sincretismo. No entanto, para Abdias é necessário justamente negar os termos da morenidade, pois nele que se encontra o ápice do processo ao qual ele define como *genocídio*. Isto se dá através da implementação organizada de uma *mestiçagem programada*, conforme dito anteriormente, que objetiva eliminar sistematicamente o elemento negro da dinâmica social brasileira.

Podemos ler as páginas da história da humanidade abertas diante de nós, e a lição fundamental que nos transmitem é de uma enorme fraude teórica e ideológica articulada para permitir que a supremacia ário-euro-norte-americana pudesse consumir sua imposição sobre nós. (NASCIMENTO, 1980, p. 22).



O *racismo estrutural* espalhado na sociedade brasileira se faz presente nas instituições e políticas públicas, neste quesito, outra vez, Abdias se coloca de forma pioneira:

Além dos órgãos de poder – o governo, as leis, o capital, as forças armadas, a política – as classes dominantes brancas têm à sua disposição poderosos implementos de controle social e cultural: o sistema educativo, as várias formas de comunicação de massa – a imprensa, o rádio, a televisão – a produção literária. Todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes no poder e são usados para destruir o negro como pessoa e como criador e condutor de uma cultura própria. (NASCIMENTO, 2002, p. 142).

Diante destas afirmações e dos referenciais que nos apoiamos, pode ser possível sustentar que há barreiras sociais e também racialmente seletivas, que impedem a mobilidade social de parcelas negras da população e os mesmos de acessar mecanismos fundamentais na construção da cidadania nacional.

Negro, bom escravo, mau cidadão? (1977), publicado na Série Temas Brasileiros, é o segundo livro de Clóvis Moura pela Editora Conquista, do Rio de Janeiro; em 1972, já havia publicado por ela, na mesma série, a segunda edição de *Rebeliões*. Clóvis Moura traz um enfoque mais sociológico do problema do negro sem prescindir de seu caráter histórico.

Ele se debruça sobre o problema da exclusão do negro de cargos mais altos ou de maior envergadura na sociedade, isto é, a marginalização do negro na sociedade competitiva e de classes. A problemática apresentada nos empurra para a seguinte pergunta: qual é a função, na sociedade capitalista de classes, dos estereótipos em relação ao negro? Estes estereótipos classificariam o negro como mau cidadão, ou seja, despreparado para a liberdade



que lhe foi atribuída no pós-abolição e desta maneira contrária a sua postura benevolente no eito, quando escravo.

Caracterizam-se, então, julgamentos morais sobre o comportamento do negro – bom e mau – segundo Moura, é a consciência reflexa da classe escravista na sociedade burguesa, pois são definidas de acordo com os interesses de manter os negros à margem do processo de produção. Desta forma, constitui-se uma imagem abstrata e caricata dos brancos sobre o negro:

(...) não tem condições de desfrutar da liberdade, pois dissipa-a na cachaça, no amor livre e na maconha. Para estes estratos, o negro, desde que conseguiu livrar-se do cativeiro vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, limpo, culto, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar (MOURA, 1978, p.19).

Pretos e pardos no Ensino Superior

No ano de 2010, havia 274 Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) no Brasil, as quais totalizavam 408.562 alunos ingressantes para aquele ano, segundo o Censo Nacional da Educação Superior, divulgado pelo INEP. Deste total de Instituições, 81 (29,6%) possuíam cotas de acesso, algum tipo de reserva de vaga para ingressantes.

Apesar do número de alunos ingressantes de 408.562 anos nas 274 Instituições de Ensino Superior Públicas, somente 44.398 discentes (10,9%) haviam entrado no ensino superior por meio de algum tipo de reserva de vaga. Desses, 13.842 (31,2 %) ingressaram em vagas destinadas a ações afirmativas de ordem étnicas, isto é, voltadas para pretos, pardos, índios e remanescentes de quilombos. No mesmo ano de 2010 foram 32.851 estudantes adentraram



uma IES, por cotas de acesso a estudantes provenientes de escolas públicas. Esse número correspondeu a cerca de 74% de todos os discentes cotistas.

O fato de não se discutir o conceito de raça e de racismo no país de forma sistemática e continuada tem sido agravante barreira na implementação e, atualmente, no aprofundamento das políticas afirmativas enquanto políticas públicas. Até mesmo a população negra no Brasil é, frequentemente, impedida, pelos tabus erigidos através de certa proibição, da discussão sobre raça. Abdias do Nascimento já demonstra, há quase 30 anos, que a camada intelectual dominante e os setores políticos consideram qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa movida por sentimento de vingança. Aponta também que em determinadas ocasiões os negros são condenados, pois pretendem impor ao país uma suposta superioridade racial negra, fato que também não se verifica.

Os números apresentados sobre o sistema de acesso ao Ensino Superior no país evidenciam que este mecanismo ainda é insuficiente no que tange a efetiva diversificação social e étnica do ambiente universitário. Se formos considerar que destes estudantes oriundos de algum tipo de reserva de vagas, uma minoria de aproximadamente um para cada três estudantes ingressou com reservas para pretos, pardos ou índios. Deste modo, o caráter racial destas medidas afirmativas é negado, bem como a autodeclaração, logo mesmo que em diversos tipo ou módulos das reservas de vagas os pretos e pardos estejam sendo contemplados, acabam ingressando sem a necessidade de autodeclaração. Nesse sentido, o autorreconhecimento étnico ou racial fica mascarado, evidenciando a marca sutil da ideologia da democracia racial.

Conclusão

A situação social do negro brasileiro é destacada nas obras analíticas da realidade social, sejam elas de cunho sociológico ou estrutural, sejam em anuários estatísticos e materiais mais empíricos. Os autores citados têm produções de análises mais estruturais do negro na sociedade brasileira,



observando-o em diversos momentos da história nacional e produzindo uma interpretação da realidade para aquele determinado setor social.

Apesar de matrizes analíticas distintas, os autores convergem em pontos de observação sobre as barreiras que o racismo estrutural impõe a negras e negros nesta sociedade. Ambos versam sobre o caráter estrutural do racismo brasileiro e as barreiras construídas por este fato, que deve ser verificado empiricamente na sub-representação da população negra em diversos espaços sociais. Isto, quer dizer que instituições como escolas, universidades, poderes legislativos, judiciário e executivo, assim como altos postos de empregos privados têm uma proporção de negros menores do que a representação deste grupo na sociedade.

Nessa perspectiva, concluímos que as políticas compensatórias para população negra no país são um mecanismo de combate ao racismo, mas não garantem efetivamente a derrota deste ao entendermos seu caráter estrutural. A democracia racial proposta e “inventada” por Freyre, não pode se concretizar. Nascimento é quem propõe uma sociedade plurirracial, diante da compreensão que o racismo é estrutural na sociedade brasileira, por isso esta formulação deve pressupor não apenas ações compensatórias para o povo negro, pois estas alteram a correlação de forças, mas ainda não podemos afirmar que são capazes por si só de modificar a estrutura societária nacional, portanto, de derrotar o racismo brasileiro.

Referências bibliográficas

FERNADES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da “raça branca”, volume I)* – 5.ed. – São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Dominus-USP, 1965.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: Editora 34. 2002.



Moura, Clóvis. *Rebeliões da senzala - quilombos, insurreições, guerrilhas*. Mercado Aberto, Porto Alegre, 1988 (1.ed.: 1959)

_____. *O negro: de bom escravo a mau cidadão?* Editora Conquista, RJ, 1977.

_____. *Sociologia do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988. *História do negro brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.

MUNANGA, K. **O Anti-racismo no Brasil**. In: MUNANGA, K. (org.). *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: Edusp, p.79-111, 1996.

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. *O quilombismo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____. (org.). *O Negro Revoltado*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

_____. *O povo brasileiro - A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: 2006.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *Racismo no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA JR., Hédio. *Direito de Igualdade Racial: Aspectos Constitucionais, Cíveis e Penais*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

Gabriel Pinheiro de Siqueira Gomes

Professor de História-UERJ/Mestre (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH-UERJ)), Pesquisador do Núcleo de Estudo das Américas (NUCLEAS-UERJ).

Recebido em: Fevereiro/2016

Aceito para publicar em: Maio/2016

Normas Editoriais

- O autor do trabalho deve indicar seu nome completo, título acadêmico e vinculação institucional, bem como endereço completo para correspondência.
- Os trabalhos devem ser enviados em disquete, Cd, pendrive, acompanhado de cópia impressa em papel.
- O resumo e o *abstract* devem ter no máximo 10 linhas e vir acompanhados de 3 palavras = chaves/*keywords*.
- Os artigos devem ter extensão máxima de 65 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
- Os destaques feitos no corpo do texto deverão ser feitos com aspas simples.
- As palavras e expressões escritas em língua diferente daquela escolhida pelo autor deverão aparecer em itálico, bem como os títulos de livros, revistas, jornais, instituições etc.
- As citações até três (3) linhas deverão ser feitas no corpo do texto, com aspas duplas. As citações que ultrapassarem três (3) linhas deverão ser transcritas com recuo no texto, sem aspas.
- Os destaques feitos pelo autor nas citações deverão ser indicados em negrito.
- Os artigos devem ser acompanhados de resumos (em português e Inglês), com, aproximadamente, dez linhas e de cinco (5) palavras-chave (em português e inglês).
- Os originais podem ser remetidos em português, inglês, francês, espanhol ou italiano.

- As resenhas críticas devem ter extensão máxima de 10 mil caracteres, digitados na fonte *Times New Roman* 12, com espaço 1,5 e margens de 2,5 cm. As notas devem ser colocadas ao final da resenha.
- Todas as notas devem ser devidamente numeradas e colocadas ao final do texto, antes da bibliografia.
- A bibliografia deve ter a seguinte apresentação:

Nome e SOBRENOME. Título do livro em itálico: subtítulo. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do capítulo ou parte do livro. In: Título do livro em itálico. Tradução, edição, cidade: Editora, ano, p. ou pp.

Nome e SOBRENOME. Título do Artigo entre aspas. Título do Periódico em itálico. Cidade: Editora, vol., fascículo, ano, p. ou pp.
- Admitem-se as referências *Id.ibidem* e Op. cit., segundo as normas em utilização.
- Todos os trabalhos serão submetidos a dois pareceristas. Os autores serão notificados da aceitação ou não dos respectivos trabalhos. O material remetido não será devolvido pela revista. Os trabalhos não aceitos estarão à disposição dos autores pelo prazo de seis meses, a contar da emissão do parecer.
- Todos os artigos encaminhados fora destas normas serão enviados ao autor para as adaptações necessárias.
- São automaticamente cedidos à revista os direitos autorais sobre os originais e traduções por ela publicados. Os dados e conceitos abordados nos artigos e resenhas são da exclusiva responsabilidade do autor.
- Cada autor receberá, gratuitamente, cinco exemplares do número da revista que contenha seu artigo.

